

# IX Seminário Discente PPGS/UFRGS

sociologia  
PPGS - UFRGS

  
**UFRGS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

  
**IFCH**  
UFRGS



## **Sociologias Multifacetadas:**

**pluralidades de atuações  
para o novo presente**

**Anais do evento  
Resumos expandidos**

23 a 27/11/2020  
Evento online

**Alexandre de Almeida Magalhães; Aline Dias; Arthur Saldanha; Bruna Koerich;  
Carlos Fabris; Carolina Santos; Daniela Damion; Débora Fogliatto; Frederico  
Salmi; Haroldo Misunaga; Ivone Maio; Marcelli Cipriani; Nina Fola; Rachel Abrão;  
Robson Rocha;  
(Org.)**

**Anais do IX Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em  
Sociologia- UFRGS “Sociologias Multifacetadas: pluralidades de  
atuações para o novo presente”**

**1a Edição**

**Porto Alegre  
UFRGS  
2021**

- S471 Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFRGS  
Anais do IX Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFRGS : sociologias multifacetadas : pluralidades de atuações para o novo presente [recurso eletrônico] / Organizadores Alexandre de Almeida Magalhães, Aline Dias, Arthur Saldanha, Bruna Koerich, Carlos Fabris, Carolina Santos, Daniela Damion, Débora Fogliatto, Frederico Salmi, Haroldo Misunaga, Ivone Maio, Marcelli Cipriani, Nina Fola, Rachel Abrão, Robson Rocha — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS, 2021.  
97 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.

ISBN: 978-65-5973-075-9

1. Sociologia. I. Magalhães, Alexandre de Almeida. II. Dias, Aline. III. Saldanha, Arthur. IV. Koerich Bruna. V. Fabris, Carlos. VI. Santos, Carolina. VII. Damion, Daniela. VIII. Fogliatto, Débora. IX. Salmi, Frederico. X. Misunaga, Haroldo. XI. Maio, Ivone. XII. Cipriani, Marcelli. XIII. Fola, Nina. XIV. Abrão, Rachel. XV. Rocha, Robson. XVI. Título.

CDD 300

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Aline Dias**

**Arthur Saldanha**

**Bruna Koerich**

**Carlos Fabris**

**Carolina Santos**

**Daniela Damion**

**Débora Fogliatto**

**Frederico Salmi**

**Haroldo Misunaga**

**Ivone Maio**

**Marcelli Cipriani**

**Nina Fola**

**Rachel Abrão**

**Robson Rocha**

**Prof. Dr. Alexandre de Almeida Magalhães**

**SUMÁRIO**  
**Conforme Grupos de Trabalho**

GT 1 – Sociedade, Natureza, Ruralidades e Tecnologias: abordagens sociológicas.....	3
GT 2 – Movimentos Sociais e Políticas Públicas.....	24
GT 3 – Trabalho e Justiça Social .....	62
GT 4 – Cultura, Educação e Teoria Sociológica .....	84
GT 5 – Diversidades e Interseccionalidades .....	120
GT 6 – Sociedade e Economia .....	154
GT 7 – Conflitualidades Urbanas .....	165

## **GT 1 – Sociedade, Natureza, Ruralidades e Tecnologias: abordagens sociológicas**

### **Súmula do GT:**

Este GT busca reunir trabalhos que discutam a relação entre sociedade-natureza no contexto contemporâneo, marcado por crises – sanitária, alimentícia, ecológica e outras – com as quais a sociedade convive nos ambientes urbanos, rurais e florestais. Buscaremos discutir tanto os processos e relações sociais do rural contemporâneo, as soluções observadas espontâneas ou planejadas para aumentar a equidade social ecológica nas relações entre sociedade, meio ambiente e tecnologia quanto o aumento da desigualdade gerado pelos conflitos a partir desta interação. Entre as ênfases deste GT buscamos trabalhos sobre: 1) Novas ruralidades em contextos de conflito principalmente associados ao agronegócio e o modelo do desenvolvimento; 2) Controvérsias científicas, do antropoceno a decolonidade sulamericana; 3) Movimentos sociais e estratégias políticas no enfrentamento da crise climática; 4) Conflitos ambientais e megaprojetos tecnológicos. 5) Pesquisas relacionadas à sociologia da alimentação e dos mercados alimentares;. 6) Coprodução entre inovações tecnológicas e modos de vida em sociedade, como pesquisas empíricas voltadas às relações de produção a partir do extrativismo de recursos naturais e relações de trabalho produtivo. 7) Agricultura familiar; 8) Produção agroecológica, extensão rural e assistência técnica; 9) Estado e políticas de desenvolvimento rural. O foco dos trabalhos neste GT se estende tanto a estudos empíricos quanto a trabalhos que discutam perspectivas teóricas sobre as mais diversas perspectivas voltadas à essas temáticas.

**Discente(s) Coordenadores:** Arthur Saldanha e Frederico Salmi

**Professores convidados:** Adriano Premevida, Camila Penna, Marília David e Maycon Schubert

## Teoria das práticas sociais e a Sociologia da Alimentação

Amanda Marques Gabana<sup>1</sup>

A alimentação é desenvolvida sob quatro grandes processos sociais mais amplos: a globalização, a comoditização, a estetização e a eticização (WARDE, 2016; BARBOSA, 2016). Constatados os reflexos sociais e ambientais positivos dos estudos da sociologia da alimentação para o incremento de políticas públicas e de trabalhos sociais em torno de opções de mercado e consciência de consumo, percebeu-se a importância na atualização de aportes metodológicos para decifrar as sistemáticas sociais que envolvem o comer. Nesse caso, a Teoria das Práticas Sociais é uma alternativa de grande relevância para a execução dessa tarefa a partir de uma corrente de pensamento pós-positivista, com uma leitura pragmática de interpretação da realidade social (SCHATZKI, 1996; SHOVE, *et al.*, 2012). Segundo Schatzki (1996, 2001, 2002), as práticas sociais são constituídas a partir de uma cadeia de ações conectadas por meio da inteligibilidade prática dos indivíduos - o que faz sentido para o indivíduo fazer o que faz e do modo que faz. As ações perpetuam e estendem as práticas sociais no tempo.

Objetivou-se, neste trabalho, analisar princípios e pressupostos metodológicos adotados pela Teoria das Práticas Sociais no subcampo da sociologia da alimentação e construir categorias analíticas que identifiquem diferentes metodologias adotadas nos estudos da alimentação utilizando a teoria, compreender as mudanças incrementais metodológicas nas análises empíricas dos estudos alimentares a partir do uso da Teoria das Práticas Sociais. Reconhecer ferramentas de coleta e análise dos dados e procedimentos de análises quantitativos e qualitativos adotados pela abordagem pragmática nos estudos alimentares e, por fim, propor princípios e pressupostos metodológicos.

Previamente, foram realizadas análises sistemáticas em indexadores de revistas científicas internacionais, Web of Science, Scopus, Food Science and Technology Abstracts – FSTA, Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – CLASE e SciELO; e no indexador de revistas científicas no Brasil, SciELO, com as palavras-chave *food\* or diet\* or eat\* or cook*, abrangendo de 1990 - período de formação desse subcampo dentro do campo das ciências sociais - até 2020. Os 861 registros foram salvos no software Mendeley e novamente selecionados segundo termos específicos no abstract, resultando em 351 artigos. Então, dos artigos encontrados através de recursos como Scholar Google e o Portal Capes, foram descartados aqueles que não contemplavam ao menos um dos cinco autores: Alan Warde (WARDE, A), Elizabeth Shove (SHOVE, E), Theodore Schatzki (SCHATZKI, T), Andreas Reckwitz (RECKWITZ A) e Davide Nicoline (NICOLINE, D). Ao final, 183 artigos foram encontrados com ao menos uma das referências.

A etapa atual é a de implementação de um novo critério de seleção, para diminuir a amostra antes das análises em profundidade e elaboração das instâncias empíricas.

Palavras-chave: alimentação, práticas, metodologia.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Medicina Veterinária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## **Referências:**

BARBOSA, L. A ética e a estética na alimentação contemporânea. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, consume e abastecimento de alimentos:** desafios e novas estratégias. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2016, pp. 95-124.

SCHATZKI, T. **The site of social:** a philosophical account of the constitution of social and change. Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHATZKI, T.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. **The practice turn in contemporary theory.** Routledge, New York/EUA, 2001.

SCHATZKI, T. **Social Practices:** A wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge University Press, 1996.

SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. **The dynamms of social practice:** Everyday life and how it changes. Editora SAGE, Londres, 2012.

WARDE, A. **The practice of eating.** Cambridge: Polity, 2016.



## **O Movimento AfroVegano no Brasil: Olhares múltiplos a partir dos ativismos tecnologicamente mediados<sup>2</sup>**

Arthur Saldanha dos Santos<sup>3</sup>

O ativismo vegano se intensificou nos últimos anos, em grande parte movido pelas críticas à exploração animal pelo sistema de produção capitalista e à condição alimentar das populações (BAKER & WALSH, 2020; NIEDERLE & SCHUBERT, 2020). As discussões nesse tipo de ativismo têm buscado integrar diferentes pautas que circundam o autorreconhecimento e as ações dos participantes, como ambientalismo, feminismo, racismo, especismo, dentre outros. Portanto, tendo em vista as diferentes pautas defendidas, identidades mobilizadas e ações práticas desempenhadas por frentes tão diversas dentro do veganismo, esta pesquisa parte de sua compreensão múltipla – a dizer, ativismos veganos.

Tamanha diversidade pode ser compreendida como resultado dos diferentes tensionamentos que se deslocam dentro de cada coletivo ou grupo vegano. Em certa medida, esta diversidade diz muito sobre as interseccionalidades vivenciadas em cada grupo, apresentando, em termos teóricos, o encontro de múltiplos sistemas de opressão (só para destacar, por exemplo, as opressões que englobam os termos raça, sexualidade, gênero, classe, dentre outros que se relacionam com a condição vegana de um indivíduo). Os tensionamentos existentes nestes movimentos, têm chamado atenção para as práticas e condutas que conformam a identidade coletiva do movimento como um todo.

Com essa breve contextualização e implicações de tensionamentos, o movimento afrovegano surge no Brasil como um caminho alternativo dentro do próprio veganismo, buscando a inclusão de pessoas negras e marginalizadas. Dessa forma, este estudo parte das seguintes indagações: como o movimento afrovegano tem se apresentado no contexto brasileiro? Com tem sido os ativismos nas mídias sociais dos atores envolvidos nesse movimento? Para além da questão racial, o que diferencia este movimento das diferentes ações coletivas que ocorrem nos veganismos do Brasil?

Do ponto de vista teórico, busco compreender e reforçar a não dicotomia entre ação coletiva e estilo de vida quando se define movimentos sociais. Tendo a me direcionar para os estudos mais recentes que problematizam essa condição e delimitam o estilo de vida, sobretudo os novos movimentos sociais, como fruto da condição mútua que permeia a ação individual e as práticas políticas, assumindo configurações difusas em termos de ativismo (KENNEDY, 2011; BENNETT, 2012; CHERRY, 2014). É o caso, por exemplo, dos movimentos veganos que são amparados em consumo socialmente consciente e com implicações em mudanças sociais (HAENFLER et. al. 2012; CHERRY, 2014). Esta linha de análise se fundamenta e está atrelada à condição do ativismo virtual investigado neste estudo. As redes sociais podem ser compreendidas como essenciais, sobretudo para o público jovem, se configurando numa ferramenta de formação identitária, interação e socialização de experiências individuais. De modo adicional, este meio também influencia nos comportamentos de consumo dos usuários envolvidos, orientando e reorientando suas ações.

O movimento afrovegano se consolida, portanto, como um movimento de estilo de vida que busca conciliar as dimensões alimentação e raça como elementos centrais no ativismo. O

---

<sup>2</sup> Este estudo, ainda em fase inicial, apresenta resultados parciais da tese de doutorado do autor.

<sup>3</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista Capes. Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

processo metodológico deste estudo, parte das contribuições da sociologia digital. Dessa forma, a pesquisa se dedica na análise de perfis no *Instagram* e *Youtube* orientados para o estilo de vida de afrovegano. No primeiro momento, a pesquisa partiu da identificação de perfis em redes sociais (neste caso, no *Instagram*) de usuários que se autodeclararam afroveganos e que apresentam seus perfis na modalidade pública de acesso. Foram identificados 23 perfis de usuários afroveganos, sendo divididos entre páginas pessoais e de divulgação. Posteriormente, foi analisado a estrutura desses perfis, levando em consideração sua descrição, número de seguidores, frequência das postagens e reações dos seguidores a estas postagens. Na etapa seguinte, por meio da análise do conteúdo desses perfis, o foco foi direcionado na identificação das pautas apresentadas ao público, sejam elas em forma de *post*, *stories* ou *lives*.

O quadro comparativo dos perfis forneceu como resultado parcial da análise de estrutura, o levantamento de pautas principais e recorrentes defendidas nos perfis, como antiespecismo e o antirracismo, bem como sinalizou o tipo de ativismo assumido pelos respectivos perfis analisados. No caso do *Youtube*, estão em análise quatro vídeos de temáticas relacionadas ao afroveganismo, com temáticas direcionadas na apresentação do movimento e sua colocação no contexto brasileiro.

Em suma, o maior foco nas postagens (*Youtube* e *Instagram*) são de questões vinculadas à alimentação, direcionadas para o compartilhamento de receitas e fotos de refeições veganas “acessíveis” ao público negro e periférico. Estes perfis contam com uma considerável participação de usuários que comentam, seguem e curtem esse tipo de informação. Este estudo se configura, portanto, em uma contribuição relacionada à sociologia da alimentação, centrada, sobretudo, no ativismo alimentar baseado no estilo de vida de usuários em redes sociais.

Por fim, para além das considerações apresentadas anteriormente sobre os temas apresentados pelo movimento afrovegano no ambiente tecnologicamente mediado, são recorrentes discussões em torno da segurança alimentar, nutricional da população preta, saúde holística africana e trocas de saberes sobre técnicas de produção sustentável, dentre outros assuntos.

Palavras-chave: Afroveganismo; Ativismos; Mídias Sociais.

## Referências

BAKER, A. S.; WALSH, M. J. You are what you Instagram: clean eating and the symbolic representation of food. In: LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Routledge, 2020.

BENNETT, W. Lance. The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 644:20–39, 2012.

CHERRY, Elizabeth. I Was a Teenage Vegan: Motivation and Maintenance of Lifestyle Movements. **Sociological Inquiry**, Vol. xx, No. x, 1–20, 2014.

HAENFLER, Ross; JOHNSON, Brett; JONES, Ellis. Lifestyle Movements: Exploring the Intersection of Lifestyle and Social Movements. **Social Movement Studies**, 11(1):1–20, 2012.

KENNEDY, Emily Huddart. Rethinking Ecological Citizenship: The Role of Neighborhood Networks in Cultural Change. **Environmental Politics**, 20(6):843–60, 2011.

NIEDERLE, Paulo; SCHUBERT, Maycon N. HOW does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, n°. 78, p. 304–313, 2020.

## **Lutas por (re)existências no território quilombola da Anastácia (Viamão/RS)**

Eleandra Raquel da Silva Koch<sup>4</sup>

Exemplar das disputas ontológicas diante das “quase promessas” (FERGUSON, 1990) das políticas de desenvolvimento que emergiram a partir dos anos 1950, na expansão da fronteira agrícola do arroz no estado do Rio Grande do Sul, é a luta de inúmeras gerações da comunidade quilombola da Anastácia (Viamão/RS) por continuar existindo nas suas terras no Banhado Grande. Lá, nas margens do rio Gravataí, desde a escravização e a resistência negra, há uma ocupação ancestral e tradicional quilombola, que é sustentada por várias gerações que (re)existem no lugar a partir da presunção de uma origem comum (O'DWYER, 2002) e na luta pelo legado de terras da quilombola Anastácia Gomes de Souza. Ela que, mesmo no período da escravização, era proprietária das terras quilombolas, herdadas de seus pais.

De acordo com o Processo Administrativo de regularização fundiária e titulação do Incra/SR/11 N°54220.0082-2005-04, a comunidade é constituída por 16 famílias, num território com uma área de 64,12 hectares, localizado dentro da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande. A maioria das famílias que conseguem permanecer no quilombo, sem ter que se deslocar para trabalhos externos, vive de aposentadorias, da comercialização de produtos das pequenas roças e hortas e das atividades de turismo rural que têm sido realizadas pela comunidade nos últimos anos. Em 2016 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e Diário Oficial do Estado (DOE) do Rio Grande do Sul o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o qual publiciza o pleito quilombola, precedido por inúmeros estudos técnicos e atos administrativos pertinentes, que são sujeitos à contestação no prazo de 90 dias (Incra, 2009).

Do ponto de vista do histórico da expansão da fronteira agrícola da rizicultura, em direção às águas do rio Gravataí e às várzeas adjacentes, observa-se que a partir da década de 1950 passaram a incidir variadas políticas de desenvolvimento. Como consequência de intervenções sociotécnicas, parte das terras quilombolas ficaram permanentemente submersas, o que levou à perda de parcelas de suas áreas ancestrais (RODRIGUES SILVA, 2006). Posteriormente, na década de 1980, no contexto de expansão dos ideários da revolução verde e da modernização da agricultura, foi implementado o Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Pró-Várzea Nacional) que institucionalizou o entubamento e a represa dos rios, charcos e banhados em benefício do cultivo do arroz (BRASIL, 1981).

A partir dessa política pública houve um grande incentivo institucional para a construção de inúmeras barragens e cultivos de extensas áreas de arroz não ecológico dentro da APA do Banhado Grande (APABG), nas proximidades e/ou sobre o território quilombola. Tais programas de represamento das águas eram propagados como naturalmente benéficos a todos e como evidentes indutores de “progresso”, termo esse que neste texto é grafado entre aspas com o intuito de relativizar a conotação positiva que usualmente lhe é atribuída. Entretanto, tais políticas desconsideraram o fato de que eram realizados plantios ecológicos de arroz na área quilombola, assim, as ancestrais quilombolas não obtiveram qualquer incentivo para a sua produção. Aqui podemos sinalizar um marcador de racismo, na medida em que as pessoas negras e seus conhecimentos foram desconsiderados nas políticas de rizicultura que emergiram. Pelo contrário, com o impulsionamento da mecanização do arroz, além de perderem parte das áreas que ocupavam, viviam e trabalhavam, também foram afetados pela

---

<sup>4</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Rural na UFRGS

redução drástica do emprego nas lavouras vizinhas, já que parte significativa da “mão de obra” foi substituída por máquinas (SILVA, 2006).

As modificações surtiram inúmeros efeitos sobre as vidas das quilombolas<sup>5</sup> e dos inúmeros não-humanos que também passaram a ter as suas vidas ameaçadas de extinção naquele local. Em tal contexto, advieram inúmeras dificuldades às quilombolas em se manter no local, mediante a falta de emprego, da ampliação dos encharcamentos pela formação de represas para estocagem de água para o cultivo do arroz e, principalmente, devido aos conflitos com o entorno que exercia (e exerce) diversas formas de pressão para que deixassem de existir naquele local (SILVA, 2006; INCRA, 2014). Assim, sobrevieram processos de desterritorialização de algumas famílias quilombolas, que precisaram se deslocar em busca de emprego. Contudo, os familiares mais antigos permaneceram no local ininterruptamente. Em 2005, a partir da abertura do Processo Administrativo no Incra por iniciativa da Comunidade Quilombola da Anastácia e apoiado pelo Ministério Público Federal (MPF), foram surgindo melhores condições para o retorno de vários familiares para o local, pois os seus direitos territoriais, até então desconsiderados, foram visibilizados. Com isso, naquele período, a comunidade passou a ter condições mínimas de denunciar as barragens que seguiam sendo edificadas pelos arroteiros, que ignoraram a devida consulta aos quilombolas (OIT, 2011).

Os fazendeiros vizinhos, que tinham mais condições econômicas e políticas, no sentido do natural apoio à expansão de suas lavouras, aproveitaram esse “esfriamento” da questão e construíram barragens/açudes sem considerar tanto as condições técnicas mínimas de segurança necessárias, tanto quanto a obrigação de consulta aos povos tradicionais, preconizada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual se sustentou a própria mediação do MPF, que notificou os fazendeiros de tal obrigação. O não atendimento do licenciamento ambiental e a desconsideração da existência do território quilombola – o qual é diretamente afetado por tais empreendimentos – fez com que os represamentos de águas construídos pela fazenda de arroz lindeira inundassem a estrada de acesso, os caminhos internos e roças do quilombo, em vários momentos do ano.

No que diz respeito à minha inserção no campo, ela se deu antes do doutorado, quando eu, enquanto antropóloga no Incra,<sup>6</sup> participei da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade da Anastácia. Ao ingressar no doutorado, realizei uma consulta às quilombolas dirigentes da Associação<sup>7</sup> sobre o meu desejo de realizar pesquisa junto ao quilombo. Após obter o consentimento, eu tenho convivido com parte do cotidiano da comunidade, acompanhado as festividades e algumas lutas políticas que a comunidade está envolvida. Assim, do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se constitui, sobretudo, numa etnografia que busca a inserção em parte do cotidiano do quilombo e que prima por seguir as ações das quilombolas nas redes afetas aos direitos territoriais quilombolas. Em termos gerais, posso definir que o objeto da pesquisa são as práticas cosmopolíticas quilombolas exercidas em defesa de seus direitos territoriais, afetas às inúmeras redes em que a disputa por tais direitos é exercida.

Observa-se que, mesmo diante de inúmeras dificuldades e das diversas formas de turbacão e usurpação da posse de suas terras, a comunidade quilombola da Anastácia se mantém existindo no lugar, mesmo que em alguns momentos algumas pessoas tenham que se desterritorializar em busca de empregos fora do quilombo. Retornar ao território permanece sendo um projeto compartilhado pela maioria dos descendentes da Anastácia.

---

<sup>5</sup>A desinência “a” empregada nesta tese, ao me referir genericamente às pessoas quilombolas, se deu porque as principais protagonistas da luta quilombola são as mulheres desse quilombo que leva o nome da ancestral Anastácia. Assim, tal escolha é de natureza política, enquanto um marcador de diferença, pois neste caso, e em muitos outros que acompanho, são as mulheres que sustentam a luta quilombola.

<sup>6</sup>Exerço o cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Habilitação Antropologia.

<sup>7</sup>É a organização jurídica da comunidade quilombola da Anastácia.

Palavras-chave: (re)existência, desenvolvimento, quilombos.

### **Referências**

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens e multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas, 2018.

RODRIGUES , Vera . “*De gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”*: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

## Segurança alimentar em assentamentos rurais: o caso do assentamento Ubá, Santa Quitéria-Ceará

Janaiára Maria de Paiva Ferreira<sup>8</sup>

A discussão aqui apresentada tem o objetivo de analisar a reforma agrária enquanto política capaz de contribuir na promoção de segurança alimentar das famílias assentadas. Assim, os assentamentos rurais fazem parte de uma política de redistribuição da propriedade fundiária em benefício dos trabalhadores sem-terra. Desse modo, os assentamentos representam uma das formas de se fazer reforma agrária, uma vez que, contribui para alterar a estrutura fundiária concentradora.

Neste sentido, a grande concentração de terras existente no campo brasileiro constitui um dos graves problemas vivenciados pelos trabalhadores que, organizados em movimentos sociais, têm resistido à expulsão do campo, ocupando e acampando os latifúndios improdutivos, resultando na conquista dos assentamentos rurais. A história do assentamento Ubá, em Santa Quitéria-Ceará remete a história da luta camponesa pelo acesso à terra de trabalho.

A luta pela terra da fazenda Ubá teve marco no ano de 1986. Nesse momento, os trabalhadores que viviam nas terras da fazenda Jardim de propriedade do coronel Antônio Machado, desde 1974, tomando conhecimento do Estatuto da Terra passaram a reagir ao processo de expropriação e exploração que eram submetidos começam a questionar de um lado o pagamento da renda da terra e de outro a forma de distribuição e propriedade da terra passando, então, a lutar pela conquista e permanência na terra de trabalho. Destrate, o proprietário contrata jagunços, que destroem as plantações e derrubam as casas dos trabalhadores e, expulsa-os da terra. Esses trabalhadores, ao chegarem na fazenda Ubá organizam-se com algumas famílias que também não concordavam com o sistema de subordinação na qual viviam e, passam a reivindicar pelo fim do sistema de exploração. Nesse momento, os trabalhadores conseguem o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de alguns padres, conseguindo no ano de 1988 o proprietário aceitasse realizar a desapropriação da terra.

Cabe dizer que, o acesso a terra significa para muitas famílias a possibilidade de iniciar uma nova vida e, nessa nova vida, a própria terra, os assentados podem produzir e criar animais para o seu autoconsumo, o que contribui para minimizar a situação de insegurança alimentar ao qual viviam. Assim, identificou-se que, depois de conquistarem a terra as famílias também conseguiram melhorar sua situação alimentar, seja pela produção do autoconsumo, seja pela venda do excedente.

Para a realização da pesquisa apoiou-se na revisão bibliográfica, no trabalho de campo e na entrevista semiestruturada, visando obter informações sobre o processo de luta pelo território e pelas mudanças na vida das famílias assentadas depois da conquista da terra do assentamento Ubá.

Percebe-se, pois, que os trabalhadores modificaram a sua realidade de expropriados da terra a partir de sua persistência e enfrentamento ao proprietário. Apreendeu-se, também que apesar da existência de precariedade no assentamento, as famílias assentadas afirmam que suas vidas melhoraram depois que se tornou assentamento, visto que, possuem sua moradia, os filhos têm a oportunidade de estudar, e, podem produzir para o seu próprio sustento, o que garante a segurança alimentar.

---

<sup>8</sup> Graduanda em Geografia na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

Ademais, com a conquista da terra as famílias assentadas possuem o sentimento de pertença ao assentamento, elevando-os à condição de proprietários de terra de moradia e vida, o que torna possível a reprodução da unidade familiar. Desse modo, a reforma agrária vem reafirmando enquanto política de inclusão social.

Palavras-chave: Assentamento rural, Reforma agrária, Segurança alimentar.

### **Referências**

BERGAMASCO SMPP, NORDER LAC. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: Medeiros LS de, Leite SP. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA; 1999. p. 75-92.

BERGAMASCO SMPP, NORDER LAC. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense; 1996.

LEITE SP, HEREDIA B, MEDEIROS L, PALMEIRA M, Cintrão R. (Org.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP; 2004.

## **Do metabolismo social a uma crítica ao direito ambiental: passos iniciais a uma nova proposta**

Lucas Bortolini Kuhn<sup>9</sup>

O metabolismo social é uma vertente teórica cuja proeminência e ascensão são ainda tímidos perto da relevância contemporânea. O objetivo deste resumo, com caráter eminente de revisão bibliográfica, é trabalhar o metabolismo social e, de forma preliminar, articulá-la em caráter transdisciplinar como veículo para uma crítica ao direito ambiental.

O metabolismo social é uma construção teórica que inicia em Marx, com um aspecto ainda tímido e periférico em seu pensamento. A ideia inicial, aponta Fischer-Kowalski (2000), era trabalhar as trocas entre humanos e natureza, aqui apontando-se uma visão típica daquele período: da natureza em nível igual à sociedade, ou seja, do humano enquanto usuário da natureza.

A partir da concepção marxista, surgem outras abordagens mais refinadas e diversas, mas o tema específico do metabolismo, e a ênfase física nos materiais utilizados, na energia e também a utilização de conceitos de outros âmbitos científicos como, por exemplo, as leis da termodinâmica, escapam do holofote das ciências sociais.

Para Molina e Toledo (2014), isso se deve ao fato de que os parâmetros de cientificidade, emprestados da física, trouxeram consigo o horizonte mecanicista no qual se desenvolvem. Não é muito distante, portanto, do horizonte epistemológico do desenvolvimento do Direito, onde o próprio método de construção política e legislativa é mecânico.

Ainda que os horizontes epistemológicos da pesquisa jurídica tenham sido devidamente ampliados e diversificados, inclusive nas mais recentes abordagens juspositivistas, o método-base de construção política e a linguagem adotadas ainda confiam nas bases estruturais mecânicas, com a legislação e a codificação.

A complexidade crescente, é claro, coloca o contexto das codificações em cheque, visto que ao mesmo tempo que há a busca por legislações amplas e compreensivas, as mudanças legislativas fragmentam a lógica dos códigos e também colocam inúmeras legislações e normas esparsas em sua órbita, como anéis formados por pequenos meteoritos.

O direito ambiental é uma das especialidades que expressa melhor este contexto: ao passo que fala sobre uma temática de relevância ímpar, que desconhece fronteiras federativas ou de espécies, ainda é formado de um sistema solar de legislações principais e inúmeros pequenos corpos legislativos esparsos, orbitando a Constituição.

Tal qual, entretanto, o sistema solar foi imaginado com a Terra ao centro, a sistematização dogmática do direito ambiental é ainda sistematizada pela dogmática e pelos tribunais de forma antropocêntrica. E esta sistematização é, até mesmo, incoerente com muito da teoria constitucional contemporânea.

O constitucionalismo garantista de Ferrajoli (2011) tematiza os princípios e direitos fundamentais como uma positivação do dever-ser do direito no próprio direito, o que se traduz numa compreensão de que o direito ao ambiente equilibrado, e sua preservação intergeracional, são obrigações jurídicas.

Na linguagem teórica do garantismo, isso significa dizer que as políticas públicas devem atuar na garantia de um ambiente protegido, ou seja, devem ser elaboradas novas garantias que deem efetividade a este direito fundamental. E este dever não é moral, mas

---

<sup>9</sup> Mestre e Doutorando em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle



jurídico, oriundo dos direitos fundamentais que fundamentam a própria existência do Estado Constitucional.

É aqui, portanto, que os resultados preliminares apontam para um potencial crítico a partir do metabolismo social. Em um primeiro momento, porque o metabolismo social como vem sendo desenvolvido por Molina e Toledo (2014) já reflete uma abordagem transdisciplinar que contrasta com a atomização do tratamento da temática ambiental pelo direito.

Neste sentido, compreender quais áreas do direito estão ligadas à garantia do ambiente não passa apenas por um Código Florestal ou por uma Lei de Crimes Ambientais: a difusão da agroecologia, por exemplo, ou as políticas públicas que incentivem uma redução do consumo de carne, estão tão conexas ao ambiente quanto os crimes contra a fauna.

A perspectiva do direito ambiental, que é centrada na figura da responsabilidade – penal, administrativa e cível – não toma noção do metabolismo dos processos humanos que são eminentemente conexas à missão constitucional relativa ao meio ambiente, pensando apenas a partir da ótica do compliance e da menor internalização dos custos ambientais possíveis.

A centralidade das responsabilidades faz com que o direito ambiental se torne apenas um fator numa equação econômica, que o direito ambiental tenta tornar interno ao custo operacional, enquanto os agentes econômicos tentam externalizá-los. O metabolismo social, entretanto, é completamente alheio à responsabilidade jurídica.

A tradução da devastação ambiental em responsabilidade jurídica faz pouco para contribuir com um metabolismo social não apenas sustentável, mas potencialmente capaz de contribuir com o ambiente que sustenta as sociedades que são parte dele. Não é bastante, para isto, a mera responsabilização de infratores.

A compreensão transdisciplinar a partir do metabolismo social, que vai fornecer uma interface entre teorias sociológicas, físicas e biológicas, aponta para uma necessidade não só de efetivar os mecanismos atuais do direito ambiental, mas para que este seja reimaginado, a partir das bases seculares científicas, para estar apto à sua própria missão constitucional.

Palavras-chave: Metabolismo Social. Direito Ambiental. Constitucionalismo.

## Referências

FERRAJOLI, Luigi. **Principia iuris**: teoria del derecho y de la democracia. Madrid: Trotta, 2011.

FISCHER-KOWALSKI, Marina. **Society's metabolism**: on the childhood and adolescence of a rising conceptual star. In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Graham. *The International Handbook of Environmental Sociology*. Northampton: Edward Elgar, 2000.

MOLINA, Manuel González de; TOLEDO, Victor Manuel. **The Social Metabolism: A Socio-Ecological Theory of Historical Change**. Dordrecht: Springer, 2014.

## Todo corpo gordo é um corpo doente? A obesidade como um campo em disputa

Luíza Moura Tavares da Silva<sup>10</sup>

As mudanças no perfil epidemiológico da população têm sido demonstradas, principalmente, a partir da definição da transição epidemiológica, em que se evidencia a mudança do padrão de doenças predominantes na população mundial: passa-se de uma predominância de doenças infecciosas, como cólera, poliomielite e verminoses, para uma maioria de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, diabetes e, também, obesidade<sup>11</sup>. Em paralelo, ocorre a transição nutricional, que é caracterizada pela mudança do padrão alimentar, antes com uma predominância de alimentos *in natura* e com baixo grau de processamento, para alimentos processados, ultraprocessados e *fast foods*.

Além dos fatores relacionados à saúde e ao comer, Poulain (2004) aponta que ocorre, também, um aumento nas ansiedades relacionadas à alimentação e aos corpos. Nesse sentido, a valorização de um corpo magro como saudável e belo é crescente, de forma em que a saúde e a beleza se confundem como sinônimos e, concomitantemente, um corpo gordo é caracterizado como doente e feio. Essas questões serão evidenciadas ao longo do texto e da pesquisa, com a principal questão: “todo corpo gordo é um corpo doente?”.

Para a classificação da obesidade como doença, há um principal diagnóstico: o Índice de Massa Corporal (IMC), em que se avalia o valor da massa total do indivíduo, sem distinção entre o que é músculo, gordura, ossos, vísceras, água ou sangue (...); assim, o indivíduo é classificado como “magro” (IMC < 18,5), “eutrófico” ou “normal” (IMC 18,5 – 24,9), com “sobrepeso” (IMC 25 – 29,9), “obeso” (30 – 39,9) e “obeso mórbido” (>40kg/m<sup>2</sup>). Dessa forma, a obesidade é classificada, sem utilização de parâmetros bioquímicos ou qualquer questionamento sobre a saúde do indivíduo.

Além dos fatores limitantes do diagnóstico de “obesidade”, o corpo gordo já é um corpo carregado de estigma. Como aponta Goffman (1963), o estigma é uma identidade designada ao indivíduo, de forma pejorativa e negativa, carregada, muitas vezes de preconceito - no caso do corpo gordo, esse preconceito se chama gordofobia. Fischler (1995) demonstrou em um estudo feito com crianças, as quais foram expostas com imagens de pessoas gordas e magras e que relacionaram algumas características com cada grupo: as “silhuetas obesas atraíram uniformemente apreciações bem negativas (“trapaceiro”, “preguiçoso”, “sujo”, “mau”, “feio”, “besta”, etc.). Já as silhuetas esguias eram uniformemente julgadas de forma positiva” (p. 70). O autor também aponta a característica lipofóbica da sociedade, de forma que os obesos não são tolerados por ela.

Esse estigma e o preconceito afetam os corpos gordos nas mais diversas dimensões, entre elas está a gordofobia médica ou da área da saúde, a gordofobia estética e a gordofobia na acessibilidade ou estrutural. A primeira, está relacionada à falta de qualidade de atendimento médico e da área da saúde para as pessoas gordas: muitas vezes suas queixas são negligenciadas e o foco do atendimento está na perda de peso; em seguida, a gordofobia estética está associada com a invisibilidade dos corpos gordos na indústria da beleza e da moda, esta que não disponibiliza, na maioria dos espaços, roupas para esses corpos, na mesma variedade que existe

---

<sup>10</sup> Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Graduanda em Nutrição na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>11</sup> A princípio a partir de estudos epidemiológicos da área da saúde, entende-se a obesidade como uma doença. Contudo, nos estudos do corpo gordo e da sociologia da obesidade, a caracterização da obesidade como doença é questionada.

para corpos magros, mesmo que já sejam corpos predominantes na população mundial, por exemplo; já a parte estrutural, é aquela que está sempre presente para os corpos maiores: cadeiras que não suportam seus pesos ou não comportam seus corpos, catracas que impossibilitam sua passagem, cintos de segurança que não fecham em seus corpos, macas que não os suportam nos hospitais etc.

Em “Sociologia da Obesidade”, Poulain (2013) aponta que a obesidade é uma questão complexa por estar relacionada com um problema de saúde pública e, ao mesmo tempo, com um estigma e um problema social. Entende-se que há questões de saúde pública e que há uma correlação com o ganho de peso por conta da ocidentalização das dietas, falta de acesso a uma alimentação adequada e saudável, insegurança alimentar e nutricional, porém, questiona-se se esses dados são suficientes para apontar que todo corpo gordo é doente ou se tornará doente, necessariamente. Observa-se que é necessário e urgente inserir a abordagem social e sociológica sobre o corpo gordo, questões que têm sido levantadas pelo ativismo gordo, especialmente por meio das redes sociais.

Em um primeiro momento de pesquisa, os principais procedimentos metodológicos consistem em revisão de literatura sobre as temáticas de sociologia da alimentação, sociologia da obesidade e estudos do corpo gordo e gordofobia. Em seguida, pretende-se utilizar da abordagem a partir da praxiografia de Annemarie Mol, por conta da multiplicidade do tema sobre a gordofobia e os corpos gordos e com a proximidade do debate médico, para identificar as formas como a obesidade é performada; comparar os discursos dos profissionais de saúde (discurso biomédico), com o discurso das pessoas classificadas como obesas e dos movimentos de combate à gordofobia; apontar, também, as questões de gênero identificadas sobre os discursos acerca dos corpos gordos e, por fim, compreender de forma mais ampla o fenômeno da estigmatização sobre os corpos gordos e sua complexidade.

Palavras-chave: Sociologia da Obesidade; Corpo Gordo; Gordofobia.

## Referências

FISCHLER, Claude. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT’ANNA, Dd. B. (Org.), **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; 2013

GOFFMAN, Erving (1963). **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo:LTC, 2004.

## **Giro decolonial e bem viver: em busca de outros horizontes de sentido histórico**

Nathan Pereira Dourado<sup>12</sup>

### **Introdução**

Diante do atual contexto de caos sistêmico, oriundo de um padrão mundial de poder e de saber em crise (QUIJANO, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2020), torna-se urgente reconhecer e afirmar as múltiplas matrizes de racionalidade (epistemologias) e de culturas subalternizadas, a partir de novos lugares de enunciação. É preciso descolonizar o referido padrão de poder e saber que nos governa a mais de 500 anos. Neste sentido, Quijano (2012) propõe o Bem Viver – enquanto existência social alternativa - como um novo horizonte de sentido histórico.

Vemos que a partir das próprias contradições do desenvolvimento capitalista moderno-colonial, abre-se espaço para a construção de um novo projeto de sociedade, a partir das lutas e resistências dos povos que partem das suas condições históricas dadas, do seu tempo presente, daquilo que lhes é possível, daquilo que reconhecem em si mesmo como forma possível de re-existir. A ecologia dos saberes – diversidade epistemológica - dos povos subalternizados assume importância no contexto de transição civilizatória (SANTOS, 2010).

Em meio a essa discussão, o conceito/prática de Bem Viver, desponta como uma proposta de alternativa ao desenvolvimento, a partir da visão de mundo desses povos/sociedades subalternizadas, e, por conseguinte, na própria experiência de reproduzir a vida fora da racionalidade capitalista. Sendo assim, o conceito assume um posicionamento crítico e pluralista que visa construir modos de vida e relações de trabalho que não sejam regidos pela lógica desenvolvimentista/capitalista/eurocêntrica/moderna/colonial (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016). Os autores que discutem o Bem Viver se inserem na corrente teórico-política do pós-desenvolvimento e da decolonialidade à medida que buscam superar os discursos hegemônicos.

### **Bem Viver: uma alternativa que emerge da periferia do sistema mundo moderno-colonial**

O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo (ACOSTA, 2016, p. 24).

O Bem Viver (Buen Vivir), corresponde às noções de “Sumak Kawsay” na língua Quéchuá, “Suma Qamaña” em Aymara e “Nhandereko” em Guarani, as quais representam a ideia de viver em harmonia com a natureza. O Bem Viver é um conceito plural, aberto e em movimento, de origem latino-americana, que emergiu a partir das reivindicações dos movimentos populares, indígenas e camponeses por reconhecimento e justiça social, e ao se oporem contra a colonialidade do ser, do poder e do saber (QUIJANO, 2012). Recentemente, adentrou nos debates acadêmicos, como uma das grandes novidades do século XXI, num momento em que o sistema capitalista enfrenta uma crise de múltiplas dimensões e de larga duração (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016)

---

<sup>12</sup> Doutorando em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Em debate por diversos segmentos da esquerda mundial no século 21, o Bem Viver ganhou visibilidade e importância ao assumir a centralidade nas novas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) como objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade, embora o tema ainda esteja em estágio embrionário e carregado de contradições (GUDYNAS e ACOSTA, 2011; ACOSTA, 2016). Trata-se de uma mudança paradigmática, para projetar uma cosmovisão contra-hegemônica, em nível teórico e em nível prático.

Apesar de ter a sua origem na cosmovisão dos povos indígenas da América Latina, a noção de Bem Viver, em sua pluralidade, converge em alguns sentidos com outras concepções presentes no pensamento ocidental (GUDYNAS e ACOSTA, 2011). Isso faz crer que sua essência é universal, tendo sido uma aspiração constante da humanidade. Existem reflexões semelhantes surgidas na Grécia antiga, com os filósofos Platão e Aristóteles, que abordavam o ideal de “vida boa” e o de “homem livre” (ACOSTA, 2016). Ousamos também supor que a noção de Bem Viver converge com ideal de uma nova sociedade proposto por Marx, em que “o processo de vida social se torna produto de homens livremente associados e se coloca sob seu controle consciente e planejado”.

De acordo com Gudynas e Acosta (2011), o Bem Viver pode ser entendido como uma plataforma política de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo e o nosso papel nele - a partir de uma perspectiva decolonial, contrariando a linearidade e universalidade do desenvolvimento e da modernidade. Devido a seu caráter relativista, não existe uma proposta totalmente elaborada, nem uma visão única de Bem Viver, isso nos obriga a falar em “bons conviveres” (ACOSTA, 2016), devido a isso, faz-se necessário adequar a sua aplicação a cada contexto territorial e cultural.

Se o desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita as diferenças[...] O Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. Não é um simples conceito, é uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82).

## **Reflexões finais**

Segundo Quijano (2012) e Acosta (2016), para se concretizar em nível global, o Bem Viver exige outra economia, a serviço da dignidade humana e não do lucro; isso implica novos padrões de produção, de sociabilidade, de consumo e de distribuição da renda. De acordo com Acosta (2016, p.38): “A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso, síntese das contradições.

Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições e ganham uma relevância incomum para a reconstrução de mundos diante do caos sistêmico que enfrentamos.

Palavras-chaves: Pós-desenvolvimento; Decolonialidade; Bem Viver

## **Referências**

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana.** Año 16. Nº 53 p. 71 – 83. 2011.

MAMANI, F. H. Buen Vivir/ Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru, 2010.

QUIJANO, A. Bien vivir”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 11/ Madrid, mayo 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 22, n. 2, p. 103-132, Sobral/CE, Ago. 2020,

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. P. 31 – 83. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

## **Guinada conservadora e mudanças políticas de acesso à terra no Brasil: Uma análise do período entre 2015 e 2020.**

Stéphani Ramos<sup>13</sup>  
Carolina Martineli<sup>14</sup>  
Nelise Ragagnin<sup>15</sup>

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa do qual participamos como bolsistas de iniciação científica. No escopo do projeto mais amplo, trabalhamos a partir da seguinte pergunta de pesquisa: como as mudanças de governo, a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, tiveram efeitos nas políticas de acesso à terra. Utilizamos como referencial teórico-metodológico a análise de disputas e controvérsias (MELLO; GARRIDO; VEIGA, 2016; SEGATA, 2012; THEVENOT; BOLTANSKI, 1999). Mais especificamente, analisamos a disputa em torno da redefinição de regras para a regularização fundiária.

Para compreender as transformações nas políticas de acesso à terra olhamos para as mudanças a partir de três níveis de observação: em um nível mais abrangente fizemos um levantamento da temperatura da controvérsia por meio da análise em veículos de notícias brasileiros; em um segundo nível, olhamos especificamente para as mudanças nas legislações relacionada à regularização fundiária e, por fim, olhamos mais especificamente para a disputa, nas redes sociais, em torno de uma Medida Provisória.

Para realizar a análise nos meios de comunicação realizamos a coleta e análise de dados a partir de jornais utilizando as palavras-chave: reforma agrária e política fundiária, além de realizar uma revisão bibliográfica do tema. Nossos esforços estavam concentrados em analisar de que forma as mudanças na agenda política relacionadas ao tema fundiário repercutiram no debate público. Isto foi possível por meio da pesquisa em três jornais de grande circulação no país, sendo eles: o Estadão, a Folha de São Paulo e o jornal G1, para os anos de 2015 a 2019. A partir deste levantamento realizamos uma análise da frequência das palavras noticiadas com a intenção de observar as alterações ocorridas ao longo do tempo. Nosso banco de dados foi montado através de uma planilha no Excel, onde constavam todas as notícias levantadas e também utilizamos o software Nvivo para análise da frequência das palavras, bem como para a realização de nuvens de palavras. Os nossos resultados demonstram uma alteração na frequência com que se é falado em cada uma das políticas, demonstrando a perda de espaço que as questões relacionadas à reforma agrária sofreu ao longo dos anos, bem como um aumento da frequência que é falado nas questões de regularização fundiária, demonstrando um maior espaço dessas políticas na agenda governamental, além de perceber também a diminuição da frequência de palavras que dizem respeito, por exemplo, a movimentos sociais, MST. Essas mudanças no espaço que os temas “reforma agrária” e “política fundiária” ganharam no debate público ao longo dos últimos anos refletem mudanças de prioridade na agenda de políticas públicas. Conforme documentado em outros levantamentos e pesquisas sobre o tema (SAUER *et al.*, 2019), com a entrada do governo Temer, e mais recentemente, com o início do governo Bolsonaro, há um avanço na agenda de regularização fundiária, como legislações cada vez mais abrangentes, como veremos a seguir.

Para compreender o conteúdo da disputa em torno de políticas de regularização fundiária ao longo do período analisado, comparamos o conteúdo das legislações vigentes em

---

<sup>13</sup> Graduanda em Políticas Públicas - UFRGS

<sup>14</sup> Graduanda em Ciências Sociais - UFRGS

<sup>15</sup> Graduanda em Políticas Públicas - UFRGS

cada período e analisamos as mudanças nos aspectos técnicos de cada uma dessas leis e propostas de lei. Com base no nosso banco de dados, gerado através dos jornais, realizamos um recorte dos dados selecionando notícias sobre legislações, nas quais pudemos observar a existência das três MPs da regularização fundiária: a MP458/2009, a MP 759/2017 e a MP 910/19. Em seguida, fizemos outra planilha no Excel com alguns tópicos de comparação, sendo eles, o marco temporal, o tamanho da área destinada à titulação, a quantidade de módulos fiscais permitidos, a forma de pagamento e o processo para se conseguir titular a terra. Para preencher os dados utilizamos os textos das legislações. De forma a compreender melhor a disputa em torno na última proposta de lei (MP910), que estava ocorrendo no período em que estávamos realizando da pesquisa, assistimos aos vídeos das audiências públicas no Congresso e aos vídeos da campanha virtual realizada por atores contrários à aprovação da MP, que será abordada logo abaixo. Por meio da comparação entre o conteúdo das três legislações e por meio da análise mais detida da disputa em torno da MP910, foi possível constatar que há uma presença crescente do paradigma neoliberal, visível no posicionamento dos parlamentares na defesa da MP910, e que este paradigma se traduz nos textos das legislações. Isso fica perceptível com o consecutivo aumento da área destinada à titulação, passando de somente a Amazônia Legal, na MP 485, para todas as terras da União na MP 910, um aumento também no tamanho da área a ser titulada, passando de até 1500 hectares para até 2500 hectares. Além disso, todas as medidas provisórias aumentaram o marco temporal, passando de áreas ocupadas até 2008, para áreas ocupadas até 2018 em caso de pagamento integral da terra. Esse aumento do marco temporal transmite a ideia de possibilidade de titulação de terras invadidas recentemente, ocasionando um aumento no número de queimadas e ocupações clandestinas. Todas essas questões ampliam a possibilidade de venda e regularização de terras públicas para o setor privado, uma das características do neoliberalismo, a privatização - achados que estão de acordo com o que foi encontrado na revisão bibliográfica. Autores que estudam o tema vêm apontando para a intensificação do neoliberalismo como paradigma dominante na política fundiária pós-2016 (SAUER *et al.*, 2019).

Em um terceiro nível de análise da controvérsia adotamos um olhar mais aprofundado para a disputa em torno da MP910. Além de assistirmos às audiências públicas levadas a cabo na Comissão específica no Legislativo, acompanhamos a campanha virtual levada à cabo por agentes políticos contrários à aprovação da legislação. No dia em que a MP foi ao Plenário da Câmara, já no contexto de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, esses agentes políticos, que estavam articulados e que já haviam tomado outras iniciativas, organizaram uma live no YouTube da Mídia Ninja, com a presença de diversos atores (ambientalistas, artistas, lideranças de movimentos sociais, Ongs). Além da live no YouTube, a campanha contra a MP910 articulou um twittaço que mobilizou diversos perfis contrários à MP. Com o intuito de observar de que maneira essa disputa se deu no ambiente virtual, identificando os atores e suas ações, fizemos uma análise no Twitter, por meio da metodologia de análise de redes. Para a coleta dos dados das manifestações realizadas no Twitter e também para análise dos dados, utilizamos o software Netlytic. Este software funciona como um analisador de redes sociais baseado em nuvem que pode descobrir redes de comunicação automaticamente a partir de postagens recentes utilizando uma hashtag específica. Através dele geramos uma rede de atores com base na sua relevância na rede, no que diz respeito ao número de seguidores e influência que seu tweet exerceu nos demais atores da rede. No dia em que a MP 910 estava no Plenário da Câmara para votação, 12 de maio de 2020, houve grande mobilização nacional por meio do Twitter, chegando inclusive nos Trending Topics, assuntos mais comentados do dia, com a hashtag #MP910Nao. Nesse movimento foram os mais diferentes atores que se mobilizaram para falar sobre esta MP e os possíveis impactos que ela causaria. Entre estes atores está a cantora Anitta, que neste dia promoveu lives em suas redes sociais com especialistas no assunto, além de políticos e movimentos sociais ligados à defesa do meio ambiente e à luta



pela reforma agrária. Com toda essa mobilização, e considerando o contexto da pandemia, o Presidente da Câmara não colocou a MP910 para votação. Como era o último dia de validade da MP, foi encaminhada, pela Mesa Diretora da Câmara, uma solução para transformá-la em Projeto de Lei, a ser tramitado por meio do procedimento ordinário. Por meio da análise da disputa nas redes sociais foi possível observar que formou-se uma aliança eventual entre setores heterogêneos, que nem sempre se articulam em coalizões, e que se colocaram contra a MP910. Dentre esses atores estavam: artistas, ambientalistas, políticos de esquerda, movimentos de luta pela reforma agrária. Os sociogramas construídos por meio da análise de redes permitem visualizar *clusters* formados por diferentes grupos, conectados entre si. Dentre os atores com maior centralidade cabe destacar a cantora Anitta, perfil com maior número de engajamentos relacionados a essa *hashtag*, nesse dia.

Há um potencial inovador em se analisar mudanças em políticas públicas por meio da análise de disputas e controvérsias. Nossos achados, a partir dessa abordagem teórica, demonstram de que forma ocorreu o avanço do paradigma neoliberal nas políticas de acesso à terra, que tiveram impacto nas legislações, possibilitando uma maior privatização e uma visão da terra como mercadoria. É importante fazer a análise das disputas que estão na origem das legislações que orientam políticas, pois estas nos permitem analisar a dinâmica existente no processo de alteração das políticas públicas existentes, também é importante realizar a análise de redes, pois a mesma pode ser utilizada para observar como se são essas disputas nas redes sociais, cada vez mais utilizadas como forma de se influenciar o processo político.

Palavras-chaves: Regularização fundiária, controvérsias, neoliberalismo

## Referências

MELLO, Adilson da Silva; GARRIDO, Guilherme; VEIGA, Camila Lorrichio. Cartografia de controvérsias como procedimento metodológico: mapeando processos culturais em uma associação de artesãos de Maria da Fé/MG. v. 7, n. 14, p. 93–110, 2016.

SAUER, Sérgio *et al.* Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais de uma Medida Provisória.pdf. 2019.

SEGATA, Jean. LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 14, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2012v14n1-2p238>

THEVENOT, Laurent; BOLTANSKI, Luc. *A sociologia da capacidade crítica*. 1999.

## **GT 2 – Movimentos Sociais e Políticas Públicas**

### **Súmula do GT:**

Esse Grupo de Trabalho enfatiza a análise das relações entre Estado e Sociedade tanto na perspectiva da produção de políticas públicas, quanto na perspectiva do engajamento social. São esperados trabalhos que discutam temas como: a) políticas públicas – estudos sobre estruturação, implementação, avaliação e impacto em seus públicos-alvo, nos diferentes níveis estatais; b) participação social, democracia participativa e suas instituições, relações entre Estado e sociedade civil; c) movimentos e contramovimentos sociais, contestação, engajamento e ativismo político; d) conexões entre globalização, relações global-local e as transformações nas políticas sociais e nas cidades e) pesquisas diversas que tenham políticas públicas ou movimentos sociais como cenário empírico; f) relatos de experiências ou outras produções intelectuais e/ou culturais que versem sobre as temáticas abordadas nesse GT.

**Discente(s) Coordenadores:** Bruna Koerich e Ivone Maio

**Professores e colegas convidados:** Letícia Schabbach, Camila Chiapetti, Camila Penna Castro, Máira Costa, Marcelo Kunrath Silva e Eduardo Georjão Fernandes

## Política Nacional de Resíduos Sólidos, conflitos e luta dos (in)visíveis que (r)existem

Alexandro Cardoso<sup>16</sup>

Passados 10 anos da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, depois de 20 anos de intensas negociações envolvendo diversos setores e atores sociais, os quais são diretamente envolvidos na gestão ou gerenciamento dos resíduos sólidos como: empresários e suas representações nacionais - fabricantes, distribuidores e comerciantes de embalagens e mercadorias, além dos empresários das empresas de limpeza urbana, gerenciadores de aterros sanitários representados principalmente pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), os Poderes Executivo – Governo Federal e alguns ministérios, principalmente de Meio Ambiente, Cidades, Secretaria Geral da Presidência da República, Trabalho e Emprego. Legislativo – Senado e Câmara Federal. Judiciário, principalmente o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Defensoria Pública da União e Estaduais, Ministério Público do Trabalho além dos atores centrais, as catadoras e catadores e seu movimento social, o Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Todos estes atores analisam neste ano, os 10 anos da PNRS, sendo que estas análises se dão em meio a pandemia causada pelo covid-19 – o novo coronavírus - portanto de maneira remota – ao vivo – *online*. Os atores, através destas lives, divulgam seus pontos analíticos referente a estes 10 anos, sendo que algumas destas atividades on-line tiveram a minha presença ou a presença de outras e outros representantes do MNCR. Neste momento sou além de estudante de ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, catador de materiais recicláveis e membro da equipe de articulação nacional do MNCR, desta forma, esta análise se torna íntima a mim enquanto pesquisador e também mobilizador social, tornando mais atrativo e importante este artigo. Os outros atores ao qual darei atenção, serão Roberto Rocha, atual presidente da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT) e Claudete Costa presidente da União Nacional de Catadores e Catadoras do Brasil (UNICATADORES), ambos igualmente da equipe de articulação nacional do MNCR, além do atual ministro do Ministério de Meio Ambiente, Ricardo Salles, o promotor e atual vice presidente da ABRAMPA, Luciano Furtado Loube e do deputado estadual pelo Rio Grande do Sul Zé Nunes. A dinâmica destas lives analisadas, reúnem diversos e diferentes atores, que analisam principalmente os principais avanços e ainda, estagnação, retrocessos e dificuldades na implantação desta importantíssima lei nacional de resíduos sólidos brasileira. A análise do discurso destes atores, às vezes antagônicas, evidencia que a aplicação da PNRS ainda está em disputa, trazendo à tona lutas e conflitos históricos que não foram resolvidos apenas com sua aprovação, demonstrando que as catadoras e catadores, mesmo sendo invisibilizados por alguns atores, seguem lutando para dar visibilidade e resistindo na busca de seus objetivos. Como as catadoras e catadores são atores fundamentais da PNRS, buscarei dar foco nesta categoria, seu discurso, suas dificuldades e suas lutas pela aplicação da PNRS, contra a incineração dos resíduos, contra as privatizações, pelo reconhecimento e valorização da categoria. A análise da situação de inclusão/exclusão das catadoras e catadores, serve por si só, como uma das mais importantes formas de analisar a implantação desta lei, já que estão diretamente ligados a PNRS.

---

<sup>16</sup> Catador de Materiais Recicláveis, estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: alexmncr@gmail.com

**Palavras Chave:** Resíduos Sólidos, Catador/a de Materiais Recicláveis, conflito.

### **Referências**

CARDOSO, A. Nunes, Zé. **Live: OS 10 ANOS DA LEI NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/revoluciongaia/videos/1530732447097886>> Acesso em: 09 out 2020

COSTA, Claudete. SALLES, Ricardo. **Dia Internacional da Reciclagem Webinar.** Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abrelpe/videos/571537417110982/>> Acesso em: 09 out 2020

ROCHA, Roberto. LOUBE, Luciano Furtado. **PNRS: Paine 1 - Como tirar a lei do papel?.** Youtube. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=k2pcBp1FY-A&ab\\_channel=FrenteParlamentarAmbientalista](https://www.youtube.com/watch?v=k2pcBp1FY-A&ab_channel=FrenteParlamentarAmbientalista) > Acesso em: 09 out 2020

## Temporalidades Juvenis e Políticas Públicas: Viver o presente ou preparar para o futuro?

Bruna Rossi Koerich<sup>17</sup>

### Introdução

As discussões acerca das políticas públicas para as juventudes ganharam centralidade nas últimas décadas, tanto no meio acadêmico, quanto na arena das ações estatais e de organismos multilaterais. Muitas reflexões e pesquisas já foram realizadas acerca deste tema, contudo, ainda há muitos elementos que precisam ser analisados ou observados com maior profundidade.

Esse texto busca realizar reflexões sobre um desses elementos, qual seja: a relação entre as temporalidades juvenis e as políticas públicas para as juventudes. Devido às limitações de tamanho máximo dessa escrita, optou-se por abordar aqui apenas um dos aspectos relacionados à essa discussão, qual seja, a vinculação temporal das principais motivações dos jovens em permanecer em uma política pública. Para tanto, partimos da experiência do Centro da Juventude Lomba do Pinheiro, integrante do Programa de Oportunidades e Direitos, realizado em parceria entre o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente e a Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Foram utilizados como materiais de pesquisa respostas de formulário acerca das percepções de tempo e de futuro, aplicados em 145 jovens frequentadores da política no ano de 2018. Além disso, também compõe o material de análise registros realizados em diários de campo durante o período em que estive à frente da execução dessa política, entre junho de 2017 e outubro de 2019.

Essas e outras reflexões acerca de diferentes dimensões da vivência temporal juvenil na execução de políticas públicas compõe, também, campo exploratório de projeto de tese em andamento no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

### O debate acerca das temporalidades juvenis

Apesar de o conceito de *tempo* estar presente com frequência nos estudos sociológicos sobre juventude, muitas vezes ele gera poucas reflexões e é entendido como algo “dado”. Isso é apenas reflexo de uma tendência mais geral dos estudos na área das ciências sociais que, com algumas exceções, dedicou-se pouco a discutir o *tempo* e as *temporalidades*. A naturalização do tempo e a ausência de questionamento criam a ilusão de que o tempo existe em si e sempre existiu.

Norbert Elias em sua obra *Sobre o Tempo* (1998) defende a necessidade de as ciências humanas debruçarem-se sobre o assunto, muitas vezes compreendido apenas como um fenômeno metafísico e estudado por áreas das ciências naturais. O centro da argumentação do autor reside no fato de que a humanidade criou instrumentos de marcação temporal que se modificam ao longo da história humana, mas que, mais do que isso, para além desse caráter mais operacional, a noção mesmo de tempo modifica-se de acordo com o momento histórico vivido.

Assim, é importante, como disseram Masson e Resende (2005), “colocar o tempo no tempo”, ou seja, compreender que em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos, a relação da humanidade com o tempo foi modificando-se e que essa relação influencia a forma como os indivíduos vivem o seu cotidiano.

---

<sup>17</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFRGS)

Segundo Melucci (2004), podemos compreender nossa relação com o tempo ao longo da história por meio de três representações simbólicas: na Antiguidade, a figura que melhor representaria o tempo seria a de círculo, tendo em vista que compreendia-se o tempo como algo cíclico. Já a Modernidade, por meio de uma relação com o tempo baseada na racionalidade técnica favoreceu uma temporalidade social que aproximava-se da figura da flecha, composta por uma linearidade entre passado, presente e futuro e apontando para o que ainda está por vir, em uma perspectiva otimista de que o futuro é uma expressão das escolhas presentes e tende sempre a ser melhor do que esse.

Contemporaneamente, contudo, a ampliação das incertezas em relação ao futuro gerou mudanças na relação da humanidade com o tempo, dando espaço para uma expressão temporal mais fragmentada e pontual e, por isso, para o autor, a melhor figura metafórica de expressão do tempo nesse momento é a do ponto. ((MELUCCI, 2004, p.20)

Nesse sentido, a redução da importância do futuro enquanto temporalidade e o enraizamento no presente ou, como chamou Pais (2006), a *desfuturização do futuro*, marca a necessidade constante de um investimento no agora, da garantia da satisfação imediata. Segundo o autor, “se falha a capacidade de imaginar o futuro, dá-se um refúgio no presente” (2012, p. 270).

Conforme aponta Leccardi (2005), essa nova temporalidade afeta sobremaneira os jovens, devido a forte relação entre a vivência da juventude com o ato de estabelecer projeções acerca do futuro. Assim, o que busco aqui é estabelecer algumas reflexões acerca das vivências temporais juvenis tendo como cenário duas políticas públicas para as juventudes.

### **Entre o presente o futuro: presenças juvenis nas políticas públicas**

Uma primeira dimensão a ser analisada na intersecção entre temporalidades juvenis e políticas públicas é o forte discurso institucional que vinculam as PPJ's à garantia de um “futuro melhor”.

Contudo, como pontua o Conselho Nacional da Juventude, ao estabelecer diretrizes para a elaboração de Políticas Públicas para as Juventudes, é preciso fugir dessa concepção que vincula ações públicas para jovens apenas à temporalidade futura. Assim “não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades para a vida juvenil.”

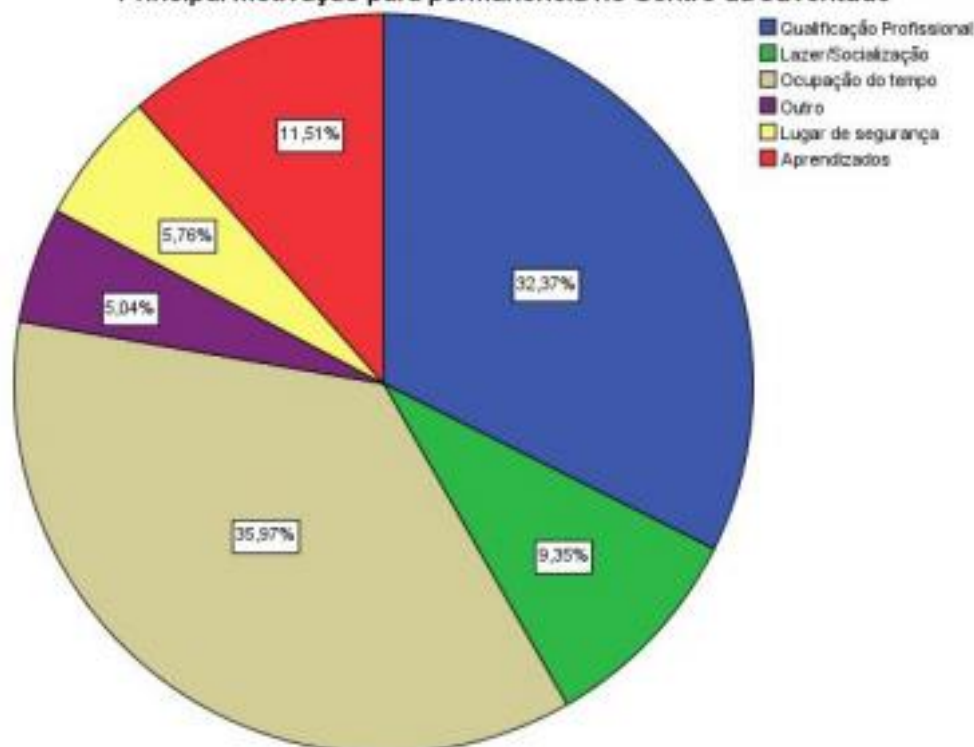
Nesse sentido, o que se observou no acompanhamento dessa política pública para as juventudes foi a de que a participação dos jovens nesse espaço por vezes atendia à lógica da preparação para o futuro (especialmente voltado para a qualificação profissional), enquanto, por vezes estava relacionado com a vivência presente, tanto no âmbito da socialização e relação com os pares, quanto na lógica mesmo da ocupação do tempo e ruptura com o ociosidade ou tédio.

A figura abaixo sintetiza as respostas dos 139 jovens<sup>18</sup> que responderam qual era a sua principal motivação para permanecer frequentando o Centro da Juventude Lomba do Pinheiro:

---

<sup>18</sup> 6 dos 145 jovens que participaram da coleta de dados não souberam responder a essa pergunta.

Principal motivação para permanência no Centro da Juventude



Ao analisar a figura, observamos uma distribuição bem diversa no tocante à temporalidade relacionada à principal motivação dos jovens na permanência nessa política. Enquanto as categorias de Qualificação profissional e aprendizados somam 43,88% e se relacionam fortemente com a temporalidade futura, as categorias relacionadas com a temporalidade presente (ocupação do tempo, lazer/socialização e lugar de segurança) somam 51,08%.

A existência de diferentes vinculações temporais na motivação em aderir a uma política pública dá indícios de que, mesmo em um cenário marcado pelo fenômeno da *presentificação* (PAIS, 2012). Assim, a questão não é a de escolher se as políticas públicas devem ser voltadas mais à projetos futuros, com ações como as de qualificação profissional e ampliação da escolaridade ou à ações mais imediatas, como ações de arte e cultura, de esporte e lazer ou de socialização juvenil. Esse resultado confirma a necessidade de que as políticas públicas para as juventudes sejam pensadas levando em consideração às diversidades e multiplicidades das demandas juvenis, criando a possibilidade de que os jovens, ao frequentarem as políticas públicas possam, simultaneamente, encontrar um espaço para viver o presente e se preparar o futuro.

#### Referências:

- CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. Brasília, 2006.
- LECCARDI, Carmem. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. V. 17, n.2, 2005.
- MELUCCI, Alberto. O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004. 184 p.
- PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**. v.26, n. 75, 2012. p. 267- 280.

## A licença paternidade sob o olhar masculino: discussões sobre os papéis de cuidado

Fernanda Sena Fernandes<sup>19</sup>

Janaína Xavier Nascimento<sup>20</sup>

Este trabalho é fruto de pesquisa de conclusão de curso, ainda em andamento, e se propõe a analisar, através de abordagem qualitativa, a percepção dos pais sobre o tempo de licença paternidade vigente no Brasil. Hoje, no país, os regimes de licenças parentais são divididos entre licença paternidade de 5 a 20 dias e licença maternidade de 120 a 180 dias<sup>21</sup>, validando de maneira institucional a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são destinadas prioritariamente ao espaço do lar e dos cuidados e o homem ao âmbito público e produtivo (KERGOAT, 2003, p. 55). Quando, porém, esta discussão é trazida aos espaços públicos e mesmo dentro dos movimentos feministas, sobressai-se um senso comum que dita que entre os homens não há interesse na extensão deste tempo, e portanto remove-se os mesmos do debate. Esta pesquisa nasce justamente da curiosidade de compreender de forma científica se, de fato, esta demanda não existe ou se o Estado não está acompanhando mudanças sociais e culturais que vêm ocorrendo nas dinâmicas de gênero.

Para isto, em um primeiro momento foi realizada uma aproximação com os sujeitos de pesquisa, através de um survey on-line estruturado em 16 questões, das quais 9 consistiam em perguntas fechadas e 7 em perguntas abertas, com temáticas referente à paternidade. Este questionário foi disseminado através da rede social Facebook e obteve um total de 103 respostas, dentre as quais os emails de pais que se propusessem a participar da segunda etapa da pesquisa. Este questionário apontou alguns indícios de que apesar do papel do pai ainda estar muito conectado com a função de provimento, há mostras de um movimento de mudança cultural no que diz respeito aos papéis de cuidado. Mas esta análise quantitativa, em uma amostra tão pequena, ainda não fornecia os dados necessários para uma compreensão mais profunda sobre o tema.

Desta forma, a segunda etapa desta pesquisa constituiu-se em estudo qualitativo, através de entrevista semi-estruturada, que permitiria uma visão mais próxima da realidade sobre a qual o problema de pesquisa se estabeleceu e também uma maior compreensão através da interação com os sujeitos de pesquisa (MINAYO, 2019, p. 56). Dos contatos obtidos através do questionário, apenas 4 pais retornaram demonstraram, de fato, interesse de participação. Não sendo esta amostra o suficiente, optou-se pela utilização do método bola-de-neve, na qual os entrevistados também são informantes, “indicando” outros pais que pudessem se disponibilizar à entrevista. Assim, chegou-se a 12 entrevistados, dos quais um dos materiais obtidos teve de ser descartado por razões de incompatibilidade das informações apresentadas, o que poderia comprometer a pesquisa.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, é possível delinear alguns resultados preliminares. O que salta aos olhos é a menção, por todos os entrevistados, de uma questão transgeracional, onde o pai é colocado como figura a ser superada, seja por uma questão de ausência paterna, seja por uma paternidade mais distante, onde o papel do pai tradicional, provedor e mais distante dos cuidados ainda é muito presente. Há, da parte destes homens, um interesse genuíno de superação das paternidades aos quais foram submetidos, como nos aponta

---

<sup>19</sup> Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais pela UFSM.

<sup>20</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSM

<sup>21</sup> No setor privado a Licença maternidade corresponde a 120 dias e a licença paternidade a 5 dias (tempo este regulamentado desde 2016 através de ação no STF), mas em empresas cadastradas no programa “Empresa Cidadã” e para funcionários públicos, há uma extensão deste tempo, correspondendo a mais 60 dias para a mãe e 15 para o pai, totalizando um teto de 180 e 20 dias, respectivamente.



Fidélis<sup>22</sup>, 38 anos e pai de um menino de 12: “então eu queria superar aquele modelo, meu pai ele foi um pai ausente, a minha mãe criou os filhos sozinha, então eu queria superar aquele modelo”. Isto também é apontado por Paco, 40 anos e uma filha de 4, quando fala do pai:

“Ele criou a ideia de ser pai pela ausência, porque meu avô morreu quando meu pai tinha uns dois anos assim [...] aí meu pai cresceu, minha avó trabalhando fora, essa coisa toda, e... e meu pai cresceu muito com a ideia de que o que é ser pai: não pode faltar nada pros meus filhos, e nada muito... é isso, eu tenho que ser o provedor absoluto de tudo”.

Esta questão é digna de um estudo mais aprofundado, pois denota uma mudança progressiva, embora lenta, na própria concepção de paternidade através das gerações, constituindo-se em dado importante para compreender como estes homens têm se colocado diante destes debates.

Por esta perspectiva de superação, é unânime entre os entrevistados a necessidade de extensão do período de licença paternidade, embora nem todos tenham gozado da mesma. É o caso de Rafael, 52 anos, pai de uma adolescente de 14 anos e um adulto de 26: “sou professor, então assim, teoricamente sim, mas na prática se eu tiro licença paternidade eu tinha que arranjar um substituto pra dar minhas aulas, então já tem 14 anos atrás e eu era coordenador, provavelmente naquela época, então provavelmente eu ia me cobrar que eu arranjasse um substituto”. Gabriel, 46 anos e uma filha de 20, relata sobre a necessidade da rede de apoio: “acho que poderia ter um tempo maior pro pai porque olha, se tu não tem ali os avós ali pra ajudar, algum tio, uma tia, é complicado, complicado mesmo.”. Outro que também fala sobre como a licença paternidade tão curta exige ajuda de terceiros é Fidélis: “eu precisei de muita gente. Essas pessoas que eu precisei, pra você ver Fernanda, elas interferem na educação do nosso filho até hoje. Tem gente que fala criou também. Muita gente ajudou, sabe, mas não exerceu tal protagonismo. Tem gente que às vezes usa isso até pra desabilitar você em tudo como pai”.

O que se pode perceber, através destes relatos, é que parece haver uma mudança progressiva na forma como os homens encaram sua própria paternidade, e isso perpassa, invariavelmente, um olhar sobre a própria masculinidade. Oliveira indaga sobre isso:

“Seria possível pensar que a avalanche de mudanças sócio-estruturais teria de fato flexibilizado ou tornado menos rígidas as prescrições sociais para o gênero masculino? O homem hoje vivencia algum tipo de crise existencial em função da inadequação entre prescrições de gênero antiquadas e as demandas sociais atuais?” (2004, p. 84).

Os resultados preliminares desta pesquisa mostram que a indagação do autor encontra, de fato, certa materialidade. O ingresso massivo de mulheres no mercado de trabalho, os debates de gênero e a própria organização das mulheres na luta por direitos mais igualitários parece mover também os homens em relação às suas próprias formas de ser socialmente. No entanto, faz-se necessário um adendo: o perfil destes pais ainda é muito específico: em sua maioria são homens com pós-graduação e com rendimentos em torno de 5 salários mínimo. Apresentam capital cultural considerável e não estão alheios aos debates feministas. Reconhecem que rever suas paternidades passa por olhar a própria constituição de suas masculinidades, e veem na extensão da licença paternidade uma forma de poderem exercer os cuidados com os filhos. João, 40 anos e um filho de 1 ano, fala sobre como a licença paternidade curta afeta especialmente as mulheres: “acho que tem uma crítica, uma crítica que a gente pode fazer é que a nossa licença paternidade ela é muito pequena né, são muito poucos dias né, e a da mãe, inclusive em conversas que eu e minha esposa a gente teve, acaba que aumenta o peso pra mulher né, porque como ela tava de licença, em tese ela tava a disposição de ficar com a

---

<sup>22</sup> Todos os nomes aqui apresentados são fictícios e escolhidos pelos próprios entrevistados, a fim de preservar suas identidades.

criança né, e o pai não tá de licença né, então o pai pode trabalhar, o pai não tem a obrigatoriedade de ficar mais tempo”.

Como já observado, este estudo ainda está em desenvolvimento, e nem todas as entrevistas ainda foram analisadas com o devido cuidado. O que podemos concluir é que de fato a licença paternidade atual não é vista como suficiente para estes homens, que demandam uma extensão deste tempo. Resta-nos tentar refletir sobre as causas do entrave no debate público desta temática, assim como as possíveis mudanças sociais que esta extensão poderia causar.

**Palavras-Chave:** Gênero; Políticas Públicas; Licença paternidade

#### **BIBLIOGRAFIA:**

OLIVEIRA, Pedro Paulo. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane; EMÍLIO, Marli; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

## **Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: Um teste empírico do conceito de sistema deliberativo**

Fernando Maccari<sup>23</sup>

No Brasil, a Constituição Federal estabeleceu em seu texto o princípio da participação social por meio de sistemas de gestão participativos e descentralizados no âmbito de diversas políticas públicas, em especial nas de cunho social. Entretanto, embora a constituição tenha estabelecido o princípio da participação, a sua operacionalização ocorreu somente em resultado da combinação de uma importante vontade social e de um essencial compromisso político pela institucionalização na prática deste princípio (Montambeault, 2018).

No âmbito das instituições participativas brasileiras destacam-se os conselhos de políticas públicas e as conferências nacionais de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo, eles possuem atuação nas três esferas de governo, são criados por lei e podem ter caráter consultivo, deliberativo e/ou fiscalizador, normalmente são responsáveis por propor diretrizes e prioridades para políticas públicas nas áreas em que atuam e deve possuir em sua composição tanto representantes governamentais como representantes da sociedade civil, garantindo assim amplo controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

As conferências nacionais por sua vez consistem em instâncias de participação e deliberação tendo por objetivo prover diretrizes para a formulação de políticas públicas das áreas que lhe dizem respeito. Normalmente as conferências são convocadas pelos conselhos mediante autorização do Poder Executivo e devem ser precedidas por etapas municipais e estaduais, nas quais são escolhidos representantes que ficam responsáveis por levar as demandas locais e regionais, provenientes do processo deliberativo, para a etapa nacional.

No que diz respeito à temática da alimentação, no Brasil foi sancionada em 2006 a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, responsável por criar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. O sistema é um moderno instrumento de governança pública arquitetado de modo descentralizado com princípios participativos e intersetoriais, que tem por objetivo formular, implementar e fiscalizar as políticas públicas e ações de combate à insegurança alimentar e nutricional em todo território nacional por meio da adesão dos entes federativos subnacionais. Muito embora criado pela LOSAN, o sistema só foi regulamentado em 2010, por meio de decreto que definiu os requisitos necessários para adesão dos estados e municípios ao SISAN, além dos parâmetros para a construção dos planos de segurança alimentar e nutricional.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional possui quatro componentes, entre eles estão as conferências de segurança alimentar e nutricional, os conselhos de segurança alimentar e nutricional, as câmaras intersetoriais de segurança alimentar e nutricional e os planos de segurança alimentar e nutricional. A adesão dos estados ao respectivo sistema ocorre de maneira voluntária e é incentivada por meio de facilidades no repasse de recursos financeiros oriundos da União, quando o estado deseja efetuar a sua adesão, este deve sancionar sua lei orgânica acerca da segurança alimentar e nutricional, e deve necessariamente possuir tanto uma câmara intersetorial como um conselho de segurança alimentar e nutricional, além de comprometer-se a construir de forma participativa o seu plano de segurança alimentar e nutricional em um prazo pré-estabelecido.

A adesão do Estado de Santa Catarina ao sistema ocorreu em 2011, e o processo de construção de seu plano, tema central estudado em minha dissertação, iniciou-se no final de

---

<sup>23</sup> Mestrando em Sociologia Política pelo PPGSP/UFSC

2013 e encerrou-se em dezembro do ano subsequente. A minuta do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (PESAN-SC) foi elaborada em reuniões abertas da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do estado de Santa Catarina (CAISAN-SC), nas quais participaram além dos próprios membros da câmara, conselheiros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA-SC) e membros da sociedade civil. O projeto do plano foi estruturado a partir das seis diretrizes propostas na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi precedida pela 4ª Conferência Estadual de SAN, que por sua vez foi precedida por 16 conferências municipais e regionais.

Após diversos momentos de deliberação, a minuta foi encaminhada para uma consulta pública online durante o período de trinta e um dias, que teve como objetivo ampliar a participação direta na discussão e no aprimoramento do PESAN-SC. Durante a construção do Plano catarinense de SAN, também foram realizadas sete oficinas de mobilização, implantação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em municípios de diferentes regiões de Santa Catarina, as oficinas além de dialogar com os municípios sobre o plano estadual e a consolidação do SISAN, também tinha como objetivo incentivar a adesão municipal ao sistema. A adesão de municípios ao SISAN ocorre por meio do interesse e do cumprimento das condições previamente expostas neste trabalho, até o momento um total de 30 municípios catarinenses aderiram ao sistema.

Os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da forma que foram concebidos, prometem exercer suas atribuições por meio da participação e da intersectorialidade, de modo que se concretizadas na prática, estas promessas vão de encontro a alguns dos princípios de um processo deliberativo, tais como o livre intercâmbio de argumentos e a participação na tomada de decisão (Santos, 2016). Entretanto, é necessário estudar mais a fundo a forma como a participação ocorre nestes espaços institucionais, visto que quanto aos indivíduos participantes das novas modalidades participativas, não lhe são garantidos que suas opiniões serão aceitas e levadas em conta na tomada da decisão, “uma vez que os principais tomadores de decisões políticas continuam sendo os chefes do poder executivo e os membros do legislativo” (González, 2012, p. 118).

Devido à natureza sistêmica do objeto de pesquisa proposto para análise neste trabalho faz-se necessário mobilizar um arcabouço teórico que perpassasse os limitados estudos de instituições e processos individuais, sendo capaz de analisar um amplo sistema de interações interpessoais. No que tange o enfrentamento deste desafio, a literatura acerca dos sistemas deliberativos mostra-se robusta e vigorosa, à medida que propõe ir além das tradicionais análises de experiências deliberativas individuais. A abordagem sistêmica da deliberação possui algumas particularidades, as quais, lhe fornecem algumas vantagens sobre as análises deliberativas tradicionais, entre elas está a possibilidade de pensar a democracia deliberativa em larga escala, rompendo com antigos paradigmas da teoria deliberativa (Mansbridge et al., 2012).

Com base no exposto, este trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como ocorreram as práticas deliberativas no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da criação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina. Quanto aos métodos de pesquisa, serão analisados três tipos de dados, são eles: (1) documentos e legislações pertinentes às arenas deliberativas, (2) documentos produzidos no âmbito das arenas e (3) dados coletados por meio de entrevistas realizadas com participantes das arenas deliberativas.

**Palavras-chave:** Democracia Deliberativa. Sistema Deliberativo. Representação Política.

## REFERÊNCIAS

MANSBRIDGE, Jane et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (Org.). **Deliberative systems**: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Cap. 1. p. 1-26.

MONTAMBEAULT, Françoise. Uma Constituição cidadã?: sucessos e limites da institucionalização de um sistema de participação cidadã no Brasil democrático. **Estudos Ibero-americanos**, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 261-272, 2018.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos. Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 50, n. 3, p.501-511, 2016.

## O paradoxo da hierarquia e da igualdade: ações afirmativas Brasil e Índia

Lidia Bueno Pereira<sup>24</sup>

O construto deste estudo tem como objetivo refletir sobre as políticas de ações afirmativas implantadas no Brasil e na Índia como dispositivos que funcionam para encurtar a diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Do ponto de vista sociológico torna-se importante apresentar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas brasileira e indiana. Refletir sobre a busca da mitigação e/ou superação dos determinantes sociais que impactam nesses dois universos por meio da construção de políticas públicas igualitárias de natureza reparatória nas ações afirmativas parece indicar/confirmar a importância dos referenciais teóricos das ciências sociais dialógicas.

Brasil e Índia constituem duas potências emergentes no sistema mundo (WALLERSTEIN, 2004, pag.76) deste modo reconhecidas por organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Nas últimas décadas, o diálogo entre os países aumentou devido a parceria estratégica na formação do bloco econômico Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e na cooperação internacional no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) G4 e G20 . (NASCIMENTO, 2009, p.09)

Os países do BRICS aparecem com um alto nível potencial de desenvolvimento econômico e tecnológico. A rigor, Brasil e Índia acreditam na sua relevância para a ordem internacional e conseqüentemente se recusam a adotarem papéis secundários neste sistema. Os princípios de modernização atravessavam o ideário de modernidade dos respectivos países ao final da segunda guerra mundial. Após o fim da bipolaridade mundial entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) os países se atentaram para seus modelos de desenvolvimento e conseqüentemente mudaram as suas estratégias, priorizando por exemplo; as alianças regionais como política externa (NASCIMENTO, 2009, p.12) . Um dos grandes feitos dos dois países, já no século XXI, foi a participação no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), lançado pelo BRICS, como alternativa ao controle do sistema financeiro liderado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, criando um fundo de financiamento Sul-Sul. Os dois países acabam por ter aspirações comuns como, por exemplo, serem reconhecidos como potências hegemônicas, num possível mundo multipolar. Entre os desafios que os aproximam, esses países possuem problemas estruturais de desigualdade social e econômicas importantes, de magnitudes continentais, além de problemas estruturais de desenvolvimento.

Para refletir o conteúdo que perpassa este tema se faz necessário observar as relações da construção de um ideário de modernidade e como este se contrapõe à ideia de hierarquia como eixo fundamental na estrutura social. Um fator importante do ser moderno, do ser econômico e socialmente desenvolvido é a igualdade.

Um dos pontos consensuais, nas trajetórias sociais históricas de Brasil e Índia, que impulsiona a construção das políticas públicas das ações afirmativas nos dois países é o reconhecimento da prevalência de imensas desigualdades sociais e econômicas. Neste contexto fica evidente a existência de uma diferença significativa entre classes sociais no caso do Brasil e sistema de castas no caso da Índia. Existem características em ambas as sociedades que acabam se manifestando no plano das representações coletivas inconscientes, uma espécie de naturalização de certas ações nestas sociedades. Se pode afirmar que existem condições

---

<sup>24</sup> Graduanda no Bacharelado em Ciências Sociais - UFRGS.

factuais e contextuais na sociedade brasileira e indiana que buscam caminhar no sentido do achatamento das disparidades nos dois países, contudo as desigualdades sociais e econômicas em ambos os países permanecem. Pode-se pensar, em certa medida, que as desigualdades nas esferas políticas também se fazem presentes nos dois universos comparados, apontando, neste caso, para a questão estritamente moderna da efetivação da noção de cidadania.

O conceito de hierarquia adotado por Louis Dumont (1997), se apresenta como fundamental nesta pesquisa, o autor se utiliza do conceito do homem moderno, em sua visão ou existe o homem aequalis ou o homo hierarchicus. Para Dumont, a reflexão permanente sobre o modelo hierárquico de sociedade se justifica na necessidade de superação deste. As desigualdades sociais e econômicas e o problema de cidadania estão relacionados com essa reflexão, são modelos hierárquicos de sociedades.

Observa-se, no contexto dos Estados Unidos da América a existência de hierarquia. Contudo, o modelo hegemônico formalmente assumido pela visão de mundo americana consiste no igualitarismo. Neste caso em questão, a hierarquia aparece como disfuncional ao sistema padrão em sua totalidade. Apesar dessa constatação inequívoca, em determinada situação particular da nação americana a hierarquia fez parte da estrutura social, conforme comprovado com o Sul majoritariamente agrário dos EUA que, historicamente, se apresenta mais racista que o Norte industrial do país. Porém essa lógica precisou ser parcialmente relativizada para que o país chegasse a ser a potência e o império que é hoje.

Essa discussão suscita uma reflexão sobre as características e a natureza dos modelos hierárquicos existentes no Brasil e na Índia. Em que medida o modelo de hierarquia se faz presente nas sociedades contemporâneas. A existência da hierarquia é reconhecida em todas as sociedades. Nessa construção histórica, algumas sociedades se estabeleceram no ideário de igualdade, já em outras, a construção não se deu neste formato. Acabaram ou por almejar esse ideal chamado de modernidade, que pode vir a ser o caso de Índia e Brasil, ou são sociedades orientadas pela hierarquia.

Esse trabalho entende que o debate das questões das ações afirmativas passa por um conjunto de dados demográficos e estatísticos correlacionados com a teoria social. Vindo de uma preocupação referente ao plano dos processos de intervenção social científica no campo temático das políticas públicas.

Uma primeira constatação se impõe, a saber; caso os modelos societários hegemônicos de Brasil e Índia fossem totalmente modernos e igualitários não haveria necessidade de ações afirmativas. Como no caso da Europa que não depende destas políticas públicas havendo ressalvas, como a situação dos imigrantes. O impacto do avanço da extrema direita na Europa demonstra que essa realidade vem se modificando, mas isso não pode ser visto como algo estrutural, como dominante (LOWY, 2015). No Brasil e na Índia, mesmo que existam posições contrárias às ações afirmativas, estas políticas públicas se mostram necessárias. Essa é a diferença de uma política pública que é fundamental e tira milhões da miséria absoluta e todo um país evolui de patamar e de uma política que pode ser muito interessante na Europa e necessária como as causas da defesa ambiental, a defesa de pautas feministas, mas as políticas impactam de forma estruturante no sistema, no sentido de mudar o modelo.

No Brasil com uma população de aproximadamente 220 milhões, e pensando que 52% da população se autodeclara negra, podemos pensar como estes dados têm uma representatividade importante. Na Índia, com sua população de mais de 1 bilhão e 200 milhões, os dalitis vão ser 19%, e as castas mais baixas podem chegar a 40% da população, existindo uma representatividade igualmente significativa. Brasil e Índia possuem diferenças significativas nesse aspecto. Existe uma diferença primordial entre classes sociais e casta. Por mais que esse modelo de classe no Brasil esteja enrijecido e não permita uma real mobilidade, em teoria qualquer pessoa pode ascender. O modelo vai se utilizar de exemplos, de indivíduos

que conseguiram essa ascensão como: artistas, jogadores de futebol, músicos, isso se mostra forte nas reproduções sociais brasileiras.

A nível mundial, pós segunda guerra , surge o que podemos chamar de regime global de direitos humanos, que vem de uma preocupação da UNESCO, e da ONU, para entender e tentar responder de forma propositiva do porquê: das desigualdades, da pobreza, do racismo, da a população ser marginalizada. Esse é o nascimento da força da sociologia brasileira, e também não deixa de ser um proto cenário e contexto acadêmico intelectual e político das ações afirmativas no Brasil. Deste conjunto se mostra importante compreender de onde surgem as ações categorizadas no selo de ações afirmativas. As ações afirmativas vêm dessa preocupação em entender essas enormes desigualdades e propor alternativas de superação deste estado de coisas porque já existiam favelas, porque as negras e os negros têm salários mais baixos, porque a pobreza na América Latina, particularmente no Brasil, surge. São os principais autores da sociologia brasileira surgindo nesse contexto. E ao mesmo tempo no contexto indiano existem autores decoloniais surgindo tais como Spivak, Venna Das, Ranajit Guha, entre outros.

**Palavras-chave:** políticas públicas, ações afirmativas e hierarquia

### **Referências Bibliográficas:**

DAFLON, V. Políticas de reserva: o modelo indiano de ação afirmativa. Dissertação (mestrado no programa de sociologia). Instituto universitário de pesquisa do Rio de Janeiro (IUPRJ). Rio de Janeiro, 2007.

DUMONT, L. Homo Hierarchicus o sistema de castas e suas implicações. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

NASCIMENTO, O. A Índia na ordem global - série entenda o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, v. 32, 2014.

PEILIN, L. et al. Handbook on social stratification the BRIC countries change and perpective. Singapore: World Scientific Publishing co pte.Ltd, v. 1, 2013.

WALLERSTEIN, I. World Sístems Analysis. 4. ed. [S.l.]: Duke university press, 2004.



## Por que o neoinstitucionalismo histórico? O uso da abordagem para análise do Sinaes

Ana Luiza Fernandes Mendes<sup>25</sup>

Fazendo uso da pergunta de Skocpol (1995a), o presente artigo tem por objetivo apresentar as correlações entre o neoinstitucionalismo histórico, enquanto perspectiva de análise, que introduz aspectos analíticos importantes para os estudos acerca de políticas e o entendimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), como uma política emanada da regulação do Estado para o setor, em especial para a educação superior privada. O trabalho proposto desenvolveu-se a partir do levantamento bibliográfico sobre os principais autores que discutem o neoinstitucionalismo histórico e a análise do Sinaes, da Lei nº 10.861/2004, dos demais instrumentos normativos e da produção científica, que é muito vasta sobre esse tema. O neoinstitucionalismo oferece chaves interpretativas para entender a ação governamental permeada pelas relações sociais, como ela é gestada e gerida e como as intencionalidades são transformadas em normas e estas, por sua vez, em ações governamentais. O Estado e a sociedade estão em mútua constituição entre seus atores e o mercado (SKOCPOL, 1995a). O neoinstitucionalismo histórico, uma das vertentes do neoinstitucionalismo, observa o legado institucional, a trajetória da política pública, a ação do Estado historicamente condicionada; e como as instituições políticas mediam as relações de cooperação e conflito entre seus atores; estes analisados de maneira contextualizada e com suas metas e preferências condicionadas por essas instituições políticas. Nesse sentido, a análise política à luz do neoinstitucionalismo histórico prevê a ênfase na trajetória histórica em sua temporalidade e sequência, continuidade ou mudança; no papel das instituições, com suas características formais e informais e as regras que estruturam a relação entre atores e os rumos das políticas e como as instituições recebem a influência desses atores; e o papel dos atores, que influenciam e são influenciados pelo contexto institucional; em um campo de disputa de ideias e imagens acerca da política. As instituições estão situadas em uma cadeia causal que deixa espaço para outros fatores interferirem nos resultados. Tais fatores são especialmente de cunho socioeconômico e ideológico. (HALL; TAYLOR, 1996). Destarte, as novas políticas transformam a capacidade do Estado, mudando as possibilidades administrativas para iniciativas futuras, outrossim, afetam a identidade social, metas e capacidades dos grupos para o jogo político dessa nova política. Em seguida à teorização sobre o neoinstitucionalismo histórico, parte-se para o entendimento acerca do Sinaes, o qual foi concebido em um contexto que refletiu os processos de globalização, e, assim, as relações da educação com o ‘mundo produtivo’, especialmente da regulação como forma de garantia de performatividade e maior abertura para o setor privado. Criado em 2004, na forma de Lei, o Sistema objetivou a política regulatória do país, pautada no tripé da regulação, supervisão e avaliação com o objetivo de induzir a qualidade na educação superior. Para a análise de políticas, observou-se que Skocpol (1995b) propõe o estudo a partir de uma matriz de análise de quatro dimensões: capacidade de implementação de políticas pelos políticos e burocratas estatais; fatores políticos e sociais que estão articulados para que as metas propostas e sua capacidade de implementação estejam alinhadas ao jogo político; grau de aceitação e articulação de um determinado grupo ou movimento e seus consequentes pontos de acesso ao Estado; e por fim, a análise das políticas sob a ótica de que “a política cria políticas, estas também reelaboram a política” (SKOCPOL, 1995b, p. 58). Partindo dessa matriz e correlacionando-as com política educacional de regulação estabelecida, o estudo aqui proposto para o Sinaes foca em três dimensões que contemplam as proposições de Skocpol (1995b): na

---

<sup>25</sup> Doutoranda em Ciências Sociais Unisinos

trajetória histórica, no papel das instituições e no papel dos atores. Sobre a trajetória histórica, a análise do Sinaes parte do entendimento acerca das influências de outras políticas educacionais, especialmente as com foco na regulação e se houve ruptura com essas políticas ou processo de continuidade das mesmas e quais rearranjos foram promovidos na concepção da política para sua atual configuração. No papel das instituições, deve-se analisar o marco legal e normativo que definiu a política, quais foram as diretrizes e conteúdo, em sua concepção: objetivos, a que e a quem se destina, quais estratégias serão implementadas e quais resultados espera-se alcançar. Essas questões conformam o papel das instituições na política de regulação da educação superior no país, objetivada na Lei do Sinaes, nos decretos e portarias que complementam o marco regulatório e revelam, em seus textos, levantados e analisados em seus principais pontos, a articulação entre o Estado, por meio de seus burocratas estatais e dos políticos para a implementação da política. Quanto ao papel dos atores, os fatores políticos e sociais e a articulação dos atores e organizações para colocação da política em agenda, as disputas entre as diferentes ideias emanadas acerca das possibilidades de resultados com a política são aspectos analisados nesta dimensão. Isto posto, os atores envolvidos no Sinaes, como o próprio Ministério da Educação, e suas ramificações através do Conselho Nacional de Educação, da Secretaria de Regulação e do Inep (órgão executor das avaliações), como burocratas estatais, e por outro lado, os empresários do setor, os grupos educacionais e associações de mantenedores que tiveram e têm influência na concepção do Sinaes. Todos esses argumentos corroboram para que a literatura neoinstitucionalista em sua vertente histórica possa favorecer a compreensão das políticas educacionais, em especial as de regulação da educação superior, a partir da constituição das políticas, dos grupos de interesse e das estratégias adotadas para sua colocação na agenda. Mesmo em se tratando de um trabalho em curso (tese de doutorado), fica evidenciado que o Sinaes, dada a sua atual configuração, foi moldado pela interação entre o Estado, seus burocratas e uma série de outros atores públicos e privados, que conformam a política. Da sua concepção, para a sua formatação em um texto, em uma lei, até a sua efetivação como uma política de regulação do Estado, o Sinaes tornou-se de fato um instrumento de política norteador para a educação superior. Do outro lado, as IES, enquanto atores da políticas, também têm suas ações moldadas pelo Estado, na medida em que o Sinaes tem em sua finalidade ser um instrumento de controle da expansão e norteador de qualidade. Por isso, contorna o funcionamento e a estrutura das IES; desde a concepção de currículos, processo de ensino aprendizagem, até a busca pela sustentabilidade institucional. Essa inter-relação Estado e sociedade, objeto de análise do neoinstitucionalismo, reforça a importância de conceber uma política por suas lentes analíticas.

**Palavras-chave:** Neoinstitucionalismo histórico; Sinaes; educação superior.

## **REFERÊNCIAS**

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo- institucionalismo. **Lua Nova [online]**. 2003, n.58, pp.193-223.

SKOCPOL, Theda. Why i am an historical institutionalist. **Polity**, n. 1, v. 28, autumn, 1995a, p. 103-106.

\_\_\_\_\_. **Protecting Soldiers and Mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge: Harvard University Press, 1995b. (Introduction, p. 1-62).

## **Democracia digital: o uso de dispositivos tecnológicos digitais e a ampliação da participação social no processo legislativo brasileiro**

Licemar Vieira Melo<sup>26</sup>

Monika Weronika Dowbor<sup>27</sup>

A internet tem se apresentado como mais um canal de interação entre o Estado e a sociedade, podendo potencializar novas práticas democráticas contemporâneas e/ou ampliar acessos a serviços públicos ou ainda reproduzir as desigualdades de acesso. Esse fenômeno tem sido estudado, no Brasil, a partir do conceito de democracia digital (Gomes e Maia, 2008; Silva, Bragatto e Sampaio, 2016) que contempla a relação entre a comunicação, a partir do uso de dispositivos tecnológicos, e a democracia. Os fenômenos associados à democracia digital têm sido impulsionados pelo desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), especificamente a Internet e pressionados por uma suposta crise da democracia representativa (Bonavides, 2006). A partir disso surgem novos “desenhos democráticos”. (Araújo, Penteado e Santos, 2015), propostos pela sociedade civil ou pelos próprios Poderes do Estado. Nesta investigação analisamos um destes desenhos, criado pelo Poder Legislativo federal, no Brasil, e que consiste no encaminhamento, por parte de organizações da sociedade civil, de sugestões de projetos de lei à Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados através de dispositivos tecnológicos digitais, como e-mails e *websites* institucionais. A CLP foi criada em 2001 com o objetivo de promover a participação da sociedade no processo legislativo brasileiro e recebe por meio de organizações da sociedade civil como ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe, portanto de atores coletivos, sugestões legislativas como propostas de leis complementares e ordinárias, de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Este trabalho divulga uma tese em fase de produção no PPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) de São Leopoldo/RS que tem o objetivo de entender como esses dispositivos ampliam a participação social, reconstruímos a trajetória destes instrumentos, analisamos as mudanças e permanências no modo de seu funcionamento bem como os proponentes de projetos e graus de sua aprovação na Câmara a que foi encaminhada. Nossa hipótese é que estes instrumentos tem sido usados com crescente intensidade por uma diversidade de atores da sociedade civil ampliando a participação destes no processo legislativo brasileiro. Pretendemos, nessa pesquisa, identificar se essa participação (online) promove a interação entre Estado e Sociedade, e, assim, diminui déficits da democracia representativa, ou ratifica a autonomia do Estado. Essa pesquisa é quali-quantitativa, a coleta dos dados se dará através de fonte documental (relatórios anuais da Comissão de Legislação

---

<sup>26</sup> Doutoranda no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS- São Leopoldo-RS. E-mail: [licemarvm@gmail.com](mailto:licemarvm@gmail.com)

<sup>27</sup> Dr<sup>a</sup> em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), docente no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS-São Leopoldo-RS. E-mail: [monikads@unisinors.br](mailto:monikads@unisinors.br)

Participativa da Câmara Federal do período 2001 a 2019) e de entrevistas com técnicos da Câmara Federal; os dados serão analisados por meio de análise de conteúdo e o tratamento dos dados será quantitativo, descritivo e interpretativo. Como marco teórico utilizamos o neoinstitucionalismo histórico.

**Palavras-chave:** processo legislativo, democracia digital, participação *online*.

**Referências bibliográficas:**

ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. dos. Democracia digital e experiências de e-participação: *webativismo* e políticas públicas. *Revista História, Ciências, Saúde*. Manguinhos-RJ, v. 22, dez. 2015. p. 1597-1619.

COELHO, Rony. Legislação participativa: atores, iniciativas e processo legislativo. *Revista Interseções*. v. 17. n. 1 UERJ. Rio de Janeiro – RJ, 2015.

GOMES, W. A democracia no mundo digital: história, problemas e temas. Organização de Sergio Amadeu da Silveira. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

## A atuação do legislativo acerca da Convenção Americana de Direitos Humanos

Marcílio Barcellos Gessinger<sup>28</sup>

Perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil responde por doze casos, sendo parcial seu cumprimento. Por outro lado, há oito condenações pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em que o cumprimento se limitou à indenização por danos morais. Não bastasse, existem divergências entre a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos pela jurisprudência nacional e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, conforme se nota da ADPF nº 153 julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Mesmo com disposição constitucional (art. 5º, §2º, da Constituição Federal) de reconhecimento de Direitos Humanos eventualmente ali não contemplados, a jurisprudência brasileira aplica pouco os tratados de Direitos Humanos. Quando ocorre tal aplicação, nota-se que a formação acadêmica e profissional do magistrado é fator determinante. Assim, não obstante ratificada, a Convenção Americana de Direitos Humanos é pouco aplicada, dependendo muito do arbítrio do magistrado<sup>29</sup>. Nesse contexto, uma vez que o magistrado é limitado pela lei. Dessa maneira, o objeto dessa pesquisa é a (in)existência dessa vontade política do Legislativo. Haveria alguma intenção de regulamentar a execução de sentenças provenientes da Corte IDH? Para isso, utilizar-se-á de pesquisa efetuada no site LexML para pesquisar legislação acerca da matéria a partir dos termos “Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, “Convenção Americana de Direitos Humanos” e “Corte Interamericana de Direitos Humanos” no período de dezembro de 1992 a março de 2020, ou seja, a partir da ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos até o início da pesquisa. Uma vez encontrados os resultados, foram excluídos aqueles referentes à própria Convenção, e separados em dois grupos: legislação e propostas de legislação. Desse jeito, foram analisados todos os resultados encontrados, aplicando-se, portanto, o método de censo. Em resumo, de dezembro de 1992 a março de 2020, houve a) cinco decretos do Presidente da República dispendo sobre indenização às vítimas de violações do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos; b) um decreto sobre representação do Estado de São Paulo perante à CIDH; c) um decreto instituindo um grupo de trabalho para estudar o cumprimento de uma recomendação pontual da CIDH no Estado de São Paulo; d) uma proposta de decreto legislativo para auferir status de emenda constitucional ao Pacto de São José da Costa Rica; e e) três projetos de lei que visam caracterizar as sentenças condenatórias, quanto ao quantum indenizatório, como títulos executivos judiciais. Em quase trinta anos da ratificação da Convenção e depois de diversas violações da mesma, as poucas criações legislativas se limitam a cuidar da indenização das vítimas, diferenciando-se somente

---

<sup>28</sup> Graduando da Faculdade de Direito da UFRGS

<sup>29</sup> Os dados sobre aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos pelo Judiciário nacional advém de pesquisas do autor que foram publicadas em revistas científicas, quais sejam “A Influência da Formação Acadêmica e Profissional do Magistrado na Aplicação do Direito Internacional Público: uma Análise do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos” publicada na Revista Perspectiva das Relações Internacionais da UFRGS e “A Convenção Americana de Direitos Humanos pelo TRT4” publicada na Revista Res Severa Verum Gaudium da Faculdade de Direito da UFRGS

o Decreto nº 51.678/07, que institui um grupo de estudos. A produção legislativa poderia suscitar uma aplicação forçada dos tratados internacionais de Direitos Humanos e estreitar a discricionariedade dos magistrados ao decidirem matérias relacionadas a Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Produção legislativa. Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos.

## **Interdisciplinarietà nos cursos de Administração Pública na América Latina: análise comparada entre Chile e Peru**

Vitória Araujo Kusiak<sup>30</sup>  
Celmar Correa de Oliveira (orientador)<sup>31</sup>  
Carlos Honorato Schuch Santos  
(coorientador)<sup>32</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Administração Pública desempenha um papel fundamental no Estado Democrático de Direito. Ela é um meio utilizado para a efetivação das Políticas Públicas. As arquiteturas de Estado presentes na América Latina encontram, ainda hoje, dificuldades de se reorganizar de maneira eficiente, o que implica direta ou indiretamente na estrutura do setor público. Para que se consiga superar os diferentes entraves que, de alguma forma, dificultam o crescimento e o desenvolvimento (econômico, social, político, ambiental,...) da região é fundamental que a educação, de uma forma geral, e a formação dos gestores públicos, em particular, seja baseada na interdisciplinarietà. A formação interdisciplinarietà contribuiu de maneira significativa, ela une as áreas de conhecimento para trabalharem de maneira conjunta. (MORIN, 2011). Os modelos de Estado exigem diferentes competências de seus gestores, pois as realidades sociais, bem como suas evoluções, precisam ser estudadas em profundidade. Os gestores públicos precisam desenvolver a capacidade de compreender e analisar os problemas entre os diferentes segmentos sociais. Neste sentido, a educação torna-se um instrumento fundamental, pois permite o desenvolvimento do senso crítico capaz de propor soluções para os diferentes problemas existentes na esfera pública. O estudo tem como objetivo analisar a inserção da interdisciplinarietà nos componentes curriculares dos cursos de graduação de Administração Pública da América Latina, nos cursos superiores dos países Chile e Peru. A escolha pelos dois países aconteceu em virtude das diferenças que os mesmos apresentam. A justificativa do estudo fundamenta-se no fato de existirem poucos estudos que abordem a questão da formação interdisciplinarietà dos gestores públicos na América Latina, sendo Oliveira et al (2018), um dos pioneiros que realizou um estudo semelhante e analisou a interdisciplinarietà nos cursos de administração pública no universo brasileiro. Sendo assim espera-se que esse estudo possa contribuir e propor reflexões para esse campo de estudo.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O método de abordagem escolhido foi hipotético-dedutivo. A abordagem utilizada é qualitativa, que, com o auxílio da pesquisa documental-bibliográfica, contribuiu para verificação e exame de documentos, dados e informações, que foram retirados dos projetos pedagógicos dos cursos. Foram utilizados dados e informações retirados dos projetos pedagógicos dos cursos, o que justifica a utilização desse método. É, bibliográfica, pois utilizou matérias elaboradas em forma de livros, revistas e artigos científicos. A figura 1 ilustra como foi sistematizada a coleta de dados no universo Chileno e também quais os critérios que foram observados nesta pesquisa.

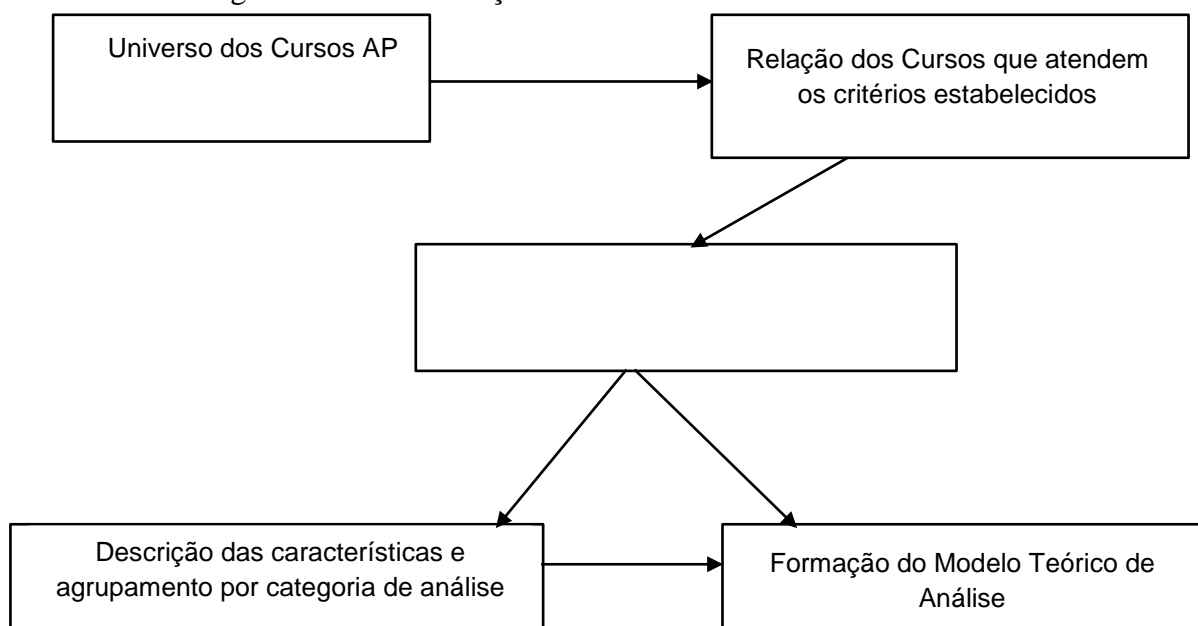
---

<sup>30</sup> Graduanda em Administração Pública pela UERGS - Unidade em Porto Alegre - vitoria-kusiak@uergs.edu.br.

<sup>31</sup> Professor UERGS - celmar-oliveira@uergs.edu.br

<sup>32</sup> Professor FURG - honoratochs@gmail.com

Figura 1 – Sistematização dos Critérios de Análise



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Para que fosse possível analisar a inserção da interdisciplinaridade dos cursos de administração pública do Chile e Peru foi necessário estabelecer critérios de mapeamento e análise. Para se realizar a análise comparada foi utilizado modelo teórico de análise de Oliveira et al (2018). Este modelo busca verificar as especificidades delimitadas na área da Administração Pública, e as áreas a ela relacionadas, que são: a) Administração, b) Economia, c) Direito, d) Filosofia Política, e) Sociologia, e f) Ciência Política. Foram estabelecidos os seguintes critérios de análise (modelo de 5 pontos): a) existência de disciplina integradora e mediadora, b) existência de elos (ligações entre as áreas), c) existência de relação da teoria com a prática (práxis); d) existência de contextualização e evolução histórica; e e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo. A pontuação de todos os critérios foi de 0 a 3. Foi considerado o mesmo peso para os cinco critérios analisados.

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo chileno e peruano foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion. No universo chileno a busca aconteceu mediante acesso a site eletrônico (<https://www.mifuturo.cl/institucionesde-educacion-superior-en-chile/>). Os critérios para a realização foram: a) cursos de nível superior em Administração Pública; b) o grau dos cursos deve ser bacharelado; c) a modalidade presencial; d) o curso deve ter registro ou licença conforme órgão regulador (Ministério da Educação ou Secretaria da Educação, ou instituição similar) e) o curso deve apresentar plano pedagógico e curricular em seu site. Na busca foram encontrado 19 cursos superiores de Administração Pública no Chile. A amostra, no caso chileno, foi composta de 10 cursos que atendem os critérios já estabelecidos. O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo peruano foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion do Peru, no cadastro Instituciones de Educación Superior en Peru. Os critérios utilizados para identificar as instituições de ensino superior no Peru foram os mesmos aplicados ao caso Chileno. No Peru



foram encontrados 10 cursos superiores de Administração Pública. A amostra, no caso chileno, foi composta de 2 cursos que atendem os critérios já estabelecidos.

## **CONCLUSÕES**

Resgatando o que foi discutido, constatou-se durante o desenvolvimento da pesquisa que a interdisciplinaridade está presente nos programas universitários dos universos Chileno e Peruano, mas de forma insuficiente. Os resultados encontrados na pesquisa demonstram que o Chile, apresenta um grau maior de interdisciplinaridade, também foi possível perceber que existe uma diferença no setor público dos dois países. O setor público na América Latina está composto por singularidades e especificidades únicas marcadas pelo seu processo histórico de formação. Para que todas essas características únicas e singulares desse continente sejam respeitadas e repensadas se torna necessário uma educação e formação interdisciplinar para os seus gestores. Com isso, a oferta de cursos em Administração Pública se torna fundamental, pois ela contribui para a formação de profissionais capacitados e que possam repensar a estrutura de Estado e os paradigmas existentes.

**Palavras-Chave:** Administração Pública. Interdisciplinaridade. Formação do Gestor.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CHILE. Instituciones De Educación Superior Ensino. Acesso em: 15 abr. 2019

MINISTERIO DE EDUCACIÓN PERU. Ministerio De Educación Peru. 2019 &lt;<https://www.gob.pe/minedu>&gt; Acesso em: 15 abr. 2019

OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Et al., Interdisciplinaridade nos cursos de Administração Pública e Gestão Pública no Brasil: Uma Análise Conceitual. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 2 ed., 2018. Santa Catarina, Anais II, CIDESP, 2018, p. 2345-2363.

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo.

## **Extensão popular na conjuntura do Ensino Remoto Emergencial: um relato de experiência**

Aline Ancinello Ferraz<sup>33</sup>  
Barbara Gabriela Santos Oliveira<sup>34</sup>  
Monique Fernandes Silveira<sup>35</sup>

### **O Contexto e os sujeitos: apontamentos para compreender a experiência**

O projeto de extensão Educação Popular e Universidade: uma experiência de articulação com o Cursinho Popular Carolina de Jesus que integra o Programa de Extensão Movimentos Sociais e Serviço social: Educação Popular e Lutas Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem como um dos seus objetivos propor a articulação entre o cursinho popular e o Programa de Extensão. Este visa contribuir para a compreensão dos processos de surgimento, desenvolvimento e produtos dos movimentos sociais, a partir de matrizes teóricas críticas, da realidade e formação sócio histórica brasileira e latino americana, a fim de produzir saberes coletivos. A articulação Programa-Projeto-Cursinho busca o fortalecimento das formas de organização e resistência no território e na universidade, por meio da educação popular, entendendo a extensão como forma dialética de transformação da universidade e da sociedade. A formação do quadro de bolsistas do referido programa tem caráter multidisciplinar, com atividades planejadas sob o enfoque da interdisciplinaridade, visando a produção de impacto social e na formação do bolsista. Com início das atividades em 2016, composto por diferentes integrantes, tem o quadro de bolsistas ampliado em maio de 2020.

No interior de um contexto atípico agravado pela Pandemia da Covid-19, as recém ingressantes se deparam com muitos novos desafios, tanto do ponto de vista das propostas de ação, como da execução do plano de trabalho anterior ao contexto pandêmico que precisou ser revisado. Este contexto produz alterações também em relação ao cotidiano das aulas e atividades do Cursinho, tornando a articulação programa-projeto-cursinho ainda mais necessária, porém repleta de desafios e de enfrentamentos necessários.

O presente trabalho propõe expor um breve relato das experiências vivenciadas pelas extensionistas na conjuntura do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Tendo em vista as múltiplas adversidades provenientes deste quadro, as autoras propõem uma reflexão buscando provocar um debate acerca da nova modalidade de ensino adotado na UFRGS, mais precisamente com a intersecção de suas vivências no interior do projeto de extensão.

### **Discussão e resultados**

As reflexões que amparam o debate provêm das leituras que subsidiaram as discussões do grupo de estudos, construído e composto pelas extensionistas, em sessões virtuais pensadas como alternativa às limitações do contexto. Essa iniciativa ilustra o protagonismo discente no processo de formação crítica, profissional e cidadã. Ao analisar as diretrizes da política nacional de extensão, Machado et al (2019) corrobora com a potência desses lugares alternativos de formação, apontando a extensão como espaço singular que rompe com um modelo tradicional de ensino e aprendizagem, transformando todos os espaços de

---

<sup>33</sup> Estudante de licenciatura em Teatro - UFRGS;

<sup>34</sup> Estudante de licenciatura em Ciências Sociais - UFRGS;

<sup>35</sup> Estudante de Serviço Social - UFRGS

aprendizagem e construção de conhecimento em verdadeiras salas de aula. Por seu turno, Nascimento (2010) auxilia a compreender os cursinhos populares como resultado das lutas por acesso à educação promovida por movimentos sociais, sendo os próprios cursinhos um movimento social em si. A articulação entre Extensão e Movimentos Sociais transpõe a construção de conhecimento fechada em si mesmo, efetivando aquilo que Melo Neto (2014) chama de Extensão Popular, constituída enquanto trabalho social capaz de criar novas culturas, cujo produto é o conhecimento voltado para transformação social.

No que concerne às experiências vivenciadas, identifica-se ser este um momento de muita adaptação com as novas formas de aprendizagem e trocas de conhecimento. Trata-se de novas maneiras de vivenciar as experiências universitárias, sobretudo, a extensão, que é um espaço de troca não só entre universitários, mas também com a comunidade externa aos muros da UFRGS. É na extensão que os estudantes podem se reconhecer na relação entre comunidade interna e externa, e a partir daí pensar colaborações mais integrais para uma sociedade mais justa, amadurecendo as formas de intervenção social, cultural e política, especialmente quando se trata de movimentos e lutas sociais. No ERE essa comunicação fica abalada e precarizada e as trocas internas e externas também.

As propostas de ação do projeto voltavam-se, entre outras coisas, a realização de oficinas, seminários, aulas abertas, divulgação do programa em espaços da universidade e comunidade externa, organização mensal de cine debates e rodas de conversa sobretudo, no território da Grande Cruzeiro em Porto Alegre, onde o Cursinho Carolina de Jesus atua. A centralidade das atividades estava sobre o direito à educação e a educação popular, além de manter um diálogo direto e permanente com outros cursinhos populares e movimentos sociais.

O contexto apresentado no primeiro item ameaçou enfraquecer engajamentos acadêmicos e os próprios fundamentos da extensão, visto que o cenário pandêmico inviabiliza encontros presenciais e a realização das atividades basilares com a comunidade externa. Isso se agravou com a aprovação e aplicação de um modelo de ensino que amplia as desigualdades escolares, homogeneizando o corpo estudantil como se todos possuíssem os meios materiais e imateriais de permanência qualitativa na Educação Superior, comprometendo ainda mais a formação das/os estudantes bolsistas. Diante de uma conjuntura propícia para o desencorajamento, as atividades extensionistas mostraram ser um ambiente de criação de novas possibilidades, revelando ser a extensão universitária um pilar genuíno de encontros e fortalecimento da educação enquanto motor de transformação social. As propostas de ação foram revistas e adaptadas ao contexto e suas limitações, em uma demonstração evidente do engajamento que cada extensionista e sua coordenação carregam em si, bem como do nosso comprometimento em busca de uma universidade popular sem muros. Em contraposição às exigências provenientes de um modelo de ensino remoto, cujas especificidades podem propiciar perdas de sentidos e evasão estudantil, descobrimos na extensão uma alternativa de formação e produção de conhecimento articulada com nossas aspirações profissionais, acadêmicas e sociais. Sendo a experiência com o Programa um vínculo institucional que viabiliza nossa permanência universitária, auxiliando nossa mudança de atitude frente aos papéis que desempenhamos enquanto estudantes e futuras/os profissionais, em suma, um espaço capaz de forjar a existência real do que nos move, superação das desigualdades através de uma Educação Popular e transformadora.

### **Notas finais de uma discussão inconclusa**

Cabe aqui ressaltar que o objetivo central deste trabalho é, sobretudo, expor a experiência enquanto estudantes e extensionistas da UFRGS na conjuntura que está sendo apresentada enquanto sistema de aprendizado ERE. Ademais, outro objetivo traçado foi apresentar brevemente o que está sendo realizado no decorrer do Programa e do Projeto. A equipe do Programa-Projeto, tendo em vista sua aposta na luta por uma sociedade mais

igualitária, fundamentada na liberdade e nos direitos humanos, mantêm-se em permanente articulação com o Cursinho Popular Carolina de Jesus e disponível para interlocuções e articulações na perspectiva da educação popular com os movimentos sociais.

O aprendizado sobre o trabalho com os movimentos sociais e com a Educação Popular na extensão universitária está sendo de grande valor na formação acadêmica e profissional das/dos estudantes. Ademais, é um espaço de trabalho coletivo e colaborativo que está criando alternativas para sua resistência nesse importante trabalho de conectar, dialogar, criar ações em conjunto entre os movimentos sociais e a Universidade, na perspectiva da educação popular.

Diante dos aspectos acima mencionados, no cenário atual, é impossível não considerar as consequências da pandemia da Covid-19 nas relações sociais e nos movimentos de luta, em decorrência do afastamento e do distanciamento sociais, o que afeta diretamente nas ações do Projeto-Programa de Extensão. Deve-se ter atenção com as ações de urgência que foram implementadas, como o ERE e os impactos de uma comunicação virtual, que ainda está sendo apreendida por todas e todos, que têm o privilégio do acesso à Internet de qualidade, ao computador e/ou aparelho celular, para acompanhar e realizar as atividades de ensino. Contudo, apesar de todos esses desafios a equipe permanece sempre buscando maneiras de adaptar-se para manter e realizar as ações previstas em seu planejamento.

**Palavras-chaves:** Extensão Popular; Ensino Remoto Emergencial; Permanência Universitária.

#### **Referências:**

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; CURY, Cristina Noronha; GUIMARÃES, Naiara Thomassim. Contribuições do Serviço Social para o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. In: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2019, Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019. p. 1-12.

NASCIMENTO, Alexandre. Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2010. Orientador: Giuseppe Mario Cocco. Tese (doutorado) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2010.

NETO, José Francisco de Melo. Extensão popular / José Francisco de Melo Neto. 2.ed. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

## **A extensão universitária e sua articulação com os movimentos sociais e contribuições para a classe trabalhadora**

Aline Salcides Pinto<sup>36</sup>

Luiza Emanuelle Kronhardt<sup>37</sup>

### **Notas iniciais para situar os estudos**

Este resumo ampliado trata sobre os fundamentos da extensão universitária, a universidade popular e a articulação da extensão com os movimentos sociais da classe trabalhadora, com objetivo de revisar os objetivos da extensão universitária e da universidade, a fim de identificar as possíveis repercussões para as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora. A perspectiva teórica de análise fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético de Marx. Resulta do aprofundamento de estudos de tipo bibliográficos, de caráter exploratório, realizado por bolsistas de extensão do curso de Serviço Social, vinculados ao Programa de Extensão Movimentos Sociais e Serviço Social. Os descritores principais do estudo são educação popular como perspectiva de abordagem e universidade popular como projeto universitário almejado e a ser construído. Trata sobre a extensão universitária, a função social e política da universidade popular e os movimentos e lutas sociais. Ao final sinaliza as contribuições do Programa de Extensão a partir da perspectiva das/os bolsistas.

### **Discussão e resultados**

A extensão é uma articulação de produção de conhecimento universitário que tem como objetivo estender os produtos da academia para os demais setores da sociedade – a sociedade em geral. De tal modo, a extensão é a atividade que mais explicita a dimensão social e política da universidade perante à sociedade e evidencia, na perspectiva da educação popular, a responsabilidade com a transformação social e a defesa da democracia. Como essa articulação preza a transformação social, logo, a comunidade também tem protagonismo nos produtos da extensão, tornando-se atuante diretamente nos processos construídos pelos discentes e docentes extensionistas. Assim, de forma dialética, compreende-se que a população contribui com a universidade, através das trocas extensionistas, para que esta contribua para a proposição de estratégias de enfrentamento às questões e demandas advindas da comunidade, em especial da classe trabalhadora, e a defesa de seus interesses (ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, p. 11 *apud* LUSA, 2019, p. 542). Eis a contribuição deste processo para solidificar o caráter público da universidade, bem como para explicitar a necessidade de que seja construída sob a perspectiva da educação e da universidade popular.

Por ter caráter político e se orquestrar em conjunto com os outros âmbitos da sociedade, a extensão possibilita os processos de transformação que visam os interesses e necessidades da comunidade, logo, da classe trabalhadora. O programa de extensão Movimentos Sociais e Serviço Social visa estender sua área de conhecimento para além das portas da universidade, com a finalidade de realizar a interlocução de conhecimentos e novas articulações, de acordo com as demandas e lutas dos movimentos sociais desta classe (MACHADO, 2019). Entende-se que de tal modo, este Programa de Extensão contribui numa via de mão-dupla de conhecimento para a transformação social e também mantendo o caráter dialético do curso de

---

<sup>36</sup> Graduanda Serviço Social - UFRGS.

<sup>37</sup> Graduanda Serviço Social - UFRGS.

Serviço Social, ao qual está vinculado. Logo, a extensão, por romper com as diretrizes tradicionais de ensino, é uma das formas mais relevantes de produção e sociabilização do conhecimento, contribuindo para sair da curva de uma formação acadêmica que produz profissionais apenas para servirem ao capital enquanto trabalhadores (LUSA; MARTINELLI; MORAES; ALMEIDA, 2019). Pelo contrário, sob a perspectiva da educação e da universidade popular a produção de conhecimento volta-se de fato para a possível compreensão da realidade social e da sua necessária mudança, formando profissionais comprometidos com os direitos da população e com a dinâmica das lutas e dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Os movimentos sociais, segundo Gohn (1997, p. 251 *apud* NASCIMENTO, 2010, p. 21), são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Estes se organizam para questionar valores, costumes, instituições e práticas, para produzir alternativas e inovações, exigir direitos e sua materialização, assim como propor transformações ou a manutenção de instituições ameaçadas. Mobilizam múltiplos sujeitos singulares, construindo o sujeito coletivo. Podem ter por objetivo mudanças ou preservações, sendo pontuais ou globais, nas relações, estatutos e instituições. São importantes para a produção da democratização de direitos ao transformar muitas de suas pautas em políticas públicas, contribuindo para a sociedade avançar na construção e constituição da verdadeira democracia.

As ações do programa de extensão junto aos movimentos sociais contribuem para a desenvolver processos de construção de consciência de classe, a fim de as/os trabalhadoras/es possam reconhecer os impactos das expressões da questão social e sua origem na acumulação capitalista. Seu caráter político-pedagógico permite o fortalecimento do posicionamento crítico ante à luta por direitos e políticas públicas, além de contribuir para a organização política da classe trabalhadora. Por ser um processo educativo e cultural, e não somente científico, a extensão gera a produção de conhecimento a partir da reflexão e enfrentamento da realidade societária, contestando o molde capitalista. Também contribui para democratizar o conhecimento, sendo esse ato fundamental para o cumprimento e viabilização de um dos direitos básicos do cidadão: a educação.

A educação aparece, também, como elemento fortemente presente nos movimentos sociais e ocupa lugar de destaque como projeto de auto constituição e reivindicação de grande parte das lutas, nos discursos, práticas e propostas. As ações dos movimento sociais contribuem, também, para a educação geral da sociedade, para a construção de diferentes visões da realidade social, para a produção de diferentes formas de sociabilidade e de cultura política, ações de resistência à ordem constituída e criação de espaços de debate sobre direitos, possibilitando questionamentos, reflexões, conhecimentos e aprendizados. A educação, por ser engendrada nessa sociabilidade capitalista, está sujeita a virar uma das ferramentas de reprodução dos moldes do capital, os quais são crescente e exponencialmente excludentes e seletivos, criando barreiras de acesso ao ensino superior – e até mesmo ao básico. Este é justamente um dos fatores de embate na luta pela educação popular: a democratização e universalização do ensino e conhecimento produzido pela universidade. Temos a educação como uma das ferramentas fundamentais para a construção de uma sociedade justa, ou seja, fundamental para a construção da consciência e luta de classes, sendo o principal meio para se chegar ao objetivo do trabalho extensionista: a transformação social.

### **Considerações (in)conclusivas**

Este pequeno ensaio teórico sinaliza a importância das práticas extensionistas voltadas para a efetivação da universidade popular e orientadas sob a perspectiva da educação popular. Dialeticamente estas práticas partem e produzem implicações da e para a realidade. Neste sentido, tanto os sujeitos extensionistas quando a população a que se dirigem as atividades

extensionistas são considerados protagonistas na construção e trocas de conhecimento. A extensão universitária considerada neste aspecto é elemento essencial para o cumprimento da função e responsabilidade social e política da universidade na sociedade. A concretização de ações extensionistas, nesta perspectiva, contribui para o amadurecimento e fortalecimento das lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora. Assim, entende-se a importância de difundir experiências com a do programa de extensão Movimentos Sociais e Serviço Social, bem como socializar e dar visibilidade às suas ações extensionistas como forma de expressar a luta pela concretização da universidade popular.

**Palavras-chaves:** Extensão; Universidade Popular; Movimentos Sociais.

**Referências:**

LUSA, Mailiz Garibotti; MARTINELLI, Tiago; MORAES, Samara Ayres; ALMEIDA, Tiago Pacheco. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; CURY, Cristina Noronha; GUIMARÃES, Naiara Thomassim. Contribuições do Serviço Social para o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. In: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2019, Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019. p. 1-12.

NASCIMENTO, Alexandre. *Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa*. Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 2010. Orientador: Giuseppe Mario Cocco. Tese (doutorado) – UFRJ/ ESS/ Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2010.

## Veganismos e Ação Coletiva em Porto Alegre

Amanda Marques Gabana<sup>38</sup>

Luíza Moura Tavares da Silva<sup>39</sup>

Isabela Sandri de Souza<sup>40</sup>

A partir de estudos das autoras e do grupo de pesquisa sobre veganismos, do projeto “Construção política de mercados alimentares e a produção de dispositivos institucionais e sociotécnicos nos repertórios de ação dos movimentos sociais.”, com observação e participação de atividades e eventos sobre veganismo e de movimentos veganos em Porto Alegre, foi observada uma pluralidade de veganismos, com diferentes práticas, dizeres e fazeres.

O veganismo consiste de uma conduta ética que prega, por meio da abolição de todas as formas de exploração, a libertação dos animais não-humanos (BRUGGER, 2009). O desenvolvimento do conceito iniciou-se em meio aos movimentos contraculturais na década de 70, quando filósofos teorizaram acerca dos direitos dos animais, bem-estar animal, abolicionismo e especismo (SINGER, 1975; REGAN 1989). Nos dias atuais, a ética na alimentação busca um princípio moral não relativo, aplicável à ação de comer, que possa ser aceito como válido por indivíduos formados moralmente em diferentes padrões culturais (FELIPE, 2010), levando a uma intersecção do veganismo com outros movimentos, como o feminismo, movimento negro, socialismo, entre outros.

Nos procedimentos metodológicos, foram identificados e mapeados os seguintes movimentos: Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), Princípio Animal, The Save Movement, Anonymous for the Voiceless, Pandora, Coletivo Anti-especista, Movimento Vegano Anticapitalista (MOVA) e Santuário Voz Animal. Em seguida, foi aplicado um questionário a representantes, líderes e/ou fundadores desses grupos, com exceção do Santuário Voz Animal que recusou a participação na pesquisa. A entrevista foi estruturada a partir do referencial analítico de enquadramento interpretativo (GOFFMAN, 1976) e movimentos sociais (SILVA, 2010; PEREIRA E SILVA, 2017; SILVA et al, 2017).

Sobre a pluralidade dos veganismos e a escolha e usar o termo no plural, dá-se pela identificação das principais ações e a articulação com outras pautas políticas de outros movimentos sociais, como feministas, de gênero, de classe, raciais, agroecológicas, partidos políticos, entre outras; também foram identificados movimentos veganos que se mantêm apartidários e outros evitam interseccionar com outras pautas políticas além da causa animal.

Como resultados preliminares, observa-se um veganismo plural em Porto Alegre, que parte de diferentes vertentes. A partir dos princípios de libertação e ética animal, há diferentes grupos: aqueles com ideais abolicionistas, que defendem que não há justificativa moral para a utilização de animais para alimentação, vestuário, testes de cosméticos, etc. e que seu uso para estes fins não deve ser regulamentado de forma alguma. Este movimento se divide em: pragmáticos ou fundamentalistas. O abolicionismo fundamentalista não aceita, sob nenhuma circunstância, a exploração animal. Este grupo é crítico às reformas bem-estaristas que propõem alívio ao sofrimento animal, pois estas serviriam apenas para perpetuar a exploração. O abolicionismo pragmático diverge do fundamentalista por propor que reformas de bem-estar animal são válidas e que, ao longo prazo, poderiam ser ferramentas para atingir a libertação animal, que é o objetivo desta linha de pensamento. O terceiro grupo é o bem-estarista, que

---

<sup>38</sup> Graduanda em Medicina Veterinária - UFRGS.

<sup>39</sup> Graduanda em Nutrição - UFRGS.

<sup>40</sup> Graduanda em Zootecnia - UFRGS.



aceita a exploração animal desde que seja feita dentro dos conceitos e práticas de bem-estar animal.

O objetivo da pesquisa foi identificar e classificar esses grupos a partir das molduras interpretativas (GOFFMAN, 1976), para analisar como esses movimentos se articulam de fato, a partir das suas práticas e performances, como ativistas em ação coletiva, pelo mote metodológico da Teoria das Práticas Sociais (SCHATZKI, 1996, 2001, 2002) de ‘seguir as práticas’, a partir dos “fazeres” e “dizeres”.

**Palavras-chave:** veganismo, movimentos, pluralidade

## REFERENCIAL TEÓRICO

BRUGGER, Paula. "Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental." *Linhas críticas* 15.29 (2009): 197-214.

FELIPE, Sônia T. A desanimalização do consumo humano: desafios da ética vegana. Palestra proferida na abertura da Reunião de Fundação da Sociedade Vegana. São Paulo: 2010

PEREIRA, Matheus Mazzili; SILVA, Marcelo Kunrath. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Revista Sociedade e Estado*, 32 (1), 2017

REGAN, T. *The philosophy of animal rights*. Culture and Animals Foundation, 1989.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, 46(1):2-9, 2010

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Rev. Sociol. Polit.*, 25(61), 2017

SINGER, Peter. *Animal Liberation: a new ethics for our treatment of animals*. New York: Random House, 1975.

SCHATZKI, T. 2002. *The site of the social*. Pennsylvania State University, University Park.

SCHATZKI, T.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. *The practice turn in contemporary theory*. Routledge, New York/EUA, 2001.

SCHATZKI, T. *Social Change in a material world*. Edited by Routledge, New York, EUA, 2019.

## **Epistemologias da luta pela terra: reforma agrária e desobediência civil no assentamento Normandia em Caruaru-PE**

Aphonsus da Cunha<sup>41</sup>

O presente trabalho acadêmico utiliza como questão de pesquisa, a análise epistemológica da luta pela terra no Brasil e busca por uma reforma agrária, tendo como base a conquista de terras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Assentamento Normandia, em Caruaru, onde mantém o Centro de Formação Paulo Freire.

À vista disso, é de suma importância, a contraposição dialógica entre a política do latifúndio e luta pelas terras no Brasil, aos tiveram como consequência, a busca por uma justa reforma agrária e a desobediência civil face ao o ilegítimo desmonte de sua luta.

Para isso, é importante fazer um resgate histórico que reconheça a atuação do MST em fazer valer a previsão constitucional da reforma agrária no Brasil, cuja luta é pautada na busca pelo fim da desigualdade social nos espaços sociais brasileiros, demonstrando assim que as normas constitucionalizadas por si não se materializam na vida das pessoas, sendo necessário que no campo do Direito, possa se compreender os processos históricos de luta pela terra para que não se tenha interpretações normativas que reproduzam a criminalização dos movimentos sociais.

Faz-se necessário correlacionar os interesses históricos pela luta e conquista de terras por aqueles que desejam empunhar o afã de tornar a terra um objeto de promoção da igualdade social, a qual foi objeto de discussão na Assembleia Nacional Constituinte que produziu a Constituição Federal brasileira atualmente vigente, a qual elaborou como um dos ideais à república, a promoção da reforma agrária.

Acerca dessa conceituação, frisa-se compactuar que a importância cultural que esse conjunto social possui, representa a concretude sobre si própria, bem como, quanto à sociedade como um todo, com base na unidade fundamental que tecem os mecanismos de poderio para construção das atividades contemporaneamente, figurando de tal maneira, como preceitos básicos de profícuo estudo por meio das epistemologias das lutas neste território brasileiro (MENESES, 2008).

A luta pela reforma agrária no Brasil mostra-se quimérica ao passo que existe uma verdadeira luta política, o que se vê contrariamente ao diploma constitucional, uma vez que prevê uma programática reforma agrária, em que, os entes responsáveis por essa prática, não o fizeram dessa forma, revelando a opressão dos direitos fadada ao trabalhador rural brasileiro e com o intenso afã de protecionismo aos latifundiários.

Em face disso, a promoção da reforma agrária, tem como uma de suas conquistas e exemplo de promoção de suas lutas, com a conquista do assentamento Normandia em Caruaru. Outrossim, essa conquista traz a notoriedade que o movimento carrega, com sua vasta história, desenvolvendo-se com a luta trabalhista pela reforma agrária, o que tornaram ao MST, responsáveis por dar a devida destinação a então Fazenda Normandia, ao princípio Constitucional da Função Social da Terra. Desse modo, vê-se em sua história:

A experiência histórica do Assentamento Normandia, com sua peculiar forma de funcionamento e atividades ali desenvolvidas, representa uma referência nacional para os trabalhadores rurais em termos de organização da luta pelo acesso à terra. A história da resistência dos trabalhadores rurais na antiga Fazenda Normandia permitiu a sua desapropriação e a efetivação do projeto de reforma agrária através da implantação de assentamento rural [...], cuja experiência demonstrou a concretização

---

<sup>41</sup> Graduando pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)

do princípio constitucional da *função social da propriedade rural*. (LAPA, 2016, p. 90) (*itálicos da autora*).

Como é visto acima, a constituição do Assentamento Normandia, demonstra um passo de suma importância em busca da garantia dos ideais democráticos da nação, propostas pelo próprio contrato social expresso no texto constitucional, pois lutar pela reforma agrária, é lutar pela melhoria de todos os cidadãos.

Essa conquista do Assentamento Normandia e os frutos do seu desenvolvimento enquanto Centro de Formação, demonstra que é possível sim, por meio da epistemologia de lutas pelo direito de uso da terra, promover uma reforma agrária justa, sustentável, que tenha como base a agricultura familiar, a organização política e produtiva, a educação emancipadora e a permanência da vida de crianças, jovens, adultos e idosos no campo e com qualidade vida, todavia esse objetivo ainda encontra muitas dificuldades, haja vista a promoção de políticas antagônicas fomentadas pela classe latifundiária brasileira, as quais obstam a procedência por um direito constitucional.

Além dessas lutas, que resultaram na conquista das terras do assentamento Normandia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, demonstraram um verdadeiro caso de desobediência civil, através de uma legítima resistência, ocorrida no acampamento do Centro Paulo Freire, em que estiveram presentes mais de 1.400 pessoas, de diversos outros movimentos, estando acampados por dias, contrapondo-se a uma injusta decisão judicial de despejo, contando com a solidariedade de diversos movimentos, pois, é um dos movimentos sociais no Brasil que pautam um projeto de democracia e igualdade, contrários ao visceral liberalismo socioeconômico, agindo para arrefecer todas as modalidades de desigualdade social, sobretudo no campo.

Deste modo, a desobediência civil, destaca-se dessa forma, com a validação jurídica dos movimentos sociais por meio de um direito alternativo cujo viés é a tutela apresentada na perspectiva de um direito achado na rua, crescente pelos ideais de desobediência civil no contexto democrático brasileiro, objetivando um modelo pleno de igualdade e democracia, cujo resultado é a igualdade de direitos (CHAUÍ, 2002).

Sendo assim, este trabalho científico, tem como principal objetivo de pesquisa, analisar a participação histórica do Assentamento Normandia em Caruaru na luta pelas terras e implantação de uma reforma agrária justa, no Brasil, através de seu reconhecimento pela epistemologia de lutas e a desobediência civil legítima, como alternativa de um direito achado na rua, conforme apresentado ao longo destas pesquisas.

## **Procedimentos metodológicos**

Buscando atender à questão da pesquisa, a metodologia empregada nos estudos deste trabalho, foi o estudo caso consubstanciado à análise bibliográfica de revisão de literatura, cujo fito, fora o recolhimento de dados de abordagens qualitativas, na qual se empregou a técnica de análise de conteúdo, para a exposição fática dos eventos histórico-sociais que fundamentam o objeto da pesquisa.

Deste, a pesquisa de cunho bibliográfico deu-se com base no estudo versado acerca das interpretações em torno da reforma agrária no Brasil, bem como sobre as percepções históricas e epistemológicas sobre a luta de terras e sua função social em meio ao plano jurídico, por meio de uma pesquisa terminantemente etnográfica, para aferir os objetivos da causa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no assentamento Normandia em Caruaru-PE.

## **Resultados finais**

A luta pela terra no Brasil é histórica, portanto está fincando nas raízes do processo de formação deste povo, desse modo, o acolhimento dos resultados aqui aferidos, demonstram que a apresentação dessas epistemologias tem como marco histórico a busca pela justiça e cidadania de todos os brasileiros envolvidos ou não com a conquista de uma reforma agrária, a qual se fará inclusive, com a adoção de medidas de desobediência civil face às arbitrariedades e em defesa às famílias camponesas.

Verificou-se que o Movimento, compreende que a formação de políticas públicas permeadas na reforma agrária e no reconhecimento da luta pela terra no Brasil, com base na validação de um direito alternativo achado na rua, como método aplicação desse direito constitucional, é supedâneo à construção de uma nação menos desigual e mais democrática, com melhorias na qualidade de vida dos homens e mulheres do campo e da zona urbana.

**Palavras-chave:** Epistemologias; desobediência civil; reforma agrária.

## Referências

CHAUÍ, Marilena. Unidade V – Movimentos Sociais e Direitos Humanos; Módulo 1 – A sociedade democrática. In: MOLINA, Mónica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; TOURINHO NETO, Fernando Costa (organizadores). **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília. Universidade de Brasília, Decanto de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002, p. 331-340.

LAPA, Laís de Carvalho. **As antinomias da função social da propriedade rural: as experiências do assentamento Normandia e do acampamento Papagaio na região Agreste de Pernambuco** / Laís de Carvalho Lapa. - 2016. 151 folhas : il. 30 cm. Orientadora: Profª. Dra. Juliane Feix Peruzz Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado em: 12 outubro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/689>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.689>.

# Solidaridad en tiempos de pandemia: El caso de la Olla Popular de los Jóvenes Voluntarios del Bañado Sur

Belén Torres<sup>42</sup>  
Javier Allende<sup>43</sup>

## 1. Introducción

La pandemia del COVID-19 puso en evidencia las condiciones de profunda desigualdad social y pobreza en el que se encuentran sobreviviendo gran parte de la población del Paraguay. Las medidas tomadas por el gobierno nacional para contener la propagación del COVID-19 ciertamente tienen un impacto mucho más duro en las familias pobres de los barrios populares, las cuales dependen de sus ingresos diarios para vivir. Los pobladores del Bañado Sur de Asunción caracterizado por ser un territorio urbano excluido socialmente. Las familias en estos territorios viven en condiciones sumamente precarias. El índice de NBI alcanza el 27% de los hogares (Canese, 2019; Galeano Monti, 2014). Sus principales fuentes de ingreso provienen de trabajos informales diarios, en mayor cantidad los pobladores trabajan reciclando y como gancheros en el Vertedero Municipal Cateura (Rodero y Merino, 2018). A esto se suma las serias debilidades del Estado paraguayo para hacer llegar a tiempo los programas de asistencia social como los programas de transferencia monetaria y alimentaria (*Ñangareko, Pytyvo, Kits de alimentos*) (Paredes et al, 2020). Ante esta situación de ineficiencia del Estado, y como forma de dar respuestas concretas a las necesidades sociales de las comunidades se activan mecanismos de solidaridad social en los barrios populares (Canese, 2019b). Cubriendo labores esenciales como la provisión de comida diaria como el caso de las Ollas populares donde se brinda la provisión gratuita de las tres comidas diarias (desayuno, almuerzo y merienda-cena) para la comunidad. El estudio centra su atención en el trabajo llevado a cabo por la Olla Popular del Grupo de Jóvenes Voluntarios del Bañado Sur.

## 2. Objetivo General

Conocer el trabajo de la Olla Popular del Grupo “Jóvenes Voluntarios del Bañado Sur” de Asunción en tiempos de Pandemia del COVID-19.

## 3. Materiales y método

**Tipo de estudio:** Según las características de estudio, es una investigación de enfoque cualitativo, de alcance descriptivo y de corte transversal.

**Población y Muestra/ sujetos de estudio:** El estudio se ubica en el Bañado Sur de la ciudad de Asunción. La población estimada en este territorio, de acuerdo a datos de la APS del MSPyBS, es de aproximadamente 6.800 familias, alrededor de 31.000 personas (Rodero y Merino, 2018). En cuanto a la cantidad de Ollas Populares de acuerdo a datos manejados por los referentes de las Ollas Populares Solidarias del Bañado Sur, Norte y Tacumbú se encuentran activos en la zona 43 Ollas Populares que brindan alimentos a 6.430 personas aproximadamente (ABC, 2020). Este estudio toma el caso de la Olla Popular organizada por el Grupo “Jóvenes Voluntarios del Bañado Sur”, las informaciones fueron obtenidas a través de entrevistas semiestructuradas a un referente juvenil de la organización.

---

<sup>42</sup> Licenciada en Sociología por la Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Ciencias Sociales-UNA. E-mail: mabetole@gmail.com

<sup>43</sup> Licenciado en Sociología por la Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Ciencias Sociales-UNA. E-mail: yoryik@gmail.com

**Técnica/s e Instrumento/s:** Se utilizó como técnica la entrevista semiestructurada a través de la aplicación de una guía de preguntas a un referente juvenil de la organización.

#### 4. Resultados y Discusión

##### La Olla Popular del Grupo “Jóvenes Voluntarios del Bañado Sur”

Ubicada en la zona San Miguel del Bañado Sur. Actualmente cuenta con 25 jóvenes voluntarias y voluntarios. El grupo se originó en tiempos de inundación. Donde trabajaron arduamente haciendo mudanzas, construyendo casas, trasladando a los vecinos afectados por la crecida del río.

Cuando comenzaron las restricciones sanitarias para la contención del COVID-19. Inmediatamente comenzaron los problemas de alimentación, porque gran parte de los pobladores dependían de sus ingresos diarios para alimentarse y de las comidas que se entregaban a los niños en las instituciones educativas.

Ante el retraso para la entrega de los programas de asistencia decidieron realizar la Olla Popular para las familias de la zona, fueron uno de los primeros grupos en realizar Ollas Populares en el barrio, llevan 168 días repartiendo alimentos. Inicialmente brindaban 100 platos de comidas por día mediante la donación de los vecinos y amigos externos por los vecinos y amigos externos a la comunidad.



Infografía I: Jóvenes cocinando el almuerzo. Fotografía brindada por Héctor Joel Ferreira.

Posteriormente la Pastoral Social comenzó con la campaña “Un plato para tu familia, Paraguay” de la cual recibieron insumos y luego también de la Secretaria de Emergencia Nacional.

Actualmente reciben insumos de alimentos para otorgar 375 platos por día, es sostenida en gran parte gracias a la solidaridad de los vecinos, los padres de los jóvenes voluntarios y de los amigos externos a la comunidad.

La Olla Popular es organizada de lunes a sábados dando almuerzo y los domingos suelen hacer merienda. Para elaborar el almuerzo utilizan 25 a 30 kilos de fideo o arroz, 10 kilos de verduras, 2 a 3 litros de aceite, carne o pollo, se cocina en Ollas (tachos) de 250 litros. El menú semanal es de dos o tres días de caldo: puchero, soyo, poroto con fideo y los demás días comida “seca” como guiso de arroz o fideo y tallarín, intercalándolo entre los días.

Las razones que motivan al grupo radican en al grupo radican en la importancia de trabajar activamente como jóvenes del barrio, como se menciona a continuación:

(...) nos sentimos muy fortalecidos, muy motivados por la comunidad, por la familia mismo, de no haber quedado con los brazos cruzados en estos tiempos, nos sentimos bien, creo que estamos cumpliendo con nuestra labor, de no ser un grupo de jóvenes estáticos que solamente espera, si no que cada día nosotros golpeamos puertas, nos sentimos muy fortalecidos y muy motivados (Héctor Joel Ferreira, referente juvenil, mayo 2020).

## 5. Conclusión

La crisis sanitaria desnudó varias situaciones sociales en la cual se encuentra inmersa la sociedad paraguaya, muchas se tapaban con el discurso de las obras del progreso, los números macroeconómicos y más, ese pueblo ya estaba en crisis antes de la cuarentena nos confirma este grupo de jóvenes en plena capital estaban repartiendo agua a sus vecinos como si habitáramos el peor de los desiertos, y la paradoja, ellos nacieron ayudando contra la inundación. Y ahora este pueblo es obligado a parar en su búsqueda de sustento diario y ellos vuelven a asumir el protagonismo buscando y produciendo la comida al pueblo del Bañado Sur. Mientras el Estado sigue sin cumplir su función.

**Palabras clave:** Olla popular. Grupo juvenil. Bañado Sur. COVID-19.

## 6. Referencias bibliográficas

ABC. (27 de agosto de 2020). *Más de 6.430 bañadenses y 11.550 pobladores de Central*. Recuperado de <http://www.abc.py/nacionales>

Canese, M. (2019). *Urbanización Popular en el Área Metropolitana de Asunción: Resistencia y Perspectiva de cambio*. Asunción: CONACYT/UNA.

Canese, M. (2019b). *Liderazgo, participación y construcción de ciudadanía en urbanizaciones populares de Asunción*. En *Acta Scientiarum*, 4, 2-10.

Galeano Monti, J. (2014). *Exclusión social y pobreza urbana. Experiencia y análisis desde el Bañado Sur*. Asunción: Arandurã Editorial.

Rodero, P. y Merino, L. (2018). *Salud, enfermedad y pobreza urbana*. Asunción: SV Servicios Gráficos.

Paredes, O., Martínez, B. y García, S. (2020). *Coronavirus y protección social: problematización para la asistencia en Paraguay*. FACSO/UNA.

## **GT 3 – Trabalho e Justiça Social**

### **Súmula do GT:**

O Grupo de Trabalho propõe discutir os desafios que as recentes transformações nas configurações do mundo do trabalho colocam à teoria sociológica. A expectativa é receber comunicações que discutam os novos sentidos do trabalho, acolhendo pesquisas de diferentes concepções teóricas e práticas que tratem, por exemplo, dos seguintes eixos temáticos: revolução tecnológica; plataformas digitais; “uberização”; novas modalidades de flexibilização; trabalho autônomo; novos padrões de regulação do trabalho; condições de trabalho e gestão do emprego; processos de subcontratação; reformas trabalhistas; informalidade; relações de desigualdade de classe, de gênero e/ou de raça nos mercados; trabalho industrial e do campo; dimensões subjetiva e moral do trabalho, tais como centralidade, sentidos e reconhecimento; impactos e desafios impostos pela pandemia de covid-19; migrações recentes e estratégias de trabalho. O intuito é proporcionar diálogos entre investigações que foquem nos impactos que estas novas realidades laborais têm na sociedade.

**Discentes coordenadoras:** Daniela Damion e Débora Fogliatto

**Professoras convidadas:** Cinara Rosenfield e Thays Mossi



## Entre teletrabalho e “serviço essencial”: bancários e dirigentes sindicais em “tempos de pandemia” do COVID-19

Carilo Marzari Machado<sup>44</sup>

Este estudo dá conta das condições impostas aos(as) trabalhadores(as) bancários(as) do Brasil no contexto da atual pandemia, a partir de abril de 2020. Falar de trabalho bancário durante a pandemia do COVID-19 é dar luz a dois processos aos quais os trabalhadores deste setor estiveram submetidos durante o período de distanciamento social, que são o *teletrabalho* e o “serviço essencial”. Ambas as denominações denotam dimensões de deterioração das condições laborais, em que a precarização do trabalho parece ser uma dimensão permanente do sistema capitalista. No Brasil, isso acaba por ser uma característica constitutiva de sua formação social (LOPES, 2011).

O “serviço essencial” foi imposto aos bancários por meio do Decreto Federal nº 10.282<sup>45</sup> de 20 de março de 2020, pelo qual ficou estabelecido que as instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil deveriam manter-se em funcionamento mesmo durante o período de distanciamento social. Este decreto impediu que outras instâncias governamentais determinassem o fechamento dos bancos para o atendimento presencial, como era cobrado pelo Comando Nacional dos Bancários em videoconferência com a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN). Esta forma de trabalho representou a exposição de centenas de milhares de trabalhadores bancários que permaneceram em atendimento presencial e que enfrentaram uma alta demanda devido a implementação de políticas públicas como o Auxílio Emergencial e pela não revogação das metas.

O *teletrabalho*, regulamentado pela lei nº 13.467 de 2017 no seu artigo 75, também denominada por Reforma Trabalhista, a qual alterou mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (DIEESE, 2017), significa “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação”<sup>46</sup>. Esta reforma, que visou a flexibilização dos direitos trabalhistas, adicionado ao cenário da pandemia, significou a aceleração da implantação desta forma de trabalho nas instituições financeiras, como mostra a fala de um bancário na 22ª Conferência Estadual dos Bancários do Rio Grande do Sul: “*Infelizmente o teletrabalho veio para ficar. Cabe a nós lutar por uma regulamentação justa. Os bancos só aceleraram o que iam fazer ao longo dos próximos anos*”.

A apresentação visa desenvolver uma análise microssociológica das relações de poder que confrontaram os sindicatos com as administrações bancárias e que tiveram como território de disputas o próprio corpo e a saúde dos trabalhadores. Dar conta da atuação sindical a nível local e nacional no que se refere a proteção dos trabalhadores bancários em relação ao coronavírus, na tentativa de minimizar os processos que visam precarizar a situação laboral bancária. A pesquisa sobre o engajamento sindical em Santa Maria mostrou que o COVID-19 trouxe novas demandas, não apenas para os trabalhadores como também para os integrantes do sindicato bancário da cidade. Suas lideranças precisaram assumir novos desafios e estratégias em um contexto em que os funcionários permaneceram trabalhando nos bancos sob a fórmula “serviços essenciais” ou realizaram suas tarefas em modo “teletrabalho”, utilizado pela primeira vez desde a Reforma Trabalhista (2017).

---

<sup>44</sup> Universidade Federal de Santa Maria – Ciências Sociais Licenciatura, carilomachado@yahoo.com.br.

<sup>45</sup> Decreto nº 10.282 acessado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm)>.

<sup>46</sup> Lei nº 13.467 acessada em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1)>.

Ela resulta de uma pesquisa qualitativa desenvolvida ao longo de uma série de eventos e assembleias virtuais envolvendo o sindicato local, regional e nacional bem como a participação em uma ação sindical presencial em confronto com a gerência de um banco. Os resultados aqui apresentados são frutos da transformação do trabalho de campo que vislumbrava antes da pandemia pesquisar as trajetórias de engajamento dos dirigentes sindicais bancários de Santa Maria, por meio de entrevistas. Com o contexto da pandemia e as transformações do campo etnográfico, a partir de uma perspectiva de trabalho de campo reflexivo (GUBER, 2001) os objetivos da pesquisa foram se transformando na tentativa de analisar as práticas sindicais que se desenvolviam em função da pandemia, por meio da observação participante destes eventos.

O *teletrabalho* vem na esteira da digitalização em que bancos reduzem postos de trabalho, fecham agências e criam escritórios e carteiras digitais<sup>47</sup>. Em pesquisa realizada pelo DIEESE com mais de 11 mil bancários em *teletrabalho* durante a pandemia (quando mais de 300 mil bancários encontravam-se em trabalho remoto), constatou-se que apenas 19% dos bancários tinham um local adequado para trabalhar; 33% não possui controle sobre sua jornada de trabalho; 25% passaram a apresentar dores musculares depois do *home office*; 17% denotaram ter ansiedade, cansaço e fadiga constante; e 20% dificuldade de concentração (CONTRAF-CUT).

Diante disso, a 22ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida virtualmente, pela primeira vez na história, no mês de julho, aprovou a inclusão de cláusula no acordo coletivo da categoria regulamentando o *teletrabalho*. Segundo Juvandia Moreira presidenta da CONTRAF-CUT, o objetivo é “impedir que os bancos decidam, unilateralmente, colocar os trabalhadores em trabalho remoto” e não se responsabilizem pelos “custos e o fornecimento de todos os equipamentos necessários, inclusive mesas e cadeiras ergonômicas, para evitar o adoecimento dos trabalhadores”. Além disso é pleiteado que não haja corte de benefícios ou redução de rendimentos, além dos bancários terem direito a desconexão evitando o excesso da jornada de trabalho (CONTRAF-CUT).

Mesmo diante da pressão do movimento sindical pela regulamentação do *teletrabalho* via acordo coletivo, que tinha sua renovação negociada durante o mês de agosto, e de diversas rodadas de negociação sobre o assunto, os bancos não aceitaram as cláusulas unificadas apresentadas pelo Comando Nacional e a possibilidade de regulamentar coletivamente esta pauta, colocando em risco a saúde e a integridade dos bancários. Apenas a promessa de negociação individual com cada instituição financeira, e acordos coletivos a nível institucional, para regulamentar o *teletrabalho*. Fatores esses que poderiam ser extremamente prejudiciais para os trabalhadores bancários de acordo com o Comando Nacional de Negociação. Enquanto isso os bancários em *teletrabalho* seguem adoecendo, em um contexto de pandemia mundial, pela implantação de um processo de trabalho remoto de urgência, sem garantias de controle de jornada, de mobiliário ergonômico adequado, de segurança dos dados que manuseiam, e com a manutenção das metas.

O “serviço essencial” tem sido o maior causador de conflitos entre o movimento sindical, a nível local e nacional, e as administrações das instituições financeiras. Diante da pandemia, os bancos criaram protocolos que tentaram proteger seus funcionários ao mesmo tempo que permitiram a continuação de suas atividades. Contudo, logo surgiram casos positivos dentro das agências de todo o país. Em Santa Maria um caso foi emblemático, pois necessitou intervenção sindical para o cumprimento dos protocolos estabelecidos pelo próprio banco. Durante um fim de semana, chegou ao sindicato local pedido de negociação junto a administração da agência, que não se comprometia em cumprir os protocolos em casos

---

<sup>47</sup> Entre 2013 e 2019 houve redução de 70 mil postos de trabalho e o fechamento de 3.400 agências físicas. Acessado em: <https://contrafcut.com.br/noticias/conferencia-reflete-sobre-home-office-e-tendencias-do-sistema-financeiro/>.

positivos de COVID-19, que seria o fechamento da agência até a sanitização do espaço e a testagem de todos os bancários da unidade.

Diante das negociações dificultadas devido ao fim de semana, e pelo contexto de pandemia que exigiu a virtualidade dos contatos e alteração do “saber fazer” sindical, e do não comprometimento do gestor com os protocolos sanitários do banco, na segunda pela manhã (20/06) um grupo de dirigentes se fez presente na agência para negociar. Neste sentido, as alterações dadas pela pandemia, a instabilidade do campo político, as situações de drásticas alterações sociais, poderiam levar a uma conjuntura em que os sindicalistas pudessem perder o controle sobre as condições de funcionamento do próprio campo sindical (TOMIZAKI e ROMBALDI, 2009).

A necessidade de se fazer presente mesmo em tempo de distanciamento social se deu pelo contexto em que “os movimentos produziram respostas que, em parte expressam sua capacidade de agência e, em outra parte, os constrangimentos do cenário no qual atuam” (TATAGIBA *et al*, 2012). No caso analisado a atividade dos movimentos sociais é “uma escolha estratégica feita pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições”, assim a atividade do movimento social é determinada pela situação em que esse se desenvolve (MCADAM *et al*, 2009).

Para Tatagiba *et al* (2012) ao “fazerem o que sabem fazer e o que aprenderam a fazer os atores também estabelecem um diálogo ativo e criativo com o passado, realizando inovações”, ou seja, para os autores, os repertórios, ao mesmo tempo que são aprendidos no passado, são transformados pelos atores no presente. A ação sindical exigiu dos seus dirigentes novas formas de fazer sindicalismo, mas também possibilitou um desfecho positivo e pacífico para o confronto político, frente ao contexto sanitário do país. A relação prévia existente entre gestores e dirigentes sindicais, o contexto da pandemia, o desejo de todos em se proteger, e a presença dos dirigentes sindicais na agência possibilitou um “confronto sem confronto” (MCADAM *et al*, 2009).

A partir destes eventos se identificaram os desafios apresentados para o movimento sindical como as pautas colocadas em debate, o “teletrabalho” e o “serviço essencial”, e seus desdobramentos, que tiveram um impacto direto na saúde dos trabalhadores. A exemplo de uma família de funcionários bancários, onde os pais vieram a óbito (sendo ele funcionário afastado de um banco nacional por pertencer ao grupo de risco) já que as três filhas, também funcionárias do banco, foram obrigadas a trabalhar, contraíram o vírus e contagiaram involuntariamente os pais. Este episódio estremeceu todo o segmento bancário, levando o movimento sindical a denunciar os protocolos insuficientes, e ao banco a rever as medidas para com os coabitantes de grupo de risco.

Por fim, nota-se que ambas as práticas, *teletrabalho* e “serviços essenciais”, implantadas durante a pandemia, significaram a continuidade da precarização do trabalho bancário sob alegação do contexto internacional da COVID-19 e da essencialidade dos serviços prestados. Mesmo que objetivassem minimizar a exposição dos trabalhadores bancários em “tempos de pandemia”, ambos os processos apresentaram características de demanda e aprendizado para o movimento sindical, e de conflito e negociação deste para com as instituições financeiras, no sentido de minimizar a precarização do trabalho.

Palavras-chave: precarização, “saber fazer”, confronto político.

## REFERÊNCIAS

CONTRAF – CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT). Comando negocia com Fenaban cláusula sobre teletrabalho. Acessado em:

<<https://contrafcut.com.br/noticias/comando-negocia-com-fenaban-clausula-sobre-teletrabalho/>>. Acesso em: 28 set 2020.

\_\_\_\_\_ Bancários aprovam minuta de reivindicações. Acessado em: <<https://contrafcut.com.br/noticias/bancarios-aprovam-minuta-de-reivindicacoes/>>. Acesso em: 28 set 2020.

DIEESE. Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. Reforma trabalhista: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. Acessado em <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhista Sintese.html>>. Acesso em: 12 nov 2017.

GUBER, R. La etnografía: método, campo y reflexividad. Bogotá: Grupo Editorial Norma. 2001.

LOPES, J. S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. Revista da Rede de Estudos do Trabalho. Ano V, nº8. 2011.

MCADAM, D. TARROW, S. TILLY, C. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

TATAGIBA, L. PATERNIANI, S. TRINDADE, T. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opinião Pública: Campinas. Vol. 18, nº2, p.399-426. 2012.

TOMIZAKI, K. ROMBALDI, M. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. Pro-Posições: Campinas. Vol. 20, nº2, p. 93-112. 2009.

## Lei Salão Parceiro: laboratório da flexibilização das relações de trabalho no Brasil

Cecília Severo<sup>48</sup>

A Lei do Salão Parceiro (Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016) ficou assim conhecida por tratar da regulamentação da relação de trabalho sob o vínculo de parceria entre salão de beleza parceiro e profissional parceiro. De acordo com essa lei, em vigor desde 2017, os salões e institutos de beleza podem firmar contratos com profissionais do ramo (cabeleireiras(os), manicures, pedicures, barbeiros(as), esteticistas, depiladoras(es) e maquiadoras(es)) que não seriam empregados, mas sim parceiros do estabelecimento. Ainda que verse sobre as condições de prestação de serviços do profissional, trata-se de um acordo estabelecido entre empresas parceiras, uma vez que os profissionais, segundo a Lei, devem-se submeter ao Simples Nacional na forma de MEI (Micro Empreendedor Individual) para formalização do contrato.

O Projeto de Lei nº 5230/2013 que culminou no texto final e aprovação da Lei Salão Parceiro foi proposto inicialmente em 2013 na Câmara dos Deputados, sendo arquivado. Em 2015 é desarquivado e tramita em regime de urgência. Após ser pautado em diferentes Comissões na Câmara, é encaminhado para o Senado (PLC 133/2015). No Senado, é encaminhado para Comissão de Assuntos Sociais e para Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Na última, é debatido em Audiência Pública com partes interessadas da sociedade civil, favoráveis e contrárias ao projeto. Retorna então à Câmara, como de praxe no processo de tramitação, onde passa novamente por Comissões até ser então aprovado em plenário e sancionada a Lei.

Justificou-se a proposta da Lei, restrita ao mercado de beleza, para fins de formalização dos profissionais no setor, consolidar norma jurídica para dar conta do grande contingente de processos na Justiça do Trabalho e regularizar a questão tributária do salão de beleza. De acordo com o relatório do SEBRAE (2013), estimava-se que até 70% do mercado de beleza fosse composto por relações de parcerias, situadas em uma zona cinzenta do mercado (ROSENFELD; ALMEIDA, 2014). As ocupações da área somente foram reconhecidas enquanto categorias profissionais em 2012, através da Lei nº 12.592 - que foi modificada para incorporar a Lei do Salão Parceiro. A relação de parceria seria então a forma oriunda dos costumes de se exercer o trabalho nesse meio profissional. Seria o acordo entre um profissional autônomo e estabelecimento onde este exerceria seu trabalho. Mesmo que a relação seja dotada de pessoalidade e certo grau de subordinação, o profissional seria responsável pelo cumprimento de horários e possuidor dos seus meios de trabalho, o que reforça a autonomia do exercício da profissão.

A presente proposta de comunicação parte de pesquisa a nível de mestrado na área de Sociologia do Trabalho, orientada pela questão: Quais os impactos da relação de parceria reconhecida enquanto Lei para o setor de beleza, em relação ao mercado de trabalho em geral, em específico no que tange a flexibilização da legislação trabalhista no país?

A Lei do Salão Parceiro tramitou no Congresso em paralelo a projetos que vieram a compor a Reforma Trabalhista aprovada pela Casa no ano seguinte. A questão da terceirização, por exemplo, é recorrentemente referida, por parte daqueles que defendem o projeto bem quanto aos que são contrários. Tal como aponta Abílio (2017) “a lei foi recebida mais como perfumaria do que como a abertura legal da porteira para a uberização do trabalho no Brasil”. A hipótese que seguimos é de que o projeto visava a formalização de profissionais, porém absorvido para as vias da flexibilização.

---

<sup>48</sup> Mestranda em Sociologia, UFRGS

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram a análise de conteúdo das falas que compuseram a Audiência Pública ocorrida em 4 de novembro de 2015, dedicada ao debate sobre a matéria em foco, entrevista com presidente do Sinca - RS (Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no RS). Previa-se ainda entrevistas com profissionais. A pesquisa ainda se encontra em período de análise. Observa-se porém os diferentes sentidos que conceitos de Autonomia, Liberdade e Terceirização assumem para cada uma das partes envolvidas na questão.

**Palavras-chave:** Lei Salão Parceiro; Mercado de beleza; Flexibilização das relações de trabalho.

### Referências

ABILIO, Ludmila. C. **Uberização do Trabalho: Subsunção real da viração.** 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>> Acesso: 12/10/2020.

ROSENFELD, Cinara L.; ALMEIDA, Marilis L. **CONTRATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho.** *Revista de Ciências Sociais*, n. 41, Outubro de 2014, pp. 249-276

Estudo de Mercado Estética e Beleza – SEBRAE Nacional. Brasília, Novembro de 2013.

Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/7492e68e544fa09897c7f3b00482a0b7/\\$File/4593.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7492e68e544fa09897c7f3b00482a0b7/$File/4593.pdf)> Acesso: 12/10/2020.

## **Flexibilização e precariedade: a realidade laboral das trabalhadoras associado ao complexo energético de Quevedos/RS**

Giovana Duarte<sup>49</sup>  
Laura Senna Ferreira<sup>50</sup>

A cidade de Quevedos, situada na microrregião Centro Ocidental do Estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 2.710 habitantes (IBGE, 2010), vem sofrendo impactos na sua estrutura ocupacional a partir da instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas, a datar do ano de 2018, denominado de Complexo Energético Toropi-Guassupi que integra o Programa de Incentivo às Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas do governo do Rio Grande do Sul, aprovado em março de 2017. As transformações laborais decorrentes proporcionaram empregos que atraíram, especialmente, os trabalhadores e trabalhadoras da região Sul do país, se concentrando nas áreas de serviços alimentícios, serviços de limpeza, administrativo e na construção civil. Paralelo a isso destaca-se a prestação de serviços sexuais, devido a instalação do primeiro prostíbulo na cidade de Quevedos coincidir com o período de construção das usinas hidrelétricas no município. Todas as referidas ocupações estão, em grande medida, marcadas por experiências comuns, como as de subcontratação e informalidade. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é a partir da cidade de Quevedos- RS, entre os anos de 2018 a 2021, compreender em que medida a precariedade laboral tem marcado as transformações referentes ao trabalho feminino e a formação de um território de gênero, entre os espaços das usinas hidrelétricas e o prostíbulo local.

As transformações laborais estão atreladas às novas tendências de trabalho na economia capitalista. De acordo com David Harvey (1992) os processos de trabalho passaram por mudanças ao longo da crise do capital nos anos de 1980, transgredindo de um sistema rígido da produção fordista para o maior afrouxamento dos contratos trabalhistas, na chamada “acumulação flexível”, a qual emerge da racionalização, reestruturação e controle do trabalho, e tem provocado uma nova organização do trabalho e da vida social como um todo. O surgimento de empregos temporários ou subcontratados são recorrentes nesse novo regime, quer pela desregulamentação crescente, quer pelas altas jornadas, baixa remuneração, intensificação laboral etc., que se associam as mais diversas ocupações no mercado de trabalho. A crescente mobilidade, igualmente, engloba-se aos novos “receituários” de trabalhos alternativos, ou mesmo entre a classe trabalhadora que vivencia o “desemprego estrutural”, e tem levado ao aumento da interiorização e precariedade do trabalho no circuito produtivo. As novas dinâmicas laborais também atingem negativamente a dimensão subjetiva da classe trabalhadora, tanto as relações afetivas em geral, quanto as lutas e resistências nos espaços de trabalho tem experienciado tentativas de dismantelamento frente às novas dinâmicas do “envolvimento manipulatório”, na era flexível.

Segundo Helena Hirata, a divisão sexual do trabalho também se reconfigura pela sua “plasticidade” na reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. As hierarquias e as separações do ponto de vista de gênero “amoldam as formas de trabalho e emprego” (HIRATA, 2007, p.560), e a força de trabalho feminina tem se concentrado na “economia informal” e sido requerida em maior número e extensão no sistema de trabalho flexível. Igualmente, a hegemonia neoliberal imbricada nas transformações produtivas, intensificaram, no que tange

---

<sup>49</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>50</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

as discriminações de gênero, raça e classe, às designações prioritárias das mulheres a empregos de maior precariedade, em espaços e condições de trabalhos vulneráveis, o que tem gerado uma maior “feminilização da pobreza” *vis à vis* a aceleração do crescimento econômico (HIRATA, 2007).

Em argumento semelhante, Lena Lavinas (1997) ressalta que as transformações econômicas a partir dos anos 1990 tenderam a agravar a recessão em alguns setores, comparado aos anos 1980, “o peso das mulheres no emprego decresce, em uma clara contra tendência, muito localizada, mostrando que elas estariam sendo mais atingidas que os homens por esse quadro de mudanças” (LAVINAS, 1997, p.5). A autora constata que o trabalho feminino em condições de informalidade se concentra entre os grupos de mulheres com menor instrução escolar. Sendo assim, as desigualdades de gênero na esfera produtiva estão de braços dados com as crises em escala global. Ou seja, as desigualdades progridem em momentos de reconversão produtiva, mas descresem em períodos de estabilidade econômica. Isso significa que, “o rebaixamento dos custos de produção é uma necessidade incessante e renovada” (LAVINAS, 1997, p.2) e nesse contexto, as opressões e as explorações no sistema produtivo tendem a se invisibilizar, em face da multifuncionalidade e polivalência, com “ar de liberdade” dos empregos flexíveis.

## **Metodologia**

Em termos metodológicos, a pesquisa nas ciências sociais requer uma superação entre as dicotomias da macro teorização e micro teorização. Este estudo pretende adotar uma perspectiva que atente para as dimensões estruturais da realidade do objeto investigado, sem deixar de considerar os aspectos subjetivos (as ações dos sujeitos, suas experiências de vida e trajetórias). Propõe-se uma análise que potencialize as discussões do objeto em suas ambiguidades e singulares, observando a síntese entre as diferentes dimensões que o mesmo exprime. Utiliza-se como técnica de pesquisa a entrevista narrativa e a pesquisa documental (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2002). Para o presente artigo foram consideradas o total das dez entrevistas realizadas, entre elas, sete com trabalhadoras do complexo energético, uma com o representante dos investidores dos empreendimentos, uma com a trabalhadora do prostíbulo, e uma com um frequentador do prostíbulo. Investigaram-se documentos referentes às usinas hidrelétricas, bem como a ata da sessão extraordinária da câmara dos vereadores, da cidade de Quevedos/ RS, do ano de 2018, que elucida os procedimentos da instalação das usinas, e também sites de notícias que dispunham informações sobre a localização, abrangência, custeio da obra, os tipos de empregos emergentes, salários e jornadas de trabalho.

## **Apresentação dos resultados**

Constatamos que o trabalho feminino nas ocupações internas do complexo energético concentra-se em cargos tipificados socialmente as mulheres, a saber, nos serviços de limpeza, alimentício e administrativo, marcados pela terceirização, *part-time e informalidade*. Também há a presença de um pequeno número de mulheres nas ocupações do ramo da construção civil. Em todas essas ocupações as trabalhadoras vivenciam uma alta jornada de trabalho, variando das 5 horas da manhã às 22 horas e 30 minutos da noite durante a semana, e aos finais de semana, cuja organização do trabalho, de modo geral, é realizado entre equipes. No que tange aos salários, a trabalhadora destaca: “O salário ele vai de 1.300 a 7.000, e varia por cargo, e esse é o salário base né, tem horas extras” (Entrevistada, 2020), e ainda acrescenta, “Nós temos um cronograma da obra para concluir, então é... tem que fazer o serviço no mês e tem que trabalhar em menos de um mês para em um mês já tá pronto, que o cliente nos cobra” (Entrevistada, 2020). A trabalhadora do setor alimentício revela a extensão da jornada durante



a rotina do trabalho: “Nós temos um intervalo de 40 minutos, daí a gente às vezes quando está muito apurado não tira esse intervalo, acaba tirando na hora do almoço, e excede um pouquinho no final, né” (Entrevistada, 2020).

Os trabalhos no prostíbulo permanecem 24 horas para o atendimento ao cliente, conforme o depoimento da trabalhadora: “Não existe horário fixo, porém se chegar cliente e a garota tiver disponibilidade de atender ela pode atender, sendo que não somos obrigadas” (Entrevistada, 2020). Os rendimentos variam entre 50 a 300 reais por programa, a depender do fluxo masculino no espaço e a procura pela trabalhadora (os valores também estão sujeitos a negociações), e como destaca a entrevistada: “[...] ganhamos comissão a cada bebida consumida com o cliente, chegamos a fazer 4.000 apenas de bebidas mensal, porque os valores variam, depende da bebida consumida” (Entrevistada, 2020). No espaço de trabalho se tem constatado a precariedade, conforme as características pontuadas pelo frequentador do estabelecimento, se trata de um local “estranho”, “um galpão”, “simples”, “não muito grande”, “bem no fundo de um campo”, “do lado do alojamento”, e ainda acrescenta: “ele [o proprietário] cria galinhas ali, tem uns cachorros, até teve um dia que eu tava lá, e foi muito engraçado, a gente tava tomando cerveja e daí começou uns porcos gritar debaixo do chão” (Entrevistado, 2020).

A realidade laboral das trabalhadoras também é marcada pela mobilidade espacial decorrente da procura de empregos, como é o caso das trabalhadoras que vivenciam a informalidade nas ocupações temporárias e terceirizadas e as “[...] garotas de programa” (Entrevistada, 2020), ou a mobilidade que decorre das exigências da ocupação, como é o caso das trabalhadoras centrais das empresas, e tem levado, conforme os relatos, a “sensação de liberdade”, “solidão”, “aprendizado” e “adaptação” em suas trajetórias e experiências de vida, que expressam a nova organização do trabalho, ou seja, o reflexo da flexibilidade no sistema produtivo. A grande maioria das trabalhadoras são mães e possuem uma baixa escolaridade, concentrando-se, especialmente, nos empregos periféricos e mal pagos do empreendimento energético.

### **Considerações finais**

As transformações laborais na cidade de Quevedos/RS, associadas à instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas, têm provocado o surgimento de empregos marcados pela precariedade, associados a reestruturação produtiva e a acumulação flexível. Os empregos que giram em torno da órbita das usinas, refletem os baixos salários, a extensão da jornada e a desproteção laboral. Entre os trabalhos femininos constata-se que as mulheres são direcionadas aos trabalhos mais periféricos da produção e com menor qualificação. A condição de precariedade também reflete na vida particular das trabalhadoras, as quais estão vivendo uma realidade traçada pela insegurança, vulnerabilidade, mobilidade e instabilidade laboral, que marcam as suas experiências e trajetórias de vida.

**Palavras-chaves:** Trabalho feminino; flexibilização; precariedade.

### **Referências bibliográficas**

- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados – Revista de ciências sociais**, vol.40 n.1, Rio de Janeiro, 1997.

## Quem gerencia o trabalho sem gerente?

Henrique Chevrand Weiss<sup>51</sup>

### Resumo expandido

Este artigo visa aprofundar reflexões sobre uma questão relevante a respeito da organização contemporânea do trabalho: quem gerencia o trabalho sem gerente? A figura do gerente foi central na constituição da moderna organização do trabalho – parecendo quase evidente a necessidade de uma pessoa fiscalizando e controlando a realização do trabalho. Na contemporaneidade, esta discussão ressurgiu ao se levar em consideração uma das grandes transformações operacionais na organização do trabalho que a uberização impõe: há o fim da observação da realização do trabalho executada por humanos para isto remunerados.

O passo propositivo lógico é simplesmente compreender os aplicativos e seus algoritmos enquanto executores das funções gerenciais de controle, ordenação e distribuição do trabalho. Estas tecnologias possuem capacidades sobre-humanas de coleta e manipulação de dados, as tornando ideais para estas tarefas. Isto pode ser visto quando: “A Uber iniciou o monitoramento dos movimentos dos motoristas que utilizam o aplicativo por meio dos telefones celulares, com o objetivo de identificar o comportamento dos trabalhadores e, nos casos em que entender necessário, tentar influenciar suas condutas.” (OITAVEN; CARELLI; CASAGRANDE, 2018, p.19)

Entretanto, se demonstra equivocado pensar que a vigilância humana em relação ao trabalho tenha sido totalmente removida, ela se transforma. Neste sentido, a pesquisa surge de uma problemática contida na realidade dos trabalhadores uberizados, permeada por transformações objetivas e subjetivas em suas formas de compreender o governo de suas ideias e ações.

Para comportar qualquer reflexão analítica acerca desta questão, vem sendo desenvolvido um trabalho empírico a partir de três frentes, sendo 1) observação participante iniciada em 2018 e sistematizada a partir de 2019 – finalizando no mês de outubro deste mesmo ano -, 2) aplicação de roteiro de entrevista semi-estruturado a três entregadores-ciclistas e 3) análise de conteúdo de três grupos de Whatsapp com a temática diretamente relacionada ao trabalho de entregadores-ciclistas para aplicativos – sendo um dos grupos acompanhado desde dezembro de 2018 e outros dois a partir de julho de 2020. Todas estas frentes seguem em desenvolvimento, tendo a observação participante e as entrevistas sido paralisadas por causa da pandemia de Covid-19.

A sistematização da observação participante se deu a partir de diário de campo, o qual foi preenchido com os mais diversos momentos e as mais diversas reflexões, dado que este foi um período inicial de pesquisa onde estava o pesquisador realizando trabalho enquanto entregador-ciclista para o aplicativo Rappi. Já as entrevistas já foram formalizadas para buscar dar conta dos processos de socialização e subsequente subjetivação dos trabalhadores entregadores-ciclistas para aplicativos, nele estão contidas as dimensões ‘trabalho’, ‘remuneração’, ‘tempo’, ‘condições de trabalho’, ‘saúde’, ‘socialização para o trabalho’ e ‘subjetividade’. Já para a análise dos grupos de whatsapp também se buscou delimitar as mensagens e áudios extraídos a partir destas mesmas dimensões – apesar de ainda não haver uma análise apurada de todo o material, o que se destaca são alguns trechos julgados significativos, baseados nas análises anteriores.

---

<sup>51</sup> Mestrando PPGS UFRGS

Aqui se entende a uberização como 1) um trabalho tratado pela empresa como não sendo possuidor de um vínculo trabalhista com quem o realiza, com 2) plena flexibilidade de horário e 3) responsabilidade exclusiva de quem realiza o trabalho sobre o mesmo e sobre seu bem-estar laboral. Isto é feito a partir de empresas que se posicionam como meras disponibilizadoras do meio utilizado por quem executa o serviço, quem produz ou possui o que será entregue e quem o receberá.

Por se tratar de uma transformação na organização do trabalho, também se parte do entendimento que a uberização possui efeitos próprios nos processos de socialização e de subjetivação (HARVEY, 2008). É neste sentido que aqui se apreende o conceito de governamentalidade, somado da operacionalização proposta por Dardot e Laval (2016) ao se referir a um *ethos* neoliberal onde este “[...] pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)

Mesmo sem uma conclusão final, é possível afirmar que, no trabalho uberizado, para além dos aplicativos, tanto esta vigilância quanto seus efeitos de socialização são executados em boa parte pelos próprios trabalhadores. Para além das ferramentas necessárias para a execução do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras também arcam com um acúmulo de funções, incluindo a de gerência. Esta condição é denominada por Abílio (2019) como um *autogerenciamento subordinado*, contrapondo que a condição destes trabalhadores seria a de um *empreendedor*. Este autogerenciamento subordinado se caracteriza pelos estritos limites que as empresas-aplicativo impõe na realização do trabalho ao mesmo tempo em que exigem de quem realiza o trabalho uma ampla capacidade de manejo racional de todas as necessidades para realizar um trabalho exigente tanto no nível físico quanto da organização pessoal.

Expandindo esta compreensão, também é perceptível que este autogerenciamento ultrapassa o momento de trabalho propriamente dito, atingindo espaços como o da alimentação, do sono, das relações pessoais e até de lazer de quem realiza o trabalho. É esta racionalização em direção a uma lógica de acúmulo de capitais que se expande de forma notável para todos estes âmbitos da vida e que parece ser parte fundamental da realização de trabalhos inseridos na uberização do trabalho. Ainda há de se aprofundar como que cada trabalhador e trabalhadora atinge esta racionalização, compreendendo quais os meios para entendê-la como relevante e para praticá-la. Mesmo assim, este é um fenômeno bastante observável e aqui se acredita que maior atenção empírica à questão demonstrará ainda mais a sua profundidade e que esta talvez não se limite apenas ao trabalho uberizado.

**Palavras-chave:** uberização; governamentalidade; trabalho.

### **Referências bibliográficas**

ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*. 1a Edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 17a Edição. São Paulo: Loyola, 2008.

## Ontologia do trabalho e novas tecnologias: reflexões sobre a subjetividade no trabalho em plataformas

Italo Matheus Leporassi Iora<sup>52</sup>

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão crítica acerca dos impactos na subjetividade dos trabalhadores (as) em plataformas digitais, neste estudo, especificamente, abordaremos as relações conflitantes entre trabalho (vivo) e novas tecnologias (trabalho morto), que tomam novos contornos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Esta inquietação surge de questões levantadas em minha pesquisa de dissertação de mestrado, ainda em andamento. Para realizar esta reflexão, iremos abordar tal questão a partir da análise da ontologia do trabalho e sua relação com a subjetividade e reificação presentes na tradição marxista. Cremos que a mistificação das relações sociais têm um importante papel para a ocultação das contradições no mundo do trabalho contemporâneo, que ficam escamoteadas pela narrativa predominante do determinismo tecnológico. Das quais, por vezes, mesmo algumas das críticas feitas às novas tecnologias apontam apenas para a superfície dos problemas. O papel do trabalho na sociedade é de extrema importância, tanto no nível objetivo como subjetivo. Porque, além de tornar possível a reprodução da vida material dos agentes que constituem a sociedade, exerce influência sobre os sentidos subjetivos dos seres sociais. Foi a partir dele que a espécie humana se “desgruda” da pura determinação biológica da natureza e encontra sua gênese para a subjetividade. A realização de atividades teleológicas possibilitou o salto ontológico para a autonomia e autogovernabilidade, própria e exclusiva do ser social, de idear os meios mais adequados para determinados fins. De modo a romper com a imediaticidade do instinto biológico, inaugurando a subjetividade em sua protoforma. Com o trabalho, se dá a viabilidade do desenvolvimento e complexificação da comunicação, linguagem e pensamento conceitual, que abrem caminho para a práxis política, artística, filosófica e religiosa, todas resultantes do prolongamento de sua forma primária (ANTUNES, 2008). Assim, relações mais complexas surgem, indo além da relação originária do homem com a transformação da natureza. Lukács (1979) chamou estas novas posições teleológicas, entre os próprios seres sociais na esfera da interação e da troca intersubjetiva, de posições teleológicas secundárias. No modo de produção capitalista o trabalho assumiu a forma adjetivada de trabalho assalariado e abstrato (MARX, 2013). Nele, o seu fim é a produção de valores de troca. É a feição reificada do seu potencial subjetivo e criador de valores de uso. No entanto, não são poucas as análises sociológicas que passam ao largo do caráter ontológico da categoria trabalho e de sua dupla contradição enquanto produtor de valores. No que toca a relação contraditória entre trabalho vivo e trabalho morto, este último como resultado posterior da objetivação do trabalho humano e do saber-fazer incorporado na maquinaria (que é um produto tecnológico), fora cuidadosamente abordada por Marx (2013), em *O Capital*. Este aparato, que junto da força de trabalho, constitui as forças produtivas de uma sociedade poderia amenizar o desgaste dos (as) trabalhadores (as) nos processos de trabalho. No entanto, ele foi e continua sendo usado como mecanismo de intensificação e exploração do trabalho. Pois, sem contato com o trabalho humano ativo não há criação de novos valores. Ao contrário de libertar

---

<sup>52</sup> Mestrando em Sociologia, UFRGS

progressivamente o humano do trabalho, apenas retira-lhe o seu conteúdo. Ao invés de encurtar o tempo necessário do trabalho e ampliar o tempo livre das pessoas, inverte essa possibilidade. Ao torná-lo propriedade, quem o possui, detém o controle da produção, do seu ritmo e da força de trabalho. No capitalismo plataformizado, da era digital, o discurso fatalista calcado na suposta impossibilidade de regulação e proteção do trabalho, por conta das novas tecnologias empregadas em um mundo do trabalho cada vez mais dinâmico e flexível, é hegemônico. Essa nova ideologia ou “espírito” capitalista, declara guerra aos termos: trabalhadores, empregados, funcionários e a relação político-jurídica do emprego. Buscando a todo custo mistificar a relação de assalariamento existente nas plataformas de trabalho. Assim como, penetra a subjetividade dos trabalhadores, dificultando a sua identificação enquanto força de trabalho e membro de uma classe. O empreendedor é o novo tipo-ideal, o sucesso e fracasso é resultado da aplicação e empenho do indivíduo, é preciso trabalhar duro e se arriscar. Esta ideologia opera transformando a subjetividade em objeto, para que o “sujeito-objeto” continue a reproduzir as forças estranhas a si e vender sua força de trabalho, ocorrendo o que, Lukács (1979) denominou de reificações alienantes. A tecnologia usada nas plataformas, onde reinaria supostamente uma neutralidade tecnológica, se confunde com a própria lógica política do neoliberalismo. Tais mecanismos não necessariamente inauguraram a precarização do trabalho, apenas reafirmaram a precariedade, trazendo consigo inovações para o agravamento da mesma. Tanto ciência quanto técnica, são subordinadas ao contexto histórico e econômico de sua época. No caso das plataformas de trabalho, que alegam serem apenas empresas de tecnologia para evitar arcar com suas responsabilidades legais, a utilização da tecnologia (trabalho morto) continua servindo enquanto instrumento de controle e aumento da produtividade. Regular o trabalho tornou-se muito fácil, tendo em vista, todas as informações disponíveis sobre os trabalhadores e a execução de suas tarefas do modo como as plataformas têm. No entanto, a narrativa das plataformas é de que elas não têm como atividade fim as entregas, as viagens, ou seja, a atividade por qual elas são conhecidas e para qual necessitam da força de trabalho. Esta mistificação aliada a reificação do discurso da modernização das relações, em suma, do determinismo tecnológico, são as principais armas para a burla das legislações nos locais onde operam. Assim, o trabalho morto, tanto material e imaterial, condensado nos algoritmos das plataformas, converte-se em forte capataz para gerência e controle da força de trabalho. O fato de não haver nenhum contato direto, pessoalizado por parte da plataforma com os trabalhadores, intensifica o fenômeno de reificação dessas relações. Marx (2013), já dizia que o fetichismo da mercadoria consistia no simples fato das coisas, os produtos do trabalho humano em relação, se apresentarem para seus produtores enquanto características intrínsecas e próprias dos objetos inanimados. Nas plataformas isso é levado a outro nível, no qual a aparência é que uma tecnologia decide e organiza o funcionamento da plataforma de forma imparcial, quando na concreticidade ela atua apenas como um eficaz dispositivo de controle da jornada de trabalho e disciplinamento dos trabalhadores. Logo, sua utilização para fins de acumulação, proporciona a alienação dos trabalhadores sobre os processos de trabalho, cabendo todas as decisões às empresas de forma unilateral. Elas que ditam quem irá receber determinada tarefa, como deverá ser feita, em quanto tempo deve ser realizada, qual irá ser a remuneração por ela, ao passo que pode descartar a qualquer momento o entregador/motorista/freelancer sem nenhum custo. Aliás, os custos do trabalho são todos transferidos para os trabalhadores plataformizados. As plataformas abrem mão de grande parte do seu capital fixo, jogando a responsabilidade para o trabalhador. Caso queria ser utilizado, ele tem que possui os próprios instrumentos de trabalho: carro, motocicleta, bicicleta, celular,

computador, dentre outros, dependendo do tipo de plataforma. A única coisa que fica sob propriedade destas empresas é a matéria-prima, os dados, e a posse privada do software. A reflexão apresentada aqui, ainda que de forma embrionária, visa apenas delinear algumas características atuais das estratégias para a legitimação e engajamento dos trabalhadores nas plataformas de trabalho. Além de, fazer a crítica do discurso reificante utilizado pelas empresas-plataformas, que intenta permear os setores das classes trabalhadoras, e tapear o direito do trabalho. Mostramos também algumas das principais contradições entre o uso das novas tecnologias, a serviço do capital, como mecanismos de controle e alienação dos trabalhadores. É claro, que os trabalhadores não figuram apenas enquanto sujeitos passivos nestes processos, como é possível notar pela mobilização dos entregadores de aplicativos neste ano e outras experiências de contestação e insatisfação com as plataformas de trabalho. Contudo, gostaríamos de frisar que as novas tecnologias e seus impactos na subjetividade da força de trabalho estão em disputa, e que a crítica deve ser direcionada as relações sociais, ao conteúdo e não a forma. Acreditamos que as inovações tecnológicas trazem muitos avanços para sociedade e que podem ser emancipatórias, seus êxitos e erros estão mais relacionados aos projetos políticos de fundo que regem sua governança, do que elas em si mesmas. Também apontamos para a necessidade de novos estudos aprofundados em torno da miríade de conexões existentes entre trabalhos plataformizados e subjetividade.

**Palavras-chaves:** trabalho em plataformas; subjetividade; ontologia do trabalho;

**Referências:**

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social.** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

## **Análise dos impactos sociais gerados pelo trabalho de reeducandos em unidades prisionais brasileiras**

João Victor Bernardes<sup>53</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho é definido pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, como um dos direitos sociais, acompanhando da educação, da saúde, da moradia, etc. (BRASIL, 1988). Os padrões de identidade e de sociabilidade, os interesses, os comportamentos políticos, os modelos de família e os estilos de vida são constituídos por meio do trabalho. Ainda, o trabalhador no processo produtivo é o principal organizador da estrutura social, sendo que os conflitos sociais se dão em torno da exploração no plano das relações de trabalho e das relações capitalistas na continuidade do desenvolvimento das forças produtivas (SORJ, 2000).

Neste sentido, as pessoas que estão em privação de liberdade encontram no trabalho os mesmos benefícios que os cidadãos livres, só que no caso dos reeducandos, o significado é ainda mais abrangente, principalmente pelo fato de estarem longe do convívio com familiares e com a sociedade. O trabalho para reeducandos “desempenha um papel importante no senso de identidade, autonomia e amadurecimento e ainda contribui para o desenvolvimento pessoal e coletivo [...] traz de volta a dignidade, resgata a autoestima e dá condições para subsistência pessoal e de sua família.” (DEPEN, 2018, *n.p.*).

O conceito de prisão como remodeladora de indivíduos e de inserção deles de volta na sociedade, partindo da idealização da ressocialização, surgiu na Europa nos anos 1970, por conta da diminuição do Estado (BOURDIEU, 1997). A ressocialização tem como princípio fundamental a humanização do reeducando com a intenção de transformar as prisões numa forma de centro de reabilitação, como uma analogia a uma clínica. Desta forma, a pena em si não seria mais utilizada com a intenção de castigar o indivíduo e sim para orientá-lo a retornar à sociedade como uma pessoa melhor do que quando entrou, evitando assim, a reincidência. Na utilização de nomenclaturas como ressocialização, reabilitação, reinserção entre outros, tem-se que levar em conta que o crime é na maioria das vezes uma expressão da relação entre o criminoso e a sociedade (SEGARRA, 2019).

Com relação ao trabalho, Noronha (2004, p. 237) afirma que a recuperação de reeducandos é possível se for “feita pela laborterapia. Qualquer estabelecimento penitenciário sem trabalho torna-se antro de vício e perversão. Como readaptar indivíduos que passam os dias de braços cruzados dormindo ou entregues a distrações, sem o meio educacional do trabalho.”. Por sua vez, Falconi (1998, p. 71) defende que “sem dúvida a laborterapia é uma das formas mais eficazes de reinserção social, desde que dela não se faça uma forma vil de escravatura e violenta exploração do homem pelo homem, principalmente este homem enclausurado.”. Assim, acredita-se que o trabalho é essencial para os reeducandos.

O artigo está estruturado em cinco seções, na primeira está a introdução; na segunda encontra-se o referencial teórico, o qual foi dividido em duas seções secundárias intituladas, respectivamente: “O trabalho como forma de socialização e segregação” e “O trabalho dentro das unidades prisionais brasileiras”; na terceira seção tem-se a metodologia; na quarta seção são apresentados os resultados e as discussões e; na quinta e última seção estão as considerações finais.

---

<sup>53</sup> Doutorando em Sociologia e Ciência Política - UFSC; Mestre em Sociologia Política - UFSC

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para chegar ao objetivo proposto, primeiramente, apresenta-se uma revisão bibliográfica a respeito do trabalho e dos efeitos da ausência ou exploração deste, em um segundo momento, evidencia-se a realidade laboral das unidades prisionais brasileiras e partir dos dados obtidos, analisa-se e discute-se os impactos sociais gerados pelo trabalho de reeducandos nestes ambientes.

### **2.1 O TRABALHO COMO FORMA DE SOCIALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO**

A passagem de um Estado provedor para um Estado liberal, na Europa de meados dos anos 1970, teve como consequência a diminuição do Estado, o que afetou a área de assistência social e da promoção e distribuição de renda, como as políticas públicas voltadas à geração de empregos com grandes obras públicas e o investimento em infraestrutura. A redução do poder do Estado em gerenciar a economia e assim ajudar no crescimento do país, trouxe problemas sociais, a exemplo do crescimento do número de desempregados, o aumento da violência e da prática de pequenos delitos como o furto e o roubo (BOURDIEU, 1997).

### **2.2 O TRABALHO DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS BRASILEIRAS**

A respeito do trabalho em unidades prisionais brasileiras traduzido em números, tem-se o apoio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), que é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, o qual divulga semestralmente diversos dados a respeito do Sistema Prisional, dentre eles a estatística da população prisional cadastrados em programas laborais no Brasil. No segundo semestre de 2019, a pesquisa revelou que 19,28% (dezenove vírgula vinte e oito por cento) dos reeducandos brasileiros trabalham nas unidades prisionais, o que representa 144.211 (cento e quarenta e quatro mil duzentos e onze) de reeducandos de um total de 748.009 (setecentos e quarenta e oito mil e nove), onde 109.259 (cento e nove mil duzentos e cinquenta e nove) trabalham internamente e 34.952 (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e dois) trabalham externamente.

## **3 METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Lakatos e Marconi (2009, p. 48) “[...] Fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”.

A respeito dos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois esta tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população [...] um exemplo de pesquisa deste tipo é aquela que se propõe a “estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc.” (GIL, 2014, p. 28 ). No caso deste estudo, buscou-se conhecer a realidade dos reeducandos que trabalham para a iniciativa privada dentro de unidades prisionais brasileiras e analisar se tal prática é vantajosa para eles.

Os dados e as informações encontradas ajudaram no entendimento da situação atual do universo estudado e contribuíram para a formulação dos resultados e das discussões, e consequentemente das considerações finais.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

De acordo com os estudos dispostos no arcabouço teórico pode-se verificar que o sistema capitalista está em constante mutação e que se adapta às novas tendências de mercado, à busca de se manter como um sistema econômico duradouro. Por sua vez, o neoliberalismo procura modificar as antigas relações entre Estado e iniciativa privada, passando cada vez mais as atribuições do primeiro ao segundo. Ademais, de acordo com a evolução das práticas



laborais, tem-se que o trabalho pode ser considerado uma forma de socialização, ao passo que influencia positivamente a vida dos cidadãos, mas também de segregação, mediante desemprego ou a exploração das pessoas, que juntos causam a violência e a reclusão dos menos assistidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar os impactos sociais gerados pelo trabalho de reeducandos em unidades prisionais brasileiras. Para chegar aos resultados pretendidos, apresentou-se uma revisão bibliográfica a respeito do trabalho e dos efeitos da ausência ou exploração deste; evidenciou-se a realidade laboral das unidades prisionais brasileiras e; analisou-se e discutiu-se os impactos sociais gerados pelo trabalho de reeducandos nestes ambientes.

Diante da apresentação do referencial teórico e das discussões levantadas, acredita-se ter-se alcançado o objetivo proposto, assim como ter respondido a problemática deste estudo, pois verificou-se que a possibilidade de trabalhar para a iniciativa privada dentro de unidades prisionais não é vantajosa para os reeducandos, pelos motivos já apresentados: os baixos salários pagos; a ausência de direitos trabalhistas iguais aos que os cidadãos livres têm, com todos os direitos reservados, inclusive sindicatos e representantes que lutam constantemente por direitos e valorização de profissões e salários; e a exploração feita pelas empresas privadas, pois mesmo com condições não favoráveis, existe uma massa de trabalhadores cada vez mais necessitada por qualquer forma de renda, assim sempre vai ter alguém para se sujeitar às condições precárias de trabalho, a fim de conseguir se manter dentro do sistema e para sustentar familiares fora dele.

**Palavras-chave:** Impacto Social. Reeducando. Trabalho. Unidade prisional.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997. 747p
- FALCONI, R. **Sistema Presidencial: Reinserção Social?** São Paulo: Ícone, 1998, 268p.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- NORONHA, E. M. **Direito Penal.** 38 ed., v. 1. São Paulo: Saraiva, 2004. 237p.
- OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.
- SEGARRA, G. **A Utopia da ressocialização ante as mazelas do sistema carcerário: um olhar da criminologia.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 196 p.

## **Empreendedoras de Vendas Diretas: entre o empoderamento e o trabalho flexível**

Mayco Lima da Silva<sup>54</sup>

Palavras-Chaves: empreendedorismo feminino; vendas diretas; flexibilização.

### **Problema de pesquisa e procedimento metodológico**

A Mary Kay Inc. é uma empresa de vendas diretas de cosméticos e produtos para o cuidado com a pele; sendo uma das três maiores do mundo no ramo. Possui em sua força de vendas independente mais de 3,5 milhões de membros divididos em mais de 40 países. Por tratar-se de uma empresa de vendas diretas, a Mary Kay Inc. caracteriza suas consultoras de vendas como empreendedoras; para a empresa, o empreendedorismo feminino é um importante meio para o empoderamento das mulheres. Para que obtenham sucesso como empreendedoras e conseqüentemente empoderem-se é necessário, segundo a empresa, que essas mulheres sejam portadoras de um “estilo Mary Kay”, ou seja, que possuam uma série de elementos valorizados pela empresa naquilo que tange a vida e ao trabalho. A pesquisa aqui apresentada buscou compreender, primeiro, como, a partir do discurso da empresa, se constitui o trabalho destas empreendedoras e, segundo, se a partir da forma como é constituído por esse discurso este trabalho compartilha das mesmas características que configuram o trabalho flexível.

Para tal, foi realizada uma análise do discurso, referente às questões mencionadas, presente nas mídias sociais da empresa Mary Kay Inc. e também no livro “*The Mary Kay Way: o estilo de liderança de uma das maiores empreendedoras norte-americana*” escrito pela fundadora da empresa, Mary Kay Ash<sup>55</sup>. Neste livro a autora apresenta um conjunto de princípios e valores, um “modo de ser e fazer”, uma série de elementos que constituem a “cultura Mary Kay” e que levariam a empresa e seus colaboradores ao sucesso. A opção pela fonte de dados e pela metodologia se dá por entender que *The Mary Kay Way* pertence ao conjunto de livros designados como literatura de gestão empresarial; neste tipo de literatura encontra-se novos métodos para a obtenção de lucro além de um forte tom moral por tratar-se de uma literatura normativa, tornando possível através dele investigar a forma como a Mary Kay Inc. constitui um tipo particular de empreendedorismo feminino.

### **O trabalho das consultoras Mary Kay - análise dos dados e discussão da bibliografia**

A partir da década de 70 do século anterior no centro do sistema capitalista e posteriormente na periferia do sistema capitalista deu-se início a uma série de transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram a passagem para a etapa flexível da acumulação capitalista (HARVEY, 2008). Entre estas transformações podemos citar a desregulamentação de leis trabalhistas, o enfraquecimento de políticas sociais, o aumento da produtividade devido à implementação de alta tecnologia e às novas formas de gerência, a redução do emprego fabril e a expansão do setor de serviços - e do proletariado dos serviços -, o aumento do desemprego e do subemprego (e com ele das mais variadas formas do trabalho informal e precário), as terceirizações, etc. As transformações que se deram no trabalho ocorreram também com o próprio trabalhador, alterando o perfil desse; surge então o trabalhador flexível. Entre os desdobramentos dessa mudança no perfil dos trabalhadores temos o aumento da participação

---

<sup>54</sup> Mestrando em Ciências Sociais, UFSM

<sup>55</sup> ASH, Mary Kay. *The Mary Kay Way: o estilo de liderança de uma das maiores empreendedoras norte-americanas*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2013.

de mulheres na composição da força de trabalho, preferencialmente naqueles postos mais precarizados e informais (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009).

Como já dito, a Mary Kay Inc. caracteriza como empreendedoras as mulheres que compõem a sua força de vendas independente. Para essas há duas vias de ganhos com tal atividade: a primeira forma de remuneração se dá diretamente com as vendas, a partir da diferença entre o preço de compra e o preço de venda dos produtos; a segunda forma se dá por meio das comissões recebidas da empresa a partir de um plano de carreira. Toda mulher ao iniciar como membra da força de vendas independente Mary Kay é uma Consultora de Beleza Independente cujos ganhos dependem unicamente daqueles obtidos por meio das vendas diretas realizadas. Para que possa obter ganhos de forma indireta, ou seja, através de comissões em crédito recebida sobre as vendas realizadas por outras mulheres, é necessário que a Consultora de Beleza passe a construir uma carreira onde deve formar uma Unidade iniciando outras mulheres para comporem sua Unidade e integrarem a força de vendas independente da Mary Kay. Portanto, a força de vendas Mary Kay não possui salários fixos, mas sim ganhos de acordo com produtividade em um sistema de metas. Segundo Antunes (2018, p. 39-44), uma das características da etapa flexível da acumulação capitalista são as novas formas de assalariamento que submetem os trabalhadores à remuneração por produtividade, tal qual como ocorre no caso em questão; para ele, o empreendedorismo, ocultando o assalariamento através do mito do trabalho autônomo e desregulamentado, aparece como uma alternativa para uma parcela significativa dos trabalhadores que são “mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo”.

Além da renda, a ascensão no plano de carreira, ou seja, a “promoção”, também está associada ao rendimento e a produtividade. Não há cargos com funções distintas nem a separação entre gerência e trabalhadores como em uma carreira tradicional; todas as integrantes da força de vendas começam obrigatoriamente como Consultoras e só avançam na carreira conforme o rendimento; nesse sentido não há “promoção”, mas se avança na carreira conforme se amplia o tamanho da Unidade e o número de iniciadas diretas ou indiretamente. Tudo parece indicar que ser Diretora, ou seja, ocupar uma posição mais avançada no plano de carreira em relação às Consultoras, é na verdade acumular tarefas, pois enquanto Consultoras ocupam-se exclusivamente das vendas diretas as Diretoras ocupam-se tanto das vendas diretas como também da construção e acompanhamento de uma Unidade.

O acompanhamento faz parte do trabalho de Diretoras e de Consultoras na medida em que compõe o serviço de excelência que a força de vendas Mary Kay deve prestar as suas clientes; para isso a Mary Kay Inc. oferece às Consultoras um programa educacional interno onde elas aprendem sobre os produtos, aprendem habilidades de relações humanas, técnicas de venda, estratégias de gerenciamento de tempo, etc. As Consultoras devem ser especialistas nos produtos e nas técnicas de cuidados com a pele. Para ofertar tal serviço de excelência elas devem conhecer toda a área de cosméticos e saber tudo sobre a linha de produtos; devem ainda atentar para os cuidados pessoais projetando uma imagem de profissional, vestindo-se de forma impecável; e aprimorar suas habilidades de vendas constantemente. Se tratando do acompanhamento de clientes, a força de vendas deve manter contato regular com as clientes, acompanhando a satisfação com os produtos bem como possíveis reclamações, além de ofertar novos produtos. Tudo isso requer uma boa administração do tempo e das tarefas.

A Mary Kay através de sua estrutura organizativa e do mecanismo de acompanhamento encontra nas Consultoras de Beleza Independentes a fonte de suas ideias. Esse contato contínuo com as consultoras permite à empresa desenvolver produtos com base nas avaliações e exigências produzidas pelas próprias clientes. Além do mais, as mudanças e as novas ideias que serão implementadas possuem como base ideias vindas das próprias “pontas” da organização, o que contribui para evitar resistências e oposições por parte das colaboradoras pois estas sentem-se integradas aos projetos e tendem a apoiá-los. Esse mecanismo também

transfere para as pontas a responsabilidade por pensar as soluções para os problemas trazidos por elas. Para tal, requer um trabalhador participativo e envolvido, tal qual como se dá no toyotismo a partir da horizontalização em redes da estrutura da empresa e o desenvolvimento da gerência participativa que transfere aos trabalhadores o controle da qualidade da produção (ANTUNES, 2009).

Além de ser participativo, numa estrutura baseada em metas é fundamental que se tenha motivação e entusiasmo. A cultura Mary Kay fomenta, por meio de bonificações, premiações, homenagens, etc., um espírito de reconhecimento e elogios pois entende que as pessoas trabalham melhor e são mais produtivas quando estão motivadas. A Mary Kay Inc. quer que as pessoas que compõem a Força de Vendas tenham orgulho e sejam felizes com o trabalho; o trabalho não deve ser um sacrifício mas sim gratificante e provocar uma sensação interior de orgulho, o que requer entender o trabalho como um meio para a autorrealização, para a diversão e ainda, como um lazer. Tudo isso contribui no sentido de apagar as diferenças entre *trabalho* e *vida*.

Um outro elemento a se destacar é a perspectiva da Mary Kay sobre a relação entre trabalho e família. O empreendedorismo Mary Kay aparece, devido a sua flexibilidade de horários e pelo fato de se poder trabalhar de casa, como um meio para conciliar trabalho e família. Na “cultura Mary Kay” há uma valorização do “equilíbrio”, leia-se, do acúmulo de papéis na força de vendas.

Dado o exposto podemos perceber que o empreendedorismo do tipo Mary Kay compartilha de vários elementos presentes no trabalho flexível (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2018) dado que (I) é um trabalho onde está presente as novas formas de assalariamento pautadas pela produtividade; (II) é realizado sem direitos trabalhistas por ser caracterizado como um empreendimento; (III) não possui jornadas de trabalho determinadas; (IV) não há uma distinção entre *tempo e local de trabalho* e *tempo e local de não-trabalho*; espera-se destas mulheres que sejam polivalentes, multifuncionais, qualificadas, participativas e engajadas, etc.

### **Referências bibliográficas:**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

## **Alex Catador e a ressignificação das coisas<sup>56</sup>**

Alexandro Cardoso<sup>57</sup>

O trabalho (vídeo) tem 15 minutos e 23 segundos de duração, é uma obra que relata a situação das catadoras e catadores, bem como sobre a precariedade da coleta seletiva, a qualidade dos resíduos, a importância do trabalho das catadoras e catadores bem como convida a sociedade a valorizar a categoria, a separar melhor seus resíduos e coletivamente defender o meio ambiente.

### **Link do vídeo:**

[https://www.dropbox.com/s/bml00aoa5aun33l/10000000\\_182028740080807\\_4962432758727748959\\_n.mp4?dl=0](https://www.dropbox.com/s/bml00aoa5aun33l/10000000_182028740080807_4962432758727748959_n.mp4?dl=0)

---

<sup>56</sup> Tendo em vista que o trabalho trata-se de uma produção cultural, o vídeo apresentado pelo autor está disponível em nosso site: <https://www.ufrgs.br/seminariodiscentepgs/>

<sup>57</sup> Graduando em Ciências Sociais, UFRGS

## **GT 4 – Cultura, Educação e Teoria Sociológica**

### **Súmula do GT:**

A sociedade, enquanto produtora de conhecimentos diversos, pode ser observada e analisada através de diversos prismas. Levando isso em consideração, buscamos acolher essas transversalidades temáticas através dos campos de investigação sobre Cultura, Educação e Teoria Sociológica. No que tange aos estudos relacionados à cultura, buscaremos acolher tanto trabalhos acadêmicos (voltados para análise da produção e circulação de ideias, trajetórias e grupos intelectuais, sociologia da literatura, da arte, identidade, memória, entre outras diversas reflexões em torno do termo cultura), quanto trabalhos artísticos (expressões culturais como a fotografia, colagem, arte digital, videoarte, desenho, performances e produções musicais). Com relação à Sociologia da Educação, aceitaremos trabalhos direcionados às temáticas sobre as políticas de educação, a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio brasileiro, história do ensino da Sociologia, mudanças curriculares, práticas de ensino, recursos didáticos, a formação do cientista social, do pesquisador e do professor de sociologia, o cotidiano escolar (relatos de experiências) e o uso de novas tecnologias no ensino da sociologia. A respeito das investigações em torno da Teoria Sociológica e do pensamento social, acolheremos trabalhos sobre epistemologia, teoria clássica e contemporânea — nacionais e/ou internacionais. Buscando dialogar com os trabalhos do grupo, também serão aceitas pesquisas que englobem a teoria social, a sociologia da moral e da religião, entre outras expressões próprias do campo teórico da Sociologia.

**Discentes coordenadores:** Aline Dias, Carlos Fabris, Rachel Abrão

**Professores convidados:** Daniel Mocelin e Enio Passani

## **A fotografia como expressão da realidade pandêmica: diálogos contemporâneos<sup>58</sup>**

Arielson Teixeira do Carmo<sup>59</sup>

O principal objetivo com este ensaio é refletir sobre a utilização da fotografia como recurso metodológico para interpretações da realidade social contemporânea em tempos de pandemia. A fotografia enquanto arte e linguagem, repleta de significados pode expressar o real vivido, o cotidiano e os fenômenos sociais diversos, pois, a fotografia opera como um resgate do tempo e da memória social, serve para reavivar aquilo que se perde ou se esquece cotidianamente, além de construção imaginária é expressão e momento de conhecer a sociedade (MARTINS, 2008). De acordo com Becker (2014), assim como as pinturas adquirem significados em um mundo de pintores, as fotografias obtêm seu significado mediante ao modo como as pessoas envolvidas com elas as compreendem, usam e lhe atribuem significado. Já para Barthes (1980) fotografar é captar o real em sua expressão infatigável e para Bourdieu (2005) as fotografias são vistas como sociogramas capazes de expressar a partir do registro visual relações e papéis sociais. Nesse sentido, as discussões que se pretende, tem como base algumas fotografias realizadas pelo autor deste trabalho durante o período de pandemia pelo novo coronavírus em diferentes contextos urbanos e com distintas ações e interações de atores e grupos sociais. As fotografias foram realizadas durante os meses de maio a setembro de 2020 no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os registros apresentam a realidade cotidiana de trabalhadores, idosos e jovens. As imagens nos levam a pensar sobre suas relações com os espaços urbanos, o isolamento social e os corpos desses atores no contexto da pandemia.

**Palavras-Chaves:** pandemia; fotografia; realidade social.

### **Referências Bibliográficas**

BARTHES, Roland. **A câmara clara: Nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BECKER, Howard. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

---

<sup>58</sup> Tendo em vista que o trabalho trata-se de uma produção cultural, as fotografias apresentadas pelo autor estão disponíveis em nosso site: <https://www.ufrgs.br/seminariodiscentepgs/>

<sup>59</sup> Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: [arielsondocarmo@gmail.com](mailto:arielsondocarmo@gmail.com).

## Os diagnósticos de época e a teoria clássica: discussão contemporânea da tradição durkheimiana

Carlos Augusto Silva Fabris<sup>60</sup>

Os diagnósticos de época na sociologia estão em constante renovação na tentativa de englobar as dinâmicas transformações das sociedades contemporâneas. Nesse movimento, são raras as referências às discussões de autores clássicos nessa subárea, uma vez que os contextos analisados por eles já não são os mesmos. Ainda que essas renovações sejam válidas em alguns aspectos – como as ampliações e a mudança do escopo analítico em relação aos fundadores da disciplina – problematizamos a relevância das contribuições clássicas nos diagnósticos de época contemporâneos. Para isso, seguimos a formulação e as discussões subsequentes do individualismo moral, o diagnóstico moral de Émile Durkheim. Apesar de centenário, consideramos que há aspectos que dialogam com questões contemporâneas, especialmente, mas não restrito, na questão da dignidade da pessoa humana, que ressoa nas formulações recentes de Hans Joas. Com isso visamos aprofundar a literatura sobre os diagnósticos de época enquanto um subgênero da sociologia, bem como discutir o caso da tradição durkheimiana em sua formulação teórica da moral.

Por ser uma pesquisa de caráter teórico, a sua construção se deu a partir da seleção, leitura, interpretação e análise de textos relacionados. Para tratar do gênero dos diagnósticos de época, selecionamos as compilações especializadas que discutem e mapeiam esse tópico na literatura alemã, que se estende desde o surgimento dos clássicos da discussão (Karl Mannheim e Jürgen Habermas) até colaborações mais contemporâneas. Já para o caso durkheimiano são centrais as obras do próprio autor sobre a moral, como *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, *Educação Moral* e *O Individualismo e os Intelectuais*, somadas às interpretações contemporâneas desde autores que realizam a interpretação-exegética das suas obras, como autores que atualizam o diagnóstico durkheimiano em projetos próprios ao observar lacunas e sequências, como é o caso de Joas. Enquanto a literatura sobre os diagnósticos é mais descritiva-expositiva, as obras de Durkheim realizam encadeamentos mais complexos. Portanto, ao tratar do individualismo moral como o ideal compatível com a modernidade, se faz necessário também esclarecer esse elemento que consideramos central para a sociologia durkheimiana: o ideal moral.

Sobre uma melhor definição dos diagnósticos de época, ou diagnósticos do presente, concluímos que são análises-descritivas amplas, concretas e históricas de um período definido, sendo assim, buscam respostas e classificações para as questões básicas sobre como se vive. Para isso, promovem análises de processos de larga escala, como transformações, crises e mudanças. Dessa forma, enquanto atividade intelectual não é exclusiva à sociologia. Diversas áreas, majoritariamente científicas, buscam formular explicações gerais sobre a sociedade, o que abre possibilidades interdisciplinares. Por seu aspecto geral, os diagnósticos de época se aproximam da teoria sociológica, pois vão além da investigação de setores específicos da sociedade e observam de maneira estrutural características econômicas, políticas, culturais e religiosas, por exemplo. Enquanto há essa relação de estreitamento com a teoria, a empiria, apesar de acrescentar concretude aos diagnósticos, tem uma função acessória na produção destes. Assim, os diagnósticos do presente são legítimos enquanto gênero científico-profissional da investigação sociológica com sua própria racionalidade, marcada pelo rigor, pela plausibilidade e pela pesquisa sólida. Por outro lado, por sua formulação menos densa e,

---

<sup>60</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS



simultaneamente, mais abrangente, pode servir como uma porta de entrada para a comunidade não acadêmica, o que permite maior influência nos debates públicos e cotidianos. Dada essa potencialidade, é comum que os diagnósticos venham acompanhados de uma crítica, um prognóstico e uma terapia, ou seja, julgamentos, projeções e soluções normativas para a situação analisada. No entanto, a normatividade não é uma característica elementar, se tratando de um ponto aberto ao debate não só nos diagnósticos de época, mas também na produção sociológica como um todo.

Nesse sentido, o individualismo moral de Durkheim se coloca como paradigmático enquanto diagnóstico de época. A questão moral no autor se amplia para além de um âmbito específico da sociedade, mas algo que permeia as relações sociais de maneira generalizada. O autor francês também mantém diálogos interdisciplinares, contribuindo em debates da filosofia, economia, psicologia e antropologia, apesar de ter como objetivo a fundação da sociologia como disciplina científica. Finalmente, o individualismo moral também envolve se configura como prognóstico e terapia, aspectos que não desenvolveremos aqui por abrir outras discussões e conceitos, bem como questionamentos sobre sua validade. Nos mantivemos, portanto, nos aspectos diagnósticos da formulação durkheimiana.

Ao recuperar os usos do ideal moral por Durkheim, consideramos sua articulação com os diversos conceitos da sua sociologia, que o define como uma representação sagrada que envolve ideias e sentimentos dotados de uma autoridade superior aos indivíduos que os orienta em relação ao bom e ao desejável. O individualismo moral se enquadra nessa definição ao incorporar as formulações intelectuais do iluminismo, mas também as experiências emocionais e volitivas da revolução francesa. Nesse período de efervescência coletiva, a noção da dignidade da pessoa humana é elevada em relação às pessoas como uma formação *sui generis*, sendo um ideal tanto respeitado quanto temido. Além disso, Durkheim sociologiza a posição kantiana da diferença entre indivíduo e pessoa a partir do contexto do caso Dreyfus, na qual o individualismo moral se diferencia de um culto egoísta dos indivíduos isolados, mas há uma sacralização da pessoa em relação social, inserida em uma coletividade em seu caráter impessoal e autônomo, algo que marca a modernidade.

Mais recentemente, Joas retoma o debate durkheimiano dos ideais e do individualismo moral em sua proposta de sacralização da pessoa humana. O autor amplia as origens dessa noção para além do contexto filosófico-revolucionário francês, considerando também as dimensões religiosas presentes no protestantismo norte-americano. Ainda assim, os elementos cognitivos e emocionais se mantêm centrais para esse ideal moderno, algo proposto teoricamente por Durkheim. O objeto de idealização também coincide nos dois autores: a pessoa humana – e não o indivíduo isolado. Joas reconstrói as transformações dos processos jurídicos-penais dos últimos séculos culminando na declaração dos direitos humanos, que marcariam esse processo de sacralização, dando respaldo histórico-sociológico ao diagnóstico durkheimiano. Além disso, o autor também confronta essa leitura com as interpretações weberianas e foucaultianas, que, ao invés da sacralização, observam uma racionalização e uma disciplinarização, respectivamente. Nesse sentido, concluímos que os debates teóricos clássicos, apesar de algumas restrições empíricas e de amplitude analítica, possuem ferramentas analíticas relevantes e atuais para propor diagnósticos de época. Joas demonstra isso no caso do individualismo moral durkheimiano, retirando a carga de inevitabilidade evolutiva que Durkheim atribuía ao processo (enquanto prognóstico e terapia), mas mantendo sua discussão sobre os ideais e o sagrado.

**Palavras-chave:** Émile Durkheim; Diagnóstico de época; Sociologia da moral

## **REFERÊNCIAS PRINCIPAIS**

DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os intelectuais**. Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

JOAS, H. **The sacredness of the person: a new genealogy of human rights**. Washington, D.C: Georgetown University Press, 2013.

JUNGE, Matthias (org.). **Metaphern soziologischer Zeitdiagnosen**. Springer VS, 2016.

## Modernidade barroca, valor de uso e emancipação.

César Miguel Salinas Ramos<sup>61</sup>

O filósofo e sociólogo equatoriano/mexicano Bolívar Echeverría, desenvolve uma compreensão crítica da evolução civilizacional do século passado e do início do presente, com grande originalidade e claramente com os pés localizados nesta parte do mundo. No contexto dos anos 60, como parte do movimento estudantil de Berlim, estudou filosofia na Freie Universität Berlin, posteriormente na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), onde estudou economia. Ele concentra suas preocupações na crítica da economia política de Marx (alimentada com leituras de Heidegger e Sartre) e no desenvolvimento da teoria crítica da Escola de Frankfurt (com principal empatia pelo pensamento de Walter Benjamin), no contexto do devir histórico da América Latina, gera um olhar crítico sobre a modernidade capitalista e uma busca desesperada por uma modernidade alternativa.

O sociólogo e filósofo fez uma leitura crítica das obras de Karl Marx, focalizando sua preocupação na análise da mercadoria. Chama a atenção do autor a análise ampla e profunda que se desdobra em relação ao valor de troca, como característica da mercadoria que permite a autovalorização do valor, sendo desprezada a análise que emergiria da outra característica da mercadoria, seu valor de uso. Dentro do marxismo heterodoxo o valor de uso desempenha um papel importante de uma ordem totalmente diferente daquela que tem na economia capitalista, este seria o desafio que Echeverría desenvolvera principalmente ao longo de sua obra.

Ao contrário da primeira geração da Escola de Frankfurt, que concebe a história / modernidade como uma só, a da razão instrumental, Echeverría define a modernidade efetivamente existente como múltipla, existem várias maneiras pelas quais as sociedades reagem ao fato capitalista. Viver o fato capitalista significa viver a contradição radicalmente antagônica entre dois princípios estruturantes divergentes, entre duas lógicas incompatíveis, causando vidas impossíveis de viver, sob a subsunção de um desses dois princípios sobre o outro.

O primeiro princípio ou lógica é aquele que Marx chamou de "natural", que seria trans-histórico ou típico de qualquer comunidade humana específica, princípio que busca estruturar o mundo da vida em referência a um telos qualitativamente definido, que agiria a partir do valor de uso das coisas, de consistência prática. É um segundo princípio estruturante da vida moderna se opõe ao primeiro, a lógica dos últimos séculos de história, um clone abstrato ou duplo fantasmagórico da subjetividade ou vontade social, o valor comercial das coisas, o valor do capital automatizado, ou processo de acumulação. É produzido no abstrato, que visa estruturar o mundo da vida em referência ao telos quantitativo sempre inatingível do aumento mágico da produtividade, o progresso. Atualmente, o princípio estruturante capitalista tem força suficiente para subsumir o princípio social natural, subordinando-o.

Esse conflito não resolvido entre os dois princípios e a subordinação de um ao outro, essa exigência ou espírito do capital, é vivenciado de forma prática nas sociedades modernas por meio da criação de um *ethos* histórico. Dispositivo objetivo-subjetivo, que reconfigura nossa identidade para aproximá-la do tipo de ser humano exigido pela vida capitalista moderna, o que se evidencia no processo de branqueamento social, justamente como uma prática sobre si mesmo, para atender a essas exigências até na aparência física. Esse *ethos* é a cristalização de uma estratégia de sobrevivência inventada espontaneamente por uma comunidade, de acordo com o conjunto de objetos de usos disponíveis e costumes coletivos, e o conjunto

---

<sup>61</sup> Doutorando em Ciências Sociais, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista de Pós-graduação PROSUC/CAPES no Programa de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Email: [cesarsalinasramos@gmail.com](mailto:cesarsalinasramos@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0001-6304-1924>.

subjetivo de predisposições caracterológicas. São quatro *ethos* que neutralizam e mantêm latente a contradição entre a forma natural e a forma de valor, comportamentos afirmativos ou negativos, de maior ou menor intensidade, no que diz respeito ao fato estruturante capitalista moderno.

O primeiro, o *ethos* realista, refere-se à tentativa de negar a contradição existente, reafirma a lógica do valor, não apenas por sua eficácia e sua insuperável bondade para a produção e consumo no mercado de commodities do mundo estabelecido ou realmente existente, mas também pela impossibilidade de um mundo alternativo. Exemplo desse a "*american way of life*", ou do homem unidimensional descrito por Herbert Marcuse.

O segundo *ethos* é o romântico, também nega a contradição existente, mas afirma o triunfo da forma natural da vida humana sobre a dinâmica da valorização e não a sua derrota, com a certeza de que a humanidade dirige o seu futuro, e que as misérias da modernidade atual serão superadas. Um exemplo desse *ethos* é a constituição dos Estados Nacionais, entidades construídas a partir das comunidades naturais existentes em um determinado território, reformando-as para adaptá-las às demandas da empresa estatal capitalista. Há a certeza de que essas capitais permitirão ao povo se afirmar como identidade-nação perante os outros.

O terceiro *ethos* é o clássico em referência à arte neoclássica, a possibilidade singular de moldar um objeto só pode ser mais uma aproximação da forma ideal, que é eterna e imutável. Assume a contradição e a submissão da forma natural à forma de valor, assume o sentido próprio da tragédia que esse fato significa. Exemplos disso são Iván Illich, personagem do romance de mesmo nome, de León Tolstoi (contextualizando-o historicamente) ou Horacio Oliveira, personagem da amarelinha de Julio Cortázar.

O quarto *ethos* é o barroco, referindo-se justamente à arte desse nome, que faz como se ela se emancipasse de todas as leis e tivesse criado sua própria lei formal, não decora algo, é apenas decoração. Sem se tornar uma obra diferente e autônoma, ainda pertence à obra de base, embora em uma versão completamente diferente, desenvolve sua própria lei formal dentro da lei central. Se a obra de arte barroca, é definido como uma *decorazione assoluta* segundo Theodor Adorno, Echeverría iria parafraseá-la como uma teatralidade absoluta, o barroco como uma "messinscena absoluta", emancipada de qualquer serviço para uma finalidade teatral (imitação-representação particular do mundo) e teria criado um mundo autônomo. Já não representa e imita o mundo, mas se transforma em encenação e nada mais.

No início do século XVII, sob o domínio hispânico, a população das classes consideradas mais baixas (sociedades destruídas, resistindo ao genocídio), principalmente índios, segundo Echeverría, desenvolveu um *ethos* destinado a resgatar tanto a sua existência como a nova civilização ibero-europeia do perigo de declínio e desaparecimento. Uma resposta à morte e a habilidade de encontrar vida nela. A miscigenação cultural descrita como *messinscena absoluta*. O princípio do comportamento barroco, típico do Mediterrâneo nos tempos do capitalismo inicial, redescoberto e refundado pela sociedade indígena espanhola da América Latina deste século. Reconstrução da civilização europeia na América, como uma imitação que se torna identidade.

Ou seja, a constituição de um tipo particular de modernidade capitalista, caracterizada pelo fato de passar de um regime baseado na Encomienda (instituição religiosa, política e econômica que institui um regime de escravidão das populações originárias) típico do feudalismo modernizado, que trabalha com dispositivos mercantis, através da submissão servil do explorado ao explorador, caminho que deriva da realidade da fazenda, típica de uma modernidade feudal, que zomba da igualdade mercantil entre proprietários e trabalhadores (princípio da cidadania e sociedade civil) através de recursos de violência extra-econômica como aqueles que subjugarão os servos da Idade Média na Europa (isso se expressa claramente no racismo estrutural de nossas sociedades).

A leitura feita por este sociólogo e filósofo propõe pensar a emancipação à luz do *ethos* barroco, estratégia de resistência e resgate de valores de uso, cuja lógica comportando-se desta forma, confronta a lógica do valor, que se promove como expressão automática de acumulação capitalista naturalizado. Levanta uma crítica ao marxismo tradicional, que pensa principalmente na revolução sob o *ethos* romântico. Propõe-se fazê-lo em termos barrocos, como invasão rizomática, como cultivo qualitativo da vida prática e cotidiana, um exercício de resistência que se torna um projeto em busca de uma modernidade alternativa à existente.

**Palavras chaves:** barroco; valor de uso; emancipação.

## **Bibliografia**

Adorno. (1971). **Teoría estética**. Madrid: Taurus.

Cortázar, J. (2016). **Rayuela**. Bogotá: Géminis.

Echeverría, B. (1986). **El discurso crítico de Marx**. México: El hombre y su tiempo.

Echeverría, B. (2008). **Vuelta de siglo**. Caracas: Era.

Echeverría, B. (2009). **Contracorriente: Filosofía, Arte y política**. México: México.

Echeverría, B. (2010). **Definición de Cultura**. México: Itaca.

Echeverría, B. (2011). **Ensayos Políticos**. Quito: SNGP.

Marcuse, H. (1993). **El hombre Unidimensional**. Buenos Aires: Planeta.

Marx, K. (1975). **Contribución a la crítica de la Economía Política**. La Habana. Instituto Cubano del Libro.

Tolstoi, L. (2006). **Iván Illich**. Nobooks.

## Influência do contexto escolar sobre o envolvimento parental na experiência escolar de estudantes em Fortaleza-CE

Harlon Romariz Rabelo Santos<sup>62</sup>

A relação entre família e escola é objeto do campo da sociologia da educação. Dentre os diversos estudos, encontram-se as pesquisas voltadas para entender as ações e práticas parentais em prol das trajetórias educacionais de seus filhos. Tradicionalmente, os estudos que focam nessa relação investem na análise da influência dos capitais socioeconômicos e culturais sobre as práticas e ações de envolvimento parental e processos de escolha escolar (NOGUEIRA, 1998; 2005; BARG, 2013; 2015; LAREAU, 2011; LAREAU; WEININGER, 2003).

Neste trabalho, apresenta-se uma análise que foca na influência do contexto escolar presente sobre a mobilização familiar, ou seja, do efeito escola sobre as práticas e ações de envolvimento parental. A realidade escolar, mesmo dentro de uma rede específica, com a rede pública, é diversa e heterogênea. Existem diversos tipos de escolas, com ou não processos de seleção, com currículos diferenciados e com fatores agregativos como estrutura física melhorada, formação profissional e/ou tempo integral, por exemplo. Márcio da Costa (2008) e Mariane Koslinski (2011, 2012) referem-se a escolas públicas que possuem boa reputação, estrutura curricular diversa e algum processo de seleção como *escolas diferenciadas*.

A hipótese do trabalho é de que *escolas diferenciadas* produzem efeitos sobre as práticas e ações de envolvimento parental. A partir de uma série de pesquisas qualitativas é possível perceber, sobretudo no caso brasileiro, que tais escolas diferenciadas são consideradas como boas oportunidades escolares pelos pais, refletindo na reputação da escola (SANTOS, 2017; ROSISTOLATO, 2015). Além disso, são escolas que tendem a manter um nível de coesão familiar-escolar e de controle maior sobre as trajetórias dos estudantes. A partir de uma abordagem quantitativa, é possível verificar a pertinência dessa percepção e possíveis generalizações sobre algum efeito escola sobre o envolvimento parental educacional.

Esse efeito escola é aqui considerado como um contexto de ação presente (contexto escolar), que, na interação com o passado incorporado das famílias (capitais e patrimônios disposicionais) produz um tipo de contexto de ação mobilizador das práticas e ações de acompanhamento escolar dos adolescentes pelos seus pais. Dessa forma, utiliza-se o paradigma da socialização, tendo por referência as teorias de prática e ação em Bourdieu (2011, 2012) e Lahire (2002). Ao se debruçar sobre análises de escolhas e das ações dos indivíduos, Lahire (2006, 2012, 2017, 2018) considera que tanto o passado incorporado (estrutura social individualizada) quanto o presente da ação (configuração e demandas do presente) são conceitos importante na compreensão e explicação das ações e práticas dos indivíduos. Capitais socioeconômicos e culturais, disposições, apetências e competências são estruturadas na história dos indivíduos ao longo de suas vidas, essas estruturas, no entanto, são confrontadas e podem ser reorganizadas, ativadas, mobilizadas ou não pelas configurações e demandas dos contextos em que os indivíduos estão inseridos no presente, essa situação de interação entre passado e presente, entre estruturas diacrônicas e sincrônicas, constitui seu conceito de *contexto de ação*.

De forma adaptada à abordagem quantitativa, objetiva-se aqui entender como famílias de diferentes contextos socioeconômicos, culturais e profissionais interagem com as demandas

---

<sup>62</sup> Doutorando em Sociologia, UFRGS

e configurações de diferentes contextos escolares. Com foco nas ações e práticas de envolvimento parental percebidos pelos seus filhos(as) em sua realidade escolar.

Foi elaborado um questionário contendo uma Escala de Envolvimento Parental, aplicado a estudantes de Ensino Médio da rede pública em Fortaleza, Ceará, capital com considerável nível de diferenciação interescolar. Foi desenhada uma amostra estratificada uniforme entre oito escolas regulares e diferenciadas, selecionadas via sorteio. Amostra calculada a partir do Censo Escolar de 2018, com 95% de nível de confiança e 5% de erro. Total de 379 questionários respondidos presencialmente, em sala de aula, coletados no segundo semestre de 2019.

Como variáveis principais estão as de tipo e reputação escolar e como variáveis de controle estão as de nível socioeconômico da família e status socioprofissional dos pais. A Escala de Envolvimento Parental, por fim, como variável explicada. Utiliza-se Modelagem de Equações Estruturais como técnica de análise, o que permite análises multivariadas, correlacionadas, multidirecionais e construção de variáveis latentes (MARÔCO, 2016; NEVES, 2018). Utiliza-se a linguagem R com aplicação do pacote *lavaan 0.6-5* (ROSSEEL, 2019).

Tanto o nível socioeconômico das famílias como o tipo de escola tem efeito positivo sobre envolvimento parental. No entanto, o efeito do nível socioeconômico é potencializado pelo tipo de escola. Os resultados do modelo básico indicam *mediação* amplificadora do tipo de escola sobre o envolvimento parental. Isso indica que tanto famílias de baixos capitais quanto as de altos capitais que estão em uma escola diferenciada tendem a se envolver mais com a trajetória escolar dos seus filhos que as famílias de escolas regulares.

Isso evidencia algum tipo de efeito escola sobre o envolvimento parental. Ou seja, o contexto escolar diferenciado constitui-se como um presente da ação influenciadora ao envolvimento parental, gerando um contexto de ação diferente daquele das escolas regulares.

Esses resultados dialogam com os efeitos potencializadores e não premeditados das desigualdades escolares e educacionais. Não obstante, indicam a possibilidade de algum nível de efeito escola que potencialize a experiência educacional e que pode arrefecer a reprodução da desigualdade escolar.

**Palavras-chave:** Relação família-escola; Efeito escola; Modelagem de Equações Estruturais.

## Referências

BARG, Katherin. The Influence of Students' Social Background and Parental Involvement on Teachers' School Track Choices: Reasons and Consequences. **European Sociological Review**, v. 29, n. 3, p. 565-579. 2013.

BARG, Katherin. Educational choice and cultural capital: examining social stratification within an Institutionalized dialogue between family and school. **Sociology**, v. 49, n. 6, p. 1113-1132. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Márcio. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 455-469. 2008.

COSTA, Márcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 245-266. 2011.

COSTA, Márcio; KOSLINSKI, Mariane. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Pro-Posições**, v. 23, n. 2, p. 195-213. 2012.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard; AMÂNDIO, Sofia. Do Homem Plural ao Mundo Plural. **Análise Social**, v. 47, n. 202, p. 195-208. 2012.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios de disposições: para uma sociologia em escala individual. In.: VISSER; JUNQUEIRA (org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 31-76.

LAHIRE, Bernard. Os limites do conceito de campo. In.: SOUZA; BITTLINGMAYER (org.). **Dossiê Pierre Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 29-79.

LAREAU, Annette. **Unequal childhoods**: class, race and family life. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2011.

LAREAU, Annette; WEININGER, Elliot B. Cultural capital in educational research: a critical assessment. **Theory and Society**, v. 32, n. 5/6, p. 567-606. 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto da sociologia da educação. **Paidéia**, v. 8, n. 14-15, p. 91-103. 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise Social**, v. 11, n. 176, p. 563-578. 2005.

ROSISTOLATO, Rodrigo. Choice and access to the best schools of Rio de Janeiro: a rite of passage. **Vibrant**, v. 12, n. 2, p. 380-416. 2015.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. **Configuração e mobilização familiar nas Escolas Estaduais de Educação Profissional: entre disposições, escolhas e motivações**. 2017. 188 f. (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.



Karol Duarte  
Leila Pessoa  
Violeta Sutili

Todo o som produzido por nossa observada que ultrapasse o nível do sussurro muito discreto seria captado pela lente digital em um campo de visão enquadrado em vidro, plástico e metal. Ouvida e vista, ela não tinha como saber se estava sendo observada num momento específico. A mulher que vive em seu quarto ao máximo, e se esconde de tudo que pode. A vigilância constante lhe desperta medo, pavor, ao passo que lhe é completamente comum. O contraste se coloca presente: estar sozinha ou sentir-se só? Em “IN” são postas ironicamente certas soluções contemporâneas para problemas sociais de não solidão. A mais presente se coloca em entrave: na beleza, o autocuidado, materializado como skincare? O que mais nos serve para a proteção contra nosso próprio burnout? Nossa observada, realiza a coleta de amuletos. Vive um futuro em que eletrônicos praticamente ancestrais são vistos como joia-índice. Se tornando uma colecionadora, em um mundo de tanta rapidez, que as luzes velozes cruzam sua janela, durante todo o dia, descortinando-a. Seu resto de conforto, é apreciar seu tempo cobrindo-se daquilo que um dia se foi dito estagnado. O passado como lixo, hoje a veste, nostálgica. O ar de tempos menos velozes se embaraça no futuro agora

---

<sup>63</sup> Tendo em vista que o trabalho trata-se de uma produção cultural, o vídeo apresentado pelas autoras está disponível em nosso site: <https://www.ufrgs.br/seminariodiscentepgs/>

## **Educação em Santa Catarina no Contexto da Pandemia: cotidiano de uma professora atuando em ensino remoto**

Lahra Neves Batista<sup>64</sup>, Ana Luisa Sallas<sup>65</sup>

Foi divulgado em 2019 a existência de um novo vírus, identificado na China, ele teria forte impacto na saúde humana, a doença causada por este vírus foi nomeada COVID-19. Em 2020 o vírus se alastrou, chegando ao Brasil, não tardou para a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmar que o mundo se encontrava em uma pandemia e que medidas deveriam ser adotadas para minimizar os impactos do vírus. Diante da situação ímpar de crise sanitária desencadeada pela COVID-19, os países adotaram posturas diversas em resposta a ela. Com os sistemas de saúde fragilizados, a decisão considerada mais adequada foi a adoção do distanciamento social. A pandemia, então, atingiu a economia, a educação, escancarou desigualdades, e colocou governos sob pressão. Neste contexto, uma decisão foi uníssona, a suspensão de aulas presenciais, esta medida teve adesão desde a educação infantil até a universidade. Conforme a Organização das Nações Unidas pela Educação (UNESCO) mais de 70% dos estudantes de todo mundo tiveram suas aulas suspensas, um dado histórico.

A pandemia, portanto, vai além de uma questão de saúde, faz refletir sobre outros aspectos, com isto o objetivo deste trabalho, é descrever a experiência da atuação enquanto professora da rede pública, com destaque para a descrição do ensino na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina no contexto pandêmico. Entende-se que esta experiência é relevante e merecedora de diferentes análises, tanto para sua compreensão como para suas consequências, pois, a partir dela o trabalho docente foi ressignificado e remodelado para atender a emergência da situação de pandemia. Com isto, o ensino passou a ser remoto e virtualizado, redimensionando a relação professor-aluno. Podendo essas questões ser mote para reflexões e análises sociológicas.

Por meio do Decreto nº 509 de 17 de março de 2020, o Governador de Santa Catarina declarou a suspensão das aulas presenciais em todo o território catarinense, na rede pública e privada, e em todas as modalidades de ensino. Santa Catarina teve, por meio deste decreto, as medidas mais drásticas para aquele período. No mês de abril os professores da rede Estadual de Educação retomam as atividades, sendo preparados para atuar por meio de plataforma virtual de ensino. Nesse ínterim, o governo do estado contrata um pacote com a empresa Google para adesão da plataforma Google Sala de Aula (*Classroom*) e divulga a retomada das atividades, utilizando o espaço virtual como local de realização das aulas. Diferente das demais unidades da federação, Santa Catarina não realizou parcerias com emissoras de televisão, ou de rádio, tampouco desenvolveu aplicativos para promover o contato entre escola, família e estudantes. Desta forma, a elaboração das atividades, materiais, avaliações, vídeos, informativos e demais instrumentos para promover o ensino no contexto pandêmico, ficou sob responsabilidade dos professores. Foi preciso mais tempo dedicado ao planejamento e organização das atividades, ocorreu a readequação do calendário escolar, acrescido de atividades burocráticas que passaram a fazer parte da rotina pedagógica. Cada unidade da federação se organizou de diferentes formas para efetivar as aulas em caráter remoto, todavia, a análise sobre estes processos e resultados deve considerar este aspecto.

O primeiro semestre de aulas na rede pública estadual foi alterado por completo, e o segundo semestre iniciou com perspectiva de retorno das atividades presenciais previstas para

---

<sup>64</sup> Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO - UFPR) e-mail: lahrobatista@gmail.com

<sup>65</sup> Professora Orientadora

o mês de outubro. Serão convidados a retornar à escola os estudantes com baixo desempenho, ou aqueles que, por diferentes motivos, deixaram de realizar e/ou entregar as atividades, necessitando auxílio para rever conteúdos e avaliações. Segundo dados divulgados no mês de setembro pela Secretaria da Educação em torno de 26% dos estudantes da rede estadual de ensino necessitarão de apoio pedagógico. Esse dado revela que os estudantes catarinenses apresentam dificuldades no acompanhamento das atividades remotas, ocorrendo prejuízos à aprendizagem. Enquanto professora da rede estadual algumas reflexões são possíveis de serem postas ante ao panorama descrito.

Uma contribuição sobre a relação existente entre escola e tecnologia está no trabalho de Paula Sibilía (2012), a autora procura refletir sobre aparatos tecnológicos cada vez mais presentes no cotidiano, e em como a escola responde a presença destes aparatos. Conforme a autora, a escola vem sendo alvo de uma investida constante, são várias as plataformas, programas e aplicativos disponíveis e comercializados que fazem frente a escola e a maneira de atuar dos professores. Incorrendo em uma série de questionamentos sobre a necessidade de atualização da instituição escolar, bem como do modo de atuar do professor. Podendo, nesse cenário, a escola estar diante uma possível crise entre o mundo vivido pelos estudantes fora da escola de alguma maneira descolado do que experienciam na sala de aula. Enquanto, os estudantes pertenceriam ao universo da internet próprio do século XXI, a escola estaria mais próxima do mundo analógico próprio do século XX. Parece ocorrer um certo desencaixe entre a realidade e o funcionamento da escola. Giddens (1991) ao mencionar as transformações em relação a noção de tempo e espaço, utilizou o termo desencaixe para pensar a entrada do século XXI. Conforme o autor por desencaixe se dá às novas possibilidades de relações sem necessidade da presença física, e atravessadas pelos sistemas com base na técnica. Perante as situações apontadas, o professor passa a se ver não só questionado, mas desencantado em relação à própria profissão. Não é rara a referência a expressão “mal estar docente”, ou seja, o professor se vê diante de uma encruzilhada, sua prática não consegue cumprir com os objetivos traçados pelos parâmetros legais, tampouco atende as expectativas de seus alunos. E o mal estar docente se manifesta de diversas maneiras, do tratamento de saúde, a resistência a mudanças. (CANÁRIO, 2006)

Na transição do século XX para o XXI a sociedade disciplinar, descrita por Foucault (2012) da vigência da norma e da lei, construtora de um indivíduo obediente, está próxima do fim. Sociedade representada por instituições hierarquicamente organizadas, a exemplo da escola, estas instituições determinaram comportamentos até o século XX. A disciplina, então, seria sucedida pelo desempenho, isto é, enquanto, na sociedade disciplinar tempo, espaço, corpos são observados e conformados, subjugando o indivíduo, uma sociedade da negação. Ao se aproximar do século XXI, adentra-se na sociedade do desempenho marcada pela hiperconectividade e consumo, a marca agora é a positividade, sendo a máxima dessa sociedade *Yes, we can*. O poder fazer, o poder acessar, o poder saber, o poder que produz o excesso, a positivação do poder, traz como consequência a necessidade de autocobrança. Nessa perspectiva o indivíduo é responsável por sua iniciativa e por suas consequências, e desse processo resulta indivíduos cansados, esgotados. Esse indivíduo que tudo pode realizar, e possui instrumentos para isso, cobra-se em demasia, trava uma batalha interna por mais desempenho, a fadiga e o cansaço tornam-se seus companheiros, ou melhor, o resultado da autoexploração. A sociedade do desempenho elogia o cansaço, pois, compreende por meio dele, o bom uso do tempo, do indivíduo produtivo. (HAN, 2017)

Essa abordagem do contemporâneo trazida por Byung-Chul Han permite refletir sobre o papel do professor diante das atividades que lhe foram exigidas no contexto da pandemia. Esse indivíduo teve de se munir de novos instrumentos para realizar suas funções, novas responsabilidades lhe foram atribuídas, passou de um professor que cobrava a disciplina, lecionava embasado na oralidade e na relação pessoal com seu aluno, agora a ter de gravar

aulas, promover encontros virtuais, construir materiais diversos, páginas, canais e podcasts, passou a ter habilidade sobre as ferramentas virtuais, verificar e buscar os estudantes faltantes e para estes, possibilitar novas oportunidades de aprendizado utilizando por vezes suas redes sociais. Esse processo conduzido pelo professor de sua casa, com seu próprio investimento e iniciativa, sobrecarregou a sua jornada de trabalho, agora organizada por ele. A busca por cumprir com sua função dando a ela significado mesmo que a distância, decorreu em um profissional absorto por suas atividades e exausto pelo excesso de atividades. A virtualização do ensino imposta pela pandemia, acelerou a entrada da internet e de plataformas digitais na escola, o professor, rapidamente foi lançado para o trabalho no formato virtual, atividade essa sem contato com seu aluno, uma experiência de aula por vezes, sem rosto. Verificou-se o esforço dos professores em aprender a manusear as plataformas e as páginas/sites sobre educação. Ocorreu reencaixe, conforme afirma Giddens, assim como as relações foram retiradas de sua localidade, territorialidade, no caso da escola, foi nas plataformas digitais que elas se reestabeleceram, mas de forma assíncrona. Como será o papel do professor após esse processo, como se dará a reinserção destes alunos no espaço escolar, e consequências ainda não medidas no processo de aprendizagem, são questões desafiadoras e merecedoras do olhar atento da sociologia.

**Palavras-chave:** Pandemia, Educação, Sociologia.

### **Referências Bibliográficas**

- CANÁRIO, Rui. A Escola ainda tem futuro? Das promessas as incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Vozes: Petrópolis, ed 40, 2012.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Editora Vozes: Petrópolis, 2ª ed, 2017.
- SIBILIA, Paula. Redes ou Paredes A Escola em Tempos de Dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SANTA CATARINA. Decreto nº509, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus.
- FLORES, Ana Paula. Educação conclui avaliação semestral e projeta apoio pedagógico para 26% dos alunos da rede estadual. Secretaria de Estado da Educação, Florianópolis, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30807-educacao-conclui-avaliacao-e-projeta-apoio-pedagogico-para-26-dos-alunos-da-rede-estadual>

## Percursos do marxismo weberiano na sociologia brasileira

Lucas Fiaschetti Estevez<sup>66</sup>

O cânone sociológico costuma abordar os legados de Max Weber e de Karl Marx como interpretações distintas da sociedade moderna que, a princípio, seriam irreconciliáveis quanto ao método, quanto à abordagem epistemológica dos conteúdos e, por fim, quanto ao diagnóstico que fazem do capitalismo. Entretanto, desde o início do século XX, intelectuais inquietos passaram a trabalhar numa possível aproximação e complementaridade entre ambas as tradições sociológicas, enriquecendo o debate e ampliando as possibilidades interpretativas da sociedade. Seria, por fim, a abordagem compreensiva e eminentemente sociológica de Weber tão incompatível com o materialismo histórico de Marx? Quais seriam, em termos teóricos, as possibilidades de diálogo entre tais heranças intelectuais? Tendo em vista tais questões, a presente exposição tem como tema central a análise de alguns desses pontos de contato e diálogo que figuram em eminentes obras da sociologia brasileira. Para isso, iremos nos debruçar sobre textos seminais de nossa rica tradição sociológica, através de uma leitura estrutural, comentada e crítica de alguns de seus estudos.

Através de tais leituras, nosso objetivo será o de compreender como a sociologia brasileira se debruçou sobre Weber e Marx e, a partir deles, tentou coadunar e complementar proficuamente ambas as tradições intelectuais. De certa forma, identificaremos no pensamento social brasileiro um movimento que acompanhou a tendência do chamado “marxismo weberiano”, que encontra sua primeira formulação no livro *História e Consciência de Classe* (1922), de Georg Lukács e prossegue com inúmeros desenvolvimentos ao longo do século XX, como os observados nos diagnósticos da chamada Escola de Frankfurt. A despeito de tais contribuições, o recorte de nossa apresentação recai exclusivamente sobre a sociologia brasileira, mais precisamente sobre alguns pontos centrais da obra de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Tragtenberg. Em tais autores, veremos como ocorre a busca por tal síntese produtiva entre Weber e Marx em algumas de suas principais obras. Para não perdermos de vista o diálogo travado entre tais autores e a tradição marxista-weberiana anterior a eles, tentaremos mostrar como o trabalho de Lukács pode ser tomado como a referência em comum de tais empreitadas teóricas “híbridas” - não como uma mistura eclética e arbitrária entre Marx e Weber, mas sim como uma complementação teórica frutífera que busca fornecer um diagnóstico mais preciso da sociedade capitalista e de sua peculiaridade quando aplicada à nossa realidade nacional. Defendemos que, tal como Lukács, tais pensadores brasileiros, ligados principalmente à tradição marxista, passaram a encontrar na obra de Weber um rico arcabouço teórico que traria ótimas contribuições às suas análises da sociedade brasileira.

Em um primeiro momento, iremos acompanhar os argumentos de Florestan Fernandes em sua introdução à edição brasileira de *A Crítica da Economia Política* (Editora Flama, São Paulo, 1946) de Marx, intitulada *Marx e o pensamento sociológico brasileiro*. Neste texto, Florestan busca não só introduzir aos leitores a obra de Marx, mas passa a defender uma possível complementaridade entre esse autor e Weber. Segundo o sociólogo, se ao primeiro coube desvendar o caráter não-natural dos fatos sociais, o segundo nos munuiu de um método de apreensão desse mundo social. Nesse sentido, seria muito produtivo à sociologia brasileira levar em consideração em seu pensamento as contribuições de ambas as teorias sociológicas.

---

<sup>66</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Em um exercício teórico dessa empreitada, veremos como Florestan nos fornece um uso híbrido de ambos os autores em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. Em determinada altura do texto, por exemplo, ao tratar do desencadeamento histórico da chamada “revolução burguesa” no país, Florestan passa a salientar a importante contribuição dos imigrantes para a formação de um *ethos* capitalista na nascente sociedade industrial da época, momento no qual recorre ao conceito weberiano de ‘tipo ideal’. Neste e em vários outros momentos do livro, veremos, ainda de forma bastante pontual e limitada, como Florestan continuou a mobilizar a obra Weber em seus estudos marxistas – um uso instrumental do arcabouço teórico weberiano.

Em um segundo momento, nos debruçaremos sobre a obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962), de Fernando Henrique Cardoso. Nesta reconstrução das ideias, defendemos que a obra de Cardoso representa a primeira grande tentativa de trazer ao debate marxista contribuições não só de Weber, mas também da já citada abordagem de Lukács. Nesta obra, Cardoso estava interessado em compreender quais as possibilidades de constituição e expansão do capitalismo moderno em uma sociedade que tem como fundamento o trabalho escravo. Para realizar sua análise, o autor se utilizou tanto do método dialético e materialista do marxismo, como também recorreu à reivindicação lukacsiana da noção de “consciência adequada”, definida pelo autor como o componente weberiano de sua obra. Cardoso bebe em ambas as tradições intelectuais principalmente em sua caracterização do capitalismo. Por um lado, ressalta que faz uso desta expressão “na acepção de Max Weber”, recorrendo ao famoso texto do autor sobre a gênese do capitalismo moderno. Por outro lado, defende que tal visão não é contraditória à “acepção marxista” do mesmo termo. Para Cardoso, a análise de ambos os autores converge de forma muito profícua. Nesse sentido, a diferença entre eles está nas diferentes ênfases dadas à explicação do capitalismo, o que não significa que as duas compreensões do tema anulem uma à outra. Ao longo dos capítulos, veremos como Cardoso mobiliza diversas outras vezes Marx e Weber de forma original e complementar, nos fornecendo uma extensa e elaborada interpretação do capitalismo brasileiro. Deve-se ressaltar, entretanto, o caráter eminentemente marxista de sua obra. Mais uma vez, Weber é mobilizado a fim de reforçar e complementar o materialismo dialético que o livro tem como método e espinha dorsal.

Por fim, passaremos ao último exemplar de nosso recorte do uso da teoria weberiana pelos estudos marxistas no Brasil. Para tal, nos debruçaremos sobre a obra *Burocracia e Ideologia* de Maurício Tragtenberg, publicada em 1974. Animado por uma interpretação materialista, Tragtenberg utiliza o arcabouço teórico de Weber para explicitar não só a riqueza que sua teoria poderia trazer ao marxismo, como também os porquês da postura resignada de Weber frente ao capitalismo de sua época, além do eco desta posição do autor em sua obra. Embora o livro constitua uma interpretação do pensamento weberiano relativo à teoria da administração moderna e da burocracia do Estado, Tragtenberg situa Weber como um pensador que presenciou o ocaso das teses emancipatórias liberais, que em seu tempo já caminhavam ao desastre. É por esta razão que o autor indica uma congruência tão grande entre as teorias de Weber e Marx, principalmente em relação aos temas da racionalização e os limites impostos à liberdade individual no capitalismo moderno. Podemos ver, nesse caso, um desenvolvimento da tese lukacsiana da relação entre racionalização e reificação do mundo. Na medida em que Weber passa a ser visto como um representante dos limites da consciência burguesa alemã, seus estudos e conclusões não podem passar despercebidos pelo marxismo. Aos materialistas, o estudo da obra weberiana torna-se então uma obrigação. Nesse sentido, o marxismo weberiano de Tragtenberg não só se utilizou de Weber de forma instrumental, mas avançou na medida em que identificou a teoria weberiana como uma expressão das contradições expostas pelo próprio materialismo de Marx.

Como conclusão geral, apresentaremos a tese de que, no âmbito das obras da sociologia brasileira analisadas, só podemos considerar essa corrente teórica como “marxista-weberiana” se a tomarmos como uma tradição de pensadores eminentemente marxistas que viam em Weber uma teoria que trazia inúmeras contribuições para a análise materialista e dialética da sociedade moderna. Embora muito se fale em uma “simbiose” ou “mistura” operada entre Weber e Marx, os termos não são os mais felizes para caracterizar como a relação entre tais teorias foi estabelecida pelos autores aqui explorados. Talvez o mais correto seja utilizar uma terminologia própria de Weber: podemos compreender, por fim, que sua herança intelectual encontrou *afinidades eletivas* extremamente produtivas e potencialmente poderosas com a obra de Marx.

**Palavras-chaves:** marxismo weberiano, sociologia brasileira, sociologia paulista.

### **Referências Bibliográficas**

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 4º Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Marx e o pensamento sociológico brasileiro.** In: Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. 3º Edição. São Paulo: Pioneira, 1976.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1974.

## **O mineiro de todos os bastidores: Aparecido de Oliveira na gênese do Prêmio Camões, IILP e CPLP**

**Marcello Giovanni Pocai Stella<sup>67</sup>**

No bojo do processo de redemocratização do Estado brasileiro no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990 uma série de novas instituições políticas, culturais e econômicas foram criadas ou refundadas em termos atualizados. Entre elas instituições literárias e diplomáticas relacionadas ao espaço transnacional de língua portuguesa, ou em outros termos, ao antigo arranjo colonial português: Prêmio Camões, Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Normalmente estudadas de pontos de vista mais institucionalistas e como parte da história das relações internacionais, esses novos órgãos transnacionais pouco foram tematizados do ponto de vista da história de sua gênese social. Como é comum em muitos apanhados históricos sobre instituições e agentes culturais e políticos há uma quase completa amnésia a respeito de como, onde, por quê, quem e em que circunstâncias se criaram esses novos arranjos político-diplomático-culturais que se consolidaram em instituições. Atualmente tais órgãos gozam de existência longeva, já em vias de completar duas décadas e meia de funcionamento.

Para realizar essa análise, sobre a sociogênese de instituições como o Prêmio Camões, o IILP e a CPLP, cumpre sublinhar que não considero a política um mero epifenômeno das lógicas econômicas e sociais. Entendo a política como um campo de disputas (BOURDIEU, 2007) sociais específico, com seu capital específico e relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais. Para pensar a luta política, de fato, é preciso levar em conta os determinantes econômicos e sociais, mas não só, é necessário igualmente pensar nas hierarquias e disputas no interior do campo político, seus horizontes de possíveis em um dado momento e a estrutura de divisão do trabalho de produção da política e do político.

Além disso, o enquadramento teórico metodológico de Bourdieu (2007) procura entender os políticos para além de definições do senso comum, como profissionais de produção e criação de formas de percepção e de expressão politicamente atuantes legítimas. Isto porque, os próprios políticos fazem parte de um Estado, que para Bourdieu não é somente um monopólio da violência física legítima, mas um monopólio da violência física e simbólica legítima. Em outras palavras, o Estado é também um fiador, criador e reproduzidor de categorias de pensamento que se constituem ao constituir o mundo social e que também são as categorias que usamos ordinariamente para vivermos em nosso dia a dia.

Por isso, para Bourdieu (2007), a reconstrução da gênese de uma instituição ou de uma posição social é um instrumento de ruptura dos mais poderosos. Pois, pode fazer reemergir conflitos e disputas que foram apagadas e silenciadas que eram fortes nos primeiros momentos, possíveis excluídos e projetos que poderiam ter se viabilizado por outros caminhos, chamando a atenção de que o se concretizou como um possível era uma opção dentre várias outras.

A luta política aqui, portanto, nada mais é do que uma luta por fazer crer e fazer, por criar uma visão legítima do que é e como deve ser o social, o econômico, o cultural, etc. Tais definições estatais que aparecem como uma natureza, são na verdade arbitrários impostos pelas disputas políticas no interior e no exterior do Estado. E aqui se encontra a segunda justificativa para a sociogênese proposta, a saber, a desnaturalização das coisas de Estado da cultura.

---

<sup>67</sup> Doutorando em Sociologia - PPGS-USP



Para poder executar o presente projeto escolhi uma das dimensões possíveis de análise dos objetos em questão, que a meu ver possibilita apreender as diversas lutas e contenciosos simbólicos e concretos: a análise de trajetória. Muito em voga atualmente a análise de trajetórias, no sentido bourdieusiano, tem como objeto a reconstituição da história de uma posição social ao longo do tempo e como esta posição se constituiu em relação a outras posições nos espaços sociais específicos nos quais surgiu e se criou. Tal forma de análise é atenta igualmente às constrições e possibilidades que se colocavam em cada momento de sua história, bem como os trunfos e handicaps que sua origem sócio-cultural lhe condicionaram.

Com o cuidado de escapar de análises biográficas que visam promover discursos laudatórios e hagiográficos sobre os biografados, busco através da trajetória do político mineiro José Aparecido de Oliveira (1929 – 2007) reconstituir os contextos de criação do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

Na bibliografia especializada e em entrevistas realizadas até aqui, o nome de José Aparecido de Oliveira é presença constante como um dos fundadores e pais principais das três instituições mencionadas. No entanto, nenhum esforço de maior fôlego tinha sido realizado até então no intuito de pesquisar e se perguntar sobre como se criou o criador do Camões, IILP e CPLP. Além disso, pouco foi feito para relacionar a criação destas instituições culturais com a própria construção do capital político de José Aparecido de Oliveira e de sua inserção nos círculos da classe dirigente brasileira.

Minha hipótese é, seguindo Miceli (2001), que as instituições culturais criadas por Aparecido de Oliveira são pelo menos em parte produtos de estratégias de cristalização de suas fontes de capital social, cultural e político; garantindo a ele seu grupo político posições mais estáveis e perenes no interior da classe dirigente.

O exame de fartas e numerosas produções biográficas sobre José Aparecido e sua obra política - ele teve pelo menos quatro livros feitos sobre sua história pessoal e outros três relacionados a sua atuação política e institucional – permite já refletir sobre o próprio processo de simbolização da elite política e dirigente do período, por conseguinte diz também sobre a própria formação e estratégia de reprodução da posição social e capital político de José Aparecido de Oliveira (MICELI, 2001).

Depois do exame crítico das fontes documentais e biográficas a respeito da trajetória de José Aparecido, passo a um breve relato de sua trajetória, que começa no interior do Minas Gerais, para Belo Horizonte e o Jornalismo, Rio de Janeiro e Brasília e a política e por fim Portugal e a diplomacia, notadamente em sua vertente cultural. Nesse longo tempo Aparecido trabalhou e conviveu com diversos presidentes da república brasileira Jânio Quadro, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, entre outros; presidentes estrangeiros; inúmeros parlamentares (senadores e deputados), governadores e prefeitos, intelectuais e artistas.

A sua peculiar habilidade em acionar e mobilizar esse vasto capital de relações sociais que se estende do campo político aos campos da arte e cultura explica em boa medida o sucesso que obteve nas empreitadas de criação das instituições em exame. Além disso, muito desse amplo arco de amizades se materializou na profusão de materiais biográficos e fontes documentais sobre a sua atuação.

Uma das conclusões parciais a que cheguei tem a ver com as diferentes valências políticas e culturais, bem como os impactos que as instituições de sua paternidade foram capazes de gerar nos seus diferentes campos de atuação. Enquanto IILP e CPLP foram órgãos diplomáticos difíceis de serem criados e até hoje pouco prestigiados em termos simbólicos, políticos e econômicos no interior do Estado brasileiro, o Prêmio Camões, instituição com menos fortuna crítica e histórica sobre sua origem, foi a invenção institucional mais bem sucedida de Aparecido.

O fato de um prêmio literário ser a invenção cultural-política mais duradoura de Aparecido, a meu ver, tem relação com a capacidade de prêmios culturais em geral se

constituírem como verdadeiros conversores e casas de câmbio dos diversos capitais sociais disponíveis nas lutas e alianças travadas nos campos. Como destaca English (2005) as premiações apesar de pouco estudadas, conheceram um momento de expansão único e nunca antes visto no século XX. O poder de conferir prestígio a alguém, além de ser uma motivação para a criação de um prêmio, inclui também outro mecanismo talvez tão ou mais poderoso simbolicamente, a saber, ao conferir prestígio ou capital de reconhecimento a alguém, a própria premiação e seus promotores ganham capital simbólico.

Em outras palavras, para premiar alguém há que se acreditar que quem premia tem capacidade, legitimidade e capital simbólico para fazê-lo. De modo que entre premiados e premiadores existe um laço de produção de valor simbólico e prestígio que é mutuamente benéfico caso ambos consigam fazer a operação mágica da premiação em bons termos. O ato de premiar deve seguir as regras específicas do campo a que se encontra filiado, para que tenha legitimidade entre seus pares e concorrentes, logo gerando capacidade de crença em seu valor de nomeação e escolha de laureados.

É entre seu capital político e o capital literário do Prêmio Camões, que a meu ver José Aparecido conseguirá construir um capital simbólico bastante expressivo. Neste sentido sua criação institucional, de certa maneira, foi sua própria máquina de consagração e de conversão de diferentes capitais. Para além destas consequências individuais, argumento que o prêmio literário teve efeitos importantes para a concretização do IILP e da CPLP, em certo sentido acabou ultrapassando em importância os dois, na medida que teve maior alcance transformando os contornos do campo literário brasileiro e refundando um campo transnacional de literaturas de língua portuguesa.

**Palavras-Chaves:** José Aparecido de Oliveira; Prêmio Camões; Literaturas de Língua Portuguesa

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. cap. VII, p. 163-208.

ENGLISH, James F. **The Economy of Prestige: Prizes, Awards, and the circulation of cultural value**. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2005. 409 p

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

## **Quando a escolarização estigmatiza: uma análise sobre a trajetória escolar de Florestan Fernandes**

Nevaldo Leocádia Bastos Junior<sup>68</sup>

Este texto é um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado. Em nossa dissertação (BASTOS JÚNIOR, 2020) analisamos a trajetória escolar-acadêmica de Florestan Fernandes, seu enlace com as estruturas sociais, a função social da educação escolarizada no processo de mobilidade social de um indivíduo particular, assim como o papel das interações sociais com sujeitos-chave para a superação da origem de classe. Concluímos que, ao contrário das revoluções burguesas “exemplares”, a educação brasileira não se converteu em um vetor de desenvolvimento socioeconômico, estando, por séculos, inacessível de maneira universalizada à população. Em um contexto histórico tão desigual, Florestan Fernandes encontrou nas interações sociais no decorrer de sua trajetória a possibilidade para progredir em seus estudos.

Demos ênfase às vinculações interpessoais e institucionais que foram diretamente responsáveis pela superação da condição de classe original de Florestan, ou seja, tratamos de analisar as sociabilidades que foram fundamentais para sua “ascensão”. Apesar de dedicarmos algumas páginas à análise dos sujeitos que compartilhavam uma origem de classe semelhante, não levamos as interpretações sobre essas interações a um patamar de maiores detalhes. Dessa forma, apresentamos a primeira justificativa para a escrita deste texto: servir como uma espécie de complementação ao material por nós defendido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Neste texto analisamos o processo de ruptura de Florestan Fernandes com sua classe social de origem, assim como o comportamento dos sujeitos destas camadas sociais frente à escolarização de um dos seus membros. Nosso objetivo principal é compreender como a distinção causada pela aquisição de determinadas competências educacionais impacta a sociabilidade entre indivíduos oriundos de um contexto de negação da cultura escolar. Temos como objetivos específicos, primeiramente, analisar as estratégias destes sujeitos para evitar a “fuga” de um membro e, em segundo lugar, examinar os possíveis impactos familiares no processo de escolarização de um indivíduo oriundo de um meio que, por motivos diversos, não valoriza a escolarização enquanto possibilidade.

Além de servir como um complemento a um trabalho anteriormente apresentado, a discussão que propomos por meio deste trabalho também é relevante por contribuir para entendermos o papel que a educação, sobretudo a escolar, possui em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e qual é o valor simbólico atribuído pelos diversos segmentos sociais. A negligência de séculos no que se refere à oferta de educação universalizada teve diferentes impactos. Seja no aparato técnico, não difundindo conhecimentos basilares como a leitura e escrita, seja no aspecto moral, acarretando numa indiferença ao processo escolar por parte de grande parte da população.

Reflexões sobre o impacto da escolarização na sociedade brasileira ainda são atuais. Nossa deficiência crônica, em ofertar vagas e mitigar a evasão de estudantes na educação básica, é contemporânea. Dessa forma, inferimos que em determinados contextos sociais o processo de escolarização ainda possa acarretar conflitos com aqueles que neguem a importância de certa cultura escolar. Em decorrência da abrangência de possibilidades de análise, escolhemos continuar nossa investigação a partir da história de Florestan Fernandes devido às especificidades de sua trajetória. Em nossa interpretação, a vida de Florestan é um

---

<sup>68</sup> Mestre em Educação e Licenciado em Pedagogia, estudante do Bacharelado em Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense

caso limite, pois parte de uma condição de extrema pobreza e alcança notório reconhecimento acadêmico.

Durante seu processo formativo, o menino pobre da metrópole paulista entrou em litígio com amigos de infância e com a própria mãe. Mesmo com as tentativas de desencorajamento por parte de seus semelhantes, Florestan escolheu seguir adiante. Analisar tal resistência à escolarização do futuro sociólogo pode nos dar pistas sobre como as camadas populares valoram a educação de seus membros, assim como se comportam mediante este processo.

Nossa escolha metodológica é eminentemente qualitativa. Utilizamos, sobretudo, o processo de reconstrução histórica. Tal procedimento de pesquisa é pautado pela sistematização de informações sobre determinados períodos e eventos históricos com a finalidade de elaborar um quadro analítico sobre os fenômenos a serem interpretados. Optamos por utilizar os métodos histórico, biográfico e bibliográfico para a investigação. O método histórico, como seu nome sugere, nos permitiu investigar eventos passados a partir de uma perspectiva histórica que, por sua vez, é sustentada pelos métodos biográfico e bibliográfico. O primeiro nos propiciou obter dados sobre a vida de determinada figura histórica, assim como de seu contexto social; enquanto o estudo bibliográfico nos possibilitou efetuar eventuais ajustes mais precisos nos dados coletados anteriormente com base em produções acadêmicas anteriormente publicadas.

A interpretação dos dados coletados e dos fenômenos observados foi feita a partir dos métodos estrutural-funcionalista e compreensivo. No primeiro caso observamos a função social de determinado indivíduo ou instituição no que se refere à sua integração à realidade social, ou seja, a "estrutura"; enquanto o método compreensivo, a partir de uma perspectiva individualizada, tem por objetivo a análise do comportamento social dos sujeitos e a busca pela interpretação de suas ações, assim como dos valores a elas atribuídas.

A partir destes métodos e técnicas de pesquisa buscamos identificar determinados elementos constitutivos da trajetória de Florestan Fernandes. Por meio do recorte realizado, nossa intenção foi analisar a ruptura deste indivíduo com seu meio social de origem, interpretar as razões para este fenômeno e descrever objetivamente tal processo. O período temporal que recortamos para essa análise coincide com a ocupação como garçom do Bar Bidu e, como consequência deste, o ingresso no curso de madureza do Ginásio Riachuelo.

Em nossa dissertação defendemos que "compreender a interdependência de Florestan com sua mãe, madrinha, seus colegas e semelhantes é essencial" (BASTOS JÚNIOR, 2020, p. 87) para interpretar a trajetória desse sujeito. Dessa forma, destacamos a importância dos iniciados na cultura escrita, aqueles que legitimaram a incursão de Florestan nos caminhos da escolarização. Apesar do incentivo para os estudos, logo o impacto dessa escolha seria sentido por Florestan.

Quando confrontado pelos sujeitos que compartilhavam origem social semelhante, Florestan identificou que estes o encorajavam a abandonar os estudos. Trata-se de uma questão em que os aspectos materiais e morais se entrelaçavam para esses indivíduos oriundos de camadas vulneráveis da população. O trabalho a que tinham acesso – sobretudo o braçal e, muitas das vezes, degradante – era um modelador do comportamento social destes sujeitos. O trabalho em si era um valor final, sobretudo pela sua vinculação à sobrevivência imediata. Nesta perspectiva não havia um horizonte de curto prazo para a educação, uma noção de escolarização como um investimento familiar, mesmo que simbólico. A opção de um dos seus membros pela trajetória escolar era uma verdadeira mácula nesta regra tácita, uma forma de se afastar desse meio social em específico.

O retorno de Florestan aos bancos escolares causou alguns conflitos no seu convívio pessoal. Sua mãe era contra a retomada dos estudos, enquanto seus amigos debochavam de sua escolha. Com estes elementos podemos perceber que Florestan precisou enfrentar o peso das estruturas sociais manifesto nestes sujeitos. Entender essa recusa da cultura escolar é o norte

deste texto. Com as informações levantadas por meio deste trabalho buscamos, a um só tempo, acrescentar mais perspectivas analíticas sobre a vida e obra de Florestan Fernandes, assim como contribuir a partir de perspectivas teóricas e metodológicas às pesquisas na área de intersecção entre as ciências sociais – sobretudo a sociologia – e os estudos dos fenômenos educacionais.

**Palavras-chave:** Estigma. Escolarização. Florestan Fernandes.

### **Referências Bibliográficas**

BASTOS JÚNIOR, Nevaldo Leocádia. **Para além da reprodução social:** um estudo sobre a atípica trajetória acadêmica de Florestan Fernandes a partir da sociologia da educação de Bernard Lahire. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2020.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

## A Sociologia como disciplina e a ditadura como tema: uma análise dos livros didáticos

Rachel Tomás dos Santos Abrão<sup>69</sup>

O presente trabalho buscou analisar como o tema da ditadura civil-militar brasileira aparece nos livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018. Entendendo que a Sociologia no Brasil reflete uma agenda de problemáticas sociais de cada época (MEUCCI, 2000), essas problemáticas podem também aparecer de forma institucionalizada através dos livros didáticos. Dessa maneira, a pesquisa traz uma reflexão a respeito de uma educação em direito à memória, em oposição àquela imposta pelo regime militar, visando a identificação da temática nos livros didáticos de Sociologia. Pois, se entendemos o período militar enquanto um processo histórico-social, este também deve ser abordado pela disciplina de Sociologia, colaborando para o desenvolvimento de uma educação em direitos humanos.

Principalmente após a instauração da Comissão Nacional da Verdade (2011), surgiram muitas informações e pesquisas a respeito dos acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira, contudo, não houve um consistente trabalho de divulgação institucional destas informações, o que se reflete também a nível educacional. Pois, como afirma Carla Borges (2016, p.70) "nas escolas brasileiras, o ensino sobre a ditadura, a formação inicial de professores e o material disponível aos educadores não tratam do tema com a profundidade e delicadeza que ele requer".

A busca pela não repetição da barbárie traz consigo a necessidade da elaboração do passado, pois, o passado recalado volta como trauma. Portanto, essa também deve ser uma preocupação pedagógica, como afirma Theodor W. Adorno, pautando uma educação voltada para a não repetição. Desse modo, buscou-se como nos relatórios dos programas de educação poderia aparecer alguma menção sobre a necessidade da elaboração do passado da ditadura, enfocando, posteriormente, em como a disciplina de Sociologia trata do tema. Sendo assim, foi feita a leitura dos documentos: Programa Nacional de Direitos Humanos - I (1996), Programa Nacional de Direitos Humanos - II (2002), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Programa Nacional de Direitos Humanos - III (2009) — único que apresenta o direito à memória e à verdade como um dos eixos orientadores do Programa.

Apoiando-nos uma vez mais nos argumentos de Adorno, percebemos a relevância da dimensão histórica para investigação sociológica, além de sua constante preocupação com a escolha de objetos de estudo que visem a não repetição da barbárie. Portanto, a pesquisa seguiu com um mapeamento sobre como o ensino da Sociologia aparece nos documentos oficiais educacionais, refletindo sobre sua presença na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Base Nacional Comum Curricular (2018), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999; 2002). Por meio destas leituras buscamos entender se a disciplina de Sociologia se mostra preocupada com uma educação em direitos humanos voltada para a não repetição da ditadura.

Na tentativa de entender um pouco melhor o processo de escolha das obras didáticas, nos detemos na leitura do Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio (2018) e no Edital de seleção 04/2015. Por fim, a última tarefa desta investigação foi aplicar um roteiro de análise (elaborado para esta pesquisa) nos três livros didáticos de Sociologia que conseguimos obter para análise: *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (2016), *Sociologia em Movimento* (2016) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016). Vale ainda mencionar que foram

---

<sup>69</sup> Mestranda PPGS/UFRGS.

aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (2018) cinco obras didáticas voltadas para a disciplina de Sociologia. Contudo, devido a dificuldade em ter acesso a todos esses livros, tanto pelo fato de que apenas os professores da rede pública os recebem, como também pelo contexto atual de pandemia do Covid-19 em que estamos vivendo (o que dificulta o contato com pessoas que poderiam emprestar tais livros), apenas tive acesso a 3 das 5 obras didáticas, portanto, são estas as obras analisadas.

Pensar sobre como se dá o ensino sobre a ditadura civil-militar brasileira nas escolas públicas do país através da disciplina de Sociologia, significa trazer a necessidade de uma educação que reflita sobre o nosso passado autoritário, pois, dessa maneira, também se questiona o presente e se abrem novas perspectivas de futuro.

No que tange a disciplina de Sociologia, foi possível verificar como o tema da ditadura civil-militar – seja nos documentos educacionais, seja nos livros didáticos – não parece receber muita atenção. Mesmo encontrando no Programa Nacional de Direitos Humanos - III (PNDH), um extenso debate sobre a relevância de se trabalhar a memória da ditadura civil-militar em sala de aula, a Sociologia parece esquivar-se de uma abordagem mais contundente dessas questões, passando semelhante tarefa para outras disciplinas, como é o caso da História. Contudo, vale ressaltar a premissa adorniana de se educar pela memória da barbárie, já que devemos conhecer nosso passado e nossos traumas recalçados até mesmo por meio dos objetos de pesquisa. Em seus textos, Adorno deixa evidente que até mesmo os objetos da Sociologia devem buscar esclarecer que certos acontecimentos não voltem nunca a se repetir.

Se com a leitura dos mecanismos de seleção das obras didáticas já foi possível perceber uma falta de preocupação com o tema da elaboração do passado – e, mais especificamente, do passado ditatorial – já era de se esperar que essas questões não teriam grande destaque nos livros analisados. Portanto, os três livros de Sociologia analisados apresentam características diferentes, mas têm em comum a falta de uma abordagem aprofundada do tema da ditadura civil-militar, já que nenhum deles traz um capítulo inteiro dedicado à memória e à elaboração do passado ditatorial. Contudo, o livro que pareceu deixar a menor quantidade de lacunas sobre os acontecimentos da ditadura foi o *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016). Esta obra didática menciona o golpe civil-militar em 23 das suas 399 páginas, trazendo as questões do período de forma dispersa e constante por meio dos diversos conteúdos trabalhados pelos autores. *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016), não deixa de mencionar o suporte civil ao regime, caracterizando o momento enquanto uma "ditadura civil-militar", tampouco deixa de abordar (mesmo que de maneira geral) as repressões, exílios, censuras, torturas e assassinatos praticados contra aqueles e aquelas que não se calam contra o regime. *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016), não deixa de mencionar o suporte civil ao regime, caracterizando o momento enquanto uma "ditadura civil-militar", tampouco deixa de abordar (mesmo que de maneira geral) as repressões, exílios, censuras, torturas e assassinatos praticados contra aqueles e aquelas que não se calam contra o regime. Além disso, o livro trata, sempre que possível, dos movimentos de resistência ao golpe, traçando as lutas históricas dos movimentos sociais. Por fim, apesar de apresentar um enfoque abrangente das questões da ditadura, esta obra toca em pontos que nem sempre são explorados ao se estudar o período, como: a questão agrária, as ideias de Teologia da Libertação, e o papel das mulheres e dos homossexuais na resistência. Cabe mencionar, também, que o livro não deixa de instigar os estudantes para que reflitam sobre as diferenças entre aqueles anos e os dias de hoje, apresentando reflexões a respeito dos resquícios autoritários em nossa democracia. Outra obra didática que não se exime de caracterizar os anos 1964-1989 enquanto uma ditadura civil-militar é o livro *Sociologia em Movimento* (2016). Nesta, o tema da ditadura aparece em 23 páginas das 399 totais, trazendo o caráter transversal dos apoios ao golpe civil-militar, o livro menciona inclusive o papel das manifestações adesistas ao regime. Contudo, o tratamento das repressões, censuras e violações aos direitos humanos é difuso e vago, tendo pouca relevância

na abordagem sobre o período. Em *Sociologia em Movimento (2016)*, também foi possível notar um certo apagamento do caráter revolucionário e da luta armada ao se tratar dos movimentos de resistência. Entretanto, as duas obras mencionadas acima parecem estar mais próximas ao apresentarem diversas facetas críticas ao regime civil-militar, o que surge de modo diferente no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2016)*. Nesse livro didático, as menções à ditadura aparecem em 13 das suas 384 páginas, o que já revela uma capilaridade um pouco menor do tema do que nos outros dois. Contudo, a obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2016)*, diferentemente das outras, não utiliza do termo "civil-militar", deixando de caracterizar o apoio civil à ditadura. Além disso, o termo "golpe" é utilizado pouquíssimas vezes, optando na maioria dos casos por "regime". Por fim, a obra didática tampouco traz referências aos movimentos de resistência ao regime, tratando apenas de forma breve das repressões, censuras e violações aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** memória, Sociologia, ditadura civil-militar, livros didáticos.

#### **Referências:**

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BORGES, Carla. **Educar para o direito à memória e à verdade**. IN: GOMES, Valdirene (org.) *Educação em direito à memória e à verdade : conhecer para não repetir* - São Paulo (SP): Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, 2016.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.



## Pedaços de mim: um estudo sociológico sobre a obra e vida de João Silvério Trevisan

Tales Flores da Fonseca<sup>70</sup>

A presente pesquisa se propõe a realizar um estudo em caráter interdisciplinar sobre a obra e vida do escritor João Silvério Trevisan (1944-) Partindo do estudo realizado por Bernard Lahire (2010) com relação ao caso Kafka, em que busca se indaga como Kafka escreve o que escreve e como escreve e em que condições sociais escreve, procuramos fazer uma indagação similar no sentido de partir do questionamento de por que Trevisan escreve o que escreve e em que condições sociais escreve? O caso de Trevisan se pretende partir da compreensão da sua experiência, abarcando uma pluralidade de experiências que caracterizam sua trajetória, isto é, sua atividade enquanto romancista, literato, historiador e cineasta. O que leva Trevisan circular por essa miríade de experiências? Realizar o inventário desse conjunto complexo de experiências e remontá-las de modo a entender o que levou a produzi-las é objetivo central da pesquisa, buscando inserir a trajetória de Trevisan no escopo de um intelectual crítico do seu tempo.

Nesse sentido, nosso objetivo geral é desenvolver um estudo mais aprofundado acerca de sua obra, buscar entender as condições sociais em que sua obra é tornada possível, traçar as complexidades e a pluralidade de temas e de manifestações que constituem sua experiência. Nesse sentido, o esforço se centrará em não entender apenas questões de ordem externa ou coerência interna das obras, mas das condições de possibilidade, de um ponto de vista sociológico, das obras de Trevisan, com intuito de compreender como ela pode ser entendida como um esforço de interpretar o Brasil. Desta forma, o presente trabalho possui a intenção de dialogar com os mais variados discursos, seja com os estudos literários, sobre o cinema, com os estudos sobre gênero e sexualidade (teoria *queer* e os estudos culturais, estudos lingüísticos, psicanálise), bem como a sociologia da literatura.

Pensando metodologicamente, como afirma Miskolci (2012), os romances, enquanto fontes empíricas que servem para estudos sociológicos permitem investigar os temores que regiam a vida social de um período, sendo assim, a análise literária que parte dos espectros consegue obter uma melhor compreensão da relação entre história, subjetividade e vida social (MISKOLCI, 2012. P. 57). Ainda conforme Mikolci (2012), partindo de um ponto de vista dos estudos culturais, a literatura tem tido um importância decisiva, em virtude do fato de possibilitar uma reflexão acerca de experiências históricas de subordinados ou experiências que criaram sujeitos, submetidos ao jugo dos saberes hegemônicos (mulheres, negros, gays etc). A literatura como arquivo, a partir de um entendimento como o arquivo torna-se uma fonte privilegiada para reconstruir histórias silenciadas, como a de povos colonizados, mulheres, negros e homossexuais (MISKOLCI, 2012. p. 58). O trabalho, que serviu como proposta de pesquisa para ingressar no curso de doutorado do PPGS/UFRGS, ainda está em fase inicial, em virtude disso, não possui resultados.

**Palavras-chave:** Literatura; sexualidade; experiência;

### **Referências Bibliográficas:**

LAHIRE, Bernard. **Franz Kafka: éléments pour une théorie de La création littéraire.** Paris. La Découverte. 2010.

MISKOLCI, Richard. **O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** São Paulo. Annablume. 2012

---

<sup>70</sup> Doutorando em Sociologia, PPGS/UFRGS

## “Neutro é shampoo de bebê, eu sou de”: a percepção de ideologia entre os jovens estudantes no ensino médio.

Talita Cristine Rugeri<sup>71</sup>

As ciências sociais têm produzido pesquisas e análises acerca do que podemos entender por juventude e seus comportamentos. Tais compreensões tentam superar essa categoria numa visão reducionista como apenas um período da vida dos indivíduos, mas analisar as relações como gerações, motivações, diferenças, comportamento e socialização.

Ao analisar a diversidade da juventude compreendemos sua amplitude enquanto categoria podendo estabelecer a noção de *juventudes*. A partir disso, essa pesquisa propõe analisar a juventude estudantil que se encontra na instituição escolar no período de formação na educação básica.

Compreende-se a escola como uma instituição elaborada com uma herança da proposta de uma sociedade racionalizada, a partir do ideal de libertação da humanidade desde o iluminismo. Dentro dessa concepção racional, a educação é entendida como formadora do indivíduo para uma racionalidade autônoma, a escola é, portanto, a instituição para a realização de tal autonomia através da ciência e da técnica.

As especializações da ciência e da técnica transformam e modificam as próprias instituições segundo Habermas (1968). Na educação escolar a razão se torna um instrumento operacional como formação de caráter e emancipação dos sujeitos.

A racionalização das relações vitais segundo critérios desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social e ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político. (HABERMAS, 1968, p. 46).

Na perspectiva dessa racionalidade instrumental a instituição escolar é determinante nos processos de socialização, ainda que em não permita a criação de algumas percepções e discussões com um modelo imposto como afirma Bourdieu em *A Reprodução* (1982). Nesse sentido, a escola não considera as diferenças culturais existentes na sociedade, e acaba reproduzindo capitais culturais (conjunto de fatores, recursos sociais e econômicos que proporcionam relações de poder, simbólicas e legítimas determinadas por classes), e, portanto, tratando muitas vezes a juventude como um bloco unitário.

Os alunos e alunas do século XXI já não são receptores passivos de informações e conhecimentos não questionáveis como afirma Fonseca e Alquéres (2009), esses estudantes demonstram querer controlar as informações, e se apresentam como “digitais” e a escola como “analógica”. Ou seja, é preciso pensar a escola e sua contribuição na formação de “um sujeito-estudante pós-moderno porque ele apresenta um novo tipo de subjetividade humana — uma subjetividade pós-moderna — que se caracteriza pela efetivação particular da identidade social e da agência social, corporificadas em novas formas de ser e de tornar-se humano.” (GREEN e BIGUN 1995).

Os estudantes têm novas significações enquanto sujeitos e recriam seus ambientes conforme as mudanças sociais, ou seja, o seu aprendizado ocorrera dentro dessas interações e na formulação de sua identidade e posicionamento no mundo, o “conjunto de processos interacionistas, onde a cultura tem um papel mediador na construção da identidade do sujeito. A identidade, nessa concepção de sujeito histórico, constitui-se por meio de um diálogo

---

<sup>71</sup>Doutoranda bolsista Capes em Sociologia pela UFPR, email: talitarugeri@gmail.com

contínuo entre os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 1998).

Essa elaboração de uma identidade dos jovens se constrói nos seus posicionamentos e visões no e do mundo, na busca por ideias, grupos, noções determinadas também pela ideologia.

Ideologia é um conceito dentro das humanidades que passou por uma série de revisões, debates, conflitos e contradições em diversos períodos históricos.

Ora ideologia cai em desuso, ou em momentos como a conjuntura brasileira atual, o seu uso é tão banalizado que perde a sua inerência. Debatido por acadêmicos e não acadêmicos, ideologia aparece como posição, exemplificação, sujeição, identificação, representação falaciosa, enfim, uma série de significações gerando um estado de confusão entre conhecimento e crença.

Pensadores como Therborn (1987), Eagleton (1997), Zizek (1996), Mészáros (2004), Bourdieu (2010) entre outros, se debruçaram para a compreensão desse conceito nebuloso para além das análises clássicas.

Terry Eagleton no seu Livro Ideologia (1997) apresenta uma série de compreensões e afirma:

Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia, e este livro não será uma exceção. E isso não porque as pessoas que trabalham nessa área sejam notáveis por sua pouca inteligência, mas porque o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que é possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser detectado. (EAGLETON, 1997, p. 15).

Se é difícil termos uma Teoria Geral da Ideologia, podemos dizer que chegamos ao fim da ideologia enquanto conceito? Os jovens estudantes afirmam ter uma ideologia? E se tem uma ideologia, os estudantes compreendem ideologia como um conceito?

Essa pesquisa busca responder tais questões a partir das aulas de sociologia dos estudantes no ensino básico, uma vez que ideologia é conteúdo nas aulas dessa disciplina, aparecendo no estudo de autores, conjunturas e debates entre estudantes e professores em sala de aula.

Preende-se também analisar e retomar tais questionamento sobre o que se compreendeu por ideologia a partir das gerações (MANNHEIM, 1964), ou seja, como as gerações envoltas por contextos sociais, históricos e políticos ressignificam e interpretam o que é ideologia, e como isso reflete no entendimento de ideologia enquanto posicionamento e conceito na juventude atual. As unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado (Weller, 2010, pg. 215).

As metodologias escolhidas para a elaboração dessa pesquisa são a autoetnografia, uma vez que se completou uma década como professora de sociologia na educação básica com um vasto material e contato com estudantes e ex-estudantes, e entrevistas com os estudantes podendo fazer um cruzamento de dados e falas a fim de compreender o tema proposto.

A autoetnografia (JONES, ADAMS, ELLIS, 2013), como uma metodologia de análise que segundo Santos (2017) tem sua orientação metodológica na etnografia, relacionando com uma orientação cultural interpretativa e seu conteúdo na autobiografia proporcionando reflexão. O projeto de pesquisa se desdobrou a partir da realidade empírica pensando na operacionalidade da compreensão da juventude frente às questões ideológicas.

Entrelaçar esses questionamentos através de entrevistas semiestruturadas com estudantes, com base na pesquisa indutiva e análise das narrativas (DUARTE, 2009), permitirá maior imersão na relação dos jovens com o processo educacional com fundamentação qualitativa.

A pesquisa até o momento tem 35 entrevistas com ex-alunos e alunas no processo de análise e cruzamento de dados, assim como revisão da bibliografia.

Palavras-chaves: juventude, ideologia, sociologia.

### **Referências bibliográficas:**

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro – 13<sup>o</sup> edição. Bertrand Brasil, 2010. 322 p.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1997. 204 p.

MANNHEIM, Karl (1964). “Das Problem der Generationen”, in idem, Wissenssoziologie [introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied: Luchterhand, pp. 509-565.

## Por um diálogo de(s)colonial com Sérgio Buarque de Holanda: releitura crítica de “Raízes do Brasil”

Thiago de Oliveira Thobias<sup>72</sup>

O que Sérgio Buarque teria a dizer se fosse afetado pelas provocações do pensamento pós-colonial? Formulando de outra maneira, que contribuições decorreriam da aproximação entre o pensamento social brasileiro, presente na obra “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda e o pensamento pós-colonial, presente nas obras “Discurso sobre o colonialismo”, de Aimé Césaire, “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, de Albert Memmi e “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon? A hipótese é de que essa aproximação oferece pressupostos e pistas para um diálogo de(s)colonial mais amplo e que contribuições significativas podem emergir dessa aproximação, em termos de produção teórica atual e para a ampliação do campo sociológico.

O presente trabalho – fruto de minha dissertação de mestrado – trata-se de uma pesquisa teórica, bibliográfica, articulando teoria social, pensamento social brasileiro e pensamento pós-colonial. Utilizei, como fontes de pesquisa e interlocução, o clássico buarquiano, alguns de seus comentadores, autores do pensamento pós-colonial e autores contemporâneos em teoria e pensamento social. A escolha dos referenciais pós-coloniais foi feita após percorrer a trajetória de construção do campo como movimento teórico-político. Fiz uma releitura crítica panorâmica da obra, distanciando-me das leituras weberianas, por considerar que estas estão demasiadamente vinculadas à lógica eurocêntrica. Afastei-me estrategicamente dessas leituras para assumir uma perspectiva não-eurocêntrica (releitura crítica) e, a partir daí, aprender nela e com ela (diálogo de(s)colonial). A aproximação com os autores pós-coloniais visava verificar o quanto Sérgio Buarque dialoga com o atual debate sobre *colonialidade*. Portanto, esse pequeno esforço teórico visa ampliar as linhas de leitura da obra.

Concluí, desse pequeno esforço teórico, que [1] há ao menos 15 pressupostos e 5 pistas para o diálogo de(s)colonial entre Sérgio Buarque, Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon, à partir da releitura crítica de “Raízes do Brasil”; [2] é possível afirmar, com base no item anterior, que Sérgio Buarque dialoga com a atual discussão de *colonialidade*; [3] interrogando o lugar discursivo e disciplinar de Sérgio Buarque, a contribuição e inovação teórico-metodológica é a possibilidade de inflexão em seu posicionamento historiográfico e sociológico; [4] confirmei o ocultamento dos não-europeus (africanos e ameríndios), em “Raízes do Brasil”, como protagonistas da articulação dialógica da modernidade; [5] ao reconsiderar os não-europeus, pela inversão do ponto de vista histórico-sociológico de Sérgio Buarque, encontrei elementos para um potencial debate sobre revolução centrada nas classes populares; [6] surgiu uma questão: a *cordialidade* de Sérgio Buarque é *colonialidade* à brasileira?

**Palavras-chave:** Raízes do Brasil; Pensamento Social Brasileiro; Pensamento Pós-colonial.

### Referências bibliográficas

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

---

<sup>72</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Contato: [thiago.thobias@gmail.com](mailto:thiago.thobias@gmail.com).

MAIA, João Marcelo. **Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. Sociedade e Estado, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

WEGNER, Robert. Raízes do Brasil: uma obra aberta que convida para o diálogo (Entrevista). **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 205, p. 9-10, 2006.

## Possibilidade teórico-metodológica para investigação de Perspectivas de Futuro

Wesley Daniel Bueno Moraes<sup>73</sup>

O presente trabalho versa sobre a exploração de uma possibilidade teórico-metodológica para investigação de perspectivas de futuro oferecida pelo referencial conceitual de Pierre Bourdieu. Para isso, mobilizou-se três obras, *Meditações Pascalianas* (2001), *A reprodução* (2014) e *Escritos de educação* (2015), as quais forneceram horizontes teóricos para constituição da pesquisa de perspectivas de acesso ao ensino superior de estudantes do ensino médio de escolas públicas de Porto Alegre/RS.

A pesquisa utilizou dados coletados por *survey* no ano de 2018 no âmbito do GESET – Grupo de Pesquisa em Socialização, Estratificação e Trajetórias Juvenis e Educacionais. O material primário foi interpretado por estatística descritiva, embasado principalmente a partir das noções de *habitus*, *ethos*, disposições, condições objetivas e condições de classe. Neste sentido, o trabalho se estrutura em dois níveis, em primeiro caracterizado pela exposição da relação entre condições objetivas e perspectivas de futuro que se constitui enquanto possibilidade de investigação e, em segundo, na utilização dessa possibilidade para investigação das perspectivas de acesso ao ensino superior.

Entende-se que o ensino superior brasileiro passou por transformações que modificaram o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação nas últimas décadas, as modificações ocorreram em decorrência da expansão do número de vagas, dos programas de acesso como FIES e PROUNI e a Lei número 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Essas modificações alteraram a estrutura de oportunidade de acesso ao ensino superior, possibilitando o ingresso de novos públicos, indivíduos pertencentes a primeira geração de suas famílias a terem acesso à educação superior. Dessarte, a exploração de perspectivas de ingresso ao ensino superior de estudantes de escolas públicas ganha relevância na temática das transições escolares e na sociologia da educação. Dessa maneira, o trabalho se propõe explorar uma possibilidade de investigação de perspectivas a partir do referencial da sociologia disposicional, de maneira a ampliar as opções teórico-metodológicas para pesquisa do tema.

A metodologia do trabalho é constituída em dois processos, em primeiro a coleta de dados primários no âmbito do GESET, e em segundo a interpretação da análise dos dados, a qual se deu mediante a teoria de Bourdieu que embasou a interpretação por meio de estatística descritiva. Os dados foram coletados por *survey* em turmas de terceiro ano do ensino médio de 14 escolas públicas de Porto Alegre no ano de 2018, o questionário aplicado buscou compreender condições da educação, expectativas de futuro e características socioculturais dos estudantes, foram considerados para análise, por meio de critério de exclusão de um mínimo de 70% de preenchimento das questões, 480 questionários, a análise foi realizada no *software* SPSS.

A seleção dos indicadores para interpretação foi enquadrada dentro do conceito de condição de classe de origem e seus aspectos, utilizando dois elementos principais, condições de existência e *ethos*. No primeiro aspecto, considerou-se os indicadores de renda familiar mensal, escolarização de pais e mães em situação de trabalho dos estudantes, esses indicadores serviram para elucidar a materialidade da vida dos alunos e suas possibilidades socioeconômicas; o capital escolar de mães e pais foi utilizado porque existe o impacto da escolaridade sobre a renda, a qual foi evidenciada por meio de dados secundários.

No segundo aspecto, enquadrou-se os indicadores sobre horas de estudo extraclasse e hábito de leitura que serviram para compreender as atitudes dos alunos frente à cultura escolar, também foram mobilizadas questões sobre crença de ingresso ao ensino superior após

---

<sup>73</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

conclusão do ensino médio, justificativa para um não ingresso, motivo da opção de curso e meios para realização do ingresso. Estes indicadores pertenciam ao grupo das esperanças subjetivas dos estudantes para com o futuro escolar. No total foram mobilizadas 13 das 43 questões do questionário do *survey*, realizando a interpretação das análises no sentido de entender como as condições objetivas dos estudantes impactavam nas práticas estudantis e nas expectativas para com os estudos, portanto, as perspectivas de acesso ao ensino superior.

Compreende-se, de acordo com Pierre Bourdieu (2001; 2015), que a ação prática do indivíduo é guiada por um princípio gerador de expectativas e práticas, esse princípio é o *habitus*, que é um produto de condições objetivas de existências e de posições de classe, as quais promovem a incorporação e inculcação nos indivíduos de um *ethos*, um sistema de valores implícitos e interiorizados, o qual tem como referência a classe à qual o indivíduo pertence. Assim, a relação que os estudantes e suas famílias estabelecem com o meio escolar e com o futuro oferecido por ele é advindo das disposições geradas e apreendidas pelo *habitus*, pelo *ethos* de classe e pelo capital cultural.

As perspectivas de futuro dos indivíduos são constituídas mediante a experiência de sucesso e/ou fracasso dos membros de sua classe social, o *ethos* de classe é operado enquanto propensão ao provável, tendo as condições objetivas enquanto delimitadora do horizonte de possibilidades dos agentes, com as aspirações considerando as opções de futuro enquanto possíveis ou impossíveis em referência às condições objetivas. A estrutura de oportunidades objetivas, ou seja, as possibilidades de se atingir algo, são compreendidas enquanto chances objetivas que condicionam a atitude dos indivíduos, às oportunidades objetivas são apreendidas e interiorizadas, moldando as esperanças subjetivas dos indivíduos de cada classe social (Bourdieu, 2001; 2015).

Destarte, percebemos na obra de Bourdieu a conexão que o *habitus* opera entre o individual e o coletivo, com as expectativas e práticas engendradas tendo por referência as condições objetivas. Há o entendimento acerca das condições objetivas como noção que abarca o conjunto geral dos fatores de existência dos indivíduos, a estrutura de oportunidades, o contexto social e a condição de classe de origem, a qual seria um dos fatores que mais influência na carreira escolar, sendo composta por cinco aspectos, entre eles: residência e sua distância ou proximidade de focos e equipamentos culturais e escolares; atributos demográficos; condições de existência (renda, tempo livre e etc.); *ethos* (disposições relativas à escola e cultura, esperanças subjetivas e etc.); e capital cultural e social (Bourdieu, 2014).

Os elementos da condição de classe de origem constituem parte do cenário das condições objetivas dos indivíduos. Assim, a possibilidade teórico-metodológica que o trabalho explora é a relação das condições objetivas dos estudantes com as suas perspectivas de ingresso ao ensino superior, para materializar essa relação utilizou-se a definição de Bourdieu sobre condições de classe, objetivando compreender as associações presentes entre as expectativas e práticas dos estudantes. A linha de investigação se apropriou de dados coletados por *survey*, dividindo os indicadores dentro de dois aspectos dos elementos que constituem a condição de classe do indivíduo, as condições de existência e o *ethos*.

Os principais indicadores demonstram que 53% dos alunos estão na faixa de menos de um salário mínimo com o máximo de até três salários mínimos, 76,19% das mães e 78,90% dos pais não tiveram oportunidade de escolarização superior, 85,16% dos estudantes não estudam ou estudam no máximo 3 horas fora de sala de aula e 73,1% dos estudantes apresentam perspectivas positivas em relação ao ingresso ao ensino superior. Ao relacionar condições objetivas de existência com perspectivas de futuro percebe-se uma contradição entre as expectativas e práticas engendradas pelo *habitus*.

Embora parte dos estudantes pertença às condições objetivas restritas, com situação econômica limitada, sem apresentar cultivo de práticas relativas à cultura escolar e com mães e pais sem formação superior, eles apresentam em ampla maioria uma expectativa positiva de



ingresso, o que coloca em questão a coerência de expectativas e práticas, pois há a influência das condições objetivas sobre as práticas dos estudantes, mas não verifica-se na mesma medida sobre as expectativas. Também ocorre o surgimento de pontos interessantes para continuidade da investigação e exploração da temática das transições. Como o sistema de determinações de classe influencia as expectativas positivas dos estudantes? Teria a mudança da estrutura de oportunidades alterado o *ethos* de classe dos alunos? Quais fatores da trajetória dos estudantes constitui disposições e esperanças subjetivas favoráveis à um horizonte de possibilidade que considera o ensino superior mesmo não havendo dedicação a práticas estudantis?

O trabalho conclui de forma parcial a efetividade da possibilidade teórico-metodológica de investigação de perspectivas de futuro a partir da noção de condições objetivas, dos aspectos da condição de classe e *habitus*. Percebe-se uma possibilidade profícua para exploração de perspectivas de futuro, principalmente relativas à temática das transições escolares. Em que a mobilização dessa possibilidade levantou desdobramentos relevantes para o estudo no prisma da sociologia da educação. Aponta-se para uma opção que enriquece a exploração das perspectivas de acesso ao ensino superior. A respeito dos dados trabalhados, averigua-se que a coleta mediante *survey* é útil para entender as perspectivas, contudo, há a necessidade de uma etapa qualitativa, representada por entrevistas em profundidade para compreender como as disposições dos estudantes são constituídas e operadas.

**Palavras-chave:** Perspectivas de futuro; condições objetivas; Habitus.

#### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

## **GT 5 – Diversidades e Interseccionalidades**

### **Súmula do GT:**

Este GT busca contemplar trabalhos que analisem os processos históricos e contemporâneos de estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência que atingem minorias sociais, com vistas a discutir acerca de uma sociedade plural livre de preconceitos e opressões. Considera-se a emergência deste assunto, tendo em vista os ataques e discursos de ódio contra as classes e segmentos populacionais mais vulneráveis, enfatizando a Sociologia como área potente para o enfrentamento dessas desigualdades sociais, através da análise de políticas públicas e outras estratégias direcionadas a essas populações. Para tanto, busca-se trabalhos e relatos de experiências nas seguintes categorias: 1) Raça e racismos; 2) Mulher negra e seus significados; 3) Criminalização da pobreza e invisibilização das classes populares; 4) Intolerância religiosa; 5) Populações LGBTQI+ e suas agendas; 6) Intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade; 7) Questões territoriais de populações indígenas e quilombolas; 8) Imigrantes, especialmente fluxos migratórios recentes; 9) Demais segmentos populacionais historicamente discriminados e estigmatizados.

**Discentes coordenadoras:** Carolina Santos e Nina Fola  
**Professores convidados:** Andréa Leal e Karl Monsma

## Emoções em movimento: perspectivas da identidade diaspórica de refugiadas sírias

Ana Julia Guilherme<sup>74</sup>

O trabalho discute uma pesquisa de doutorado em sociologia, que está em fase inicial ainda, que tem como tema as dinâmicas sócio-emocionais envolvidas nos processos transnacionais de refugiadas sírias no Sul do Brasil. Há uma década em guerra, a Síria é origem do maior número de refugiados no mundo (Global Trends, 2019) e no Brasil ocupa a segunda posição em refugiados reconhecidos. Assim, a migração síria se caracteriza pela construção de sociabilidades e estratégias gerais de vida na sociedade de destino, marcadas por uma transnacionalidade. Fundamentamo-nos em como a sociabilidade é moldada pela interação entre as emoções (Svašek, 2010) e como a migração catalisa a vida emocional (Boccagni; Baldassar, 2015). Com base nisso, pretende-se entender a constituição da identidade diaspórica de refugiadas sírias por uma compreensão sócio-emocional, em que as emoções produzidas nestes contextos e interações nos permitem interpretar os modos que elas interagem com a sociedade e também as suas particularidades.

A pesquisa aqui irá tratar de refugiadas mulheres, resgatando ao mesmo tempo o caso de migrantes oriundas de país em guerra e representantes de grupo nacional que ocupa, no Brasil, a 2ª posição em número de refugiados reconhecidos. O estudo analisa um grupo de refugiadas sírias recentemente instaladas em Curitiba, com idade entre 20 e 59 anos, com e sem filhos. A metodologia de pesquisa está fundamentada em técnicas qualitativas de coleta e análise de narrativas de vida. Inicialmente, pretendemos analisar o perfil social das refugiadas, como o estado civil, a escolarização, a religião, entre outros aspectos, além de seus projetos, das rotas migratórias, das formas de acesso e percursos integrativos à nova sociedade. Nesse último conjunto, damos especial atenção às estratégias sociais, laborais, educacionais, os vínculos com o país de origem, e as perspectivas futuras.

Considerando o papel das emoções (e do capital emotivo) nas trajetórias individuais, diferenciamos as mulheres migrantes, com e sem filhos ou parentes residentes no país, e reconstituímos os acontecimentos com maior impacto em suas decisões sociais e afetivas, segundo suas próprias perspectivas, colocando em evidência a transnacionalidade existente na vivência destas mulheres. As narrativas permitem a análise das emoções enquanto discursos, práticas e experiências incorporadas, e a formação da identidade diaspórica enquanto mulheres, refugiadas, árabes e muçulmanas.

Como conclusões parciais da pesquisa destacamos que o processo de chegada das sírias no Brasil acarreta uma reformulação da identidade na maneira pela qual passam a lidar com a história, língua, cultura e religião trazidas. Essa reformulação varia segundo a situação no país de origem como referência, as desigualdades de gênero, os papéis tradicionais e as transformações ideológicas. Narrativas colhidas indicam que a busca por formação, geração de renda e inserção social são consequências de capitais acumulados e inscrevem-se na rede de relações familiares e afetivas, marcadas pela dimensão transnacional de seus percursos.

A partir disso, observamos que a vida emocional das refugiadas sírias se expressa ainda nas diferentes construções e combinações desses processos transnacionais, em que as emoções são incorporadas e circulam socialmente (Boccagni; Baldassar, 2015). Evidenciamos que seus significados, representações, crenças e ideias são resultados do embate entre variáveis sociodemográficas, percursos migratórios e dimensões sociais da vida na sociedade de destino e o conjunto de afetividades trazidas e vivenciadas, ou seja, emoções não são inquietações

---

<sup>74</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES.

morais, elas seguem lógicas pessoais e sociais, que se modificam, se diferenciam em seus diversos meios (Le Breton, 2013).

Por fim, ressaltamos aqui também que nos estudos sobre migrações, se destacam abordagens racionalistas e econômicas, assim, evidenciamos a importância da análise das emoções, campo que vem se consolidando nas ciências sociais, em que temas centrais como identidade, relações de pertencimento, relações com a pátria, conexões transnacionais, relações interétnicas são trabalhadas como noções essencialmente afetivas e emocionais (Boccagni; Baldassar, 2015).

**Palavras-chave:** Refugiadas; Emoções; Síria.

### **Referências Bibliográficas:**

BOCCAGNI, O. BALDASSAR, L. **Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration.** *Emotion, Space and Society* (2015).

FERNÁNDEZ, Rosalía López. **El potencial de las emociones em el estudio de los movimientos migratorios.** Un analisis sobre poder y estatus a partir de historias de vida de mujeres migrantes empleadas de hogar. *MIGRACIONES* 49, Universidad de Granada, 2020.

GALLEGO, Maria Neves Botella. **Mujeres marroquíes: alimentación, identidades y migración.**

HALL, Stuart. Introducción: **¿quién necesita identidad?**, en Hall y De Gay (comp.), *Cuestiones de identidad cultural*, Buenos Aires, Amorrortu, 2003.

OLIVEIRA, Marcio de (2020). **Sírios e congoleses homens e mulheres refugiados no Brasil: perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras.** *Revista Plural*. Vol. 27, nº 1, p. 62-89.

SVASEK, Maruška. **On the Move: Emotions and Human Mobility.** *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36:6, 865-880, 2010.

## A prostituição em periódicos brasileiros entre 1998-2018: olhares sobre a educação e a interseccionalidade

Cinthya Bastos Ferreira<sup>75</sup>

Elias Evangelista Gomes<sup>76</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa pode ser definida como uma investigação de estado da arte, com o objetivo de mapear a produção do conhecimento acerca da prostituição feminina em periódicos classificados como Qualis Capes A1 nas áreas de Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), Psicologia e Educação, no recorte temporal de 1998-2018. Visa-se, com isso, identificar tendências, tensões e lacunas nas publicações científicas sobre o tema, a fim de propiciar maior densidade analítica acerca de uma problemática posta às margens, mas com desdobramentos significativos para a compreensão do tecido social, visto que as concepções sobre o fenômeno não são uma constante, havendo uma relação dialética entre a categoria prostituta e as particularidades da conjuntura mais ampla em que estas se circunscrevem – incluindo-se, aí, condições materiais, aspectos ideológicos e todo um conjunto de valores que balizam o gênero humano, hegemonicamente, na leitura do social em determinado momento. A pesquisa se justifica, portanto, por se reconhecer que a prostituição é atravessada por estigmas e circulação de lugares-comuns que impactam diretamente nas vidas daquelas que a vivencia, demandando estudos que ultrapassem a superficialidade e a reprodução discursiva sem a necessária ponderação analítica acerca das noções cristalizadas. Em termos metodológicos, foi realizado o levantamento dos periódicos Qualis Capes A1 nas áreas do conhecimento selecionadas, seguida da busca, em cada um deles, de artigos relativos à temática no intervalo temporal citado. A escolha pelas áreas se deu a partir: a) da interface dos interesses de investigação da equipe de pesquisa; b) da constatação de que são áreas com importantes publicações sobre o tema, especialmente as Ciências Sociais e a Psicologia e c) da questão de pesquisa que visa a compreender as discussões e as brechas nas abordagens sobre prostituição e educação. Por outro lado, a escolha por periódicos A1 se justifica por se entender que esses periódicos atendem às exigências metodológicas e formais do campo científico, baseadas em critérios mais rigorosos de seleção e publicação de artigos. Além disso, trata-se de uma dupla estratégia, tornar a pesquisa exequível e mapear artigos com maior impacto. Desse levantamento inicial, foram encontrados, no total, cinquenta e cinco periódicos, distribuídos da seguinte forma: seis na área da Psicologia; dezoito da na área de Sociologia; nove na área de Antropologia; e vinte e dois na área da Educação. Em seguida, empreendeu-se uma busca, em cada uma das revistas de antemão filtradas, por artigos que verssem sobre temática da prostituição, em suas diversas possibilidades de enfoques ou recortes temáticos. Para essa busca, foram utilizados os seguintes descritores: 1) Prostituição; 2) Prostituta; 3) Profissional do sexo; 4) Garota de programa; 5) Exploração sexual; 6) Mercado do sexo. Das iniciais cinquenta e cinco revistas selecionadas, foram encontradas publicações relativas ao tema em: três de Psicologia; doze de Sociologia; cinco de Antropologia; e uma de Educação, totalizando vinte e uma revistas que possuem artigos sobre o fenômeno da prostituição feminina. Os artigos filtrados foram tabelados de acordo com a área do conhecimento, periódico, ano de publicação e autoria. De sua análise, resultaram as seguintes categorias: 1) Saúde coletiva; 2) Fluxos migratórios; 3) Prostituição travesti; 4) O cotidiano da prostituição. A primeira categoria

---

<sup>75</sup> Graduada em Psicologia pela PUC Minas e graduanda de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

<sup>76</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

condensa as discussões que abordam as políticas públicas de saúde relacionadas ao contexto da prostituição, as quais, grosso modo, passam por três esferas interligadas: 1) a esfera da saúde sexual e reprodutiva, 2) a esfera psicossocial, 3) e àquela que se detém em examinar as formas com que o saber médico agiu sobre esse âmbito, estabelecendo práticas e diretrizes. Desse modo, ao levar-se em conta o modo incisivo com que as condições sociais atingem não só a vivência material, mas também a constituição subjetiva dos sujeitos em suas interações com o meio e com o outro, torna-se incontornável uma politização do campo da saúde, através de uma perspectiva ampliada e interdisciplinar deste. A segunda categoria engloba as problematizações referentes ao tráfico internacional de mulheres, aos deslocamentos no interior do próprio país conectados com a prática da prostituição e ao turismo sexual. A investigação sobre o tema demonstra que os fluxos migratórios que compõem a realidade da/na prostituição são marcadamente diversos e acionam múltiplas determinações e consequências, dificilmente sendo passíveis de generalizações (PISCITELLI, 2007). Além disso, esses fluxos parecem se inserir em um movimento migratório mais amplo que se intensifica a partir da década de 1980 e 1990, com um forte componente de gênero e raça que se entrelaça com os processos de reestruturação produtiva e ajuste estrutural, os quais colocam na ordem do dia também a divisão internacional e sexual do trabalho. A terceira categoria centra-se em fornecer um panorama das especificidades da prostituição travesti, nos cruzamentos entre gênero e classe. Esta elenca que o processo de transformação travesti possui uma forte associação com a ruptura da esfera familiar e o envolvimento com a rua enquanto lócus de sobrevivência, recriação de si e vínculo com os pares. A última categoria, por sua vez, sintetiza de forma dialogada as reflexões sobre os fatores múltiplos e interligados que constituem a experiência concreta da prostituição em seu cotidiano, identificando o tangenciamento entre três leituras: uma que vê nos princípios que regem a atuação na prostituição um empenho para separar a esfera pública da esfera privada, a fim de manter a atuação impessoal e profissional; outra que vê nesses princípios a expressão de um subterfúgio para conseguir manter-se nesse contexto, que de outra forma não seria suportável; e outra, ainda, que atesta o imbricamento e permeabilidade do econômico e do afetivo. Da análise desse material, buscou-se também, por um lado, identificar e analisar os possíveis debates sobre a relação entre educação e prostituição e, por outro, cartografar e refletir criticamente sobre as abordagens interseccionais que aparecem ou se eximem dos artigos selecionados. No tocante à interface entre prostituição e educação, constatou-se que, apesar da relação recorrente entre baixa escolaridade, falta de oportunidade de trabalho, vulnerabilidade social e prostituição, não possuem estudos voltados especificamente ao enfrentamento compreensivo desta questão, sendo sua alusão apenas pontual. Esta apuração indica, portanto, a urgência de pesquisas que abordem a trajetória escolar de mulheres em situação de prostituição, no intuito de compreender e elucidar os agentes estruturais, institucionais e subjetivos que, em suas dinâmicas, resultam na descontinuidade, no fracasso e na exclusão escolar. A atenção à perspectiva interseccional, por sua vez, se fez relevante ao se levar em conta os cruzamentos múltiplos que se condensam no fenômeno a partir de divisões geográficas, de classe, gênero, geração, e raça/etnia, os quais influenciam diretamente nas modalidades e na modulação das interações no mercado do sexo. É a partir disso que a interseccionalidade, enquanto referencial que emergiu nas fronteiras entre os movimentos sociais e a academia (COLLINS, 2017) e que integra num todo indissociável os diversos vetores que compõem a experiência empírica em seus entrecruzamentos (CRENSHAW, 2002), torna-se mais do que apenas uma opção teórico-metodológica para esse estudo, mas uma exigência posta pela própria realidade em sua complexidade. Quanto a isso, verificou-se que a inserção desse referencial nos artigos analisados se dá de modo instável, havendo tanto produções que demonstram um esforço investigativo, a partir da compreensão das clivagens sociais, quanto produções que se restringem a apresentar formulários socioeconômicos, sem interligar esses dados de forma consistente à realidade pesquisada. Diante disso, conclui-se que

a prostituição, enquanto instituição e fenômeno social, se metamorfoseia em conjunto com as reformulações histórico-concretas (as quais aglutinam, dinamicamente, continuidade e ruptura) e agrega em si camadas diversas e contraditórias, o que implica manter como horizonte a perspectiva da totalidade, pensando o fenômeno como uma síntese de múltiplas determinações em um fazer-se constante.

**Palavras-chaves:** mercado do sexo; interseccionalidade; educação.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 717-744, 2007.

## Masculinidades em aplicativos: uma análise da construção da identidade e da diferença

Daniel S. Stack<sup>77</sup>

O tema proposto integra a pesquisa em andamento para obtenção do título de mestre em ciências sociais. O objetivo do trabalho é identificar como homens que se relacionam com homens, residentes em Santa Maria - Rio Grande do Sul, agenciam através do aplicativo Grindr seu corpo, masculinidade e sexualidade.

Com o advento das novas tecnologias, se impôs a necessidade de pesquisar as mudanças nas relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais. A visibilidade pessoal presente na internet por meio das redes sociais é um evento recente, denominado de Web 2.0. O surgimento de aparelhos com câmera como celulares, notebooks e tablets, bem como o barateamento dos seus custos e a disseminação de serviços de internet, possibilitou novas interações entre sujeitos e, conseqüentemente, novo campo de pesquisa.

A busca por parceiros afetivos/sexuais se modificou com o surgimento de tecnologias portáteis que trazem mobilidade e praticidade para a busca amorosa/sexual. Isso não apenas altera as dinâmicas do encontro em termos de mobilidade e praticidade, mas também reproduz hierarquias sociais que os antecedem. Corpo, gênero, raça/etnia, classe social são atributos que passam a vida social e encontram-se como norteadores das relações dentro de aplicativos.

Dessa forma, os usuários de aplicativos são orientados por padrões estéticos construídos através da história e amplamente difundidos. Na busca amorosa e sexual entre homens que se relacionam com homens, destacar certos atributos no perfil é torná-lo mais atrativo. Um perfil que exalta um corpo musculoso, viril e masculino é objeto de desejo. Outros fatores como classe social, raça e escolaridade hierarquizam os sujeitos na busca afetivo-sexual.

Luiz Felipe Zago, denomina o processo de visibilidade do perfil como projeto mostrar-sombrear, que consiste em os usuários da plataforma construírem-se imagetivamente sobre ângulos e recortes que o favoreçam na busca afetiva-sexual. O Grindr é uma plataforma onde os perfis aparecem recortados, comumente corpos definidos e com pouca gordura apresentam uma exposição maior na interface do aplicativo, o que exhibe a corporalidade buscada e exibida.

Na construção do perfil, os usuários têm a possibilidade de construir narrativas de si, informando aos demais através dos recursos da plataforma seu peso, altura, gênero, raça/etnia, posição sexual etc. Além dessas categorias pode-se fazer uma breve apresentação de si em 255 caracteres, espaço que é habitualmente destinado a comunicar aos demais seus objetivos com o perfil e os perfis que o correspondem, num processo de exclusão de perfis que “não curte”.

O aplicativo opera sob uma lógica de venda e consumo, sendo o perfil o modo como os usuários se destacam frente aos demais perfis, que seriam seus concorrentes e também suas possibilidades de interação. O Grindr fornece ferramentas pagas para que os usuários tenham mais visualizações e possam visualizar mais perfis, tendo dessa forma mais oportunidades de interações e possíveis parceiros afetivos/sexuais.

Sendo assim o objetivo do trabalho é compreender como homens que procuram parceiros afetivos e sexuais, residentes na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, agenciam no aplicativo Grindr sua sexualidade, masculinidade e corpo. Por meio de uma imersão em campo (plataforma do aplicativo), através de uma etnografia online, se buscará experienciar na plataforma a construção do perfil e a visualização e interação com os perfis que residem no município. Por se tratar de aplicativos de relacionamentos, se faz necessária a análise semiótica dos perfis, pois o perfil constitui um código, que conta com o objetivo do criador em comunicar os outros usuários sobre algo. Segundo Umberto Eco, o código pode ter várias funções, e para

---

<sup>77</sup> Mestrando em Ciências Sociais, UFSM



a presente pesquisa sobressaem os códigos iconológico, estético e erótico que servirão como categorias de análise.

Eva Illouz, denomina de capital erótico um conjunto de atributos que destacam os usuários e os colocam em evidência. A construção do capital erótico leva em conta atributos já mencionados como corpo, masculinidade e classe social, bem como capital cultural. Esses atributos são mobilizados pelos usuários, na escolha das fotos para compor o perfil, por exemplo.

Há usuários que evidenciam viagens, fotos em lugares famosos, colocam em suas descrições bandeiras dos países que conhecem ou referência a idiomas que falam; outros perfis expõem-se em academias, usando trajes elegantes como ternos, o que demarca acesso a determinados espaços. Esses códigos não são movidos por ocasionalidade mas estabelecem uma distinção social e econômica frente a outros perfis.

Mediante entrevistas semi-estruturadas, há a possibilidade de aprofundar a discussão sobre corporalidade, masculinidade e sexualidade, a fim de compreender como as interações no aplicativo e os próprios perfis se desdobram no encontro presencial. Considerando que, na lógica do processo mostrar-sombrear, ao se evidenciar características se oculta outras ou há a possibilidade de construir-se no aplicativo de uma forma que se diferencia em parte ou totalmente da apresentação face a face. Dessa forma, perfis fakes e aplicativos de retoque de imagem, como o photoshop, são mobilizados por parcelas de usuários, o que torna o encontro presencial por vezes uma interação diferente do esperado.

Portanto, em vistas dos pontos trazidos acima, o campo das mídias digitais, em especial aplicativos com finalidade de encontro de parceiros afetivos/sexuais, proporcionam uma nova experimentação da sexualidade, do corpo e dos desejos, para sujeitos que tiveram de viver sua sexualidade à escondida. Dentro do aplicativo os usuários reproduzem uma estrutura própria que reconhece determinados padrões de masculinidade e corpo, com isso orientando o desejo para busca de homens que apresentem tais características.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Corporalidade; Mídias Digitais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MISKOLCI, R. O segredo. In: **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PELÚCIO, L. **Amores em tempos de aplicativos**. Bauru: Unesp, 2017.

ZAGO, L. F. **Masculinidades disponíveis.com: sobre como dizer-se gay na internet**. Porto Alegre: 2009.

### Introdução: a interseccionalidade

A interseccionalidade é um campo do conhecimento que vem ganhando popularidade desde que o termo foi cunhado, há três décadas, e disseminou-se especialmente ao se estudar as temáticas de raça e gênero. Neste trabalho, argumenta-se que os estudos migratórios podem enriquecer suas análises ao se apropriar da interseccionalidade, especialmente quando se trata de pesquisas com mulheres imigrantes racializadas.

As presentes colocações são parte de dissertação de mestrado, atualmente sendo desenvolvida, que versa a respeito das experiências das mulheres senegalesas imigrantes na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. No município, de maioria branca e católica e historicamente composto por imigrantes italianos, essa identidade permanece bastante presente nos dias de hoje. A partir daí, já é possível inferir que as mulheres senegalesas, sendo negras, muçulmanas e imigrantes, são atravessadas por uma gama de características que produzem opressões em seu dia a dia enquanto moradoras da cidade.

Levando em conta os ensinamentos de autoras brasileiras como Carneiro (2003), Gonzalez e feministas negras internacionais, reflete-se acerca das formas como o paradigma da interseccionalidade pode ser útil para se pensar as especificidades de migrantes senegalesas no Brasil. De forma resumida, a interseccionalidade tem como proposta pensar os sujeitos a partir de suas diversas características, analisando de forma conjunta as opressões de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras características. Conforme resume Hirata (2014, p. 62), a elaboração do conceito, formulado inicialmente por Kimberlé Crenshaw em 1989, é focada nas intersecções de raça e gênero, por vezes incorporando classe e sexualidade, levando em conta as múltiplas fontes de identidade que constituem de forma interdependente as relações de poder.

É justamente por se pensar que este conjunto de especificidades por si só afetam as experiências destas mulheres ao migrarem para o Brasil, que se argumenta sobre o uso da interseccionalidade como forma de se analisar as suas vivências. Como definem Patricia Hill Collins e Silma Blidge (2016), a vida das pessoas e a organização do poder em certa sociedade, em termos de desigualdade social, são melhores entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja ele gênero, raça ou classe, mas por vários eixos que trabalham juntos e influenciam uns aos outros.

### A imigração senegalesa

Os imigrantes senegaleses compõem uma das populações do chamado *boom* migratório que o Brasil vem recebendo a partir da última década, composto principalmente por migrantes de países do Sul global, dentre os quais se destacam sul-americanos, caribenhos e africanos. Dentre essas populações de migrantes, a senegalesa possui a característica específica de ser composta principalmente por homens. Em geral, o perfil do migrante senegalês é o de um homem, com idade entre 20 a 35 anos, que veio ao país sozinho ou acompanhado de outro familiar do sexo masculino (irmão ou primo) para trabalhar e conseguir enviar dinheiro para sua família no país de origem (UEBEL, 2016).

---

<sup>78</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS

O autor Rodrigo Uebel (2016), a partir de dados compilados de diversos órgãos, em 2015 identificou a presença de mais de 3.000 imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul, dos quais 1,6% eram mulheres. A partir desse dado e tendo conhecimento das opressões específicas pelas quais mulheres negras historicamente passam e passaram no Brasil, pode-se inferir que essas mulheres passam por experiências que diferem daquelas de homens senegaleses, ao mesmo tempo em que também diferem de mulheres imigrantes brancas e de mulheres brasileiras negras.

### **Considerações finais**

Em termos das mulheres senegalesas no Rio Grande do Sul, elas são facilmente identificáveis enquanto imigrantes e, portanto, sujeitas a serem vistas pela população local como “estrangeiras” ou “outras” diante daquela sociedade. A partir de pesquisa bibliográfica, conversa com imigrantes e campo exploratório, pode-se identificar algumas das opressões às quais as mulheres senegalesas estão sujeitas ao migrarem: a) dificuldades de se comunicar – imigrantes senegaleses de ambos os gêneros se deparam com esse desafio até ao procurar serviços médico, o que atrapalha seu acesso à saúde. No caso das mulheres, isso fica ainda mais gritante devido à necessidade de acesso à saúde obstétrica ao terem filhos nascidos no Brasil; b) dificuldades para encontrar emprego – segundo pesquisa exploratória, a maior parte das mulheres senegalesas que trabalha no RS realiza trabalhos que exigem pouca formação e considerados “femininos”, como nas áreas de limpeza ou cozinha, mas mesmo assim encontram-se frequentemente desempregadas, exploradas ou mal pagas; c) sentimento de solidão – por serem numericamente poucas, estarem sem suas mães e irmãs, e não se inserirem de forma mais completa na sociedade receptora, as mulheres senegalesas dependem bastante das relações com seus maridos e dos outros homens da comunidade.

Como definem Queiroz e Pizzinato (2019, p. 210), ao se observar essas situações a partir de um olhar interseccional, possibilita-se “uma análise mais profunda da situação das mulheres migrantes, pois combinar raça e gênero ou etnia e gênero nos mostra interseções que diferem de olhar para a categoria mulher, negra, imigrante em separado”. As observações e análises que serão feitas no trabalho que segue em desenvolvimento para pesquisa de dissertação devem ser analisadas a partir desse ponto de vista.

**Palavras-chave:** imigração; interseccionalidade; senegalesas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge, UK; Maiden, MA: Polity Press, 2016.

## **Seriam os goblins, na verdade, humanos? Colonização, racismo e barbárie em Dragon's Dogma**

Euge Helyantus Stumm<sup>79</sup>

Dragon's Dogma é um jogo eletrônico de *Role-Playing Gaming* (RPG), lançado para computador em 2016. Na trama medieval, a personagem protagonista tem seu coração roubado por um dragão e adquire poderes especiais. Com tais poderes, embarca-se numa jornada para conhecer o universo do jogo. Neste trabalho, tomo como análise o modo como os Goblins são representados no jogo e de que modo é possível, a partir disso, costurar metáforas e relações com a colonização e o racismo. De acordo com o jogo, os Goblins são seres que vivem em todas as partes do mundo, especialmente em acampamentos na natureza. Quando entram em contato com humanos, demonstram agressividade. Além disso, possuem aparência grotesca, uma representação típica do que se entende por “selvagem”. Também, é similar ao modo como os colonizadores europeus descreviam os primeiros ameríndios da América ou outros povos ditos “bárbaros”.

Proponho entender o jogo de modo similar a como Amadeu de Oliveira Weinmann (2017) entende a análise fílmica psicanalítica, mas a partir dos elementos lúdicos do jogo. Tal processo consiste em interpretar o jogo tomando o texto-gameográfico, no lugar do texto-fílmico, como análogo ao texto-onírico do sonho, na Psicanálise. Em outras palavras, entendo ser possível encontrar elementos similares ao sonho, como metáforas e metonímias, para pensar elementos da cultura. Desse modo, opero minha análise a partir desses movimentos existentes no jogo. Do ponto de vista do marco teórico, dialogo com Claude Lévi-Strauss (1976) no que se refere a raça e barbárie, bem como com Alexandre Nodari (2015) para pensar sobre ficção e perspectiva. Me pergunto, neste trabalho, de que modo as relações de racismo, como acontece com os Goblins, se entrelaçam com o processo de colonização no Sul global.

Se, para ser bárbaro, é necessário acreditar na barbárie, como aponta Lévi-Strauss (1976), questiono se no jogo os bárbaros não seriam, ao contrário dos Goblins, os próprios humanos. O autor destaca que os povos ditos bárbaros não pensam neles próprios como bárbaros. Pelo contrário, muitas vezes a barbárie é um conceito que sequer faz sentido a eles. Noto, ainda, que a diferença entre quem é bárbaro e quem não é também é bastante arbitrária e variável ao longo da história. Se, num primeiro momento, eram bárbaros todos aqueles fora do círculo grego, e em seguida aqueles fora do círculo greco-romano, a auto-proclamada civilização ocidental passa a mudar quem ela chama de bárbaro conforme lhe é mais cômodo. O ponto de Lévi-Strauss é indicar o quanto a ideia de barbárie, ao fim e ao cabo, é racista. Não somente por inferiorizar a cultura de dados povos, mas ainda por, muitas vezes, justificar que o que lhes categoriza com bárbaros são suas características físicas e genéticas ditas como “inferiores”, “selvagens” ou “primitivas”, o que também acontece com os Goblins do jogo.

Entendo que a situação dos Goblins pode metaforizar, com uma certa precisão, o modo como, ao longo da colonização, os povos não-ocidentais foram tidos. Os Goblins vivem na natureza, possuem aparência que, ao olhar do humano do jogo, é grotesca, e convivem com seres que parecem aberrações, como gigantes de um olho só. Mais do que isso, se aliam a poderes da natureza e usam tecnologias tidas como “primitivas” na lógica do colonizador. Atiram pedras, enquanto os humanos possuem arcos de longa distância e precisão. Usam escudos de madeira, enquanto os humanos brilham com o poder do aço. Vivem no meio da natureza, enquanto os autoproclamados “civilizados” habitam majestosos castelos.

---

<sup>79</sup> Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Tal como os povos chamados de bárbaros, o jogo não somente representa os Goblins como figuras grotescas, mas ainda “atrasadas” tecnologicamente. É como se o escudo humano, pintado de rosas e brasões, fosse uma tecnologia obtida com o árduo trabalho dos melhores ferreiros do mundo, enquanto que as clavas espinhosos *Goblins* fossem produto do acaso. Minha defesa, em diálogo com Lévi-Strauss (1976), é que essa representação dos Goblins utiliza a régua daquilo que é entendido como progresso na civilização ocidental, e ignora a régua do progresso dos próprios Goblins. Seriam os túneis Goblins, por vezes intransponíveis por humanos, um modo de arquitetura tão tecnológica quanto os castelos de pedra? O que se sabe sobre os Goblins? Seria a coroa negra do Rei Goblin um acelerador de partículas, parafraseando Eduardo Viveiros de Castro (2007)? Em última análise, o que se sabe dos Goblins que não a partir do ponto de vista colonizador dos humanos?

Em um confronto do jogo, os Goblins chegam a dizer, em inglês “rudimentar”, “We eats when 'ungry an' we sleep when tired from eatin'! We kill them as we want 'em dead.” (em tradução livre, “nós comemos quando estamos com fome, e dormimos quando nos cansamos de comer. Nós os matamos conforme os queremos mortos.”). Ou seja, parece que suas existências se sustentam em comer, dormir e matar. No entanto, de que modo eles se diferenciam, desse ponto de vista, dos colonizadores, responsáveis por incontáveis massacres na América, na África e na Ásia? Além disso, se pensarmos o inverso, não é isso que os ocidentais fazem? Tanto ao longo da história da colonização quanto no jogo, o que observamos é que os ditos ocidentais são responsáveis por levar, por onde passam, os mais sangrentos massacres.

Em diálogo com Alexandre Nodari (2015), proponho pensar na potência da ficção como modo de se confrontar com a própria realidade que vivemos. Não se trata de entender a ficção como um elemento capaz de, sozinha, mudar o mundo. Mas uma aposta radical no sentido de, a partir dela, encontrar potência para reposicionar os sujeitos em seus próprios mundos. É um processo em que ninguém sai ileso: tanto a obra quanto quem entra em contato com ela se traduzem reciprocamente, em um processo caleidoscópico. Entendo que os Goblins, em *Dragon's Dogma*, podem ser entendidos como tão humanos quanto qualquer outro personagem humano do jogo. Melhor, penso que o inverso também é válido: os humanos do jogo podem ser entendidos como tão goblínicos quanto qualquer outro Goblin. Se os humanos são os que fazem aquilo que acusam os Goblins de ser, de que modo podemos entendê-los como os civilizados que superaram a barbárie? A suposta barbárie que diferenciaria os humanos dos Goblins, no final das contas, apenas aproxima os seres humanos da categoria que projetam no Outro, e que tanto tentam se diferenciar. Em última análise, este trabalho é um esforço de tensionar e estranhar os processos de racismo e colonialidade das relações que se dão de modo naturalizado na vida cotidiana de muitos mundos, sejam reais ou imaginários.

### **Referências:**

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328-366, 1976.

NODARI, Alexandre André. A literatura como antropologia especulativa. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 38, p. 75-85, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O chocalho do xamã é um acelerador de partículas. In: RIBEIRO, Darcy. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 26-49, 2007.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Sobre a análise fílmica psicanalítica**. Subjetividades. Fortaleza. vol. 17, n. 1, p. 1-11, 2017.

## Questão étnico-racial na formação em Serviço Social: particularidades do Estado de São Paulo

Fernanda Carvalho Marques<sup>80</sup>  
Loiva Mara de Oliveira Machado<sup>81</sup>

O presente trabalho visa à socialização de resultados preliminares da Pesquisa “*Questões étnico-raciais e de gênero na formação em Serviço Social: fundamentos, trajetórias, projeções*”. O desenvolvimento do processo investigativo orienta-se pelos fundamentos do materialismo histórico dialético, buscando elucidar a temática à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que orientam a formação profissional em Serviço Social no Brasil. Considerando os princípios e objetivos inscritos nessas Diretrizes, verifica-se a direção assumida pelas entidades político-organizativas dos/as assistentes social – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO) no que refere ao compromisso com a formação de qualidade em Serviço Social, alicerçada nos fundamentos da teoria social crítica e eticamente comprometido com a construção de uma nova ordem social, sem exploração/opressão. A pesquisa referida, de abrangência nacional, tem por objetivo geral *analisar como as questões étnico-raciais e de gênero são abordadas nos currículos de Graduação e Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, presenciais em Serviço Social no Brasil, com vistas a elucidar o referencial teórico em que se ancoram e vinculação às diretrizes que orientam a formação profissional*. Este artigo, objetiva socializar dados parciais no que tange a abordagem da questão étnico-racial, com foco na graduação, na região sudeste do Brasil, especificamente, no Estado de São Paulo. Nesse sentido, pretende-se produzir indagações a respeito da abordagem da questão étnico-racial, nos currículos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) sediadas no Estado de São Paulo (SP). Considera-se relevante elucidar que o conceito de raça aqui explorado tem referência nos diferentes debates promovidos pelas Ciências Sociais que entendem que raça existe como um processo de construção social, tal qual salienta Anjos “para humanidade não existe raça, do ponto de vista biológico; na verdade raça é um constructo histórico, pertinente a determinadas sociedades. Por exemplo, fica claro para todos, quando se comparam a África do Sul, o Brasil e os Estados Unidos, que o sistema de classificação racial operacionalizado nas diferentes sociedades é substancialmente diferente de uma para outra” (ANJOS, 2008, p.15). Pensar as bases para uma formação profissional crítica, exige reflexão acerca do projeto de formação inscrito no currículo de cada Curso de Graduação, daí imprescindível a apreensão do disposto nos Núcleos de Fundamentação que estruturam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), com vistas a contribuir para um perfil profissional crítico, criativo e interventivo comprometido com a materialização do Projeto Ético-Profissional. Esta constatação, contudo, só faz sentido quando confrontada com a realidade. Boschetti (2004) problematiza justamente o nó que emerge deste jogo de forças, quando se propõe em discutir os princípios curriculares da ABEPSS (1996) em relação àqueles aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A sua análise circunscreve-se entre os anos de 1998 e 2003, período marcado pela expansão do ensino superior, orientado pelo projeto neoliberal, que visa uma educação voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho, desconsiderando esta como uma política social pública, ao priorizar investimentos quanto a oferta no ensino superior privado e não a expansão do ensino público. A lucratividade

---

<sup>80</sup> Estudante do Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>81</sup> Professora do Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

é o princípio norteador deste contexto, o que pode contrastar, em determinadas modalidades de oferta de ensino, aligeiradas e voltadas à lógica mercantil, com as orientações dispostas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Essas Diretrizes, em conjunto com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993), constituem o arcabouço jurídico-político do Projeto Ético-Político (PEP) (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Nessa construção é fundamental considerar a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional inscrito nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). O currículo é um campo de disputa que expressa um determinado projeto de formação. Nesse sentido é fundamental a incorporação do debate sobre raça, para compreender as desigualdades sociais no Brasil, considerando que o racismo se constitui como processo estrutural, ou seja, “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares[...]” (ALMEIDA, 2019, p.38). No que se refere à *metodologia* da pesquisa, destaca-se nesta produção a prioridade de análise de dados referentes ao Estado de São Paulo (SP), que compreende a região sudeste juntamente com Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG) e Rio de Janeiro (RJ). Algumas especificidades respaldam a escolha de direcionar a análise, neste momento, para o Estado de São Paulo que é reconhecido por expressar um singular desenvolvimento demográfico, inserindo-o no rol das maiores potências econômicas e políticas do mundo. O seu território é composto por 645 municípios, distribuídos em 42 regiões de governo, 14 regiões administrativas e três regiões metropolitanas, a saber: São Paulo, Baixada Santista e Campinas, conforme dados disponíveis na Biblioteca Virtual do Estado de São Paulo (2020). No cenário nacional, esta configuração expressa a dinâmica de atração de pessoas a qual pode ser atribuída à alta concentração das atividades produtivas, bem como, a sua capacidade de geração de renda. A técnica de coleta de dados foi realizada por meio de *pesquisa documental*, realizada em novembro de 2019, por meio do acesso a matrículas de IES registradas no site do Ministério da Educação (E-MEC), bem como, a informações disponibilizadas nos sites oficiais das instituições de ensino. Para tanto foi utilizado como instrumento um “roteiro de pesquisa documental”. Este processo propiciou por meio da técnica de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2004), a análise do total de 78 IES que se subdividem em 28 Faculdades, 27 Centros Universitários, 18 Universidades e cinco instituições reunidas na categoria outro. Essa última classificação pode ser identificada como institutos, sendo quatro de natureza privada e um de natureza pública. Vale destacar que cerca de 94% das instituições analisadas são de natureza privada. O levantamento realizado encontrou 12 disciplinas que apresentam alguma referência às temáticas (raça, etnia, gênero) nos currículos. Apesar do foco deste trabalho não se centrar teoricamente nas questões de gênero, considera-se importante sublinhar que a intenção de destacá-las parte do reconhecimento da interseccionalidade entre raça/etnia, classe e gênero. Entretanto, este número total sofre uma redução para nove disciplinas, quando refinamos as informações com base no que foi expresso nas súmulas/ementas, objetivos e referências bibliográficas. Três disciplinas não apresentam o detalhamento dos seus objetivos, impedindo-nos de identificar o seu foco com mais assertividade. Cabe pontuar que quatro disciplinas se propõem abordar a questão étnico-racial, especificamente, três disciplinas buscam estabelecer uma abordagem interseccionada entre as questões étnico-raciais e de gênero e duas indicam abordar as questões de gênero em especial, resultando no total de nove disciplinas analisadas. O expressivo número de IES pesquisadas, quando contrastado ao número de disciplinas que abordam as questões étnico-raciais e de gênero, indica o quanto de esforço precisa ser investido para inclusão das temáticas nos currículos. Importante salientar que o caso das IES públicas é ainda mais preocupante, pois foi encontrada apenas uma disciplina que aborda as questões étnico-raciais e de gênero de maneira interseccionada no currículo, representando menos de 4% da amostra das disciplinas analisadas. Com intuito exploratório, realizou-se um breve levantamento acerca das características dos autores presentes na relação de bibliografias

indicadas para esta disciplina ofertada pela instituição pública. Foram localizados 16 textos disponíveis em fontes online. Nesta relação, verificou-se 13 autoras brancas, seis autores brancos, três autoras negras e um autor negro. É necessário ressaltar estes dados, pois nos indica a relevância de pensarmos a representatividade visto que existem vários autores(as) negros(as) e indígenas que são referência na questão étnico-racial. O estudo preliminar salienta a relevância das IES, sobretudo públicas, incorporarem a questão étnico-racial em seus currículos de modo transversal, observando o disposto na Lei nº10.639/03 e Lei nº 11.645/08, com intuito de revisão de suas estruturas organizacionais e pedagógicas. O estudo em desenvolvimento almeja entre os resultados, fomentar o debate sobre a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social atento à necessidade de trabalhar a questão étnico-racial, desde as suas bases curriculares, buscando promover uma formação profissional de qualidade, plural e crítica.

**Palavras-chave:** Questão Étnico-Racial, Diretrizes Curriculares, Serviço Social.

**Referências:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANJOS, José Carlos dos. **A categoria raça nas Ciências Sociais e nas Políticas Públicas no Brasil**. Org. SANTOS, José Antonio dos. CAMISOLÃO, Rita de Cássia. LOPES, Vera Neusa. Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 2008. p. 17-27.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Tradução: Luis Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, Ano IV. N. 8, p. 17-30, jul./dez. 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biblioteca Virtual**. Informações atualizadas em setembro de 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/sao-paulo-aspectos-territoriais.php>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.



## MULHERISMO AFRICANA: Pluriperspectivas para mulheres negras brasileiras

Gabriela Maria Chabatura<sup>82</sup>

### INTRODUÇÃO

Este resumo apresentará novas reflexões para pensar o espaço que as mulheres negras brasileiras ocupam dentro dos movimentos de mulheres existentes. Nele, não há intencionalidade de esgotar as discussões sobre os termos exibidos. Ao contrário disso, o propósito é que esse ensaio seja utilizado para pensar novas e coerentes perspectivas alinhadas ao objeto de estudo aqui exposto.

A metodologia utilizada para o aporte crítico foi a pesquisa bibliográfica com ênfase nos trabalhos escritos por mulheres negras amefricanas do Brasil e estadunidenses em diáspora, bem como africanas que vivem no continente, entre elas, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Aza Njeri, Katafúscia Ribeiro, Clenora Hudson, Nah Dove, Sotunsa Mobolanle e Oyèrónké Oyèwùmí.

A partir desta exposição teórica, cujo objeto geral é pensar uma categoria de gênero para mulheres negras no Brasil, o problema que se levanta é: por que essas mulheres não possuem suas realidades e necessidades abarcadas dentro dos movimentos de mulheres contemporâneos?

Por fim, as considerações desta reflexão levantarão a hipótese da criação de uma categoria que possa atender (e não limitar) as necessidades de mulheres negras brasileiras a partir de suas reivindicações, particularidades e territorialidade.

### DO FEMINISMO AO MULHERISMO AFRICANA: ONDE FICAM AS NEGRAS BRASILEIRAS?

Ao observar os grandes levantes e movimentos sociais-políticos, constata-se que as mulheres negras são as grandes articuladoras e protagonistas destas lutas – seja desde o colonialismo, com Luísa Mahin e Dandara, até a contemporaneidade. São essas mulheres que estão na linha de frente das reivindicações contra a morte de jovens negros (vide *Mães de Maio*), a favor do direito à moradia (como MST – Movimento Sem-Teto) e articulações dentro de suas próprias comunidades, zelando pelo bem-estar do seu povo. Então, como compreender a controversa ausência destas mesmas mulheres na agenda pública e ciclos feministas? É a partir deste questionamento que se inicia este trabalho.

Para poder responder a esta provocação, optou-se por adotar a metodologia de pesquisa bibliográfica com o levantamento de referências sobre o Feminismo Hegemônico, Feminismo Negro, Feminismo Decolonial e Mulherismo Africana. Após esta etapa, foram realizados os fichamentos e análise crítica dos textos compilados.

No fim, pôde-se comprovar que o feminismo ocidental hegemônico não atende às necessidades de mulheres negras porque a questão de gênero sempre encabeçará as discussões – uma vez que a criação deste movimento nasceu da realidade de mulheres brancas da Europa. O Mulherismo Africana, categoria criada pela afro-estadunidense Clenora Hudson-Weems em 1987 em contraposição ao feminismo, coloca na centralidade das discussões a família e a interseccionalidade entre raça, classe e gênero – incluindo os homens como aliados de luta.

---

<sup>82</sup> Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, especialista em Administração e Marketing Esportivo e, atualmente, pós-graduanda no curso de “Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais”, na USP.

Apesar do Mulherismo Africana avançar nesta questão e se apresentar como uma prática libertária às mulheres negras em diáspora, de acordo com as críticas de mulheres africanas do continente, a categoria possui limitações para se referir às mulheres que vivem em África – uma vez que fora desenvolvida também com base na realidade e subjetividade de uma mulher negra em diáspora nos Estados Unidos imperialista.

Neste sentido, as nigerianas Sotunsa Mobolanle e Oyèrónké Oyèwùmí apontam que há a necessidade de um novo conceito que tenha como eixo principal a realidade das mulheres africanas não-estadunidenses. Isto é, uma teoria que seja autoctonamente<sup>83</sup> africana – com ênfase às questões relacionadas à pobreza e economia – duas grandes inquietações contemporâneas da mulher em África. Oyèwùmí defende que tais categorias existentes não levam em consideração as organizações familiares em África, que se difere à formação nuclear posta pelo Ocidente.

Isso posto, este trabalho também se atenta às universalidades que impedem que outras realidades e minúcias de mulheres negras inseridas em outras culturas e organizações sociais sejam consideradas. A circularidade (movimento) para refletir e respeitar outras concepções de experienciar o mundo mostra como uma possibilidade de existir para essas mulheres.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como pôde ser acompanhado neste breve resumo, os movimentos feministas apresentam deficiências para incluir, de forma efetiva, as necessidades de mulheres negras em sua agenda. Pensando na realidade de mulheres africanas e em diáspora, a afro-estadunidense criou o conceito de Mulherismo Africana, que percorre um caminho ao Sul e apresenta cosmoperspectivas de existir a esses sujeitos.

Levando em consideração as críticas realizadas por intelectuais em África, pode-se lançar a ideia de repensar a teoria de Hudson dentro da realidade de mulheres negras no Brasil. Será que se deve propor novas nomenclaturas que levem em consideração as particularidades destas mulheres que representam a maioria da população e que, mesmo assim, continuam à margem da estrutura social? Como encaixar esse modelo dentro da sociedade brasileira? Como negros e negras podem construir as suas próprias agências<sup>84</sup>?

A intelectual Jurema Werneck, por exemplo, refuta o rótulo de feminista e tece uma terceira via ontológica, holística e não-dialética. Ela defende o seu corpo negro no mundo sob a concepção de Ialodê - um dos títulos dados a Oxum e a Nanã, reconhecidas por suas ações de confronto ao poder masculino, reafirmação da igualdade e poderes das mulheres. As Ialodês também podem ser utilizadas para descrever mulheres emblemáticas e lideranças políticas femininas.

Não seria, então, apropriado criar – como mulheres negras amefricanas – uma zona de confluência? Um lugar onde possamos retornar ao passado para explicar o nosso presente? Fica aqui o desafio para os pesquisadores.

**Palavras-chave:** Feminismo. Feminismo Negro. Mulherismo Africana

## REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

---

<sup>83</sup>Autóctone - que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena

<sup>84</sup> Conceito de Molefi Kete Asante. Agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana

DOVE, Nah. **Mulherismo Africana:** uma teoria afrocêntrica. In: *Jornal de Estudos Negros*, vol. 28, n.5, 1998. p.515-539

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** In: *Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo, Editora Filhos da África, 2018. p. 307-320.

HUDSON, Clenora. **Mulherismo Africano e a necessidade crítica do pensamento pela teoria africana.** In: *Jornal Ocidental de Estudos Negros*, 21, 2, 1997. p.79-84

## Veganismos, antirracismo e sistemas alimentares sustentáveis

Isabela Sandri<sup>85</sup>

O ativismo vegano se intensificou nos últimos anos, em grande parte movido pelas críticas à exploração animal pelo sistema de produção capitalista. No Brasil, o equivalente a 14% do total da população (30 milhões de pessoas) não consome carne (Ibope, 2018). As práticas do veganismo, no entanto, vão muito além do ato de excluir carne da dieta, e diferem-se do vegetarianismo por esta característica. Segundo a Vegan Society (2008), o veganismo é uma filosofia e uma maneira de viver que exclui, o tanto quanto for possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade animal; seja seu uso no vestuário, na dieta ou para qualquer outro propósito. Na dieta, significa a exclusão de qualquer produto que seja de origem animal (Vegan Society, 2008).

Entretanto, esse ativismo não é tão unilateral assim. Além da constante busca pela libertação animal da opressão, diferentes frentes e pautas têm chamado a atenção das configurações assumidas pelo veganismo. Dessa forma, a preocupação com a liberdade humana tem entrado em cena e composto as agendas de diferentes grupos, coletivos e movimentos dentro do veganismo. As intersecções dos veganismos ocorrem com pautas como o ambientalismo, feminismo, racismo, especismo, dentre outros. Os tensionamentos existentes nestes movimentos têm chamado atenção para as práticas e condutas que conformam a identidade coletiva do movimento.

O veganismo tem sido apontado, dentro da pauta ambientalista, como sendo uma contribuição importante para a promoção da sustentabilidade. A dieta vegana contribui para a diminuição de gases de efeito estufa e diminuição de usos de terra para a produção de alimentos (Aleksandrowicz et al., 2016). Segundo o estudo de Niederle e Schubert (2020), que analisou restaurantes veganos em Porto Alegre (RS), o veganismo possui um papel importante na criação de modelos mais sustentáveis de produção, distribuição e consumo de comida: A análise das práticas dos consumidores (tanto veganos quanto não-veganos) e dos encarregados destes restaurantes mostrou que há preocupação em promover mercados locais, compra direta de agricultores e consumo de orgânicos. Os dados mostram que 90 % dos consumidores utilizam alimentos orgânicos, 89% cozinham sua comida em casa e 79.9% compram produtos em feiras de agricultores. O estudo dos restaurantes também contribui com dados socioeconômicos importantes: 27% do total dos consumidores conta com uma renda mensal acima de 12 salários mínimos em comparação a uma minoria de 6% que contam com renda entre 1 e 2 salários mínimos; a escolaridade possui seus maiores percentuais em ensino superior completo (28%) e pós graduação completa (39%). Outro dado importante diz respeito à localização dos restaurantes: os bairros em que estes estão inseridos possuem o preço do metro quadrado variando entre R\$ 4.558,69 e 6.345,22, com uma média de R\$ 5.526,65; muitos destes bairros estão entre os metros quadrados mais caros de Porto Alegre, sendo o de 6.345,22 o mais caro de toda a capital. O preço do metro quadrado de bairros considerados de classe média/baixa de Porto Alegre chega a R\$2.847,01. Levando em consideração os dados socioeconômicos dos consumidores dos restaurantes e a comparação dos preços dos metros quadrados dos bairros dos restaurantes, pode-se inferir que o acesso a estes restaurantes é mais difícil aos veganos com menor poder aquisitivo. Esta análise contraria os resultados de Greenbaum (2018) que apresenta o veganismo como um movimento cada vez mais “desestigmatizado” e socialmente inclusivo.

---

<sup>85</sup> Graduanda de Zootecnia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Com essa breve contextualização, o movimento afrovegano surge no Brasil como um caminho alternativo dentro do próprio veganismo, buscando a inclusão de pessoas negras e marginalizadas. O MAV (Movimento AfroVegano) promove uma luta contra exclusão social e busca da visibilidade dentro dos veganismos, que existem de forma muitas vezes a servir como opção de alimentação e estilo de vida para pessoas de maior poder aquisitivo, maior formação educacional e brancas.

Nesse sentido, entender como o movimento afrovegano tem contribuído, por meio dos discursos digitais, para a construção dos sistemas alimentares sustentáveis é o ponto chave que movimenta este estudo. Como processo metodológico, a nossa pesquisa analisou perfis no Instagram que se dedicam a este tipo de movimento. No primeiro momento, a pesquisa partiu da identificação de perfis em redes sociais (neste caso, no Instagram) de usuários que se autodeclararam afroveganos e que apresentam seus perfis na modalidade pública. Foram identificados 21 perfis de usuários afroveganos. Posteriormente, analisamos a estrutura desses perfis, levando em consideração sua descrição, número de seguidores, frequência das postagens e reação dos seguidores a elas. Na etapa seguinte foi desenvolvida a análise do conteúdo desses perfis, onde buscamos identificar as pautas apresentadas ao público, sejam elas em forma de post, stories ou lives. O quadro comparativo dos perfis nos forneceu um resultado parcial da análise de estrutura, onde identificamos como pautas principais e recorrentes nos perfis o anti-especismo e o anti-racismo. Também identificamos que majoritariamente nas postagens são abordadas questões alimentares, com enfoque para o compartilhamento de receitas e fotos de refeições veganas acessíveis ao público negro e periférico.

Nossos resultados têm apontado para duas explicações para o problema de pesquisa. A primeira está atrelada à necessidade de visibilização do veganismo como um espaço acessível e que inclui pessoas negras. Essa posição, sobretudo com o que diz respeito à acessibilidade, reorienta a condição alimentar dos indivíduos negros a partir das facilidades de acesso a alimentos adequados, com preço justo e de qualidade. Na pesquisa com os perfis afroveganos, é possível notar o ensino de técnicas de plantio de alimentos em casa, bem como a indicação de produtores negros em determinadas regiões do país, cujas produções são focadas na sustentabilidade e preocupação ambiental.

A segunda explicação está alinhada às construções de redes de apoio no veganismo em torno dos alimentos orgânicos, agroecológicos e centrados na sustentabilidade de modo geral. Tanto os dados da pesquisa com restaurantes quanto as análises dos perfis dos afroveganos nas redes sociais apontam para uma preocupação dos veganos com a origem dos alimentos, o que está atrelado à sua preocupação ambiental e promoção de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Veganismos; AfroVeganismo; Sustentabilidade.

#### Referências:

Aleksandrowicz, L., Green, R., Joy, E., Smith, P., Haines, A., 2016. The impacts of dietary change on greenhouse gas emissions, land use, water use, and health: a systematic review. *PLoS One* 11 (11), e0165797. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0165797>.

GREENEBAUM, J. *Vegans of color: managing visible and invisible stigmas*. **Food, Culture & Society**. New York: Routledge, 2018.

IBOPE. 2018. **Pesquisa de opinião pública sobre vegetarianismo**. Ibope, Rio de Janeiro. Disponível em:

<[https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB\\_0416\\_VEGETARIANISMO.pdf](https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf)>.

Acesso em 07/10/2020.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N. HOW does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, n°. 78, p. 304–313, 2020.

Vegan Society, 2008. Ripened by Human Determination. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>. Acesso em 06/10/2020.

## A Igreja Cristã Contemporânea e o Mercado das Igrejas LGBTQ+ no Estado do Rio de Janeiro

Marcos Vieira<sup>86</sup>

### Introdução

A Igreja Cristã Contemporânea (ICC) foi fundada em 10 de setembro de 2006 pelo pastor Marcos Gladstone que veio da *Metropolitan Community Churches (MCC)* em português Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), a primeira igreja inclusiva do Brasil. Uma igreja inclusiva é aquela que se opõe ao discurso das igrejas evangélicas convencionais que afirma ódio, opressão e exclusão da população LGBTQ+. Na leitura da Bíblia das igrejas inclusivas, Deus não condena a homossexualidade.

Até o final da monografia, que foi base desse trabalho, no ano 2019 havia no Rio de Janeiro 6 (seis) igrejas que se denominavam “inclusivas” ou “pluralistas” justamente por não condenar a homossexualidade e por incluir a todos em sua pluralidade aceitando a população LGBTQ+.

Embora a igreja inclusiva seja um fenômeno recente, já existem vários estudos sobre esse tipo de igreja. Sobre a ICC no Rio de Janeiro, entre outros, há os trabalhos de Paulo Victor Leite Lopes (2008) “Dos Limites da Transgressão em uma Igreja Inclusiva” e o de Marcelo Natividade (2010) “Uma Sexualidade Santificada? Etnografia de uma Comunidade Inclusiva Pentecostal”.

### Objetivo

Meu objetivo neste trabalho foi registrar e analisar discursos de pessoas LGBTQ+ que participavam da Igreja Cristã Contemporânea (ICC), para tentar compreender o que os motiva a irem para essa igreja. Também procurei identificar outras igrejas de perfil similar no Rio de Janeiro, ou seja, igrejas inclusivas ou pluralistas, para saber sobre os motivos que levavam esses fiéis entrarem e saírem de uma igreja neopentecostal inclusiva para participar de outra igreja com o mesmo perfil, ou seja também neopentecostal inclusiva. Qual a diferença dos discursos de uma instituição para outra?

### Metodologia da Pesquisa:

Adotei uma metodologia qualitativa incluindo diversas técnicas de pesquisa; (1) observação, (2) pesquisa documental e (3) entrevistas.

- (1) Fiz observação participante em diferentes atividades de algumas igrejas. Inicialmente participei de cultos abertos ao público em geral na ICC. Depois das entrevistas visitei outras igrejas inclusivas do Rio de Janeiro. Visitei as seguintes igrejas inclusivas: Igreja Comunidade Cidade de Refúgio, Terra de Adoração Church, Ministério Anunciando a Salvação, Igreja da Comunidade Metropolitana e Igreja Batista do Caminho. Na ICC fui a um ritual de Batismo e participei do curso do Instituto de Desenvolvimento Evangélico ou IDE. Esse curso é aconselhado a todos os fiéis da ICC que frequentem o IDE para ter um discurso homogêneo quando for indagado. O curso é obrigatório para quem quer assumir algum cargo ou participar de algum ministério.

---

<sup>86</sup> Graduando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

- (2) A pesquisa documental foi referente aos documentos da ICC e foi basicamente realizada no site desta igreja.
- (3) Fiz registro de entrevistas e conversas informais. Registrei total de 9 informantes, sendo 6 da ICC e 3 ex-fieis da ICC que atualmente estão na Igreja Comunidade Cidade de Refúgio

Empírica.

## **Análise**

A partir de entrevistas com fieis da ICC, observei que a maioria vinha de igrejas evangélicas e grande parte tinha família evangélica. Esses fieis tinham sofrido exclusão do mundo cristão. Sua grande motivação era o sentimento de reinclusão e pertencimento a uma igreja cristã.

Através das primeiras entrevistas com fieis da ICC, pude identificar outras igrejas com perfil similar, ou seja, que também aceitavam os LGBT+. Observei que vários desses fieis tinham sido da ICM e tinham amigos que foram da ICC e estavam em outras igrejas. Pude identificar ainda outras igrejas através de conversa com os fieis. Assim me chamou atenção o mercado religioso que havia no campo.

Minhas visitas a cultos das outras igrejas me revelaram diferenças entre elas. Comparando a ICC, com a Igreja Comunidade Cidade de Refúgio, Terra de Adoração Church, Ministério Anunciando a Salvação, Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e Igreja Batista do Caminho e notei que as duas últimas eram bastantes semelhantes entre si com pensamento progressista, enquanto as demais tendo um pensamento conservador. Como mostra Peter Berger (1969), tanto as semelhanças quanto diferenças entre igrejas têm papel importante na construção e dinâmica de um “mercado religioso”. As igrejas semelhantes competem para um mesmo público ao oferecer o mesmo “produto religioso” que aquele público necessita. Mas é através da acentuação das diferenças que as igrejas competem se criticando e se acusando mutuamente, para destacar a “vantagem de seu produto”.

Observei que parte da competição entre essas igrejas no mercado religioso é a crença que um estilo de vida moral conservador que seria definido pela competência na construção de uma família, ter um companheiro/a único, duradouro e filho(s) traria salvação e dignidade aos indivíduos da população LGBTQ+. Essa crença é a base do discurso que levou o pastor Marcos Gladstone a romper com a ICM. Sua ideia fica clara na lição 33 do curso IDE, já citado, sobre referências que se tem ou “modelo” de alguém digno. Para mostrar como essa crença está presente nos discursos dos fieis cito trecho da fala de uma entrevistada trans, que chamo aqui de Stephania Cruz;

*Então através desse caminho, que eu me posicionei para ter uma vida que eu tenho hoje. Uma vida com respeito, com dignidade, uma família abençoada. A minha referência foram meus pais, foi Deus.”*

A ICC e outras igrejas inclusivas valorizam esse modelo de família nuclear de forma similar às igrejas evangélicas não inclusivas. A partir desse tipo de discurso, considero que as igrejas inclusivas mais conservadoras são ICC e Igreja Comunidade Cidade de Refúgio. Também notei que os fieis dessas igrejas vieram da Igreja Universal, Assembleia de Deus onde eles já criticavam a parada gay reproduzindo a mesma crítica na nova igreja em que estão. Para eles, suas igrejas são superiores às igrejas inclusivas mais liberais (progressistas) como, Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e a Igreja Caminho do Batista.



## Considerações Finais

A partir do discurso da Igreja Cristã Contemporânea, eu pude analisar as motivações dos fiéis para ir a uma igreja ou sair delas se relacionarmos discursos dessas igrejas. Todas se assemelham em resgatar a dignidade cristã da população LGBTQ+, mas se distinguem também. As igrejas inclusivas e pluralistas se distanciam por algumas terem pensamento mais liberal ou mais conservador em termos de moralidade familiar e pessoal. Assim, em minha consideração final sobre esses discursos quero destacar quatro pontos.

1 - A análise do discurso dos pastores, textos das igrejas e fiéis sugere que se essas representam realmente um avanço ou um retrocesso travestido de avanço, com a chegada das instituições religiosas com teologia inclusiva ou pluralista.

2 – Considero essas igrejas como uma “tecnologia de poder”, ou seja, como um braço do Estado tornando os indivíduos dóceis, obedientes. “Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é - diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie.” (FOUCAULT, p. 289, aula 17 de março de 1976).

3– Considero que os fiéis das igrejas inclusivas ou pluralistas mais conservadoras consomem de forma exacerbada o ópio como citou (Karl Marx, 1844). Considero que esse consumo descontrolado, causa uma “paralisia religiosa”, uma perda da capacidade de pensar, como era no passado. Em que a igreja a que pertencia, criticava algumas atitudes. Não analisa o presente e vê que reproduz a crítica e se coloca como superior.

4 – Enfim, eu reconheço que apesar dos meus questionamentos sobre seu conservadorismo e retrocesso, de fato as igrejas inclusivas e/ou pluralistas têm um papel importante na vida desses fiéis. Através delas, esses fiéis sentem que retornaram ao mundo evangélico, do qual foram obrigados a se afastar. Assim têm a sua autoestima de volta e se fortalecem enquanto um grupo e também com relação a sua existência como indivíduos. Esse sofrimento realmente é muito grande. Para entender melhor a dimensão do sofrimento relatado pelos entrevistados quando sentiram que não tinham mais como ficar em suas igrejas, sugiro que o leitor assista ao filme “Orações para Bobby”.

**Palavras-Chave:** Igrejas Inclusivas; Homossexualidade; Neopentecostalismo

## Referências Bibliográficas:

BERGER, Peter: El Dósel Sagrado: Elementos para una Sociología de la Religión. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1969.

\_\_\_\_\_. Os Múltiplos Altares da Modernidade Rumo a um Paradigma da Religião numa Época Pluralista. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

FOUCAULT, Michel: A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 3º Ed, 1996.

\_\_\_\_\_. Aula 17 de março de 1976. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

### Introdução

Grada Kilomba (2019) propõe que o processo de Outridade se baseia na construção da negritude e da branquitude, num processo mútuo de produção do Outro. Sobre esse Outro são projetados os materiais reprimidos pela branquitude, tidos como negativos, que são então incorporados à negritude, que é reificada em sua posição de corporalidade, sintetizada nos aspectos sexuais, de sentimento, de agressividade, dentre ainda outros materiais negados. A autora também refere que esse processo se reflete tanto nas relações sociais quanto nas relações institucionais, apresentando o contexto acadêmico como um espaço branco no qual o privilégio da fala vem sendo negado às pessoas negras. Desse modo, essas pessoas terminam por ser tradicionalmente posicionadas como objeto de estudo e, conseqüentemente, classificadas, desumanizadas e brutalizadas. Além disso, a autora indica que a lógica da Outridade também perpassa a construção da epistemologia, priorizando uma racionalidade, objetividade e neutralidade brancas em sobreposição à subjetividade de Outros estudos.

De maneira similar, bell hooks (2017) refere que a universidade tradicional tende a ser um espaço de compartilhamento de conhecimento reforçador de parcialidades que sustentam a supremacia branca, o colonialismo, o sexismo e o racismo. A autora pontua que esses elementos acabam por fazer com que a educação perca seu potencial de prática da liberdade. Assim, o reconhecimento da diversidade se mostra como uma estratégia para uma pedagogia radical, que busca romper com modos de produção e reprodução de epistemologias concatenadas com um conhecimento normativo que valoriza apenas a experiência e a episteme eurocêntricas, brancas, cisgêneras, heterossexuais e de classe média. É dizer que, para além de clamar o centro para vozes que estariam normalmente à margem e reconhecer suas experiências e diferenças, é também reconhecer que o não-dito sobre o sujeito epistêmico estudado não é universalizável. Nomeá-lo é reconhecer que a experiência e a episteme normativas também passam por processos de racialização, genderização e sexualização, que também devem ser localizados. Logo, hooks (2017) sugere que qualquer pedagogia radical deve insistir em reconhecer a presença de todos, em suas vicissitudes e diferenças, a fim de subverter uma academia que reforce processos coloniais e de dominação.

No que tange à educação no Brasil e medidas que busquem fomentar as discussões étnico-raciais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino básico, técnico e superior contam, desde 2004, com a Resolução CNE/CP nº1, que institui as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino básico e superior. No entanto, ao estudar especificamente a formação acadêmica em Psicologia, percebe-se que a discussão de tais temáticas ainda não é ampla. A situação parece refletir o que hooks (1994) descreve como a academia tradicional, apesar das diferenças sócio-históricas entre o contexto da autora e os processos de colonização brasileira e de construção das relações étnico-raciais, bem como suas influências sobre a produção de conhecimento acadêmico e a história da Psicologia no Brasil.

Nesse sentido, vale mencionar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017) publicou um documento de referências técnicas sobre as práticas psicológicas e as relações étnico-raciais. Nessa publicação, destaca-se o processo sócio-histórico da formação das relações étnico-raciais do contexto brasileiro, bem como o papel da Psicologia em seus processos de dominação sobre os povos marcados socialmente pela diferença, em especial no que diz respeito à raça e à etnia. O documento também aponta para a escassez de produções

---

<sup>87</sup> UFCSPA

científicas sobre a temática racial na área da Psicologia, apesar de também denotar um aumento tímido na atenção da teoria e da prática psicológicas para a temática nas últimas décadas, especialmente articulado a reivindicações dos movimentos sociais.

Sendo assim, o documento reconhece que, ao se comprometer com práticas éticas vinculadas à proteção dos direitos humanos, a Psicologia também tem um compromisso ético-político com a luta antirracista e a dissolução das desigualdades e da exclusão social (CFP, 2017). No entanto, o documento não discute de forma aprofundada estudos sobre a formação em Psicologia e o ensino das relações étnico-raciais. Dessa maneira, interesse-me em investigar o estado da arte sobre o assunto através de uma revisão de literatura, a fim de subsidiar pesquisa posterior de meu trabalho de conclusão de curso, no qual pretendo realizar análise documental sobre os planos de ensino e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das faculdades públicas de Psicologia na região Sul do Brasil.

### Procedimentos metodológicos

Este é um estudo preliminar e descritivo, desenvolvido em setembro de 2020. Realizei uma revisão narrativa de literatura, a qual entendo como apropriada para discutir o desenvolvimento do estado da arte sobre determinadas temáticas, seja sob o ponto de vista contextual ou teórico. Dessa forma, escolhi essa perspectiva para investigar estudos realizados acerca da formação brasileira em Psicologia e o ensino das relações étnico-raciais.

A coleta dos dados se deu através de uma busca por trabalhos na base de dados eletrônica Google Scholar, por meio dos termos "formação em psicologia" OR "formação de psicólogos" AND "étnico-raciais" AND "Psicologia" AND "ensino", produzidos nos últimos 10 anos. A busca resultou em 227 trabalhos. A pesquisa se iniciou através da leitura dos títulos e resumos das produções indexadas na base de dados. Dentre os critérios de inclusão para a revisão, foram consideradas somente (1) produções em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, (2) trabalhos disponíveis na íntegra na base de dados utilizada, e (3) estudos sobre a formação em Psicologia e o ensino das relações étnico-raciais. Foram excluídos (1) trabalhos publicados antes do ano de 2010, (2) estudos que não tratassem do contexto brasileiro, e (3) produções que não tratassem sobre a formação acadêmica de psicólogos.

### Conclusões

A revisão da literatura resultou em três estudos, sendo eles um artigo de 2018, um trabalho de conclusão de curso de 2016, e uma tese de doutorado de 2017. Quanto à metodologia empregada nos estudos selecionados, todos eram qualitativos descritivos de análise documental. Sobre os documentos analisados, enquanto dois estudos avaliaram currículos de faculdades de graduação, o terceiro avaliou os PPPs delas. Ainda sobre a metodologia, referiu-se dificuldade na coleta de dados, uma vez que grande parte das faculdades não disponibilizam seus currículos e/ou PPPs em livre acesso. Por fim, quanto às regiões investigadas, evidenciou-se que um estudo se focou em Porto Alegre e região metropolitana, outro na Região Serrana e na Baixada Fluminense, e outro em todo o território brasileiro. Esses dados estão discriminados na Tabela 1.

**Tabela 1 - Dados preliminares**

Autores	Título	Formato do trabalho	Ano	Metodologia	Objeto de estudo	Região estudada
Barcellos, J. D. R. S	Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana	Trabalho de conclusão de curso	2016	Qualitativo descritivo de análise documental	Currículos	Porto Alegre e região metropolitana

Espinha, T. G	A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação	Tese de doutorado	2017	Qualitativo descritivo de análise documental	Projetos Político-Pedagógicos	Brasil
Pereira, D. F., & da Silva, C. M	ENSINO DE PSICOLOGIA E AS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS	Artigo	2018	Qualitativo descritivo de análise documental	Currículos	Região Serrana e Baixada Fluminense

No que tange aos resultados dos trabalhos, percebe-se que todos apontam para a abordagem superficial da temática racial nos documentos analisados. Ressaltou-se que, apesar das atualizações das DCNs – em especial a Resolução CNE/CP nº 1/2004 –, uma quantidade tímida das faculdades de Psicologia adere à discussão das relações étnico-raciais. Em Porto Alegre e região metropolitana, constatou-se que, dos 18 currículos estudados, apenas seis apresentavam disciplinas que tratassem da temática e, dessas, apenas uma era obrigatória, sendo as outras cinco optativas/eletivas. Já no Rio de Janeiro, verificou-se que, dos nove currículos avaliados, sete estavam de acordo com a legislação vigente sobre o currículo de Psicologia. No entanto, desses sete, apenas um currículo realizava a discussão sobre relações étnico-raciais em seu programa, enquanto os outros seis realizavam a discussão apenas em datas pontuais. Por fim, no estudo sobre todo o território brasileiro, que analisou os PPPs de 35 faculdades de Psicologia, observou-se um silenciamento quanto a assuntos que abordassem contradições sociais. No que toca à temática racial, percebeu-se que, quando abordada, está restrita a poucas disciplinas, como Antropologia ou Sociologia, e, nessas, as discussões sobre raça e racismo não são evidenciadas, com a sobreposição da questão étnica.

A partir dos dados levantados, concluo que as pesquisas sobre a formação brasileira em Psicologia e o ensino das relações étnico-raciais ainda é escassa, com apenas três produções dos últimos dez anos indexadas na base eletrônica utilizada. Por meio dos resultados desses trabalhos, observo que, mesmo quando a discussão sobre as relações étnico-raciais é realizada, ela ainda é feita de forma isolada, quando não é feita de forma opcional, por meio de disciplinas eletivas/optativas.

Dessa forma, proponho que o sujeito epistêmico estudado nas graduações de Psicologia ainda é construído conforme a concepção de um ser humano cisgênero, heterossexual e branco, a serviço de uma racionalidade universalizável que se baseia na naturalização de experiências normativas do vir a ser. Além disso, acredito que essa normatividade reflete um processo de perpetuação da colonialidade, com a instrumentalização do racismo epistêmico e outros processos de dominação para seu funcionamento. Por fim, sugiro que a discussão das relações étnico-raciais seja realizada nas faculdades de Psicologia de maneira transversal, de forma a reconhecer o racismo como bloco fundante do contexto sócio-histórico e das subjetividades brasileiras. Sugiro também que a descolonização da formação da Psicologia surge como estratégia para dissolução de modos de conhecimento eurocêtricos e normativos, a fim de priorizar uma formação com fins à libertação e que busque subverter a alienação.

### Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional De Educação. Conselho Pleno. Resolução Nº 1, de 17/06/2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó. 1 ed., 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais:** Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/Os. Brasília: CFP, 2017.

## A ação política feminina no futebol: O caso do Coletivo INTERfeminista

Nathallie Matos Ferrari<sup>88</sup>

O futebol não é mundo à parte, ao contrário, faz parte do mundo que o insere. Esta afirmação parece óbvia, contudo, é importante mencionar que o futebol não apenas dialoga, mas inclusive, reflete e reproduz situações das sociedades do qual ele faz parte. Se torna fundamental estudá-lo principalmente devido a sua importância no Brasil, podendo, nesse sentido, ser o palco principal para que as mudanças culturais da sociedade brasileira comecem a se desenvolver. Se o mundo tende a excluir as mulheres das esferas decisivas, de gestão e de administração, não teria porque ser diferente no âmbito do futebol. Nesse sentido, o futebol busca atrair as mulheres como consumidoras, mas as exclui da gestão e administração, ou seja, das esferas de poder.

O presente trabalho busca indicar como um grupo de organização civil de torcedoras se organizou para transcender as arquibancadas, cadeiras e camarotes, a condição de consumidoras e acessar cargos de gestão (o Conselho Deliberativo nesse caso) da agremiação esportiva. Para tal investigou-se o Coletivo INTERfeminista. Do mesmo modo, abrigará estudos focados nos diferentes repertórios formados com objetivo de conquistar espaço na política, gestão e tomada de decisão do Sport Club Internacional de Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Desta feita, um dos questionamentos que se busca responder neste trabalho está relacionado em como o citado clube dialoga com as demandas que século XXI vem exigindo, notadamente, as relacionadas às questões de gênero.

O estudo da atuação política feminina no futebol ganha contornos diferenciados quando se tem o Sport Club Internacional como objeto de análise. Autodenomina-se o “Clube do Povo”, com fundação em 04 de abril de 1909 pelos irmãos Henrique, José Eduardo e Luís Madeira Poppe. No discurso fundacional do Sport Club Internacional, já marcado no nome da agremiação, estava a oposição aos demais clubes da cidade de Porto Alegre que naquele momento eram marcados por exclusivismos, seja de origem nacional, seja de origem racial ou ainda de renda. A ideia difundida de “aceitar” a todos (seja brasileiros ou estrangeiros) foi potencializada ao longo dos anos, mesmo havendo fortes indícios de que a inserção de pessoas negras no clube não foi tão harmoniosa quanto se conta.

A investigação da pesquisa se deu por meio de entrevistas aplicadas através de questionários com 5 participantes e análise de material produzido pelo coletivo (página do Coletivo no *Facebook* e entrevistas, por exemplo), bem como um estudo da história do Sport Club Internacional. Até o presente momento pode-se perceber a série de percalços, enfrentamentos e mesmo disputas pela memória coletiva em torno do Sport Club Internacional para que quatro das participantes do coletivo pudessem acessar o Conselho do Sport Club Internacional. Será analisado como ocorreu a chegada dessas mulheres ao cargo máximo de participação política do clube.

Quanto ao referencial teórico, busca-se trazer para o tema de debate algumas discussões de autoras e autores clássicos e atuais de cunho principalmente crítico acerca da posição da mulher na sociedade e no futebol.

**Palavras-chave:** Coletivo INTERfeminista; Identidade de Gênero e Política.

### Referências Bibliográficas

---

<sup>88</sup> Universidade Estadual de Maringá.

OSTERMANN, Ruy Carlos. **Meu coração é vermelho**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Feminismos, mulheres e esportes**: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 174-196, mai/ago 2007.

## Identidade mestiça e racismo à brasileira nas considerações de Lília Schwarcz

Micheli Longo Dorigan<sup>89</sup>

### Introdução

A imagem do negro e do mestiço sempre teve grande espaço de discussão no cenário brasileiro, frequentemente associada a aspectos negativos. Contudo, a partir da década de 1920, com um projeto de constituição da nacionalidade e identidade do país, realizou-se um processo de desafricanização de inúmeros elementos culturais, o que fez com que o mestiço, assim como símbolos antes estigmatizados, torne-se referência da identidade nacional. Entretanto, a situação da população negra e mestiça brasileira não melhorou muito, e tal atitude possibilitou ainda, uma confirmação a conhecida ‘democracia étnica’ de Gilberto Freyre (2003). Em vista disso, o tema até hoje permanece um tabu, naturalizado e enraizado em nossa estrutura, constituindo um tipo particular de racismo, onde existe o ‘Preconceito de ter preconceito’, na famosa expressão de Florestan Fernandes (2013), com esse sendo negado e atribuído ao outro simultaneamente.

Nessa perspectiva, apesar de sempre retornarmos à mistura racial, ao pensar na identidade brasileira, pouco se fala ou se questiona sobre raça no senso comum, e sempre que surge algum problema, é logo atribuído ao âmbito pessoal. É dessa maneira que Lília Schwarcz, em pesquisa realizada em 1988, explica o fato de os brasileiros sentirem viver numa ilha de democracia racial, onde existem, todavia, pessoas racistas. Assim, 97% dos entrevistados afirmaram não possuir preconceito, enquanto 98% conheciam pessoas, sobretudo, próximas que o possuíam. Em 1995, em pesquisa semelhante da Folha de São Paulo, 89% das pessoas participantes concordaram com a existência do preconceito de cor, e só 10% admitiram tê-lo, embora 87% o apresentavam de alguma forma. O estudo foi repetido em 2011, mostrando resultados parecidos, o que mostra como, no Brasil, o preconceito sempre é atribuído ao outro.

Tais assuntos são trabalhados e discutidos na obra de Lília Schwarcz, referência na discussão do pensamento racial brasileiro, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012) cuja primeira versão aparece na obra *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (1998). Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar e compreender a discussão a respeito da identidade brasileira, fortemente atrelada à mestiçagem, e sua concomitante relação com a questão racial no Brasil na obra de Schwarcz. A orientação metodológica, se pautará majoritariamente nos pressupostos de Marshal Sahlins, na combinação das análises antropológicas e históricas, sincrônicas e diacrônicas. Assim, dialogando com o modelo estrutural, no que tange a sua significância e permanência, assim como o contexto, a cultura e a história, a fim de entender como, a mestiçagem e o preconceito de cor, concorrem estrutural e dinamicamente, para a perpetuação do passado no presente.

### Resultados e Discussão

Desse modo, podemos refletir, como a partir da década de 30, as teorias pessimistas atreladas à miscigenação, se dissimulam e dão lugar ao ícone de representação da identidade

---

<sup>89</sup> Graduanda da Universidade Estadual de Maringá e bolsista do PIBIC/CNPq-FA-UEM, pela Fundação Araucária.



nacional: o mestiço. Formalizada na obra de Gilberto Freyre (2003), que deu base ao mito gestado pelo Estado, em que a convivência entre os diversos grupos raciais era harmoniosa, e que a mestiçagem seria a principal característica brasileira. Assim, o intercâmbio cultural, que na prática constituía mais um processo de assimilação cultural, concretizou a imagem de um país multifacetado. Além de os elementos da cultura africana antes estigmatizados, e até mesmo proibidos, emergem como orgulho nacional, sem a mesma valorização das populações negras e mestiças, que continuariam em posições desiguais na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário um esforço de perceber o que os símbolos nacionais revelam, a fim de entender a ideologia da miscigenação e da ausência de preconceito como pilares fundamentais na compreensão de nosso pensamento social, na forma de mitos estruturais. Desse modo, segundo Beredict Anderson o diálogo entre mitos e símbolos compartilhados com o passado, constituem elementos essenciais para a criação de uma nacionalidade imaginada, onde é produzida uma memória social capaz de agrupar indivíduos de um país.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, e o processo de descolonização do domínio europeu nos países da África, acontece uma mudança mais radical de paradigmas. A experiência dos atritos e embates internacionais, apresentou às pessoas o futuro de um mundo carregado de ódio ligados a termos raciais e nacionais. Desse modo, junto com o perecimento dos ideais de “boa colonização” do imperialismo europeu, irrompem diversas críticas às concepções deterministas de raça. É nesse sentido que é criada a Unesco, em 1945, pela ONU, cujos princípios deveriam pautar-se na defesa da paz mundial, e da diversidade racial, assim como na luta contra o racismo científico.

Nessa época, a instituição promovia diversos seminários a fim de discutir tais questões. Freyre, também foi parte ativa desses programas, além de propagar seu pensamento no exterior, por meio de palestras, conferências, artigos e publicações. Assim, fundamentado nas concepções de Freyre (2003), e tendo como base as diferentes relações raciais existentes no Brasil e Estados Unidos, a UNESCO acreditava existir no Brasil uma grande harmonia entre os grupos étnicos. É dentro dessa perspectiva que surge, na década de 1950, o Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil, na busca de um modelo de inspiração e exportação para outras nações.

Dentre as análises mais reveladoras, destacam-se as de Florestan Fernandes (2013). Elas pretendiam esclarecer o imaginário de que a ausência de conflitos abertos entre os grupos, seriam índices de uma boa convivência racial. Segundo o autor, a abolição da escravidão, e a pressuposta igualdade nas leis e no trabalho, não teriam efeito transformador nos padrões tradicionais de acomodação racial. Além disso, a noção de tolerância racial presente no país, intensificaria a distância entre negros e brancos, uma vez que dada a inexistência de um problema racial, não seria necessário medidas e esforços para contorná-lo. Ainda, Fernandes nota a existência de um tipo particular de racismo vigente no Brasil: “o preconceito de ter preconceito”. Ele seria resultado da agência dos senhores, que adotariam uma postura ambígua, onde as orientações práticas eram totalmente adversas as obrigações ideológicas.

Contudo, além de evidenciar esse modo particular de preconceito, é necessário um esforço para entender a sua permanência e sua manutenção. Assim, segundo a autora, é na articulação das estruturas sociais e culturais, antropologia e história, sincronia e diacronia, que se deve buscar a permanência e reinvenção dos significados. Ainda, essa interdisciplinaridade seria a peça chave na reflexão elaborada sobre a fábula das três raças. Nela, a estrutura da

mestiçagem se manteve, embora transformando-se de acordo com contextos específicos, passando do romantismo, às teorias biológicas, e finalmente, ao símbolo cultural da nação.

### **Considerações finais**

Desse modo, ao longo deste trabalho, foi possível iniciar um processo de análise e compreensão, sobre a discussão da identidade nacional, fortemente atrelada à mestiçagem, e sua concomitante relação com o preconceito de cor no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que ao contrário da ideia presente no mito da democracia racial, a miscigenação não representa um sinônimo imediato da ausência de preconceito. Em vista disso, o tema até hoje permanece um tabu, naturalizado e constantemente rearranjado em nossa estrutura, constituindo um tipo particular de racismo, que acontece na intimidade. Na expressão de Florestan Fernandes (2013) o “Preconceito de ter preconceito”, com esse sendo negado e atribuído ao outro simultaneamente. Assim, apesar de não se declarar racista, quase todo brasileiro conhece alguém que seja, e não obstante o “baixo” índice de manifestações públicas de caráter discriminatório o mesmo se mantém presente nas infinitudes das relações cotidianas. Desse modo podemos pensar em como o mito da democracia racial se manteve com as mudanças na estrutura, numa reorganização do passado no presente, traduzido na esfera privada.

**Palavras-chave:** Pensamento Social; Relações Raciais; Lilia Schwarcz

### **Referências**

FERNANDES, F. **O Negro no mundo dos brancos**. 1. ed. digital. São Paulo: Editora Global, 2013.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

SCHWARCZ, L. K. M. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

## **GT 6 – Sociedade e Economia**

### **Súmula do GT:**

O GT de Sociedade e Economia tem como objetivo reunir pesquisadores(as) e promover a apresentação e discussão de pesquisas que analisam fenômenos socioeconômicos observados nas sociedades contemporâneas a partir de teorias alicerçadas na Sociologia Econômica e áreas afins. Os principais temas de interesse do GT são: formação e estruturação de mercados; desenvolvimento, globalização e cadeias produtivas; a relação Estado e atividade econômica; inovação, ciência e tecnologia; agência, redes e interesses; sociologia do empreendedorismo; relações universidade-empresa.

**Discentes coordenadores:** Haroldo Misunaga e Robson Rocha

**Professora convidada:** Sonia K. Guimarães

## **Redes de interação dos gestores do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS - ZENIT**

Alane da Motta Braz Medeiros<sup>90</sup>  
Sandro Rudit Garcia<sup>91</sup>

### **Objetivo e Questão de pesquisa**

O presente trabalho tem por objetivo apreender as redes de interações acadêmicas e profissionais dos gestores do Parque Zenit, levando em consideração a circulação entre diferentes esferas institucionais. Tem-se como questão de pesquisa a seguinte indagação: Quais os reflexos das interações acadêmicas e profissionais dos gestores na cultura de inovação do Parque Zenit?

### **Referencial teórico**

Segundo Julien (2010), a trajetória acadêmica e as experiências profissionais influenciam significativamente o comportamento dos agentes e fazem com que os mesmos desenvolvam uma preparação orientada para determinadas atividades. As redes sociais ganham forma através da interação pessoal entre seus integrantes. São consideradas o meio mais efetivo de obter-se um determinado fluxo de informação e conhecimento capaz de transformar as estruturas das organizações por meio de ideias diversificadas e ações eficazes, facilitando a comunicação mútua, proporcionando um aprendizado coletivo e favorecendo o processo de inovação, principalmente quando as mesmas possuem atributos como variedade e regularidade (JULIEN, 2010). A cultura de inovação pode ser conceituada como um conjunto de valores e normas que se transformam de maneira não automática em ações voltadas à inovação (BRUNO-FARIA, FONSECA, 2014; GIDDENS, 2005). Granovetter (2007), ao trazer à tona a Nova Sociologia Econômica, enfatiza que o comportamento econômico se encontra imerso em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. As redes de interações podem facilitar a constituição e o desenvolvimento de uma cultura empreendedora dinâmica e aberta à inovação, sendo consideradas a base do capital social dos atores envolvidos (JULIEN, 2010).

### **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos envolvem a análise qualitativa e quantitativa de material formulado a partir da coleta de dados contidos no website do parque e da plataforma Lattes, bem como dados apreendidos anteriormente referentes à cultura de inovação no arranjo institucional.

### **Discussão dos resultados**

Dentre os principais resultados, tem-se que grande parte dos gestores têm experiência de atuação profissional em diferentes esferas institucionais, tanto acadêmicas, empresariais, governamentais e associativas. Cerca de 47% dos gestores possui experiência de atuação em duas ou mais esferas e 32% tem experiência em três ou mais esferas. Tal circulação bastante ampla relaciona-se com a ideia de inovação aberta, significativamente priorizada a partir de

---

<sup>90</sup> Bolsista IC/UFRGS

<sup>91</sup> PPGS/UFRGS

2015, quando houve uma virada institucional no parque. Outro ponto a se destacar é o fato de que a maioria dos gestores possui formação acadêmica na própria universidade, o que pode ser relacionado com uma maior prioridade no que tange à constituição de ações voltadas à questão regional. Um aspecto também analisado foi o fato de que a maioria dos gestores possui formação acadêmica no eixo das seguintes áreas: administração, computação/informática, ciências da saúde/biológicas e engenharias. Tal distribuição relaciona-se com as áreas que algumas das principais incubadoras do parque pertencem: a incubadora CEI, da área da informática, a IECBiot, das ciências biológicas e a Hestia, da área das engenharias. A área da saúde - juntamente com a informática - destaca-se pelo seu forte potencial de impacto social, sendo este um dos valores mais abordados principalmente a partir da segunda fase do parque. Além disso, a área da administração é representada por meio de programas como o AcelerEA, que é o programa de aceleração de negócios do parque, criado em parceria com a Escola de Administração da universidade.

## Conclusão

É possível concluir que tanto a circulação dos gestores entre as diferentes esferas, quanto as instituições de ensino que os mesmos possuem formação e o eixo de áreas representadas possuem relação com o direcionamento que tem sido dado no que tange à cultura de inovação do parque. As redes de interações acadêmicas e profissionais em que cada um dos gestores estão inseridos impactam de maneira significativa no *modus operandi* do conjunto estratégico do parque científico e tecnológico, constituindo uma orientação no sentido de priorizar determinadas características e valores.

**Palavras-chave:** interação, Zenit, gestores.

## Referências

- BRUNO-FARIA, M.F.; FONSECA, M.V.A. Cultura de Inovação: Conceitos e modelos teóricos. **RAC**, v.18, n. 4, pp. 372-396, Jul/Ago, 2014.
- GIDDENS, A. Cultura e Sociedade. In: **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.37-58.
- GRANOVETTER, Granovetter. Ação econômica e estrutura social: O problema da Imersão. In: **RAE eletrôn**. vol.6 no.1 São Paulo, Jan/Jun 2007.
- JULIEN, Pierre-André. “Os empreendedores”. In: **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**, 1a edição. Editora Saraiva. 2010.
- JULIEN, Pierre-André. “As redes: Uma segunda condição necessária: o compartilhamento de informações que conduz à inovação.” In: **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**, 1a edição. Editora Saraiva. 2010.

## Aquisição de valor monetário dos bens ambientais no mercado segurador e no poder judiciário

Anne Brandalise<sup>92</sup>

### Questão de pesquisa

Considerando que não há estudos na sociologia brasileira sobre as possibilidades de redução de riscos ambientais pela contratação de seguros desta natureza, e de análise do processo de construção do valor monetário do dano ambiental pelo judiciário, o presente projeto de pesquisa se propõe a analisar como se dá o processo de avaliação e valoração dos bens ambientais sob estes campos.

Partimos de uma delimitação do objeto no sentido de buscar a experiência do uso dos Seguros ambientais em empresas e seus efeitos sobre as possibilidades de ampliação da proteção ambiental considerando-se o papel do dinheiro e sua equivalência aos riscos.

O mercado de seguros impõe um preço às apólices de proteção e o seu processo de contratação inverte a lógica da economia clássica que indica que o preço é relação entre oferta e demanda, porque no mercado de seguros as empresas são avaliadas para verificarem se estão aptas à contratação. Já a avaliação e valoração monetária de danos ambientais pelo poder judiciário não pode ser considerada um “preço” porque a avaliação do bem se dá fora de um mercado. Como podemos compreender estes processos de avaliação e valoração, suas relações, semelhanças e diferenças, o que contemplam e o que excluem. Estes pontos nos parecem representar uma lacuna possível de ser investigada.

Deste modo, temos moralmente um espaço social no qual há um incentivo aos sistemas de Gestão ambiental das empresas para a contratação de Seguros, no qual a compra dos seguros se torna instrumento para assegurar a redução de possíveis riscos ao Meio Ambiente, além da cobertura financeira de acidentes ambientais, reforçando nosso argumento de que a prática securitária precifica tanto simbólica quanto monetariamente o ambiente, tornando – “produto” (de compra e venda) o risco e a possível lesão ao Meio Ambiente, bem como a prática da prevenção.

Diante da exposição deste tema, é a partir da Sociologia Econômica que nos propomos conduzir esta investigação, no sentido de compreender a perspectiva da demanda no mercado de seguros ambientais, permitindo reflexões complementares ao pensarmos os mecanismos de Proteção Ambiental. Considerando-se que as críticas propostas pela S.E. estão vinculadas a um modo de produção capitalista, o qual também é responsável pelo avanço da degradação ambiental e ampliação de riscos, o que torna oportuna à reflexão correlata destes temas permitindo um entendimento sobre as interseccionalidades destas questões que envolvem Economia e Meio Ambiente.

Nesta lógica, Granovetter (2003) propõe a teoria da incrustação (*embeddness*), através da qual considera a economia “incrustada” no social (grifo nosso): “*o argumento de que os comportamentos e instituições em análise são tão condicionados pelas relações sociais, que conceituá-los como elementos independentes representa um sério equívoco.*” (GRANOVETTER; 2003, p. 69). Assim, sendo os mercados, passíveis de análise sociológica, os quais são compreendidos e estudados aqui como construções sociais, os processos que ocorrem no estudo dos mercados incluem, de forma central as relações sociais que se estabelecem e que determinam as dinâmicas econômicas.

---

<sup>92</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

Nesta mesma linha, segundo Steiner (2006), para o estudo do mercado “é preciso reintroduzir as instituições e as formas diversas de comportamento social na análise para dar conta da articulação entre os atores no mercado” (STEINER, 2006, p. 36). Steiner (2006) trata do tema dos mercados contestados e dos desafios vinculados a estipulação de valores monetários para o que não é tido pela sociedade como capaz de possuir um equivalente monetário, como objeto de pesquisa utilizou o mercado de doação de órgãos, os jogos de azar e a venda de cadáveres. Sob esta óptica alguns autores da NSE trabalham sobre o tema da construção social de mercados, entre eles, Viviana Zelizer (1978) que investigou o surgimento moral do mercado de seguros de vida nos Estado Unidos, avaliando como a vida foi precificada nos contratos que hoje chamamos de Seguro de vida. Ambas desenvolvem estudos importantes porque nos apresentam diagnósticos sociais que demonstram a ação econômica incrustada na vida social, e comprovam a influência e convergência de diferentes fatores históricos, morais, culturais, políticos e legais que contribuíram na construção dos mercados.

#### Procedimentos metodológicos

A metodologia proposta para conduzir esta investigação é de análise qualitativa, a partir da realização de entrevistas abertas e semiestruturadas, observação participante, aplicação de questionários e análise documental.

Pretende-se a partir de uma pesquisa exploratória compreender duas formas de valoração do meio ambiente. Uma a partir do mercado segurador que utiliza cálculos de uma natureza específica, através da área de subscrição de riscos das seguradoras e outro modo de valoração que se dá pela aplicação da legislação específica de proteção do Meio Ambiente no Brasil em Processos Judiciais ou em Processos de investigação instaurados pelo Ministério Público que resultem em acordos chamados Termos de Ajustamento de Conduta.

A ideia é acompanhar estes dois tipos de processos de valoração monetária dos bens ambientais, identificar como se dá a construção de dispositivos que determinam estes processos de avaliação para monetarização. E em ambos os campos de análise, do mercado e do setor público, verificar como se torna aceitável moralmente que o meio ambiente adquira valor monetário e o que fica fora desta valoração.

Assim, nosso campo de análise inclui as seguradoras e as empresas que contratam seguros ambientais, que representam o mercado, e o Judiciário, representado por suas varas específicas de meio ambiente, bem como o Ministério Público, por suas promotorias especializadas na área ambiental.

Para a análise de processos judiciais e procedimentos junto ao Ministério Público utilizamos inicialmente como recorte geográfico, a comarca de Porto Alegre, que como capital, possui vara e promotorias especializadas em matéria ambiental. Dentro deste recorte optamos ainda por restringir os processos a réus, pessoa jurídica, de modo a possibilitar o estabelecimento de alguma relação de contratação de seguros ambientais (visto que estes são contratados por empresas e não pessoas físicas).

Quanto às seguradoras e empresas que adquirem seguros ambientais não fizemos um recorte inicialmente, no entanto, já consideramos o fato de que, as fontes que utilizamos remetem a uma possibilidade maior de verificação de contratação destes seguros na região sudeste do Brasil. Em pesquisa exploratória inicial pretendemos:

1. Encontrar seguradoras que compartilhem informações sobre a venda de apólices e que possam indicar clientes de seguros ambientais;
2. Selecionar empresas que adquirem estas apólices para estudos de caso;
3. Acesso a processos judiciais;
4. Acesso a Procedimentos do Ministério Público.

Considerando a possibilidade de visita a sede seguradora, identificar que condições sociais levaram a contratação do seguro, se houve utilização da apólice e que valores monetários foram

mobilizados na contratação e no custeio de reparação de eventual acidente ambiental. Também aqui se busca identificar dispositivos que cumpram papel na valoração monetária do risco.

Quanto às causas de contratação dos seguros, trabalha-se com três hipóteses: por ocorrência de infração ambiental e aplicação de penalidades judiciais, por praxe da cultura empresarial da organização ou por exigências do próprio mercado como condição à realização de negócios.

Análise dos dados

Pretende-se estruturar os achados de pesquisa buscando identificar tipologias e classificações de cada setor quanto a tipos de empresas que incidem em processos ambientais, tipos que contratam seguros, valores monetários envolvidos em ambos os setores, bens ambientais mais lesados, se há suficiência de recursos financeiros para recuperar o dano ambiental ocorrido e que aspectos do dano deixam de ser valorados ou quantificados.

**Palavras-chave:** Mercados. Valoração. Meio ambiente.

### **Referências:**

GRANOVETTER, Mark. “**Ação Econômica e Estrutura Social:** o Problema da Incrustação” In: *A Nova Sociologia Econômica*. Cidade: Celta, 2003.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006.

STEINER, P. TREPEUSCHE, M. **Contested markets: morality, market devices and vulnerable populations**. *China Journal of Social Work*, 2015. Vol. 8, No. 3, 204–216, <http://dx.doi.org/10.1080/17525098.2015.1082491>.

ZELIZER. **Human Values and the Market:** The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. *American Journal of Sociology*, Vol. 84, No. 3 (Nov., 1978), pp. 591-610, 1978.



## Efeitos das tecnologias digitais no sistema de saúde: notas de pesquisa em Porto Alegre

Fábio Santos Moraes Duarte<sup>93</sup>

O acordo firmado entre União Europeia e Mercosul pode impactar a área da saúde por meio da importação de manufatura avançada, representando incremento tecnológico nos hospitais e ambientes médico-hospitalares. Hospitais hiperconectados são expressão tecnológica da 4ª revolução industrial, marcada pela digitalização dos serviços e modernização da área da saúde cuja expressão é o hospital 4.0. Pode ser descrito como um ambiente informatizado aonde os recursos e os serviços médicos são interligados por uma plataforma digital. Esse é o modelo de inovação que tem guiado os serviços de saúde e que está entrelaçado ao crescimento da indústria, mas também à capacidade de firmar acordos comerciais internacionais. Pretende-se nesta pesquisa, ainda em realização, responder a seguinte pergunta: No contexto do acordo entre União Europeia e Mercosul, qual é o impacto da manufatura avançada nos serviços de saúde e ambientes médico-hospitalares cujo modelo vem sendo chamado de “hospital 4.0”?

No contexto do acordo entre União Europeia e Mercosul, a proposta é estudar e descrever o impacto da manufatura avançada no sistema de saúde na cidade de Porto Alegre (um polo nacional na área de saúde), especialmente nos ambientes médicos no rumo dos “hospitais 4.0” e nas redes que abastecem os serviços de saúde.

Na segunda revolução industrial a produção de bens de consumo se podia fazer em grande escala. Para alguns autores (STENGER, 2002, p.13-15) é necessário um julgamento da história da ciência, em relação a autonomia da comunidade científica para decidir a respeito do seu modo e prioridades para fazer ciência. Vive-se um novo ápice dessa discussão sobre um modelo de impulsionamento tecnológico e de alternativas de renovação da economia em função da geração de empregos e redistribuição sob a forma de benefícios sociais. A autonomia da comunidade científica foi o núcleo do ciborgue (KIM, 2004) na Segunda Revolução Industrial. E foi igualmente o sucesso da automação, embora a convivência com a miséria e o desemprego desde o século XVIII. A quarta revolução industrial poderá ser a confirmação da formação do exército de miseráveis e não do progresso tecnológico. Inovações tecnológicas substituem mão de obra por ciborgues, reforçando a continuidade da cibernética (WIENER, 1968). Acerca desse debate, apresentam-se a seguir os fundamentos teóricos em que esta pesquisa se assentará.

Serão dois pontos de vista: um descreve a *Sociedade de Risco* (Beck, 2010), o segundo descreve os mercados (Polanyi, 2000) e sua origem. Na *Sociedade de Risco* (Beck, 2010) afirma-se que os riscos civilizatórios são um barril de necessidades cujo fundo não se encontra.

Para Polanyi (2000) uma economia de mercado é aquela dirigida pelos preços de mercado. Um sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem interferências externas. No atual momento histórico, o ganho e o lucro parecem ser o primeiro objetivo do mercado. Já que pessoas são pacientes em potencial, quanto mais prevenidos, menor a necessidade de cuidados médicos.

Essas formulações teóricas, que deverão ser melhor desenvolvidas no prosseguimento da pesquisa, autorizam algumas hipóteses de trabalho, como orientação para a investigação de campo. Considerando a relação entre política e economia, supõe-se que as decisões políticas tendem a afetar as progressões econômicas do país, sendo que a inserção do país em acordos comerciais tende a estimular a maior entrada de maquinário no país (manufatura avançada)

---

<sup>93</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS.

com propensão de superação dos médicos no “hospital 4.0”. Em suma, a revolução tecnológica tende à substituição do fator humano nas relações de cura e tratamento.

Até o momento já foram realizadas 3 entrevistas na cidade de Porto Alegre, com profissionais que aceitaram colaborar com a proposta da pesquisa. No total, o grupo de entrevistados deverá ser composto por 15 pessoas. Elas deverão ser concedidas por médicos e também profissionais que trabalham na área da saúde. Serão semiestruturadas e contarão com auxílio de um gravador. Após transcrição os dados serão analisados (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 228) para sistematização dos resultados. Pretende-se utilizar a análise estrutural de co-ocorrência a fim de procurar encadear os elementos do discurso dos entrevistados que possam trazer percepção ordenada e autêntica das respostas em relação aos problemas estudados por esta pesquisa. Os três profissionais entrevistados estão divididos entre as profissões de médico e auxiliar de enfermagem. Com relação aos aspectos favoráveis, todos disseram que gostam do retorno positivo dos pacientes ao fim dos tratamentos que realizam, mas também gostam de acompanhar o progresso dos tratamentos que conduzem. A ausência de rotina nas terapias é um fator favorável. Dentre os aspectos negativos desses trabalhos aparece a falta de tempo para realizar tratamentos adequados, como também a falta de equipamentos em local de trabalho. 2/3 não acredita que sua atividade profissional pode sofrer modificações prejudiciais em função do incremento tecnológico. Nem mesmo acredita que os médicos possam ser superados pela tecnologia.

Uma observação dos resultados da pesquisa em relação as hipóteses momentaneamente propostas nos permite concluir provisoriamente que os entrevistados percebem os impactos das alterações tecnológicas em suas atividades profissionais. Não consideram que a tecnologia seja algo nocivo à sua profissão. Acreditam que toda modificação tecnológica surge para o auxílio de suas atividades. Assim, a modificação qualitativa não é considerada como uma possibilidade. Não sentem que o incremento tecnológico é a supressão dos médicos das relações de cura e tratamento. Com relação à modificação quantitativa, acreditam que o incremento tecnológico facilitará o acesso de serviços aos usuários. Além de aumentar a capacidade para armazenagem de informações sobre saúde e cuidados. Embora reconheçam que questões político partidárias interfiram em seu trabalho, essa influência é percebida como generalizada (presente em todas as profissões), inevitável e não nociva à atividade profissional realizada. O que nos permite concluir que os possíveis riscos desse mercado, evocados por nossa perspectiva teórica, não se verificaram no campo pesquisado, até esse momento.

## Referências

- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo. Ed. 34. 2010. p. 7-57.
- KIM, Joon Ho. Cibernética, Ciborgues e Ciberespaço: Notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 199-219, jan./jun. 2004.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000. p.49-88.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa. Ed. Gradiva. 2008.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**: O uso humano de seres humanos. São Paulo. 2º ed. Cultrix, 1954.

## **A retomada da indústria de construção naval no Brasil: uma análise preliminar da formação de redes sociopolíticas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (2003-2014)<sup>94</sup>**

Lucas Muniz<sup>95</sup>

A retomada da indústria de construção naval no Brasil, a partir dos anos 2000, esteve inserida no crescimento das atividades *offshore* da cadeia de petróleo e gás na costa marítima brasileira. Esse novo impulso – em especial, após a descoberta do pré-sal em 2007 – veio acompanhado da descentralização produtiva do setor de construção naval para outras regiões que não contavam com esse tipo de atividade econômica. A descentralização abriu novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social para essas regiões, com melhoras em termos de indicadores socioeconômicos, como emprego, escolaridade e faixa salarial na composição da força de trabalho local. Todavia, a análise comparativa entre regiões revela uma diversificação nos resultados em cada uma delas, apontando para trajetórias distintas de desenvolvimento. A proposta do artigo é demonstrar, a partir de uma chave analítica do papel da política no desenvolvimento, como se construíram esforços na formação de redes sociopolíticas tanto no Rio de Janeiro, enquanto polo tradicional, quanto no Rio Grande do Sul, enquanto polo mais recente. A proposta comparativa permite um primeiro passo na confirmação da hipótese na qual os resultados socioeconômicos observados em cada região na composição da força de trabalho foram influenciados por diferentes redes sociopolíticas formadas em cada caso. Nesse sentido, foram analisados os discursos dos deputados que compuseram a Frente Parlamentar de Apoio a Indústria Naval do Estado do Rio de Janeiro (2003-2011) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), e os trabalhos da Comissão de Representação Externa de Implementação do Polo Naval (2005-2006) e da Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande (2011), ambas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Alers).

Partindo-se de uma análise política envolvida em trajetórias de desenvolvimento, a pesquisa parte das contribuições da Sociologia Econômica em interface com a Economia Política. Dessa forma, entende-se a economia enquanto processo instituído (Polanyi, 2012), onde o capitalismo é mediado pela existência de instituições que organizam as formas de se produzir, circular e consumir mercadorias orientadas para o mercado, sendo uma realidade construída historicamente e politicamente. Sobre a formação e reativação de territórios produtivos, leva-se em conta a organização da capitalismo contemporâneo referenciado globalmente, na formação de redes globais de produção (RGP) que integram múltiplos atores socioeconômicos interessados nas possibilidades de desenvolvimento local, limitados por contextos globais caso de processos de concorrência externa; e no enraizamento territorial de firmas globais que se instalam em realidades nacionais ou subnacionais (Santos, 2011). A proposta de compreender as trajetórias de desenvolvimento pela chave das redes sociopolíticas, leva em consideração os esforços que atores socioeconômicos locais empreendem a fim de direcionarem o desenvolvimento conforme seus próprios interesses, que mesmo que possam ser divergentes em sua essência, elaboram agendas e arranjos que coadunem coletivamente para objetivos em comum (Ramalho, 2005). Nessa perspectiva, as redes sociopolíticas revelam

---

<sup>94</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>95</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

relações de poder entre os agentes envolvidos – elites políticas, empresários e trabalhadores –, onde recursos são disponibilizados e mobilizados de forma assimétrica, influenciando nos resultados das trajetórias de desenvolvimento e nas possibilidades de *upgrading* econômico e social de uma determinada região ou país (Gereffi; Stark, 2011). A análise da formação de redes sociopolíticas enquanto estratégias de desenvolvimento se assemelha ao que Garcia, Wolfenbuttel e Dilélio (2014) definem como “instancias de ação e debate” enquanto espaços de caráter democrático que estimulam a resolução conjunta de problemas de ação coletiva em determinados ciclos de desenvolvimento, que envolvem atores interessados nos benefícios coletivos promovidos pela transformação industrial. Essas instâncias reforçariam o novo quadro democrático de ampliação da participação de atores organizados na sociedade civil, por um lado; e por outro, as possibilidades e transformações operadas pela organização em rede do capitalismo contemporâneo, nos esforços de desenvolvimento de inovações e pacotes tecnológicos locais, como observados na própria experiência da formação da Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore (RICINO) no Rio Grande do Sul.

O caráter metodológico da pesquisa é qualitativo, estando inserida na busca da interpretação dos sentidos e significados que os agentes sociais dão ao meio social e às suas relações (Cf. Lune; Berg, 2015). A abordagem histórico-comparativa entre os polos navais está posta na busca de relações de causalidade que produziram determinados eventos no passado que influenciaram as configurações observadas no presente e no futuro (Cf. Streeck, 2015). A análise documental é a principal técnica aqui empregada, se valendo da análise dos discursos e ações contidas nas duas legislaturas da Frente Parlamentar de Apoio a Indústria Naval do Estado do Rio de Janeiro (2003-2007, 2007-2011) da Alerj; e da formação da Comissão de Representação Externa (2005-2006) e da Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande (2011), ambas da Alerj. Além disso, foram utilizados os anuários, documentos e opiniões de entidades empresariais e sindicais, tais como o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval (Sinaval).

O atual estágio da pesquisa ainda apresenta um conjunto de resultados parciais. Esses resultados apontam para diferenças em termos da construção de redes sociopolíticas entre os polos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, confirmando parcialmente a hipótese formulada. Os discursos dos deputados estaduais da Frente Parlamentar no Rio de Janeiro demonstraram uma iniciativa mais limitada e defensiva em termos da construção das redes sociopolíticas, atuando no sentido da manutenção de investimentos para o setor naval e da vocação econômica regional. Na primeira etapa da frente (2003-2007), os discursos reforçam a vocação naval do Rio de Janeiro como fator para os investimentos que se avizinhavam, deslegitimando os projetos da Petrobras e da Transpetro em descentralizar o investimento para outros estados federativos. Na segunda frente (2007-2011) é possível observar uma mudança na condução dos trabalhos desse espaço, onde audiências públicas e ações já visam a formação de uma agenda conjunta que busque envolver outros agentes locais como elemento de qualificar o polo naval a conseguir novos contratos. Já no Rio Grande do Sul é possível observar a formação de uma rede mais propositiva, construindo mecanismos e ações que privilegiaram a formação de espaços conjuntos de articulação com atores interessados no desenvolvimento do setor naval local, onde a qualificação profissional se colocou como uma estratégia de *upgrading* econômico e social da rede desde o início. Na Comissão de Representação Externa (2005-2006), que tratou dos trâmites de chegada dos empreendimentos à região, buscou-se desde o início a construção de uma rede sociopolítica que conduzisse esforços conjuntos com universidades, que procuravam participar da janela de oportunidades

aberta pela via da formação da mão de obra; dos sindicatos que buscavam a criação de postos de trabalho; e das empresas que encontrariam uma mão de obra que já estaria em processo de qualificação para as suas necessidades. Dessa forma, a estratégia de construir uma mão obra qualificada esteve no horizonte da rede sociopolítica do polo naval do Rio Grande desde o início. A Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande (2011) deu continuidade aos esforços já construídos pela Comissão Externa, aprofundando a incidência de espaços de consulta, como audiências públicas, e formulando estratégias que envolvessem o desenvolvimento de inovação e tecnologia em parcerias com universidades, como o Programa Gaúcho de Parques Tecnológicos, e de outras estratégias que articulassem a coordenação das ações relacionadas ao polo, como a constituição do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (PGPIN). Apesar desses apontamentos, ainda são necessários maiores levantamentos de dados para a confirmação mais geral da hipótese.

**Palavras-chave:** Indústria naval, desenvolvimento, redes sociopolíticas.

## Referências

- GARCIA, S.; WOLFENBUTTEL, R.; DILÉLIO, R. Construção de instâncias de ação e debate sobre desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **R. Pós Ci. Soc.** v.11, n.21, jan/jun, pp. 201-224. 2014.
- GEREFFI, G.; STARK, F. K. **Global Value Chain analysis: a primer.** Durham: Center om Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC), Duke University, 2011
- LUNE, H.; BERG, B. **Qualitative Research Methods for the Social Sciences.** England: Pearson Education Limited. 2017.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.
- RAMALHO, J. R. Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, p. 491-524. 2005.
- SANTOS, R. S. P. Redes de Produção Globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em Ciências Sociais. **R. Pós Ci. Soc.** v.8, n.15, jan./jun. pp. 127-142. 2011.
- STREECK, W. Epilogue comparative-historical analysis: past, present, future in: MAHONEY, J; THELEN, K (Eds.) **Advances in Comparative-Historical Analysis.** University of Cambridge: Cambridge University Press. pp. 264-288. 2015.

## **GT 7 – Conflitualidades Urbanas**

### **Súmula do GT:**

O GT Conflitualidades Urbanas busca estimular reflexões acerca das diferentes conflitualidades que constituem as cidades e configuram as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, interessam trabalhos que abordem processos e dinâmicas relacionadas à conflitualidade e à violência, aos processos de criminalização, às relações entre direito, sociedade e administração da justiça e punição, às figurações sobre as violências, o crime e os conflitos sociais, à reestruturação das cidades ou de partes delas (projetos de reestruturação urbana), à ocupação de espaços por determinados grupos, às dinâmicas econômicas formais/informais e lícitas/ilícitas (como aquelas ligadas a presença dos “camelôs”, mas também da economia ligada ao tráfico de drogas e armas e megaempreendimentos empresariais), às formas de habitar (vilas, favelas, conjuntos habitacionais, nas ruas), às diferentes maneiras de governar e gerir populações (remoções, internação compulsória) e também as diferentes modalidades de resistências que possam existir.

**Discente coordenadora:** Marcelli Cipriani

**Professor coordenador:** Alexandre Magalhães

**Professores e colegas convidados:** Alex Niche Teixeira, Gabriela Scapini, Gabrielle Oliveira de Araújo, Gabrielle Oliveira de Araújo

## **“Como enfrentar uma pandemia sem água?” Uma análise dos problemas socioambientais no Morro Santana (POA/RS)<sup>96</sup>**

Luís Gustavo Ruwer da Silva<sup>97</sup>

O artigo tem como objetivo verificar como a crise ambiental global produz efeitos ambientais, econômicos e sociais na realidade das periferias brasileiras, bem como os modos pelos quais as populações que habitam esses territórios estão utilizando para contornar tais efeitos. Escolheu-se analisar o Morro Santana, comunidade localizada no município de Porto Alegre, por conta da proximidade do autor com o campo de pesquisa, como morador e pesquisador-militante. O artigo foi desenvolvido, em parte, com base nas formulações do Trabalho de Conclusão de Curso (em desenvolvimento) do autor e a partir da sua experiência como morador do território. Portanto, serão mobilizadas informações produzidas pela mídia local e por meio de conversas com moradores, bem como serão utilizados dados oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), proprietária de parte da região, e de órgãos públicos. A partir da combinação do conteúdo de diferentes fontes, busca-se produzir reflexões sobre as condições de precariedade e resistência na região.

Vive-se um período em que a questão ambiental é tema central nos debates acadêmicos, políticos, econômicos e sociais. Afinal, questões como a escassez de recursos naturais, a poluição global, as mudanças climáticas, a perda de fontes de água doce, a erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, a degradação de solos e a acelerada desapropriação da vida das populações tradicionais são grandes problemas que ameaçam o futuro da vida no planeta. Nas palavras do economista Alberto Acosta (2016, p. 66), “hoje em dia tudo indica que o crescimento material infinito poderá culminar em suicídio coletivo”. Todos esses questionamentos potencializaram-se com a eclosão da pandemia da Covid-19, mostrando mais intensamente “a forma como nossa vida em sociedade depende e está entrelaçada a elementos não humanos” (TEMAS, 2020, s/p).

Pressionado pela expansão urbana, o Morro Santana é considerado um dos grandes remanescentes de área natural e refúgio da vida silvestre de Porto Alegre. O Morro manteve-se rural até os anos 1950, quando começou a se urbanizar. Nos anos 1970, o granito conectou o Morro à cidade com a instalação de pedreiras. Para além da destruição da paisagem natural, o regime de trabalho implantado deixou como legado um sistema de moradias precárias, com a formação de vilas operárias próximas às pedreiras.

O Morro localiza-se numa região de expansão da fronteira imobiliária e é contornado por importantes avenidas. Os dados (IBGE, 2010) a respeito da população residente nos bairros de Porto Alegre que compõe o território do Morro Santana indicam que ele possui 47.055 habitantes (0,3% da população de Porto Alegre). Para além dos limites oficiais, observa-se a subdivisão em vilas e também zonas privadas representadas pelos conjuntos habitacionais (horizontais e verticais). O convívio de grandes empreendimentos imobiliários ao lado de comunidades desassistidas é conflituoso. É nas vilas que os problemas ambientais causam maiores riscos à população, ao passo que, dentro dos condomínios, a cidade opera na normalidade, com todos os direitos assegurados.

---

<sup>96</sup> Trabalho de iniciação científica vinculado a bolsa de iniciação científica voluntária no projeto "Estratégias de gestão populacional no espaço urbano: a experiência dos moradores de favelas do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre formas de controle e resistências" sob orientação do professor Alexandre Almeida de Magalhães.

<sup>97</sup> Graduando de Ciências Sociais. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Integrante do Coletivo Visão Periférica, grupo de moradores do Morro Santana que desenvolve trabalho social e ecológico na comunidade.

As mudanças climáticas, associadas ao crescimento repentino das cidades e ao desgaste dos ecossistemas, produzem impactos sobre a população mais pobre por diferentes vias, como as ondas de calor ou eventos extremos, como queimadas, inundações e escassez de água. Somente no verão de 2020, de acordo com o veículo de mídia Repórter Popular, a comunidade enfrentou pelo menos três incêndios no topo do morro, mesmo período em que a população sofria com problemas no abastecimento de água.

A emergência do Covid-19, combinada com a precariedade no acesso à água e ao saneamento básico, permite que se criem condições de risco à vida da população que habita o Morro Santana. Recomendações de saúde vistas como simples, como lavar as mãos com água e sabão, são restritivas para parte da população. Outra questão é a estrutura das habitações, que submetem famílias inteiras ao convívio em pequenos cômodos, impedindo a realização do isolamento social satisfatório. Até o dia 07 de setembro de 2020, 964 casos e 29 óbitos pelo Coronavírus haviam sido notificados na região compreendida pelo território do Morro Santana (Bairros Agronomia, Morro Santana e Jardim Carvalho) (UNIVERSIDADE, 2020).

Para contornar a situação de precariedade, diversos agentes comunitários são ativos na denúncia a respeito dos problemas sociais e ambientais enfrentados e na proposição de alternativas solidárias, ecológicas e democráticas. É o que foi observado em março de 2020, quando três fenômenos impactaram a comunidade na mesma semana: o desabastecimento de água, uma grande queimada e a eclosão da pandemia do Covid-19. Nas semanas seguintes, com a eclosão da pandemia e a instauração das medidas de isolamento social, foi construída uma rede de local ajuda mútua – com a rádio comunitária A Voz do Morro, o Coletivo Mães da Periferia, a Associação de Moradores da Vila Tijuca, a Resistência Popular Comunitária – vinculada à campanha nacional de Luta Por Vida Digna. Criou-se uma campanha de arrecadação, hospedada na plataforma virtual *Vakinha Online*, que obteve mais de R\$ 26 mil em doações, possibilitando a distribuição de cestas básicas e kits de higiene para a população do Morro Santana. Além de vaquinhas, destacam-se o papel de entidades como o Fundo das Mulheres POA, e a articulação com a assistência social via Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que garantiram a continuidade da distribuição de cestas básicas por vários meses.

Em meio a essa multifacetada crise – social, econômica, ecológica, política e civilizatória – é preciso pensar em propostas que se opõem à lógica do desenvolvimento. As experiências comunitárias observadas no Morro Santana mostram que é possível construir, desde baixo, alternativas solidárias, ecológicas e democráticas. Reafirmo, aqui, a importância da defesa do Bem Viver como uma oportunidade de “imaginar outros mundos” (ACOSTA, 2019, p. 18).

**Palavras-chave:** Urbano; Precariedade; Resistência.

## Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

TEMAS. Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade/UFRGS. **A produção do social em tempos de pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-producao-do-social-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 19 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Aplicativo mostra dados da Covid-19 em Porto Alegre por unidade de notificação.** 2020. Disponível em:



<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/aplicativo-mostra-dados-da-covid-19-de-porto-alegre-por-unidade-de-notificacao/>. Acesso em: 07 set. 2020.

## **Espaço educacional e territorial: Dinâmica da relação identitária do IFRS/POA com o local**

Luiz Henrique Apollo<sup>98</sup>

Dentre diversas atribuições aos Institutos Federais, pretende-se “desenvolver soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional” (IFRS, 2019). Nesse escopo, a dimensão pedagógica do IFRS, disposta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reforça o compromisso coletivo com a articulação entre educação básica, profissional e superior. É a partir desse parâmetro que a presente investigação se depara na compreensão dessa interação do Instituto Federal Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, no território onde ele está inserido na cidade.

O bairro centro histórico, onde o IFRS acabou se estabelecendo, caracteriza-se por ser um espaço de grande circulação e diferentes usos e relações de pertencimento pelos comércios legais e ilegais. Possui edificações de patrimônios que refletem os nuances arquitetônicos em práticas de atuação e ressignificação em relação às mudanças socioeconômicas da cidade, além de ter utilização sobretudo comercial e pouco residencial. Sua mistura urbana desordenada de lojas e serviços, de ambulantes, feirantes, paradas de ônibus e comércio popular, contrastam com a área nobre de antigos prédios que consolidaram tanto a arquitetura clássica quanto a moderna na primeira metade do século XX (CUTY, 2007).

Além do mais, o edifício onde o instituto se inseriu remete a uma memória de patrimônio cultural valorizada pela narrativa do antigo comércio elegante, de traços de influência americana e europeia, referenciado a um enaltecimento de desenvolvimento urbano à época de industrialização da cidade. Em 2011, o IFRS decidiu sair do espaço concedido pela UFRGS para se instalar no espaço atual e, desde então, os atores que integram o instituto vivenciam as singularidades de um prédio que não foi planejado com o objetivo de atender interesses educacionais, relacionando-se de forma a contribuir e a estabelecer significados com as experiências e vivências coletivas naquele território.

Nesse contexto, a pesquisa consiste em saber quais são os significados produzidos nas relações intersubjetivas e institucionais do IFRS Campus Porto Alegre no processo de inserção ao território do centro histórico da cidade em sua função educadora. Com efeito, a análise parte da compreensão dessas interações a partir dos objetivos e de uma metodologia aplicada prévia ao momento de pandemia do IFRS com o centro histórico. Além do mais, sua análise é desenvolvida à luz de teorias de memórias construídas (HALBWACHS, 2006) segundo identificações de pertencimento territoriais (HAESBAERT, 2007) e de interações múltiplas (GEERTZ, 2008), determinadas por critérios de abordagem da educação patrimonial.

Objetiva-se, com a pesquisa, analisar os processos de relações de pertencimento do IFRS campus Porto Alegre na inserção ao bairro centro histórico da cidade pelos significados adotados nas suas práticas de interação. Especificamente, busca-se compreender o processo de atuação educacional a partir das atividades pedagógicas direcionadas ao público externo, bem como verificar as práticas intersubjetivas relacionadas às vivências, experiências e sentidos no encontro da comunidade escolar do IFRS com o território onde está inserido.

As duas dimensões (institucional e intersubjetiva) apontam distintos indicadores que aclaram a forma de participação e criação de sentido à cidade na ressignificação educacional do IFRS com o local. Assim, a análise de território trata de um lugar de recurso e de efeito pelo

---

<sup>98</sup> Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFRGS em 2019. Formado em Relações Internacionais pela ESPM-Sul 2013/2 e Especialista em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS 2015.

conjunto de relações construídas e de dimensões simbólicas desde a inserção do IFRS no território.

Para abranger um estudo de caráter exploratório e qualitativo, a pesquisa tomou dois caminhos metodológicos. Para a compreensão da dimensão institucional, foram analisadas as atividades de ensino da experiência e impressões dessas aproximações. Para tanto, a primeira técnica de pesquisa foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas com cinco agentes, quais sejam, professores coordenadores de projetos de extensão e participantes dessas ações.

As informações recolhidas por esse processo de interação social têm um caráter subjetivo do reflexo das dimensões coletivas a partir das visões individuais no discurso de cada entrevistado enquanto um processo de elaboração (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2008). Por isso, sua narrativa foi, em si mesma, a principal fonte de coleta, estimulada por perguntas que remetessem às experiências pessoais que essa pessoa vivenciou nessas articulações. Essa mediação é importante para referenciar os contatos que se estabeleceram do corpo escolar com o território do centro histórico, construída por valores simbólicos compartilhados, dando relevância à instituição na forma pela qual ele afeta o lugar e o significado atribuídos.

Para a seguinte dimensão, a intersubjetiva, determinada pelo segundo objetivo específico, foram mensuradas as relações cotidianas dos discentes do IFRS, pelas memórias, experiências e ideias acerca das sensações desses indivíduos no entorno do IFRS e no reconhecimento do ser-estar deste ambiente. Essa abordagem metodológica tratou de aplicar a técnica de um questionário distribuído via e-mail, devido às restrições de distanciamento social pelo coronavírus. Dessa forma, apresentando inflexões de acordo com os terrenos múltiplos que o pesquisador encontrou, dos pedaços, esferas e caminhos que ofereceram materiais para a produção de sentidos percebido como algo amplo, transitório e de diversas possibilidades, e que trouxeram diferentes acepções, segundo a experiência dos diferentes sujeitos analisados.

A pesquisa de campo ainda não está finalizada, portanto os resultados aferidos são parciais e se relacionam aos indícios de alguns apontamentos trazidos pelos interlocutores. Dos quase mil projetos de extensões que o IFRS já desenvolveu, somente seis se aproximaram ao território do centro, o que já demonstra uma segregação intra-muros e uma falta de interesse em aplicação de projetos com a comunidade local.

Os entrevistados apontaram alguns fatores relevantes que demonstram a forma como essas relações se estabelecem. Primeiramente, são projetos personalizados, sem uma conduta institucional, com a impressão de um desconhecimento dos transeuntes externos para o que funciona no estabelecimento. Segundo, o fator insegurança é permanentemente citado, demonstrando o receio que a estrutura dos muros e o prédio vertical provoca. Além do mais, ainda que os institutos federais se propunham a diferentes abordagens sociais, as condutas acadêmicas do seu corpo docente possuem diversas semelhanças à sua ligação com a universidade federal, que, segundo os interlocutores, conservam pesquisas sem diálogo e muito voltadas para o público interno.

Quanto às perguntas elaboradas no questionário, elas transmitiram o contato que o corpo escolar estabelece com a rua, a percepção de onde circulam, a forma de transitar e a criação de afeto nesse espaço, analisando como eles criam sua relação dialógica com o espaço territorial onde o instituto educacional está inserido. Até então, 22 alunos e alunas responderam o questionário que trouxeram alguns dados. Diversos utilizam os serviços de comércio (mercado, livraria, shopping center, restaurante, banco, ‘camelôs’ e ambulantes) e trabalham no centro, com referência de memória do mercado público e avenidas de comércio. Já tiveram experiências de violência (abusos, expulsão de moradores de rua, assaltos) e, por isso, também têm uma percepção alta de insegurança, da sujeira e do barulho. Entretanto, também remetem suas idas ao centro como alegres, fascinantes e tranquilas, o que se mistura com a percepção de boa diversidade de serviços comerciais, facilidade de acesso e estilo arquitetônico.

Apesar da falta de análise com instrumentalização dos elementos teórico-conceituais, pode-se inferir que os significados produzidos pela relação entre o IFRS campus Porto Alegre com o território onde está inserido ainda são de desconhecimento e segregação. Apesar da aproximação de alguns interlocutores, o receio ainda é constante, mas se percebe curiosidade pela fascinação com o local. Além do mais, os efeitos que alguns projetos de extensão têm produzido elevam as redes conectadas no território, ainda que o público externo local não seja a prioridade dos eventos, cursos e aplicações de pesquisa do instituto.

**Palavras-chave:** IFRS Campus Porto Alegre; Centro de Porto Alegre; Relações de pertencimento territorial.

### **Referências**

CUTY, Jennifer. Porto Alegre e seus patrimônios no século XX: evolução de conceitos, valores e feições na materialidade urbana. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 13, n. 2, pp. 243-257, jul/dez 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

## Meu terreno, “minhas” regras: práticas de espaço em um terreiro de Caxias do Sul

Carina Monteiro Dias<sup>99</sup>

**RESUMO:** Grande parte dos terreiros de culto de matriz africana, seja do Candomblé, Pajelança ou de Batuque, guardam histórias de resistência e fé. Para além dos fatos passados, continuam, dia após dia, pela atuação dos *babalorixás*, *ialorixás* (mães e pais de santo) e de demais praticantes afro-religiosos a evidenciar o quanto tais territórios, de caráter político-mítico-religioso, sofrem com ataques de intolerância religiosa. O presente trabalho analisa como se dá a construção e prática de espaço em um terreiro de Batuque, a destacar, o *Ilê Filhos de Xangô*, situado na cidade de Caxias do Sul. O Batuque é um culto de matriz africana estabelecido na região sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, e possui similaridades com os demais cultos afro-brasileiros no que diz respeito a aspectos rituais ou até mesmo divindades cultuadas. Entretanto, há heterogeneidade não somente entre os cultos, como nos próprios terreiros, denominado pelos praticantes como *casas de religião*. Objetivava-se, a partir do exposto, apresentar as estratégias de negociação dos conflitos vivenciados entre terreiro e campos vizinhos, no que se refere às práticas rituais. Dessa forma, a partir de autores como Corrêa (2005) e Sodré (2002), e de relatos obtidos por meio de etnografia, verifica-se, preliminarmente, como ocorre a construção das práticas e, logo, uma possível reconstrução da África nas práticas de espaço do terreiro e o quanto ainda são marginalizadas tal ações. O terreiro, espaço de construção de saberes, mantém-se como um abrigo, em meio às mudanças percebidas na cidade.

**Palavras-chave:** Caxias do Sul; Território; Terreiro.

### Referências

- CORRÊA, Norton F. **O batuque do Rio Grande do Sul:** antropologia de uma religião afro-rio-grandense. 2. ed. São Luís: Cultura & Arte, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 237-248, 2006.

---

<sup>99</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES Modalidade II.

## As vilas na imprensa: a construção de determinadas realidades das periferias no Gaúcha ZH

Vitor Martins Ferreira<sup>100</sup>

Este trabalho refere-se a um recorte dos resultados da pesquisa orientada pelo professor do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFRGS Alexandre Magalhães, e que teve como tema as formas de controle e resistência nas periferias de Porto Alegre. Entre os demais achados do estudo, este trabalho pretende abordar aqueles que foram apresentados pelo autor no Salão de Iniciação Científica (SIC) da universidade na edição de 2020, que diz respeito à relação entre vilas e periferias a partir de um portal de notícias gaúcho, o Gaúcha ZH.

Com o intuito de compreender o papel simbólico e material das vilas na cidade, buscou-se verificar que vilas emergem do enquadramento dado a elas por um veículo de imprensa específico de notícias entre os anos de 2018 e 2020. Este período foi escolhido devido a uma série de episódios de violência ocorridos anos antes no país, e, por sua vez, na capital gaúcha – de modo que buscou-se compreender qual a abordagem realizada pelo veículo após estes acontecimentos, no sentido de analisar possíveis mudanças ocorridas no enquadramento dado àquela época para o de agora.

A relevância desse estudo recai no fato de que os achados acerca deste tema concentram seus objetos de estudo quase que exclusivamente na cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando os estudos são realizados em instituições acadêmicas do Rio Grande do Sul. Além disso, grande parte da literatura propõe uma análise relacional entre imprensa e periferias através da perspectiva das representações sociais, o que, neste trabalho, foi feito a partir da ideia de enquadramento da Butler, que possibilita pensar a imprensa não só como construtora de representações, mas também fabricante de imagens que produzem determinadas realidades sobre as periferias.

Nesse sentido, buscou-se compreender tal enquadramento através da frequência entre os assuntos das notícias e as localidades periféricas, bem como das associações que são feitas a partir dos assuntos denominados. Com isto, o estudo tem como ponto de partida as matérias do Gaúcha ZH e seu papel produtor de determinadas realidades. Nota-se, aqui, que a imprensa e a circulação de seu conteúdo acabam por definir eixos de percepção do mundo aos seus leitores, fazendo com que os eixos se tornem, de certo modo, o próprio mundo. Esses eixos podem ser entendidos a partir da noção de “enquadramento” de Judith Butler, ou seja, “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros” (2015, p.14).

Portanto, tratou-se de pensar a imprensa como agente que induz aos seus leitores a percepção daquilo que faz e que não faz parte da vida da cidade, sugerindo que “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p. 17).

Foram extraídas 87 notícias que tivessem em seus enunciados vilas ou localidades periféricas de Porto Alegre. Esse número, por certo, não contempla o volume total de notícias sobre vilas, visto que se colocou como termos de busca – além dos termos vila/periferia e Porto Alegre – o nome de alguns territórios periféricos conhecidos na cidade, o que, por vezes, delimitou os resultados a esses locais. No entanto, essa estratégia de pesquisa parece ter tido mais êxito em acrescentar notícias do que de limitar as buscas, já que a pesquisa por termos gerais se demonstrou pouco satisfatória.

---

<sup>100</sup> Estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Realizadas a coleta e análise das matérias, percebeu-se que há três assuntos que se sobressaíram, com termos relativos aos serviços públicos, à violência e à ação não institucional, com 36, 35 e 8 notícias respectivamente. Estes nomes foram dados após a observação do conteúdo de cada notícia. Com isso, estabeleceu-se pontos de convergência entre as matérias, de modo a agrupá-las em temáticas (assuntos) mais amplas. Os assuntos, somados, correspondem a aproximadamente 91% das matérias coletadas. No que diz respeito às associações, o portal associa serviços públicos, na maior parte das vezes, a termos como reassentamentos e remoções (20 vezes), mas também à carência ou má qualidade na prestação de serviços (12 vezes) e à prestação de serviços em si (4 vezes). À violência, se atribui a essa temática crimes de homicídio – em geral, confronto entre facções rivais (16 vezes) – combate ao crime e ações da Brigada Militar (14 vezes) e outros (5 vezes). Com respeito à ação não institucional, percebeu-se que as matérias tratam sobre ações promovidas por coletivos e ONGs (4 vezes), projetos sociais (3 vezes), e resgate de memória (1 vez). Esses dados demonstram um equilibrado modo de enquadrar as vilas, ora partindo de uma abordagem relacionada aos serviços públicos (sua ausência e precariedade), ora através do manancial da violência.

Como resultados do estudo, o enquadramento do portal analisado neste trabalho remete, por um lado, à ideia de que nem sempre esses territórios devem ser reconhecidos. Isto significa dizer que, por vezes e para o Gaúcha ZH, as vilas podem significar um problema para a cidade, de modo que se busca um olhar positivo quanto à destruição desses espaços quando estas se tornam um ‘empecilho’ para o resto da população – o que aparece nos casos de notícias que tratam sobre as remoções, por exemplo. Essa constatação está em íntimo contato com a ideia de vida e de morte, pois quando se fala em acabar com um determinado local está se falando, inevitavelmente, em dar encerramento a uma rede de histórias e vivências que constituem aquele lugar.

Desse modo, o não reconhecimento dessas histórias leva ao ato de também não identificar aquilo como pertencente à vida da cidade, pois a vida da cidade é interpretada pelo veículo como um lugar ordeiro, onde as coisas funcionam – ou devem funcionar –, o que é justamente o oposto daquilo que caracteriza uma vila. Assim, a vida da cidade é identificada como um lugar onde os meios de sociabilidade não combinam com o caráter desorientado no qual se edificam as redes de sociabilidade das vilas. Para Butler, “não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento” (2015, p. 22), e este enquadramento possui suas normas mediante a interpretação de não moradores de vilas.

Por outro lado, mesmo que não se reconheça como parte da vida da cidade, o veículo se vê obrigado a, de certa forma, apreender algo sobre esses territórios. Apreensão compreendida, aqui, “como um modo de conhecer que ainda não é reconhecimento” (BUTLER, 2015. p. 20). Nestas situações, o que emerge é a descrição de um lugar violento, no qual criminosos subjugam inocentes a presenciar uma guerra injusta (narrativa projetada na discussão sobre o tema da violência urbana), cujo cenário – coincidentemente – é semelhante ao de uma guerra (não devido ao caráter violento dessas regiões, mas aos escombros deixados em canteiros de obras que parecem nunca terminar).

Somado a isto, a imagem de um local que reúne todo tipo de dificuldades – caracterizadas na falta de serviços públicos – e onde resta a população somente fazer algo por si diante do triste quadro (exemplificada nas ações não institucionais promovidas por grupos e organizações). Nesse sentido, pensando-se que os leitores do Gaúcha ZH – que é um portal de notícias que exige assinatura para que se tenha acesso aos seus conteúdos e que é consumido, de modo geral, pela classe média – poucas vezes ou nunca cruzarão estes territórios, poder-se-á afirmar que não se está falando apenas sobre representar algo socialmente, mas sim de construir uma determinada realidade.

Os resultados deste trabalho evidenciam importantes questões para os estudos sobre tal temática, das quais as mais relevantes parecem ser: o deslocamento analítico na produção de

conhecimento sobre o assunto, que passa a entender a narrativa utilizada pela imprensa para abordar localidades periféricas não somente a partir da noção de representação social, mas também como instituição que produz determinadas realidades sobre essas regiões – induzindo a percepções que surtem efeitos reais na vida social da cidade – a partir de enquadramentos desses territórios; e a escolha de Porto Alegre como objeto de estudo, possibilitando identificar maneiras próprias de enquadrar as periferias da cidade que, muito embora tenham semelhanças com outras grandes metrópoles, acompanham contextos históricos e políticos locais – produzindo uma forma autêntica de produção de realidades.

**Palavras-chave:** Vilas; Imprensa; Enquadramento.

## **Referências**

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



## A ponte da amizade à luz da Sociologia das Manifestações

Roberto Rigaud Navega Costa<sup>101</sup>  
Tatiane dos Santos Navega Costa<sup>102</sup>

A atual pesquisa tem como questão principal a investigação, utilizando-se a sociologia das manifestações, dos motivos pelos quais a Ponte Internacional da Amizade, localizada entre Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Este, província de Alto Paraná, no Paraguai, ser o local preferencial de protestos, reivindicações e de manifestações neste ponto do Oeste do Paraná.

No trabalho atual, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, procurando-se em matérias de jornais nacionais e do Paraguai por acontecimentos ligando a Ponte da Amizade a alguma manifestação popular. Essa mesma pesquisa tem um caráter eminentemente qualitativo, não procurando quantificar as ocorrências, mas analisar sua importância, articulando-as aos fatos provenientes da realidade local, estadual, nacional e internacional, já que este ponto da fronteira tem esta característica múltipla.

Em Foz do Iguaçu, as manifestações são tradicionalmente feitas por grupos funcionais, desde os tradicionais sacoleiros e laranjas (praticantes do contrabando e do descaminho de produtos industrializados), até os grupos politicamente organizados em forma de sindicatos, como os taxistas e os mototaxistas.

Já em Ciudad del Este o quadro é bem semelhante, sendo que os sacoleiros e laranjas são substituídos por *passeros* (trabalhadores informais que atravessam produtos pela Ponte da Amizade, sendo de nacionalidade paraguaia) e os sindicalizados também contam com a presença dos motoristas de vans de passageiros, sendo que os protestos e manifestações paraguaias aparentam ser melhor organizadas, contendo mais pessoas e maior adesão de diferentes grupos organizados.

Desta forma, pode-se definir manifestação como sendo uma ocupação temporária de um local aberto, público ou privado, onde se fazem reivindicações, expressa-se solidariedade, ou faz-se comemorações, onde opiniões públicas são expressadas. (FILLIEULE; PECHU, 1993).

As manifestações têm como característica a recusa a uma partidarização de seus atos, rejeitando a anuência do Estado e optando por uma forma de ato político vinculado ao grupo participante, mais do que a uma questão externa a ele, podendo sofrer mesmo com a retaliação do Estado, com a repressão e com a proibição de suas ações. “Assim, a ação direta, de rua, torna-se o modo privilegiado de expressão e de reivindicação, pois o alvo é menos um Estado com o qual se recusa a colaborar, e mais uma opinião a persuadir” (FILLIEULE; PECHU, 1993, p. 135).

Os sujeitos inseridos nos grupos identitários descritos acima podem ser categorizados como sendo atores sociais, partindo-se de um ponto de vista weberiano, onde os indivíduos estão agindo em conjunto motivados por um objetivo em comum, gerando no processo certas ações coletivas.

Nesta direção a corrente da chamada teoria da Escolha Racional põe o peso dos interesses pessoais de cada um dos indivíduos na escolha em agir e participar em/de um grupo de manifestantes, partindo-se para se atingir um interesse comum, sendo Olson (1999) um representante de autores que pensam desta forma.

Tendo como fonte de sua ação a satisfação de seus interesses pessoais, essa abordagem seria passível de se enquadrar numa visão teleológica da ação do grupo social em manifestação, onde cada um faria um cálculo mental dos riscos em relação aos benefícios possíveis de se

---

<sup>101</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Unioeste.

<sup>102</sup> Docente de Pedagogia e Psicologia – Uniamérica.

participar de tais mobilizações, balanceando os custos eventuais de ser reprimido, agredido, preso, mal visto, e comparando-os à possibilidade de ter-se êxito no processo.

A legitimidade de manifestações, feitas num ambiente político democrático, pode vir a ser vista com desconfiança, já que já há um conjunto grande de órgãos governamentais, além de representação política da sociedade, que deveriam ser suficientes para que os interesses de grupos sociais fossem atendidos sem a necessidade de bloquear uma via pública, muito menos uma ponte internacional de importância estratégica para dois países com comércio abundante.

Ao mesmo tempo, só o fato de ocorrerem manifestações, apesar de tais conjuntos de instituições e meios de representação, já aparenta ser um indício de que tais democracias não conseguem atender a todas as necessidades de seus cidadãos, pois, caso contrário, ninguém se mobilizaria para protestar, por exemplo.

As manifestações também podem ser vistas como sinais do esgarçamento do tecido social, como sintoma de crises institucionais reais ou potenciais, onde a abordagem durkheimiana da chamada anomia pode ser trazida para explicar o surgimento de tais iniciativas por parte de um grupo dentro da sociedade. Tais manifestações, assim, podem ser vistas como um erro, por parte destes grupos, no processo de se utilizar da democracia de seu sistema político para conseguirem ser ouvidos e atendidos.

Dir-se-á que uma manifestação é um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com fins de produzir um efeito político pela expressão pacífica de uma opinião ou de uma reivindicação. Assim caracterizado, a manifestação se distingue do ajuntamento, que é estático (a manifestação implica um desfile de um ponto a outro), da procissão que tem fins religiosos, do tumulto no sentido corrente que não é, ele, organizado, do motim que se utiliza do espaço público urbano como de um campo de batalha e não como simples lugar de passagem da passeata manifestante (FAVRE, 1990, p.15).

Pode-se destacar, também, o caráter simbólico que pode ser identificado ao se estudar as manifestações, sendo essa uma oportunidade para o exercício da cidadania, podendo-se falar em “prática de cidadania espacializada” (MORÁN, 2005), onde os atributos das manifestações referentes ao direito a elas e ao seu caráter espacial são unidos em um nome de referência especial. O que se quer nesta prática é ‘fazer-se visível’, buscando-se a prática de uma cidadania desejada, utilizando-se dos meios ao alcance de um determinado grupo, buscando reconhecimento e a participação cidadã pretendida. (MORÁN, 2005).

No que tange aos resultados, o atual estudo pode chegar à conclusão parcial de que a Ponte Internacional da Amizade tem sido um ponto preferencialmente escolhido por grupos organizados da sociedade civil de ambas as cidades fronteiriças vizinhas, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, por se tratar de um local que concentra muita visibilidade, sendo um símbolo da ligação, nem sempre harmoniosa, de dois países com populações que apresentam várias carências sociais, cujas histórias estão marcadas pelo contrabando, o descaminho e o tráfico de munições, armas e drogas ilícitas.

Tal visibilidade, tomada emprestada à Ponte da Amizade, tende a ampliar a visibilidade das manifestações, gerando um ganho de publicidade e aumentando o público de espectadores, principalmente na mídia (geralmente o objetivo das manifestações), podendo chegar a garantir a obtenção dos objetivos dos dirigentes das mesmas manifestações, atrelados ao grupo organizador das mesmas.

**Palavras-chave:** Sociologia das manifestações; Ponte da Amizade; Fronteira Brasil-Paraguai.

## Referências

FILLIEULE, Olivier; PECHU, Cécile. **Lutter ensemble**: les theories de

l'action collective. Paris: L'Harmattan, 1993.

MORÁN, María Luz. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 42, n. 2, 2005, pp. 95-113.

OLSON, Mancur. **A Lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

## **Sociabilidades juvenis delitivas em contexto de metropolização da violência: análise a partir dos embolamentos em Canoas e suas possíveis conexões**

Suélen Pinheiro Freire Acosta<sup>103</sup>

No presente trabalho, pretendemos apresentar e discutir os principais dados resultantes de pesquisa que analisou processos de (re) configuração de práticas de sociabilidades juvenis em contexto de periferia, onde se observa o processo de metropolização da violência. Partimos da análise dos embolamentos – grupos de jovens de áreas urbanas em contexto de periferia, que apresentam em suas práticas valorização positiva de seus bairros de origem e tem na violência urbana seu eixo articulador – e suas conexões com as facções criminais, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Verificamos que tal prática de sociabilidade se produz paralelamente ao processo de (re) organização dos coletivos criminais na capital, os quais têm sua atuação ampliada para cidades da região metropolitana.

A pesquisa foi desenvolvida através da análise de notícias e matérias jornalísticas regionais (período de 2014 a 2019), entrevistas semiestruturadas com adolescentes e análise de dados estatísticos. A partir dos resultados encontrados até o momento, buscamos identificar questões abertas pertinentes à discussão proposta, em especial quanto à ampliação do campo, com objetivo de identificar e analisar processos de (re) configuração nas práticas de sociabilidade juvenil ligadas a atos delitivos nas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre que apresentem maiores taxas de violência

Em pesquisa realizada a respeito da sociabilidade do embolamento, tema central de minha dissertação de mestrado, o foco de análise foi direcionado aos bairros Guajuviras e Mathias Velho, localizados no município de Canoas, Rio Grande do Sul, onde tal prática foi observada ainda durante pesquisa para elaboração de meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais. Tais bairros estão marcados por altas taxas de violência (em especial com relação à população jovem), histórico de lutas sociais pelo direito à moradia e presença complexa do estado.

Característica de fundamental importância com relação aos embolamentos está no fato de que demonstra aspectos de (des) continuidades com relação a outras práticas de sociabilidades juvenis observadas em contextos semelhantes, como os bondes (ROSA, 2014) e os rolezinhos (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014). Empiricamente, percebemos que se tratam dos mesmos atores sociais – jovens moradores de áreas em contexto de periferia, em sua maioria do gênero masculino e negros. Foi possível observar as transformações entre os bondes e rolezinhos até que os embolamentos entrassem em cena como um paralelo no processo de (re)organização dos coletivos criminais de Porto Alegre, desde a análise de seu impacto no município de Canoas.

Nesse sentido, buscamos aprofundar a análise de sociabilidades juvenis voltadas a práticas delitivas que têm se formado em contexto de metropolização da violência. Consideramos que a atuação das principais facções de Porto Alegre é notável em outras cidades da região além de Canoas, de modo que algumas pesquisas demonstram a formação dos embolamentos em outras cidades, como Novo Hamburgo e Porto Alegre (e.g. BRUSIUS, 2017; CIPRIANI, 2016).

A cidade de Porto Alegre tem apresentado aumento nos índices de violência, a exemplo das taxas de homicídio que tiveram crescimento gradativo em um período de 10 anos – compreendido entre 2006 e 2016 – no qual, conforme o Atlas da violência de 2018, o índice foi de 18,1 por 100 mil habitantes em 2006 a 28,6 em 2016. Crimes como roubo e furto de

---

<sup>103</sup> Mestra e licenciada em Ciências Sociais pela Unisinos. Professora de Sociologia na Escola SESI Montenegro.

veículos também têm apresentado crescimento na capital, bem como o tráfico de drogas, de modo que, empiricamente, apresentam estreitas ligações. Conforme Amorim (2013), tais delitos se inter-relacionam como parte de um processo endógeno marcado pela qualidade de organização de coletivos criminais ligados ao tráfico de drogas.

De acordo com Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros de 2019, as cidades gaúchas que apresentam taxas de homicídio estimada acima de 40,0 são: Alvorada (112,6), Gravataí (60,0), Viamão (51,6), Canoas (47,9), Porto Alegre (47,0), Cachoeirinha (42,8) e Sapucaia do Sul (40,8). Com exceção das cidades de Gravataí e Sapucaia do Sul, as demais fazem fronteira direta com Porto Alegre. Gravataí faz fronteira com Cachoeirinha, Alvorada, e Sapucaia do Sul, que são parte do grupo de cidades com maiores taxas de homicídio. O município de Sapucaia do Sul também apresenta a característica de fazer parte das cidades por onde a linha do trem atravessa, à semelhança da cidade de Canoas, que é quase literalmente atravessada pela linha do trem. É interessante observar a presença de mais duas cidades na listagem das taxas de homicídio em municípios com população maior que 100 habitantes, e que também estão entre as acessadas pela linha do trem – São Leopoldo (39,6) e Novo Hamburgo (30,7).

Assim, a análise de sociabilidades juvenis delitivas (BRUSIUS, ROSA, ACOSTA, 2019) no citado contexto espacial pressupõe a identificação da atuação das facções criminosas de Porto Alegre na região metropolitana, em especial quanto a participação de adolescentes e jovens. Para tanto, trabalhamos com a noção de metropolização da violência, a qual faz referência ao processo de crescimento e proliferação do poder das facções criminosas de Porto Alegre para cidades próximas.

O ambiente urbano, dessa forma e por meio de tal noção, é compreendido como ator fundamental no notável aumento de crimes ligados ao tráfico de drogas e ao envolvimento de adolescentes e jovens em atos delitivos. Problemas ligados à segregação espacial urbana e à complexa e violenta atuação do estado nesses territórios refletem a dissolução dos laços sociais produzidos com relação ao local de moradia – descrito por Wacquant (2001) como processo de *hiperguetização* – de modo que a formação de sociabilidades como os embolamentos mostra-se tanto como resultado desse cenário e como uma forma de resistência, uma vez que as ações dos jovens com relação a seus bairros demonstraram valoração positiva com relação ao bairro e à vizinhança.

Nesse sentido, e considerando a continuidade da pesquisa em contexto espacial abrangente aos municípios e cidades, nos restam questões como as seguintes: é possível verificar crescimento das principais facções e coletivos criminais da capital nas cidades da região metropolitana que apresentam maiores taxas de homicídio? Com relação aos impactos na vida e nas sociabilidades juvenis, há diferenças ou continuidades entre os diferentes contextos socioespaciais?

**Palavras-chave:** Embolamento; Sociabilidades juvenis; Violência.

Referências:

BRUSIUS, Analice; ROSA, Fátima Sabrina da; ACOSTA, Suélen Pinheiro Freire. Bondes e embolamentos: sociabilidades delitivas juvenis na região metropolitana de Porto Alegre. **Sociabilidades urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 3, n. 8, pp. 15-26, 2019.

CIPRIANI, Marcelli. **Territorialidades do tráfico de drogas:** as “facções” entre a prisão e a favela. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – IFCH UFRGS, Porto Alegre, 2016.

ROSA, Fátima Sabrina. **Bondes, periferias e conflitos:** Sociabilidades juvenis em Porto Alegre. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS, Universidade do Vale do Rio dos Sino (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

## Enquadramentos sobre o crime, a periferia e seus moradores em processos de homicídio

Juliano Lobato Colla<sup>104</sup>

Em um artigo publicado recentemente, Pimenta et al. (2020) destacam que, na perspectiva de profissionais dos sistemas de justiça e de segurança pública de Porto Alegre, o problema dos homicídios é um produto, um epifenômeno do tráfico de drogas nas periferia da cidade. As autoras apontam que, segundo a interpretação destes agentes, na periferia da cidade as drogas seriam mais acessíveis e circulariam mais, fazendo com que grupos organizados se estabeleçam nesses territórios para comercializá-las. As periferias seriam regiões pobres, com baixa escolaridade e uma escassa e ineficiente presença estatal, especialmente na área de segurança, o que favoreceria a instalação do mercado de drogas ali.

Este trabalho busca analisar, a partir dos autos processuais, a atuação e o percurso dos enquadramentos (BUTLER, 2018) sobre o crime nas diversas formas de produção de verdade de um processo judicial de homicídio. A autora argumenta que os enquadramentos não organizam apenas a experiência visual, mas produzem ontologias específicas dos sujeitos, incidindo sobre como – além dos próprios sujeitos – ações, acontecimentos e até populações podem ser apreendidas, compreendidas e reconhecidas. O problema dos enquadramentos é, portanto, um problema de ordem epistemológica, que diz respeito às condições de conhecer e ao que é possível conhecer.

Dessa forma, buscou-se entender o processamento de um homicídio como uma sequência de interpretações mediadas por enquadramentos, onde se fala não apenas se um crime aconteceu e quem o cometeu, mas sobre quem são as pessoas envolvidas, o que é o lugar onde aconteceu e como essas dimensões explicam a própria ação de matar. A análise se insere na linha tênue entre a elucidação de um crime – que é da ordem de confirmar sua materialidade e autoria – e a sua interpretação pela justiça, como um enquadramento da cena que, a partir de si, media a interpretação retroativa dos sujeitos e ações.

Tomando a representação da periferia em relação ao tráfico de drogas e aos homicídios como uma forma de enquadrar essas questões, busca-se compreender se e como esse enquadramento atua dentro do processo, levando em consideração as diferentes formas de produção de verdade e o percurso do enquadramento por elas. Especificamente, trata-se de acompanhar o percurso – com suas continuidades, descontinuidades, contestações e modificações – dos enquadramentos produzidos pelo Inquérito policial, passando pelas produções/manifestações escritas dos atores jurídicos na fase judicial e das audiências de instrução (também na fase judicial) até o juiz analisar as teses finais e proferir sua sentença, decidindo se o caso vai ou não ao júri popular. O tribunal do júri foi excluído pois, além de ser uma ritual muito particular, com bastante descontinuidade em relação ao resto do processo, a bibliografia indica que suas questões mais importantes se dão em torno dos debates orais entre a acusação e defesa, que não são transcritos nos autos.

Todos esses documentos representam diferentes formas de produzir verdade jurídica e dar materialidade a ela em documentos. São diferentes relações de poder e olhares que produzem diferentes formas de inscrição no processo. O Inquérito Policial é a primeira investigação sobre o crime, trata-se de um procedimento administrativo da Polícia Civil, não de um procedimento judicial, por isso suas principais características são a ausência de defesa e a sua forma inquisitorial, ele é responsável por produzir uma primeira explicação do crime –

---

<sup>104</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ou o primeiro enquadramento, se quisermos – e indicar indiciados. A partir dele, o Ministério Público apresenta denúncia ao juiz, que, ao aceitar, dá início à fase judicial do processo. Desta fase, além da denúncia, foram analisadas manifestações escritas da acusação, da defesa e do juiz, além da transcrição das audiências.

Foi dada uma atenção especial à transcrição das audiências de instrução, pois é o único momento do processo em que a produção discursiva que se inscreve nos autos não está sob controle total dos agentes jurídicos ou policiais, visto que a fala das testemunhas é integralmente transcrita nos autos.

Para esta apresentação, foram selecionados quatro processos de homicídio de um corpus maior, sobre o qual realizo minha pesquisa de mestrado. Esses processos são: dois homicídios enquadrados como crimes de tráfico, acontecidos na periferia de Porto Alegre; um feminicídio que não é enquadrado como crime de tráfico, mas como crime motivado por ciúmes e sentimento de posse, também ocorrido na periferia da cidade; um homicídio cuja motivação alegada pela denúncia também é sentimento de posse e ciúmes, porém, que a vítima supostamente seria o assediador da companheira do acusado e este crime não ocorreu na periferia, mas no centro da cidade em um evento tradicionalista. O critério de escolha dos processos foi buscar processos que tenham semelhanças importantes – como a motivação e a localização – mas também diferenças importantes que ajudem a produzir evidência para a questão central. É, de certa forma, uma análise piloto, com potencial de ampliação.

O trabalho procedeu metodologicamente com a leitura dos autos dos processos a partir da perspectiva da etnografia documental, onde os documentos são entendidos como artefatos etnográficos que em sua materialidade, forma e conteúdo, podem produzir sujeitos, conflitos e sociabilidades institucionais (FERREIRA; NADAI, 2015).

A análise ainda não foi concluída, portanto, os resultados destacados são parciais. Destaca-se primeiramente a presença do enquadramento da periferia como um lugar violento onde se cometem crimes. Esse enquadramento ganha dinâmicas muito particulares nas audiências de instrução, onde estrutura as perguntas não apenas a partir do crime, mas também do fato das testemunhas serem moradoras da periferia também, portanto, sujeitos que convivem com o crime. Também é possível destacar a grande potência da versão produzida no inquérito policial, como a bibliografia já indica, mas não apenas por suas características já citadas, mas também pelo monopólio da possibilidade de inscrição do discurso em documentos exercido pelos policiais.

**Palavras chave:** Crime; Periferia; Enquadramentos.

## Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2018

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita e NADAI, Larissa. Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê. **CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. Vol. 17, nº 3, 2015.

PIMENTA, Melissa de Mattos; Rochele Fellini Fachinetto, Letícia Maria Schabbach, Paola Stucker, Giovana Lima Michelin, Rafaela Demétrio Hilgert. Dinâmicas dos homicídios em Porto Alegre: discursos e interpretações sobre a violência letal. **Revista Brasileira de Segurança Pública** n 27 v. 14, 2020.



## **Discursos punitivos, polarização e anti-jornalismo na repercussão de casos de violência no Twitter**

Luciano Fischborn<sup>105</sup>

O Brasil vive uma nova guinada conservadora e autoritária no senso comum e na política desde o clima de instabilidade que se instaurou com as jornadas de junho de 2013 (LIMA *et al.*, 2020). Este movimento foi acompanhado pela reconfiguração do ecossistema midiático e crescimento do uso de mídias sociais, canal que grupos de direita souberam utilizar para divulgar seus ideais, cujos discursos morais sobre o crime e punição são parte importante. Embora o campo da sociologia da violência venha se consolidando sobretudo estudando a manifestação mais objetiva do fenômeno, sua dimensão simbólica também tem sido objeto de análise, sobretudo sobre as produções institucionais dos meios de comunicação, que em geral endossam posições punitivas. Nas redes sociais, os discursos sobre violência vêm sendo objeto de análise, mas ainda predominando o conteúdo de páginas, com pouca atenção às visões de mundo dos próprios atores sociais, nestes ambientes de sociabilidade que já são parte constitutivas das relações sociais.

Este trabalho busca compreender que discursos são expressados pelos atores nas mídias sociais frente a casos de violência de grande repercussão. O objeto empírico são publicações sobre o sequestro de um ônibus na ponte Rio-Niterói, evento mediatizado ocorrido em agosto de 2019, em que vários termos sobre o caso foram aos assuntos mais comentados do Twitter no Brasil. O argumento é que, ao falar sobre a violência ou crime, em sentido durkheimiano de violação da moral coletiva, as pessoas expressam valores sociais e morais mais amplos. Além do mais, as mídias sociais são palco de conflitos da sociedade brasileira contemporânea, como a predominância dos discursos punitivos, embates com os meios de comunicação e as dinâmicas de polarização e politização.

A dimensão simbólica e dos significados da violência têm sido objetos de estudo, entendidos como representações sociais, que consistem em um tipo de conhecimento que expressa visões de mundo, além de guiar as condutas dos atores (PORTO, 2006). Um dos principais eixos dessas pesquisas são sobre as produções institucionais dos meios de comunicação, especialmente a televisão. Nas redes sociais, o tema também vem sendo abordado, mas ainda focando em discursos sobre a violência e punição em páginas e não sobre as concepções dos próprios atores sociais.

As redes sociais têm tido grande relevância no debate público e são utilizadas para mobilizações coletivas on-line, mas também organizam idas às ruas, possibilitando novos tipos de ação coletiva de organização. Os dados que são produzidos nestas plataformas, e sobretudo no Twitter, têm sido utilizados como um barômetro social ou meio de acesso a sentimentos e opiniões do público quanto aos mais variados assuntos e eventos (VAN DIJCK; POELL; WALL, 2017). Ao pesquisar ambientes on-line, deve se atentar ao contexto em que se dão as interações, como as características e a arquitetura das plataformas e como elas são utilizadas pelos usuários, uma vez que isto condiciona o que é nelas produzido. Estes espaços não são ambientes neutros, mas são mediados por algoritmos, pelo modelo de negócios, cuja receita é gerada pela permanência dos usuários e anúncios, assim como a influência e visibilidade não é igual para todos.

---

<sup>105</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foram analisados 8340 *tweets* com auxílio do *software* NVivo 12 Pro a partir de uma abordagem de natureza mista e de uma perspectiva longitudinal, codificados manualmente e a partir de palavras-chave, a partir de dimensões de análise pré-estabelecidas como punitivismo, contra-punitivismo, humor e opiniões sobre a mídia. O recorte aqui são as categorias relativas às opiniões, entendidas como representações sociais, cuja outra dimensão foram as emoções, mas que não serão analisadas neste trabalho.

Quanto às opiniões no início da repercussão, prevaleceram respostas de cidadãos comuns indignados com o trânsito fechado, alegando que o fechamento os impedia de estudar, trabalhar e garantir o seu sustento, em alguns casos falando sobre a situação difícil de desemprego e baixos salários, que acordaram cedo e foram atrapalhados por alguém que resolveu estragar o dia das pessoas. O lugar do “trabalhador” é acionado como alguém digno e que deve ser atendido, as vezes se contraponto ao “vagabundo” ou “bandido”, revelando que suas visões de mundo estão intimamente ligadas a condições dadas de existência. Ou seja, não se trata de uma simples polarização ou discursos de ódio, mas de sujeitos que são atingidas e atrapalhadas pela violência. Outro conjunto de opinião foram críticas aos meios de comunicação, em um eixo em relação à superexposição midiática que poderia atrapalhar o andamento da operação, as vezes lembrando os casos 174 e Eloá em que isto ocorreu, além de já tomarem um ponto mais punitivo e politizado criticando o uso dos termos “suspeito” e “suposto”.

A segunda parte da repercussão iniciou com a primeira menção ao tiro do sniper que matou o sequestrador e pôs fim ao acontecimento com todas as vítimas liberadas. Neste momento, as publicações atingiram pico e um fato relevante foi a descida do governador Wilson Witzel de helicóptero na ponte sendo aplaudido por policiais. A partir daí, a repercussão toma um caráter mais polarizado, politizado e extremo, observado na categoria mais frequente de toda a repercussão, em comemoração principalmente à morte do sequestrador, mas também à liberação das vítimas e nas críticas a esta postura, mas em medida bastante inferior. Publicações de humor estiveram dentre as mais frequentes, em postagens bastante parecidas, comentando sobre as pessoas que vendiam lanches e jogavam bola na ponte, falando sobre a identidade de zoeira do brasileiro ou carioca de zoeira em meio ao perigo. Críticas à mídia permaneceram, se sobressaindo seu eixo mais punitivo, e houve críticas ao previdenciarismo penal em sentido punitivo e politizado, reivindicando a força para resolver a situação, que não seria por meio de livros, e atacando uma caricatura da esquerda como defensores de bandido. Menções a especialistas também cresceram e se direcionaram sobretudo a jornalistas, mas também à OAB, advogados e até sociólogos, em sentido punitivo, projetando neles uma ideologia esquerdista que defenderiam o sequestrador.

Essas opiniões, sob a forma de representações, revelam regramentos morais e conflitos da sociedade brasileira contemporânea. A adesão ao punitivismo se manifesta em relação ao sequestrador muito em oposição à figura digna do trabalhador, que deve ser atendido. As postagens da principal categoria no início foram feitas por pessoas comuns, revelando indignação e o modo como são atingidas cotidianamente, impedindo-as de irem atrás do seu sustento e mesmo manifestando punitivismo, não são apenas mero “discurso de ódio”. Críticas aos meios de comunicação revelam tendências mais amplas de anti-jornalismo atualmente, assim como no caso a polarização e politização do sequestro. Através do humor se manifesta a cultura de zoeira do brasileiro, com a identidade de rir mesmo das adversidades e disseminar memes.

**Palavras-chave:** Violência; Redes sociais; Punitivismo.

## Referências

LIMA, Renato S. et al. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 34-65, 2020.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 250-273, 2006.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The platform society**: public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018

## Considerações sobre a atuação feminina no mercado da droga no estado do Rio Grande do Sul

Cibele de Souza<sup>106</sup>

Do que falamos quando falamos de autonomia? Os avanços alcançados pelos movimentos feministas<sup>107</sup>, com a difusão da crítica aos conceitos de “público e privado” (FRASER, 1997; e PATEMAN, 1988) e “trabalho e cuidado” (FEDERICI, 2017), não foram suficientes para promover a paridade entre os gêneros no mercado de trabalho. Se dita temática é foco de incontáveis obras desde a década de 70, no campo do trabalho informal e ilegal a problemática permanece igualmente pulverizada (TELLES, 2009). A mimetização<sup>108</sup> de ditos conceitos conforma o acesso feminino ao mercado de trabalho: lícito ou ilícito. Com efeito, tais questões são sobrepujadas às margens do social. Pensar ‘mulheres’ e sociedade imputa a prática de análises mais aprofundadas sobre gênero, vez que a universalização de direitos, deveres e categorias não suporta às diferentes problemáticas, imbricadas negativamente ao gênero feminino em suas diminutas realidades. Importa, portanto, destacar os papéis ocupados pelas mulheres em situação de vulnerabilidade social, no mercado de trabalho, no contexto brasileiro. A análise a seguir versa sobre o mercado de trabalho ilegal, o qual faz parte dos modelos de subsistência de inúmeras famílias chefiadas por mulheres nas periferias do País. A reprimenda sofrida pelas mulheres que interagem com o crime atravessa o tempo, as mudanças e as novas tecnologias, e persiste propagando atos e representações sociais formados no masculino como referência. Neste viés, o “gênero marginalizado” que convive desde sempre a par desse estereótipo de fragilidade, tem através do mercado de trabalho informal/ilegal, ou seja, a partir do mercado da droga, uma fonte de empoderamento e resistência social, bem como de exercício de autonomia e autogestão da miséria imbricado ao cotidiano dos conglomerados periféricos. Com efeito, a partir da expansão dos índices de encarceramento feminino, os noticiários passaram a veicular informações sobre o aumento da interação das mulheres com a criminalidade e a violência. Em meio a essas modificações paradigmáticas surgem e se consolidam as nominadas facções prisionais. Contudo, os dados apresentados nas diversas pesquisas realizadas sobre o tema não abrangem as mulheres encarceradas (DIAS, 2011, 2018; DORNELLES, 2007; GODOI, 2017; BIONDI, 2009), de modo que a invisibilidade feminina obtempera novos contornos e significações ao meio prisional. Com base neste marco teórico, se verificou a interlocução do fenômeno dos grupos organizados com diversas categorias, tais como violência (MISSE, 1999; SOARES, 2000; FELTRAN, 2008), juventude (LYRA, 2013; MALLART, 2014; ZALUAR, 1994; 2004), territórios/localidades (COELHO, 1978; 1987; CIPRIANI, 2016; GODOI, 2017; GRILLO, 2013; TELLES, 2007), entretanto, pouco foi encontrado sobre mulheres (BARCINSKI, 2012; QUEIROZ, 2015; JOZINO, 2008; VARELLA, 2017). Assim, como nos demais campos da sociedade, a atuação da mulher criminosa é sublocada nas pesquisas empíricas existentes que têm como objeto o mercado das drogas, vinculando-se as performances destas mulheres a um traje amoroso ou vitimizado (BARBOSA, 2005; JOZINO, 2008; QUEIROZ, 2015; SALMASSO, 2004; SANTOS, 2016). Com base em tais observações, a presente pesquisa formaliza questionamentos sobre a possível articulação e envolvimento das mulheres nas facções criminosas, tendo como objeto de pesquisa a Penitenciária Feminina Madre Pelletier e a Penitenciária Estadual Feminina de

<sup>106</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>107</sup> Aqui contemplados movimentos de 1ª, 2ª e 3ª onda.

<sup>108</sup> Promover mimetismo; Copiar hábitos, cores ou formas de outro organismo ou ambiente para se proteger; imitação; camuflagem. O urso branco, graças a mimetização ou mimetismo, imita as cores do ambiente e torna-se invisível na neve.

Guaíba/RS. Com base nos dados levantados pela pesquisa até o momento, infere-se que o fator econômico está intimamente imbricado com a adesão das mulheres ao “mundo do crime”, não estando esta interação exclusivamente vinculada a um traje amoroso. No caso específico das facções, as pesquisas que fazem menções às mulheres, sua presença, trabalho ou modo de participação na teia do tráfico de drogas apresentam uma reprodução da hierarquia patriarcal. Frisa-se, contudo, a escassez de relatos existentes sobre as mulheres envolvidas com os comandos criminais. Não obstante compreenda a perspectiva difundida pela doutrina majoritária sobre a atuação feminina no tráfico de drogas, ousou discordar de tais conclusões pelo fato de tais assertivas serem oriundas de análises focadas e guiadas sob a perspectiva da narrativa masculina. Verifica-se, neste aspecto, uma forte ligação entre o poder e o gênero, estes articulados para delimitar o papel das mulheres em sociedade, inclusive dentro das possibilidades do mercado informal/ilegal, bem como delimitando as múltiplas potências destas dentro do espaço carcerário.

**Palavras-chave:** Facções Prisionais; Tráfico de drogas; Mulheres.

### **Referências**

- BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, 5(1); p. 52-61, janeiro – junho 2012.
- CIPRIANI, Marcelli. As mulheres e os mercados de ilícitos: Gênero e representações sociais nas dinâmicas do “mundo do crime”. In: Patricia K. Grossi et al (Org.). **Gênero, sexualidade e sistemas de justiça e de segurança Pública**. EdiPUCRS, Porto Alegre. 2017.
- CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o bairro e a prisão: tráficos e trajetos**. Lisboa: Fim de século, 2002.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.
- DORNELLES, Renato Nunes. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.